



PLAN TERR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL – PLAN TERR**

RICARDO LUIZ DE ASSIS

**TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E JUVENTUDES: INTERPRETAÇÕES E
MEDIAÇÕES POSSÍVEIS DA PARTICIPAÇÃO A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE
MORADORES DA MORADA DO SOL EM ALEXÂNIA, GOIÁS.**

FEIRA DE SANTANA/BAHIA

2025

RICARDO LUIZ DE ASSIS

**TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E JUVENTUDES: INTERPRETAÇÕES E
MEDIAÇÕES POSSÍVEIS DA PARTICIPAÇÃO A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE
MORADORES DA MORADA DO SOL EM ALEXÂNIA, GOIÁS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (em nível de Mestrado Profissional) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana.

Orientação: Prof. Dr. Davi Silva da Costa

FEIRA DE SANTANA/BAHIA

2025

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

A867

Assis, Ricardo Luiz de

Território, territorialidades e juventudes: interpretações e mediações possíveis da participação a partir da associação de moradores da Morada do Sol em Alexânia, Goiás / Ricardo Luiz de Assis. – 2025.

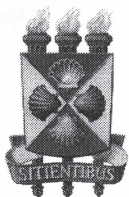
265 f.: il.

Orientador: Davi Silva da Costa

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, Feira de Santana, 2025.

1.Território. 2.Territorialidades. 3.Participação social. 4.Juventudes. 5.Fenomenologia. I. Costa, Davi Silva da, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 911.3(817.3)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/77
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANERR) - Mestrado Profissional



PLANERR

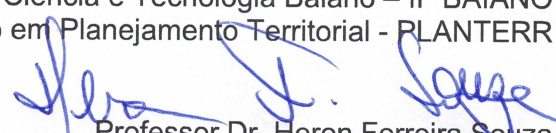
ATA DE SESSÃO DE DEFESA PÚBLICA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinte e cinco minutos, de modo presencial no Auditório IV, localizado no Módulo 6 do Campus Universitário e com transmissão pela plataforma digital Google Meet, conforme faculta a Resolução CONSEPE nº 038/2025, publicada no Diário Oficial do Estado em 17/04/2025, reuniu-se a banca examinadora constituída pelo professor Dr. **Davi Silva da Costa**, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO e Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANERR, presidente da sessão e orientador, professor Dr. **Heron Ferreira Souza**, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO e professora Dr^a. **Maria Auxiliadora Freitas dos Santos** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO, para o exame de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de **RICARDO LUIZ DE ASSIS**, intitulado **TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E JUVENTUDES: INTERPRETAÇÕES E MEDIAÇÕES POSSÍVEIS DA PARTICIPAÇÃO A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA MORADA DO SOL EM ALEXÂNIA, GOIÁS**, que se enquadra na Área de Concentração em Planejamento Territorial, na linha de pesquisa 2 “Políticas públicas, Planejamento Territorial e Participação Social”. Após a apresentação pelo mestrando, a banca examinadora apresentou suas considerações acerca do trabalho e, em seguida, concedeu tempo para que o mesmo respondesse às questões e comentários que lhe foram dirigidos. Ao final da sessão, a banca considerou o trabalho APROVADO e emitiu o seguinte parecer sintético:

A banca considerou adequações ao texto, como aspectos de Norma ABNT, aprofundamento de questões teóricas e readequação da arquitetura do texto (mudança de parágrafos de posição, alinhamentos conceituais). Inclusão das oficinas como PTT.

O mestrando tem o prazo de 60 dias para entregar a versão final, atendidas as recomendações feitas pela banca.


Professor Dr. Davi Silva da Costa - Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANERR


Professor Dr. Heron Ferreira Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO


Professora Dr^a. Maria Auxiliadora Freitas dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO

AGRADECIMENTOS

Primeiro, quero agradecer a mim mesmo. Sim, a mim mesmo. A essa pessoa resiliente que insiste em (re)existir, que carrega as cicatrizes dos abusos, do bullying e de todas as violências que marcaram uma infância que não deveria ter sido tão dura. Agradeço por resistir, por ter suportado o peso de tantos “nãos” e ainda assim me levantar. Obrigado por sorrir – aquele sorriso de canto de boca, talvez irônico, talvez triste – mesmo quando me forçavam a fazer o que eu não queria, porque, afinal, infelizmente, o mundo sempre girou em torno dos desejos alheios, não é?

Agradeço também a esse menino que brincava de boneca escondido, que sabia que aqueles momentos, por mais breves e clandestinos que fossem, eram sua própria revolução. Aquele tempo furtivo com as primas, escondido dos olhares de adultos e dos primos, foi como abrir uma janela de felicidade coletiva em um mundo que insistia em me trancar do lado de fora. Obrigado por isso. Agradeço por continuar, mesmo quando o cansaço era tanto que parecia impossível. Obrigado por ter sangrado, sim, pelos próprios pulsos, e ainda assim ter encontrado uma maneira de seguir em frente. Agradeço a coragem de ousar quando todos os caminhos pareciam fechados. Agradeço a coragem de entrar no gabinete do prefeito Ronaldo Queiroz, em 2005, bater de frente e exigir o direito básico ao transporte escolar, o direito de ir e vir. Porque, sim, eu merecia isso.

Agradeço por ter tido a ousadia de deixar Alexânia em 2005, de romper com tantas verdades que inventaram sobre mim e, principalmente, aquelas que eu inventei sobre mim mesmo. Obrigado por ter encontrado o Terceiro Setor, esse espaço de luta e transformação que me escolheu tanto quanto eu o escolhi. Ali descobri que a mudança é possível e que o conhecimento, ah, o conhecimento, é mesmo a chave que pode transformar esse mundo “torto” que vivemos

Agradeço por me permitir fazer do Território do Sisal a minha casa, por viver ali os anos mais brilhantes da minha vida, cercado pelos movimentos sociais de base, que me ensinaram que a verdadeira força está na comunidade, na união, na persistência. Agradeço por insistir no processo seletivo do PLANTERR. Persistência sempre foi o meu sobrenome, afinal.

Agradeço a mim mesmo por ter aceitado essa jornada do Mestrado, um sonho que carreguei por tanto tempo e que, finalmente, se tornou realidade. Agradeço por honrar os meus pais, que talvez nunca entendam por completo minhas escolhas, mas sempre me deram a base para seguir em frente e me ajudaram no caminho. Agradeço por ter escolhido um orientador que, como um

verdadeiro artesão do conhecimento, me guia pacientemente na construção de uma academia que se molda pelas mãos e pela sabedoria coletiva. Ele me desafia a reconhecer que o saber acadêmico é como uma peça artesanal, que ganha vida e valor ao se entrelaçar com os saberes populares, em um trabalho conjunto com e para as pessoas. Assim, aprendo que o conhecimento é feito não apenas sobre o mundo, mas ao lado de quem o vive.

Agradeço profundamente à Comunidade Morada do Sol, que me acolheu novamente, depois de tantos anos longe, permitindo-me reencontrar caminhos, memórias e afetos. Aos jovens que, com coragem e generosidade, se abriram e revelaram histórias com tanta verdade — vocês deram corpo e sentido a esta pesquisa. À AMSER, que desabrochou e confiou em mim a condução das oficinas e a construção de um diálogo aberto: obrigada por acreditar que juntos poderíamos semear participação e transformação.

Agradeço profundamente o apoio incondicional da minha família e amigos, que sustentaram cada passo desta caminhada. À minha irmã, **Gláucia Assis**, por ser porto seguro, colo e coragem quando as forças vacilaram. À minha amiga e mentora acadêmica, Alany Amorim, cuja generosidade intelectual e ética inspiradora me ajudaram a transformar dúvidas em perguntas potentes e caminhos em método. À doce e resiliente Kely Amaral Gonçalves, pela presença firme e afetuosa, sempre pronta a estender a mão, a escuta e o sorriso nos dias mais desafiadores. A cada um e cada uma que, com gestos grandes ou miúdos, acreditou em mim quando eu mesmo hesitava: este trabalho também é de vocês.

Agradeço por fazer parte do Núcleo de Estudos Fenomenológicos [entre-colchetes], onde as trocas são verdadeiras e o aprendizado é para a vida. A escolha do método fenomenológico me guiou a revisitar minha juventude, curar processos internos e me reaproximar do território com o olhar das juventudes — como se passado e presente dançassem juntos. Minha querida Juciene Malaquias, mesmo com seus próprios desafios e questões de saúde, não poupou energia em segurar na minha mão. E Maria Orlândia, minha Nanda, trouxe alívio e me ajudou a enxergar o processo com mais leveza e clareza.

E, claro, um último agradecimento à Vovó Dora e seus conselhos sobre “seguir as formigas” — uma metáfora tão sábia e tão simples que só poderia vir de uma avó. Obrigado, Vovó, por essa visão sobre a vida que me acompanha até hoje. Por fim, agradeço o futuro lindo que sei que ainda está por vir, com a certeza de que não caminho sozinho. Lembro-me das palavras de Josué 1:9:

“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar.” Que essa promessa me guie com coragem e esperança na construção de um amanhã mais justo, igualitário e solidário para todos.

“Com 80–140 milhões de anos de prática coletiva, 10 000 espécies (2 500 só no Brasil) e feromônios como wi-fi, as formigas já dividem tarefas, fazem assembleias e sustentam o formigueiro. Nós ainda discutimos se vale a pena aparecer na reunião de terça.”

— Hymenoptera, Família Formicidae (c. era dos dinossauros)

RESUMO

A pesquisa analisa como as juventudes da comunidade Morada do Sol, em Alexânia (GO), percebem a si mesmas e sua participação na construção do território, articulando os conceitos de território, territorialidades e participação social. A ancorada na fenomenologia, combinou entrevistas compreensivas e oficinas formativas como estratégias de escuta e devolutiva, permitindo captar sentidos, motivações e barreiras ao engajamento juvenil. O percurso metodológico foi organizado em movimentos encadeados — da imersão territorial à produção de um documentário, de uma cartilha e desta dissertação — garantindo articulação entre conhecimento e ação. Os resultados evidenciam que juventudes, território e participação social são dimensões indissociáveis para compreender os impasses e potencialidades locais: embora marcados por carências estruturais e descrédito institucional, os jovens demonstram potência crítica e criativa pouco mobilizada pelos canais formais. Conclui-se que ampliar e legitimar o engajamento juvenil requer descentralizar e ressignificar os espaços participativos, como o da Associação, reconhecendo as juventudes como sujeitos de fala e coprodutoras do espaço público.

Palavras-chave: Juventudes. Território. Participação social. Fenomenologia.

RESUMEN

The research analyzes how youths from the Morada do Sol community, in Alexânia, Goiás, Brazil, perceive themselves and their participation in the construction of territory, articulating the concepts of territory, territorialities, and social participation. Grounded in phenomenology, it combined comprehensive interviews and formative workshops as listening and feedback strategies, capturing meanings, motivations, and barriers to youth engagement. The methodological path was organized into nine interconnected movements—from territorial immersion to the production of a documentary, a pamphlet, and this dissertation—ensuring articulation between knowledge and action. The results show that youth, territory, and social participation are inseparable dimensions for understanding local impasses and potentialities: although marked by structural shortages and institutional distrust, young people display critical and creative potential that is scarcely mobilized by formal channels. It is concluded that expanding and legitimizing youth engagement requires decentralizing and reframing participatory spaces, recognizing youths as speaking subjects and co-producers of public space.

Keywords: Youths. Territory. Social participation. Phenomenology.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1 - “MINHA MÃEZINHA” EM VIAGEM A CAMPOS ALTOS/MG (DEZ. 2022), REGISTRO QUE EVOCA CUIDADO, DESLOCAMENTO E PERTENCIMENTO INTERGERACIONAL.	18
IMAGEM 2 - AVÓS E FILHOS NA QNG, TAGUATINGA/DF, DÉCADA DE 1970: FRAGMENTO DE UM ÁLBUM FAMILIAR QUE SITUA A GENEALOGIA NO CONTEXTO URBANO DO PLANALTO CENTRAL.	19
IMAGEM 3 - VOVÓ DORA EM SUA JUVENTUDE (DÉCADA DE 1950), OLHAR QUE ATRAVESSA O TEMPO E ANCORA O PRESENTE EM HISTÓRIAS DE CORAGEM E TRABALHO.	20
IMAGEM 4 - VOVÓ TOTINHA, EM CLOSE VIBRANTE CAPTADO PELO PRIMO ALEXANDRE, REVELANDO A POTÊNCIA DOS AFETOS COTIDIANOS.	22
IMAGEM 5 - DIA DOS PAIS (2017): ENCONTRO FAMILIAR QUE REAFIRMA LAÇOS E REDES DE APOIO QUE SUSTENTAM O AUTOR.	25
IMAGEM 6 - MEUS PAIS COM SERENA (CRIANÇA) E LUCIANA (JOVEM), AGOSTO DE 2020: CENA FAMILIAR QUE CELEBRA O CICLO DE CUIDADO ENTRE GERAÇÕES...	29
IMAGEM 7 - MUTIRÃO COMUNITÁRIO EM ÁREA RURAL DE SHAMVA, BINDURA (2007): EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL QUE AMPLIA O HORIZONTE POLÍTICO-SOLIDÁRIO DO AUTOR.	35
IMAGEM 8 - QUADRO ELABORADO PELO AUTOR SINTETIZANDO, POR FAIXA ETÁRIA (15–29 ANOS), OCUPAÇÕES/SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E BARREIRAS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS JUVENTUDES.	44
IMAGEM 9 - DIAGRAMA QUE EXPÕE O CHOQUE IDEAL–REAL EM ALEXÂNIA: ENTRE O TEXTO DAS LEIS E A PRÁTICA ESTATAL, TRÊS OBSTÁCULOS HISTÓRICOS SE ABREM COMO VÃO A SER ENFRENTADO.	46
IMAGEM 10 - KM 17 DA BR-060 – MORADA DO SOL: MARCO ESPACIAL QUE LOCALIZA O BAIRRO NA MALHA RODOVIÁRIA E NAS DISPUTAS POR MOBILIDADE.	49
IMAGEM 11 - PANORÂMICA DA “PARTE DE BAIXO” DA MORADA DO SOL: LEITURA VISUAL DO RELEVO SOCIAL E FÍSICO DO TERRITÓRIO.	50

IMAGEM 12 - TRECHO DA BR-060: RODOVIA COMO EIXO DE FLUXOS E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS	50
IMAGEM 13 - REGISTRO DA MORADA DO SOL/ALEXÂNIA-GO, EVIDENCIANDO A CONVIVÊNCIA ENTRE VEGETAÇÃO TÍPICA, BR-060 E HABITAÇÕES.....	52
IMAGEM 14 - ANIVERSÁRIO DE VIZINHO E REUNIÃO COMUNITÁRIA: PRIMEIRA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA PESQUISA NA MORADA DO SOL, MOMENTO DE INTRODUÇÃO E DIÁLOGO.	57
IMAGEM 15 - ESQUEMA DAS ETAPAS DE CAMPO DA PESQUISA: ROTEIRO VISUAL DO PERCURSO INVESTIGATIVO.....	59
IMAGEM 16 - QUADRO COM CODINOMES E IDADES DOS PARTICIPANTES: DISPOSITIVO ÉTICO E ORGANIZATIVO DA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA.....	61
IMAGEM 17 - COLETA DO DEPOIMENTO DE “CIDA DO GELO”: CENA QUE MATERIALIZA A ESCUTA SENSÍVEL NO TERRITÓRIO.	64
IMAGEM 18 - ESQUEMA ORGANIZACIONAL DIGITAL DO MATERIAL EMPÍRICO, ELABORADO PELO AUTOR: MÉTODO PARA SISTEMATIZAR VOZES, TEXTOS E IMAGENS.....	67
IMAGEM 19 - REDUÇÃO EIDÉTICA REALIZADA EM SALVADOR/BA (2024): MOMENTO DE CONDENSÇÃO TEÓRICA DOS NOEMAS EMERGENTES.	70
IMAGEM 20 - PAREDE DO ESCRITÓRIO: “RESPIRANDO O FENÔMENO” – AMBIENTE CARTOGRAFADO POR POST-ITS, NOTAS E AFETOS ANALÍTICOS.....	71
IMAGEM 21 - DIAGRAMA COM O FENÔMENO E AS UNIDADES DE SENTIDO (NOEMAS): SÍNTESE VISUAL DO PROCESSO FENOMENOLÓGICO.....	72
IMAGEM 22 - PARTICIPANTE NA OFICINA SOBRE TERRITÓRIO: CORPO E VOZ JUVENIL EM AÇÃO, MAPEANDO AFETOS E ESPAÇOS.....	143
IMAGEM 23 - UMA DAS FRASES DA DINÂMICA: GATILHO POÉTICO PARA LEITURAS DO LUGAR E DE SI.	151
IMAGEM 24 - ELABORAÇÃO DO ACORDO DE CONVIVÊNCIA: JOVENS DEFININDO REGRAS ÉTICAS DE ESCUTA E CORRESPONSABILIDADE.....	154
IMAGEM 25 - QUADRO COM AS FOTOGRAFIAS USADAS NA OFICINA “DESAFIOS SOCIAIS”: IMAGENS COMO DISPOSITIVOS DE PROBLEMATIZAÇÃO.	163

IMAGEM 26 - PAINEL DA DINÂMICA “ÁRVORE DE PROBLEMAS”: ESTRUTURA INICIAL QUE CONECTA CAUSAS, PROBLEMAS E EFEITOS.	173
IMAGEM 27 - CONSTRUÇÃO COLETIVA DA ÁRVORE DE PROBLEMAS, SINTETIZANDO CAUSAS E EFEITOS IDENTIFICADOS PELO GRUPO.	175
IMAGEM 28 - ELABORAÇÃO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS COM FOCO EM TRABALHO E RENDA, DESTACANDO PRECARIIDADES E CAMINHOS DE SUPERAÇÃO APONTADOS PELOS JOVENS.	177
IMAGEM 29 - CONSTRUÇÃO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL, EVIDENCIANDO CAMADAS ESTRUTURAIS DE EXCLUSÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TERRITÓRIO.....	181
IMAGEM 30 - ÁRVORE DE PROBLEMAS REFERENTE AOS CONFLITOS FAMILIARES, MAPEANDO TENSÕES, ORIGENS E IMPACTOS NAS TRAJETÓRIAS JUVENIS.	186
IMAGEM 31 - VISITA AO MEMORIAL OLHOS D’ÁGUA, MOMENTO DE ENCONTRO COM A MEMÓRIA LOCAL E SUAS NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA.	198
IMAGEM 32 - ARTESÃO DE OLHOS D’ÁGUA EM SEU ATELIÊ, EXPLICANDO O PROCESSO DE TRABALHO COM O BARRO E SUA DIMENSÃO SIMBÓLICA.....	200
IMAGEM 33 - PROF. LOURENÇA COM AS MÃOS NO BARRO, GESTO QUE MATERIALIZA SABERES TRADICIONAIS E AFETO PELO OFÍCIO.	201
IMAGEM 34 - ALMOÇO NO RESTAURANTE BRASILEIRINHO, EM OLHOS D’ÁGUA: PAUSA AFETIVA PARA PARTILHA E CONVIVÊNCIA.	205
IMAGEM 35 - MOMENTO DE LAZER NO RIO GALINHAS, RESPIRO COLETIVO QUE REFORÇA VÍNCULOS E PERTENÇA AO TERRITÓRIO.....	207
IMAGEM 36 - O RITO DE PASSAGEM	208

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - JUVENTUDES E INDIVIDUALIZ(AÇÃO) NA MORADA DO SOL	88
QUADRO 2 - SUBALTERNIDADE NA JUVENTUDE DA MORADA DO SOL	99
QUADRO 3 - IMAGINÁRIO DIGITAL E FUTURO NA JUVENTUDE DA MORADA DO SOL.....	106
QUADRO 4 - CAPÍTULO SOBRE MOBILIDADE E JUVENTUDES NA MORADA DO SOL	115
QUADRO 5 - JUVENTUDES, GERAÇÕES E TERRITÓRIO NA MORADA DO SOL	129
QUADRO 6 - ROTEIRO DE VIAGEM	196

LISTA DE SIGLAS

AMSER – Associação de Moradores da Morada do Sol, Entorno e Rural.

BR-060 – Rodovia Federal BR-060.

CC BY-NC-SA – Creative Commons Attribution–NonCommercial–ShareAlike (licença).

DOI – Digital Object Identifier.

HD – Hard Disk (disco rígido).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

LOA – Lei Orçamentária Anual.

MP4 – Moving Picture Experts Group-4 (formato de vídeo).

PPA – Plano Plurianual.

QR – Quick Response (code).

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana.

UBS – Unidade Básica de Saúde.

SUMÁRIO

QUANDO O PASSADO DANÇA NO PRESENTE: UM MEMORIAL [ENTRE-COLCHETES] ..	17
1 – ENTRE O ASFALTO E O SILÊNCIO: JUVENTUDES, TERRITÓRIO E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO EM ALEXÂNIA.....	42
2 TECENDO SENTIDOS: FIOS FENOMENOLÓGICOS DA PESQUISA	56
3 JUVENTUDES, PERFORMATIVIDADES E A INDIVIDUALIZ(AÇÃO) NO TERRITÓRIO... ..	73
3.1. O SUJEITO CONTEMPORÂNEO E O CONTEXTO DA INDIVIDUALIZAÇÃO	73
3.2. A SUBALTERNIDADE COMO CONDIÇÃO TERRITORIALIZADA DA JUVENTUDE	89
3.3. TERRITORIALIDADE NO IMAGÉTICO DO FUTURO	100
3.4. (I)MOBILIDADE TERRITORIAL	108
3.5. GERAÇÕES E SUAS INTER-RELAÇÕES.....	117
4. FORMAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO JUVENIL: AS OFICINAS COMO PRÁTICA DE ESCUTA E EMANCIPAÇÃO.....	131
4.1. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE	137
4.1.1. Tecendo Nossa Jornada	139
4.1.1.2. Segunda oficina – documentário (<i>Câmera em Primeira Pessoa: Cartografias de mim e do Território</i>).....	150
4.1.1.3. Terceira oficina – desafios sociais (<i>Do Cotidiano à Análise: Desafios Sociais Desvelados</i>)	161
4.1.1.4. Quarta oficina – Teoria da mudança.....	169
4.1.1.5. Quinta oficina – Continuação da árvore de problemas.....	180
4.2. ANÁLISE FINAL DO CAPÍTULO DAS OFICINAS ANTES DA REDUÇÃO (Amarrações Finais do Percorso formativo).....	189
4.3 ANÁLISE FINAL DO CAPÍTULO OFICINA – DEPOIS DA REDUCAO EIDETICA] (Sugestão Costura Final: Ponto a Ponto, Nó a Nó)	194
5 DO VIVIDO AO VISÍVEL: FENOMENOLOGIAS DO FAZER-CARTILHA E DOCUMENTÁRIO COMO DEVOLUTIVAS DO SENTIDO	211
5.1 O DOCUMENTÁRIO	211
5.2 A CARTILHA	216
TRAVESSIA FENOMENOLÓGICA: ENCERRAR SEM CONCLUIR.....	222
PRÓLOGO	227

APÊNDICES.....	240
APÊNDICE - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	240
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	244
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - PARA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	248
APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ROTEIRO DE ENTREVISTA	252
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ROTEIRO DE ENTREVISTA	252
APÊNDICE E – ROTEIRO INICIAL: DOCUMENTÁRIO.....	254

QUANDO O PASSADO DANÇA NO PRESENTE: UM MEMORIAL [ENTRE-COLCHETES]

Nasci em Brasília, em um lar onde as histórias de superação e trabalho árduo permeavam o cotidiano. Minha família é uma mistura de culturas e origens, refletindo a diversidade presente em nossa sociedade. Meu pai, de cor de pele branca, traz consigo a herança de seus ancestrais europeus, enquanto minha mãe, de família negra e descendente de africanos escravizados, traz consigo uma rica bagagem cultural e a cor negra em sua pele.

A vida de meus pais não foi fácil desde o início. Meu pai enfrentou a tragédia de perder seu próprio pai quando ainda era criança. Foi ele quem descobriu o corpo de seu pai após um ataque cardíaco, com um cigarro aceso ao lado do corpo, uma experiência que marcou profundamente sua infância. Sendo o filho mais velho, ele teve que tomar responsabilidades muito precocemente. A necessidade de contribuir financeiramente com o sustento da casa o levou a assumir trabalhos pesados e difíceis, possibilitando-se que aprendesse o ofício de construir casas.

Minha mãe, por sua vez, foi a filha mais velha em uma grande família, cujas dificuldades financeiras também foram constantes. Desde criança, ela precisou trabalhar para ajudar a sustentar o lar, o que a levou a trabalhar como empregada doméstica na casa de outras pessoas. Desde a infância, foi vítima de exploração infantil por famílias ricas de Brasília, tendo seu direito de estudar, brincar e conviver com a própria família violado inúmeras vezes. Mesmo com a possibilidade de frequentar a escola somente até o 4º ano do ensino fundamental, sua paixão pela leitura e sede de conhecimento jamais diminuíram. Atualmente, com 75 anos, ler a bíblia e fazer caça-palavras com temas bíblicos é um passatempo.

Como pode ser visto na Imagem 1, a seguir, essa é a rua em que minha mãe nasceu, em Campos Altos/GO. Em dezembro de 2023, tivemos a oportunidade de retornar juntos a esse lugar. Caminhamos pelas mesmas pedras que ela um dia pisou, conversamos com antigos moradores e revisitamos lembranças guardadas pelo tempo. Foi uma viagem marcada pelo afeto e pela busca da ancestralidade — uma reconexão com as raízes que moldaram a mulher forte e inspiradora que ela é.

IMAGEM 1 - “MINHA MÃEZINHA” EM VIAGEM A CAMPOS ALTOS/MG (DEZ. 2022), REGISTRO QUE EVOCA CUIDADO, DESLOCAMENTO E PERTENCIMENTO INTERGERACIONAL.



Fonte: Autor, 2022.

Em meio aos cafezais de Campos Altos, em Minas Gerais, na década de 1950, meus pais, ainda crianças, compartilhavam o mesmo pedacinho de céu. Suas casas, de frente uma para a outra lá na Rua João Gonçalves Viana, testemunharam a semente de uma história que floresceria com o tempo e muito distante dali.

Na foto que surge em seguida, meus avós maternos, rodeados pelos filhos, eternizam em Taguatinga, na década de 1960, o começo da nossa história no Distrito Federal.

IMAGEM 2 - AVÓS E FILHOS NA QNG, TAGUATINGA/DF, DÉCADA DE 1970: FRAGMENTO DE UM ÁLBUM FAMILIAR QUE SITUA A GENEALOGIA NO CONTEXTO URBANO DO PLANALTO CENTRAL.



Fonte: Arquivo do autor, 2025.

Meus avós paternos, buscando melhores condições de vida, abandonaram as paisagens bucólicas de Campos Altos e foram para outras cidades em busca trabalho. No entanto, o destino trouxe surpresas e desafios, e a vida reservou a partida do meu avô em meio a essa caminhada. Foi então que os rumores sobre uma cidade promissora, onde as oportunidades de emprego e uma vida melhor se desenhavam, chegaram aos ouvidos da minha avó, Dora Frazão, mulher corajosa, honesta e determinada, ela decidiu seguir em frente com seus filhos, em busca de um futuro que prometia brilhar. Essa cidade era Brasília, um novo horizonte que se erguia no horizonte, abrindo as portas para a esperança e os sonhos de tantos. Ouvindo o chamado da mudança, minha avó seguiu o chamado do destino e, com coragem no peito, partiu para essa terra de oportunidades.

Enquanto isso, as notícias dessa nova metrópole se espalharam e alcançou até mesmo os confins de Campos Altos. Meus queridos avós maternos, Vôvo Totoim e Vovó Totinha, também

ouviram esse apelo irresistível. E assim, com fé no coração e uma bagagem repleta de sonhos, eles também embarcaram nessa jornada em busca de um futuro promissor.

IMAGEM 3 - VOVÓ DORA EM SUA JUVENTUDE (DÉCADA DE 1950), OLHAR QUE ATRAVESSA O TEMPO E ANCORA O PRESENTE EM HISTÓRIAS DE CORAGEM E TRABALHO.



Fonte: Arquivo da família, 1950.

Vovó Dora uma figura tão extraordinária em minha vida que palavras parecem insuficientes para expressar a quão significativa o que ela foi para mim. Lembro-me vividamente de como seu

coração transbordava de bondade e gentileza, preenchendo nossos dias com bolos, pães e quitutes. A simplicidade das suas ações refletia a grandeza do seu espírito. Nunca cruzei com alguém que pudesse dizer uma palavra negativa a seu respeito, e isso não era surpresa alguma. Suas palavras eram sempre doces, cheias de encorajamento e apoio, e nunca ouvi uma única crítica mal-intencionada sair de seus lábios.

À medida que o tempo passou, a distância me separou de sua presença constante. A juventude me arrastou por diferentes caminhos, e embora nossas interações tenham se tornado menos frequentes, a ligação entre nós permaneceu inquebrável. Então, naquela semana que marcaria uma despedida tão dolorosa, o destino parecia decidido a unir-nos uma vez mais. Tive a dádiva de passar aqueles dias ao seu lado, compartilhando conversas que vão além das palavras. Seus olhos sábios, enrugados pelo tempo, transmitiam histórias que só a vida poderia contar. E quando as lágrimas ameaçaram tomar conta, vovô estava lá para me confortar com suas palavras gentis e serenas: "Vai ficar tudo bem!", sussurrava com a confiança de quem carregava consigo a sabedoria da experiência.

Vovô Totoim, avô materno, um homem cuja presença era um hino à coragem e à sabedoria, ensinou-me lições que transcendem o tempo e ecoam até os dias atuais. Minhas memórias de vovô são como um caleidoscópio de lições valiosas. Lembro-me vividamente de sua determinação incansável, de suas mãos habilidosas costurando ternos e paletós, como um maestro regendo uma sinfonia de tecidos e linhas. Mesmo após cruzar o limiar dos 70 anos, vovô continuava a tecer sua paixão com uma dedicação que irradiava inspiração.

Mas vovô era muito mais do que um habilidoso alfaiate. Seu olhar brilhante parecia penetrar na essência das coisas, como se enxergasse além das aparências e mergulhasse nas profundezas da alma humana. Mesmo que as palavras nem sempre fluíssem facilmente, suas ações falavam por ele. Vovô conseguia colocar a linha na agulha com destreza, e, de alguma forma, essa habilidade era uma metáfora perfeita para sua capacidade de entender as pessoas, de ligar os fios invisíveis que nos unem.

As tardes em que vovô nos visitava eram esperadas com antecipação e alegria. Ele chegava de ônibus, sozinho, mas com uma coragem que era tangível por se locomover entre Taguatinga e Ceilândia, em transporte público, com tanta destreza. Sua determinação em percorrer distâncias

físicas para nos ver era um testemunho de sua devoção à família. Sua presença trazia um senso de conexão e calma, enchendo nossos corações com carinho e gratidão.

No entanto, o espírito corajoso de vovô era mais profundo do que essas visitas alegres. Ao lembrar de sua jornada de Campos Altos a Brasília, sou preenchido com profundo respeito e admiração. Ele abraçou a mudança, movido pela crença em um futuro melhor para si e para aqueles que amava. Sua determinação foi a âncora que o sustentou, uma força que o guiou através de desafios e incertezas. Vovô partiu como um pássaro: silencioso, calmo e discreto... até em seu último suspiro.

IMAGEM 4 - VOVÓ TOTINHA, EM CLOSE VIBRANTE CAPTADO PELO PRIMO ALEXANDRE, REVELANDO A POTÊNCIA DOS AFETOS COTIDIANOS.



Fonte: Arquivos da família, 2025.

Na imagem 4 e nas minhas memórias, o retrato da vovó Totinha ganha vida com cores vibrantes e nuances profundas. Vóvo era um feixe de energia alegre e um leão feroz quando se tratava de seu território. A imagem dela defendendo sua casa é como um quadro pintado com a paleta das lembranças afetuosas.

Vovó era uma personagem única, repleta de nuances e peculiaridades. Sua defesa ardente de sua casa, sua fortaleza, era uma manifestação de sua força interna. Lembro-me de como suas regras eram como os pilares que sustentavam aquele universo que ela construiu com tanta dedicação. Sua personalidade territorial era uma expressão de seu amor e cuidado, e sua alegria contagiante enchia nossos corações. Um aspecto curioso e, de certa forma, misterioso, era a relação dela com o álcool. Embora ela tenha enfrentado essa batalha desde a juventude, nunca a vi com uma bebida em mãos, nem a vi em estado de embriaguez. Era como se ela tivesse escolhido lutar essa luta longe dos olhares daqueles que amava, uma decisão que, de alguma forma, a tornava ainda mais admirável. Seu amor pelos animais era um testemunho de sua natureza: cachorros, galinhas, tartarugas e aquele pé de jaboticaba que parecia ser uma extensão dela mesma.

Mas a vida tece histórias complexas, e o enredo da vovó Totinha tomou um rumo inesperado. O diagnóstico de Alzheimer lançou uma sombra sobre seus dias alegres e enérgicos. Ao longo dos quase uma década que seguiram, testemunhamos sua jornada rumo à escuridão desconhecida. Era como se estivéssemos observando uma transformação lenta e dolorosa, enquanto ela deslizava para um estado semelhante ao de um bebê, suas memórias e identidade escorrendo como areia por entre os dedos.

Mesmo quando as palavras não eram mais acessíveis, seu olhar mantinha a centelha de sua alma, brilhando como uma luz tímida na escuridão. Acredito que sua história escondeu segredos do passado, traumas que ela nunca pôde verbalizar, mas que deixaram cicatrizes invisíveis.

Na tessitura da minha existência, há esses três ícones que desenham as raízes da minha ancestralidade, conectando-me a um passado que é tanto minha fundação quanto meu guia. Eles são as âncoras emocionais que moldam a trajetória da minha jornada, instilando em mim um senso profundo de pertencimento e propósito.

Na década de 60 e 70 Brasília, com seus ares modernos e promissores, se tornou o cenário que selaria o destino dessas duas famílias, meus avós viajaram em buscar de um futuro digno, e foi

lá, na cidade que pulsava com vida e oportunidades, que a história de amor dos meus pais encontrou seu auge.

E João aceitou sua proposta
 E num ônibus entrou no Planalto Central
 Ele ficou bestificado com a cidade
 Saindo da rodoviária, viu as luzes de Natal
 Meu Deus, mas que cidade linda
 No Ano Novo eu começo a trabalhar
 Cortar madeira, aprendiz de carpinteiro
 Ganhava cem mil por mês em Taguatinga
(Música Faroeste Caboclo – Legião Urbana)

Com o tempo, eles se reencontraram e, como se fosse um enredo escrito nas estrelas, o amor floresceu entre eles e em menos de um ano, eles se reencontram, namoraram, noivaram e se casaram. Em meio a essa cidade repleta de oportunidades, nasceu minha família, que logo aumentaria em 1977 com a chegada do primogênito, uma alma alegre e brincalhona de natureza, que desde o ventre trouxe alegria a família. Em 1980 com a princesa da família, uma menina doce, meiga e com olhos brilhantes, tais como jabuticabas. E finalmente o caçula, eu “estreio” em 1985 como bebê enorme, gordinho e sempre amado por todos.

Meu irmão, Paulo Henrique, o primogênito que carrega as características de seu signo Touro de maneira tão autêntica. É como se o universo tivesse traçado suas linhas em busca de algo pragmático, produtivo e perseverante, e isso moldou sua essência de maneira única. Lembro-me dos dias de infância, quando nossa relação era uma mistura vívida de amor e conflito. Paulo Henrique, com toda a sua determinação e teimosia taurina, muitas vezes cruzava meu caminho, e a faísca resultante frequentemente se transformava em chamas de brigas. Nós éramos como pólos opostos, sempre a provocar e agredir um ao outro. As diferenças pareciam maiores do que qualquer coisa que pudéssemos compartilhar. Na maturidade, essa relação de amor e ódio, que por tanto tempo balançou entre brincadeiras e confrontos, deu lugar a uma compreensão mais profunda e respeito mútuo amarrado por uma corda de sisal chamada Serena.

Quando eu penso na minha irmã Gláucia, carinhosamente conhecida como Dadá, meu coração se enche de uma gratidão profunda. Ela é mais do que apenas uma irmã para mim; é um reencontro de almas que transcende a própria vida.

Neném sem chupeta
 Romeu sem Julieta

Sou eu assim sem você
Carro sem estrada
Queijo sem goiabada
Sou eu assim sem você.

(Música Fico Assim sem Você – Claudinho e Bochecha)

Desde a infância, sempre fomos envolvidos por uma ligação extraordinária, uma conexão que vai além das palavras e da compreensão humana. Dadá nunca precisou de explicações para entender meus sentimentos e pensamentos mais profundos. Ela sempre esteve lá (e está!), ao meu lado, como um porto seguro nos momentos de tempestade. Sua presença era reconfortante, como um abraço acolhedor que envolve todo o meu ser. E, assim como uma mãe cuida de seu filho, Dadá cuidou de mim com um amor incondicional e uma dedicação incomparável.

Essa foi a atmosfera em que cresci, cercado pelas histórias de luta, superação e perseverança dos meus ancestrais. As adversidades nunca os impediram de sonhar e acreditar em um futuro melhor. A educação sempre foi valorizada em nosso lar, mesmo que meus pais não tivessem tido a oportunidade de concluir seus estudos formalmente.

IMAGEM 5 - DIA DOS PAIS (2017): ENCONTRO FAMILIAR QUE REAFIRMA LAÇOS E REDES DE APOIO QUE SUSTENTAM O AUTOR.



Fonte: Autor, 2017.

Meus pais sempre foram exemplos de trabalho árduo e dedicação, e, com a chegada da democracia e a ascensão da economia, eles encontraram o caminho para construir um futuro repleto de conforto e prosperidade. Ao final da década de 80 e durante os anos 90, a vida nos sorriu generosamente. Minha família desfrutava de uma vida confortável, com fartura de alimentos, viagens de férias, carros na garagem, cursos de inglês e francês e a presença de aparelhos celulares, que naquela época eram verdadeiros símbolos de status. O suor e o empenho do meu pai em seu trabalho renderam frutos, e ele conseguiu consolidar seu nome no ramo da construção civil, erguendo diversas casas e mansões nos lugares mais nobres de Brasília, o que trouxe prosperidade financeira à nossa família.

Mas, em meio a essa bonança material, meus pais nunca se esqueceram de onde vieram e da importância da solidariedade e da caridade. A cada domingo à tarde, uma bela rotina se desenrolava: caminhávamos todos juntos, como uma família unida, até o Lar de Velhinhos Zélia Macalhão, na Ceilândia, situado a 2 km de nossa casa. Ali, aprendemos, desde cedo, a valorizar e respeitar a sabedoria dos mais velhos. Distribuíamos pães, bolos e café com leite, mas nosso gesto não se limitava a isso. Era um momento de partilhar afeto, ouvir suas histórias e cuidar da higiene pessoal, oferecendo-lhes um pouco de carinho e atenção que talvez faltasse em suas rotinas.

Além disso, nossas férias sempre ganhavam um significado especial. Meus pais tinham o nobre costume de destinar parte daquilo que meu pai ganhava ao longo do ano para a compra de cestas básicas. Essas cestas eram distribuídas às famílias menos favorecidas dos lugares que visitávamos em nossas viagens de final de ano. Era uma forma de levar esperança e solidariedade a quem mais precisava, um ato simples, mas que carrega um imenso significado para mim.

A caridade e a vontade de ajudar o próximo sempre foram pilares inabaláveis em nossas vidas. Esses atos nos ensinaram a importância de olhar além de nossas próprias necessidades e a cultivar um coração aberto àqueles que precisam de uma mão estendida. Meus pais, com sua sabedoria e amor incondicional, sempre me ensinaram que o estudo seria o tesouro mais valioso que poderiam nos oferecer.

O final da década de 90 trouxe grandes mudanças e desafios à nossa família. A ascensão das grandes construtoras fechou as portas para a profissão de "mestres de obras", tirando das mãos dos pedreiros e mestres de obras a oportunidade de trabalho autônomo, devido a necessidade de submeter às construtoras/corporações, que no ficavam com a grande parte dos lucros. Foi um

período de turbulência financeira em nosso lar, vendo nosso pai enfrentar dias difíceis, com a tristeza estampada em seu olhar, lutando para manter seus ganhos. Era uma época em que nossas economias se esgotavam rapidamente, e restaram apenas nossa modesta casa e um pequeno sítio.

Ver meus pais nessa situação me entristecia profundamente. Mamãe, valente e batalhadora como sempre, voltou a trabalhar como doméstica, enfrentando jornadas cansativas de três ônibus até o trabalho. A sensação de impotência tomava conta de mim, pois eu queria poder fazer mais para aliviar suas preocupações e esforços.

Enquanto meus irmãos buscavam trabalho, capacitação e independência financeira, eu me vi na adolescência e em meio a uma jornada de autodescoberta. Os hormônios fervilhavam em meu interior, e foi nesse momento que percebi que meus sentimentos se direcionavam para meninos. No entanto, cresci em uma família tradicional, e a incerteza em como (con)viver com a minha orientação sexual me angustiava.

Foi nesse período delicado que alguém bem próximo de minha família, se aproximou de mim, e começaram as "brincadeiras" que, no fundo, eram manipulação, abuso e ameaças de contar para todos. Cedi a ele, cedi as ameaças e cedi ao medo de ser julgado, de ser rotulado, e de ter meu "segredo" revelado, mas logo o que era medo se transformou em algo que eu achei ser normal. Toda essa confusão emocional apenas agravava a minha dor interior e eu passei a gostar de estar com ele, admirava-o assim como todos. Porém, em meio a todo esse turbilhão de emoções, sinto que perdi a percepção do que era real.

Durante os primeiros passos no Ensino Médio, conheci alguém que se tornaria não apenas um capítulo, mas o protagonista da minha história de adolescência. Um jovem adolescente, moreno claro, magro, sorriso contido, cabelos lisos e levemente jogados de lado, cuja timidez era como uma aura misteriosa e cativante que se apresentou como um colega de classe e se tornou meu melhor amigo e minha primeira paixão.

É engraçado como, ao recordar, as memórias não se fixam em gestos físicos ou em desejos carnavais, mas sim em conexões. O coração adolescente é capaz de sentir de maneira intensa, mas também é capaz de entender a pureza do afeto e da conexão sem a necessidade/urgência do desejo carnal. Esse primeiro amor, sem o fogo físico, deixou brasas eternas em meu coração.

Aquelas tardes ao seu lado eram verdadeiros momentos de refúgio. Matava aula e íamos ao cinema, ao parque da cidade e escutávamos rock, que ele me apresentou com tanta ousadia. Ele

trabalhava como estagiário em um Banco Estatal, e foi com sua inspiração que busquei meu próprio estágio em uma empresa que prestava serviços para um banco, trabalhando com compensação bancária.

Esse estágio foi um marco em minha trajetória, pois além de me proporcionar um salário digno, trouxe orgulho e admiração de minha família no primeiro momento. Eu me sentia realizado, pois, mesmo em meio às dificuldades, estava trilhando meu próprio caminho, descobrindo meus interesses e construindo minha independência.

Me fiz em mil pedaços pra você juntar
E queria sempre achar explicação pro que eu sentia
Como um anjo caído, fiz questão de esquecer
Que mentir pra si mesmo é sempre a pior mentira...
(*Música Quase sem querer – Legião Urbana*)

Mal podia imaginar que o orgulho que todos sentiam por mim se transformaria em vergonha, raiva e desprezo, em um capítulo que marcaria para sempre minha jornada. Um caminho obscuro se abriu diante de mim, e encontrei uma forma errônea de lidar com esse turbilhão de sentimentos que vivia. Eu me sentia sufocado por aquele que me abusava, precisava “esconder” meus reais sentimentos para aquele que roubou meu coração e via minha família em uma crise financeira que só piorava.

O desesperado me fez cometer ações que as consequências foram pesadas não só para mim, mais também para meus pais causando cicatrizes invisíveis que carrego até hoje no meu íntimo. Em busca de um recomeço, deixamos a Brasília para trás e fomos morar no sítio em Alexânia/GO, onde o silêncio podia abrigar nossos corações machucados. Papai e mamãe carregavam consigo a sombra da decepção e da vergonha, e nossas vidas mudaram radicalmente.

Fui julgado, enfrentei medidas socioeducativas, mas também foi um período de aprendizado e reflexão. Aprendi que a vida é feita de escolhas, e que cada uma delas traz consigo consequências profundas. Aprendi que a dor pode ser transformada em crescimento e força interior.

A mudança para Alexânia rasgou todas as minhas relações de maneira abrupta, como uma página arrancada de um livro que estava sendo lido avidamente. Minha família - eu, papai e mamãe - fomos arrancados daquela realidade em Brasília da noite para o dia, como se as próprias estrelas tivessem conspirado para nos lançar nesse novo capítulo. Não houve despedidas, não pude dizer um último até logo, e sequer tive a chance de ligar para os amigos que tanto significavam para

mim. Mamãe e papai, guiados pelo medo e pela necessidade de proteção, ocultaram a verdade que apenas décadas mais tarde eles iriam compreender. Aquela mudança repentina marcou o início de uma série de consequências que, como sombras, ainda se projetam em minha vida. Uma das feridas mais profundas que carrego é a quebra das relações que outrora eram como fios invisíveis que me conectavam ao passado.

Um acontecimento transformador naquele ano, iluminando-me com uma luz de esperança e amor, foi o nascimento da pequena Luciana, carinhosamente chamada de Lula. Ela surgiu como um raio de sol no meio da tempestade que havia se formado em minha vida, trazendo consigo uma renovação de energia e um renascimento do coração. No entanto, devo admitir com humildade que minhas ações impensadas também tornaram o momento da chegada da Lula uma época desafiadora para todos nós. Seu nascimento se tornou um divisor de águas no ano de 2002, trazendo um propósito renovado e uma razão profunda para seguir em frente.

No ano seguinte, em 2003, minha irmã também decidiu se juntar a nós em Alexânia. Foi então que a oportunidade maravilhosa de cuidar da Lula durante as tardes e noites se apresentou a mim. Esses momentos compartilhados se tornaram um bálsamo para minha alma, uma chance de reacender a chama da vida e abraçar o amor incondicional que emanava dos olhos brilhantes da Lula. Cada risada dela era um lembrete de que a vida era mais do que meus erros do passado, mais do que as sombras que nos perseguem.

IMAGEM 6 - MEUS PAIS COM SERENA (CRIANÇA) E LUCIANA (JOVEM), AGOSTO DE 2020: CENA FAMILIAR QUE CELEBRA O CICLO DE CUIDADO ENTRE GERAÇÕES.



Fonte: Autor, 2020.

A pequena Lula não apenas me ajudou a reencontrar a vontade de viver novamente, mas também me mostrou a beleza da redenção e do autoperdão. Seu sorriso, suas risadas contagiantes, sua alegria pura e inabalável, tudo isso foi um lembrete constante de que somos capazes de superar as adversidades e encontrar a luz, mesmo nos momentos mais sombrios. Lula não apenas me trouxe de volta à vida, mas também me presenteou com uma lição valiosa: que o amor e a esperança são forças poderosas capazes de transformar até mesmo as circunstâncias mais difíceis em oportunidades de crescimento e renovação.

Hoje, olhando para trás, sei que sou um sobrevivente dessa tempestade. Cada cicatriz em minha alma é uma marca de superação, uma prova da minha resiliência. Ainda há dias sombrios, mas a luz do amor-próprio dissipa as sombras do passado.

A vida em Alexânia tornou-se árdua, e coisas que antes eram acessíveis naquele momento pareciam distantes. A luta diária para ir à escola era uma batalha constante, e concluir o ensino médio se mostrou uma prova de força e determinação. Ver meus pais enfrentarem tanta dificuldade sem sorrir me fez sentir culpado por muitos anos. A situação financeira que já era difícil, tornou-se ainda mais precária. Mas, em meio a esse cenário desafiador, a esperança ainda brilhava em meu coração.

Os sonhos vêm e os sonhos vão
 E o resto é imperfeito
 Disseste que se tua voz
 Tivesse força igual
 À imensa dor que sentes
 Teu grito acordaria
 Não só a tua casa
 Mas a vizinhança inteira
(Música Há Tempos – Legião Urbana)

Morávamos em um lugar chamado Morada do Sol, uma comunidade rural, envolta ao cerrado, às margens da BR-060 cercada por barracos, casas modestas, histórias entrelaçadas, desafios que se tornavam trampolins de resiliência. As casas modestas, erguidas com simplicidade, eram testemunhas silenciosas da jornada diária de pessoas que encaravam a pobreza com coragem. As trilhas de terra cruzavam-se como veias que ligavam cada lar, formando uma teia, porém pulsante, de conexões naquela comunidade rural. Crianças e adolescentes riam descalças, brincavam sem brinquedos e comiam frutos do cerrado. Enquanto os adultos enfrentavam o trabalho árduo nos campos e na terra, a busca por um sustento. A pobreza era uma presença

marcante, mas também um solo fértil onde brotavam a solidariedade, a resiliência e a esperança. Na Morada do Sol, aprendi a lutar em silêncio, celebrar pequenas vitórias e acreditar no poder da união.

Nossos corações encontraram um propósito radiante na Morada do Sol, onde os trabalhos sociais eram mais que meras tarefas, eram atos de amor que transcendiam as limitações de recursos. A lembrança das manhãs de sábado é vívida em minha mente, quando eu, papai e mamãe nos uníamos com uma determinação incansável para criar algo que ultrapassasse a escassez de alimentos na comunidade. Com mãos hábeis e corações abertos, preparávamos uma sopa fraterna, um caldeirão cheio de bondade e esperança. Sempre faltavam ingredientes, mas sobrava o desejo genuíno de ajudar. E então, quando era meio-dia, as famílias reuniam em nosso sítio. Os sorrisos que atravessavam as faces cansadas eram reflexos de um alívio tangível, de um calor que transcendia a temperatura da sopa. Nosso gesto modesto se transformava em um banquete compartilhado, um momento de comunhão que aquecia tanto os corpos quanto as almas. A satisfação que brilhava nos olhos dos nossos convidados era nossa recompensa, um eco de gratidão que preenchia os espaços vazios de nossa própria jornada. Era uma tarefa que exigia esforço, mas encontrávamos paz no ato de estender as mãos e, através do simples ato de servir, enriquecíamos nossas vidas de maneiras inimagináveis.

Nesse lugar onde as trilhas da vida eram frequentemente irregulares, o acesso à educação também se revelava precário. O transporte escolar, muitas vezes falho, nos fazia perder aulas valiosas. Até que um dia, quando o ônibus simplesmente não apareceu, uma amiga e eu decidimos tomar o destino em nossas mãos. Pegamos uma carona improvisada para a cidade, onde Simone foi direto para a escola e eu, com uma coragem que mal sabia que possuía, dirigi-me à prefeitura. Sentado em um sofá no seu Gabinete, recusei-me a sair até que o prefeito, me ouvisse. Depois de quase 3 horas esperando, fui atendido e expliquei-lhe a situação: a falta de transporte estava prejudicando nosso aprendizado, e algo precisava ser feito. Ele me escutou, acolhendo minha voz e minhas preocupações. Embora a situação não tenha mudado, esse foi o primeiro passo de uma jornada em que eu aprenderia o poder da voz, a importância da reivindicação dos direitos. Naquele momento, diante do prefeito, nascia a semente da reivindicação que moldariam o meu futuro.

Com muita dedicação e coragem, consegui superar os obstáculos e completar o ensino médio. Os dois últimos anos foram especialmente árduos, pois durante o dia trabalhava como

instrutor de informática em uma escola, à noite, mesmo cansado, frequentava o colégio e voltava de “carona” para casa. Ficava às margens da BR-060 implorando para quem passasse pudesse me levar até a Morada do Sol. Sonhava com o nível superior, porém, naquele momento não acharia que conseguiria alcançar.

Os fins de semana, que deveriam ser de descanso, transformavam-se em oportunidade de conseguir dinheiro extra. Era recreador em um hotel fazenda, vivendo entre risos e brincadeiras com crianças e adolescentes, mas ainda com a consciência do quanto precisava me esforçar para conquistar meus sonhos.

Uma sede por aventura e novos horizontes incendiava meu coração. Os sonhos se desdobravam como um mosaico de cores vibrantes: viagens, moradia no exterior, a agitação de um centro urbano, um lar e um carro. As raízes da família e da religião eram profundas naquele momento, mas uma força maior, um chamado interior, me impulsionava a buscar mais. O ano de 2006 se tornou um ano importante, marcando minha decisão de pedir demissão dos empregos e mergulhar de cabeça em um curso de Comissário de Voo.

Retornando para o passado (2006), sinto que as asas da minha ambição estavam prestes a ganhar vida novamente, me conduzindo de volta a Brasília. Minha mente é clara como cristal quanto à imagem de minha mãe ajudando-me a carregar a mala, nossas mãos juntas, uma despedida cheia de significado naquela ponte que ligava nossa rua à rua central da Morada do Sol. Ela enxergava o fio que me conectava ao além, compreendia que minha essência ansiava por voar em outros céus, que meus sonhos transcenderiam aquelas fronteiras. Ela via algo maior do que a rotina diária, algo que ressoava com o propósito que Deus reservava para minha vida. Aquele momento de separação, embora doloroso, era também um rito de passagem, uma jornada que meu coração clamava por seguir. E com sua bênção silenciosa, mãe e filho se despediram naquele instante, cada passo carregando a promessa de que a busca pelo horizonte não seria em vão.

Eu sei que ela nunca compreendeu
Os meus motivos de sair de lá
Mas ela sabe que depois que cresce
O filho vira passarinho e quer voar...

Musica No dia que eu saí de casa – Zéze de Camargo & Luciano

Retornar a Brasília carregava a promessa de reatar laços, reencontrar amigos e resgatar conexões que o tempo havia distanciado. Mas as expectativas foram despedaçadas pelo choque da

realidade: as pessoas haviam mudado, eu havia mudado, e tudo parecia se distorcer em uma teia de desconexões. Essa desilusão me trespassou com uma dor persistente, que mesmo ao longo dos anos não conseguiu cicatrizar por completo.

A trajetória que imaginei, como comissário de voo, foi interrompida. A realidade divergiu cruelmente dos meus sonhos, e em meio a uma crise financeira, vi-me recorrendo ao apoio de vovó Dora. Ela estendeu a mão com seu empréstimo e conselhos sábios, orientando-me a buscar emprego. Recordo nitidamente daquela conversa numa quinta-feira pré-carnaval de 2006 em que a minha avó me disse que tudo ficaria bem! No sábado, um anúncio de emprego no jornal acendeu uma centelha de esperança: uma oportunidade para ser professor numa fazenda na Bahia. Sem hesitar, apliquei-me e convidei minha amiga a fazer o mesmo. O chamado para a entrevista foi quase imediato, e a aprovação veio como um sopro de confirmação na tarde daquele dia.

No sábado à noite, fui até a casa de vovó Dora para compartilhar a notícia e explicar que estava de partida para Jaborandi, na Bahia. Seus olhos sábios encontraram os meus e suas palavras soaram como uma previsão cumprida: "Você viu? Eu te disse que ia dar certo. Agora vá e conte aos seus pais que você vai para a Bahia". No domingo à tarde, dirigi-me a Alexânia para contar aos meus pais sobre a nova jornada que estava prestes a empreender. Exatamente enquanto compartilhava os planos com papai e mamãe, o telefone interrompeu o momento com notícias devastadoras: vovó tinha partido!

Na terça-feira, sob o peso da perda recente, vimos vovó ser sepultada. No entanto, em meio à tristeza e ao luto, uma nova etapa se aproximava. Na noite daquele mesmo dia acompanhado por Claudia, embarquei rumo à Fazenda Jatobá. As lágrimas que ainda brilhavam em meus olhos guardavam a tristeza da partida, mas também a determinação de seguir em frente, sabendo que estava trilhando um caminho que vovó acreditava que daria certo. E assim, com a lembrança de vovó Dora impulsionando-me, embarquei na jornada que estava prestes a moldar meu destino de formas imprevisíveis. Esse ano na fazenda marcou um capítulo transformador em minha história. Em 2006, as bases estavam sendo lançadas para um futuro que estava prestes a se desdobrar.

Foi nesse contexto que um relacionamento começou a se estabelecer uma conexão significativa com o pai de um dos meus estudantes, um holandês, sociólogo por natureza, cuja perspicácia e inteligência eram admiráveis. Suas palavras carregadas de insights e perspectivas frescas sobre educação me cativaram. Ao final do ano letivo, um convite que ele estendeu ecoou

como um chamado para o desconhecido, uma oportunidade que abraçava a minha sede de aventura. Ele me convidou para ir ao Zimbabwe, para participar de um curso de gerenciamento de projetos sociais com objetivo de implantar uma organização social no Brasil. Não pensei duas vezes antes de aceitar. O ano de 2006 havia sido um prelúdio, e o ano de 2007 me aguardava como uma página em branco prestes a ser preenchida com as experiências inesquecíveis que eu estava destinado a viver em solo africano.

Viver no Zimbabwe foi uma experiência que incrivelmente moldou minha personalidade, como se as cores vibrantes da África estivessem tingindo os traços da minha identidade. Imerso em um Instituto que abrigava pessoas de diversos países, percebi que a coletividade era um tesouro a ser cultivado. As fronteiras culturais deram lugar a laços humanos que transcenderam diferenças linguísticas a favor dos objetivos coletivos. Compartilhar o tempo, a comida, os recursos tornaram-se um reflexo natural desse novo mundo que habitava.

Quando conheci o Terceiro Setor e iniciei uma travessia que me fez cruzar territórios, abraçar pessoas, colecionar aprendizados, enfrentar desafios e viver experiências que moldaram quem sou hoje. Quase um ano no Zimbábue, cursando o técnico em Gerenciamento de Projetos Sociais, mergulhado na teoria e, sobretudo, na prática, fez-me entender meu lugar no mundo. Na foto a seguir, estou em Shamva, Bindura, participando de mutirões comunitários — símbolo de uma caminhada que me ensinou que transformação social também se faz com as mãos, com o corpo e com o coração inteiro.

Porém, a jornada de viver e trabalhar junto às famílias no Zimbabwe não foi sem seus desafios. À medida que os meses avançavam, os contornos da vida coletiva se tornaram cada vez mais nítidos, revelando-me lições profundas. Organizar o tempo, gerir prioridades e trabalhar em prol do bem comum ganharam significados que ultrapassavam as palavras. A vida no coletivo tocava a alma de maneira única, e o Zimbabwe se tornou um templo de aprendizado. Em meio às vastas paisagens da savana africana, a jornada era uma sinfonia de emoções.

IMAGEM 7 - MUTIRÃO COMUNITÁRIO EM ÁREA RURAL DE SHAMVA, BINDURA (2007): EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL QUE AMPLIA O HORIZONTE POLÍTICO-SOLIDÁRIO DO AUTOR.



Fonte: Autor, 2020.

A formatura do curso abriu portas que eu nunca ousara imaginar. Entre elas, uma das mais fulgurantes oportunidades: unir-me à equipe da Organização Internacional. O coração ansiava por desbravar fronteiras, por um destino além das linhas do Brasil. E assim, como professor encarregado de treinar voluntários de diferentes nações e encaminhar para os projetos sociais na África, fui lançado a um capítulo surpreendente da minha jornada, ou melhor, um novo contrato de trabalho. Em dezembro, as ondas do destino me conduziram até São Vicente e Grenadines, onde uma academia filiada ao Movimento Internacional se tornou o cenário das minhas aulas. Os anos de 2008 e 2009 se desenrolaram como uma sinfonia de aprendizado e crescimento. Inicialmente professor, meu leonino dom da comunicação me catapultou a uma nova esfera. Ascendi a Gerente de Recrutamento e Seleção, encabeçando uma equipe de seis colaboradores. E então, uma jornada pelo mundo se desdobrou a cada semana, palestras sobre programas de trabalho voluntário ecoando através da América Latina. Meus passos cruzaram fronteiras, cidades e culturas, do México à Colômbia, dos Estados Unidos ao Brasil, da agitação urbana ao pulsar da natureza.

A vida estava alinhada com meus sonhos, cada batida do meu coração ressoando com alegria e realização. Entretanto, a vida é um rio de reviravoltas, e em meio a esse fluxo, a diabetes se fez presente. A condição abalou o alicerce dos meus sonhos, empurrando-me a fazer uma dolorosa escolha. Abandonei minha posição, busquei um recomeço de volta, moldando minha vida com uma rotina mais estável.

Essa jornada me ensinou lições profundas, principalmente que somos tão grandes quanto nossos sonhos e ao mesmo tempo tão frágeis como o cristal. Cada passo que dei, cada barreira que enfrentei, reafirmou a crença na nossa capacidade de moldar o destino, de criar horizontes com as cores das nossas ambições. A vida é um constante equilíbrio entre o que planejamos e o que nos é apresentado, e nesse encontro entre sonhos e realidade, descobrimos a força inerente a cada um de nós. Assim, mesmo diante das curvas imprevisíveis da vida, aprendi que a essência dos nossos sonhos permanece ilesos, sempre pronta para ser reavivada com cada novo passo que damos.

Voltando a trabalhar na Bahia, passei mais de uma década em uma terra que sempre me abraçava com suas raízes, coordenando programas sociais com foco era a infância e adolescência. Com cada passo, conquista ao longo desses anos tornava meu propósito mais claro.

Com muitos esforços, concluí o Curso de Gestão Pública 2016, e no mesmo ano fui aprovado em uma especialização que mudaria o curso da minha vida. A Especialização em Inovação Social, com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia, no IF Baiano Campus Serrinha. Os professores abriram portas para um processo de autoconhecimento e autoconfrontação. Através de um processo de pesquisa focado na juventude rural em Tucano, as camadas da minha própria prática começaram a ser descascadas, revelando vulnerabilidades e desafios. Foi uma jornada dolorosa, um olhar introspectivo que desafiou minhas crenças e me impeliu a abraçar a autonomia dos sujeitos como o coração pulsante da transformação.

Cada página daquele processo foi um mergulho nas águas do meu próprio eu, uma análise profunda das minhas ações, intenções e das barreiras que precisavam ser demolidas. Foi um processo que arrancou camadas da minha pele, como se eu estivesse reconstituindo meu próprio ser. Sob a superfície, a política e suas nuances se revelaram, e a compreensão da esquerda e da direita abrindo uma nova perspectiva. Esse processo doloroso foi também libertador, como um carcará renascendo das cinzas, emergindo com uma visão clara do caminho a percorrer.

Nada desvia o destino
 Hoje tudo faz sentido
 E ainda há tanto a aprender
 E a vida tão generosa comigo
 Veio de amigo a amigo
 Me apresentar a você
Música Monalisa – Jorge Vercilo.

Foi como se a jornada me convidasse a despir-me de qualquer ego, a deixar de lado qualquer preconceito, e a reconhecer que a transformação da realidade é uma jornada coletiva. As lições da vida e das experiências se entrelaçaram, tecendo uma teia de compreensão profunda e empatia ampliada. Aprendi que cada um de nós é uma peça no quebra-cabeça da mudança, e que, unindo nossas forças, podemos construir um cenário onde o propósito floresça e o bem comum prevaleça. E assim, a jornada da vida, marcada por desafios, superações e aprendizados, me conduz ao entendimento de que somos todos parte de um todo maior, e que nossos sonhos, unidos, podem transformar o mundo à nossa volta.

Cada passo que dei, cada sorriso que ajudei a construir, contribuiu para a edificação de uma visão mais clara e abrangente. Hoje, quando olho para trás, vejo um mosaico de momentos que formaram o alicerce das minhas convicções. Como um novo olhar, a partir do conhecimento, encontrei a essência de uma busca por justiça, igualdade e um mundo onde a solidariedade seja o alicerce que sustenta nossas ações.

O desejo de cursar o Mestrado nasceu ainda na Pós-Graduação em Serrinha/BA, um momento que me despertou para essa jornada e me conduziu a uma trajetória de escolhas e renúncias. Encontrar esse espaço foi uma conquista importante, mas que trouxe consigo desafios e decisões difíceis. Quando fui aprovado, percebi que meu projeto de pesquisa representava muito mais do que uma extensão do que tenho vivido e aprendido com a juventude do Território do Sisal, ele se conectava profundamente com minhas próprias experiências. Contudo, precisei tomar decisões marcantes, como pedir demissão de uma organização que me deu tantas oportunidades, após 16 anos, para me dedicar integralmente ao mestrado. Outra mudança significativa foi redirecionar o foco do meu projeto para as juventudes de Alexânia/GO, especialmente para as da Morada do Sol, um território que pulsa com histórias e demandas urgentes.

Neste processo, aprendi que, independentemente de nossas origens, somos todos interligados, vivendo em uma sociedade complexa e entrelaçada. Cada um de nós tem um papel, uma responsabilidade em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Através das páginas da minha pesquisa, busco compreender as aspirações, necessidades e sonhos dessas juventudes, com um olhar tanto de alguém de fora quanto de dentro (outsider/Insider), que retorna a Alexânia após anos fora, e tenta capturar a participação social e a territorialidade sob a ótica das juventudes locais.

O propósito que me move vai além de mim: é um chamado para a ação coletiva, uma união de vozes que ressoam por um futuro mais igualitário e justo. Cada esforço que fazemos, cada passo adiante, não está isolado — ele ecoa através do tempo, construindo um legado de compromisso e transformação. Seguimos adiante, guiados pelo propósito, pela empatia e pela crença de que juntos podemos moldar um mundo onde todos tenham a oportunidade de florescer, sonhar, brilhar e, sobretudo, ser felizes.

Em 2024, quando retorno a Alexânia, para realizar o campo da pesquisa, vejo que embora, há um lapso de quase 20 anos, os indicadores mostram que o município ainda não avançou muito nas Políticas Públicas. Alexânia, localizada no estado de Goiás, Brasil, é um município que carrega em si marcas profundas da história e das transformações territoriais do país. Ao longo da minha pesquisa, explorei como o território e a territorialidade influenciam as juventudes locais, e como essas interações refletem um contexto mais amplo de desenvolvimento e participação social.

Durante o período colonial, Alexânia fazia parte de uma rede urbana vinculada à mineração, uma atividade introduzida pelas entradas e bandeiras. Essa dinâmica foi crucial para a formação de povoados como Olhos d'Água, que surgiu ao longo da estrada real, conectando o Rio de Janeiro à Vila Boa (atual cidade de Goiás). Inicialmente habitada por povos indígenas, a região viu suas dinâmicas sociais e econômicas se transformarem a partir da descoberta de ouro no século XVIII. Olhos d'Água, que foi sede do município até 1961, tornou-se um pequeno centro comercial, desempenhando papel significativo na história local.

Atualmente, Alexânia ocupa uma área de 846,876 km² e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar 94/1998. A proximidade com Brasília, a cerca de 120 km, exerce uma influência socioeconômica evidente sobre o município. Essa relação se intensificou com a construção da BR-060, que conectou Goiânia e Brasília. No início da década de 1960, sob o discurso do progresso e da integração nacional, Alex Abdala, o primeiro prefeito eleito, transferiu a sede do município de Olhos d'Água para uma região plana, com recursos hídricos abundantes, mas ainda carente de infraestrutura

elétrica. Assim, nasceu Alexânia como conhecemos hoje, consolidando-se como um ponto estratégico ao longo da rodovia.

Ao longo das décadas, a BR-060 transformou Alexânia em um polo de conectividade, impulsionando o comércio, a valorização imobiliária e o surgimento de novos empreendimentos. A criação do Distrito Industrial, a instalação de redes hoteleiras e do Outlet Premium Brasília, além da Usina Corumbá IV, são exemplos claros do impacto desse processo de reordenamento espacial. Contudo, essas transformações, muitas vezes sustentadas por discursos de progresso, também revelam exclusões socioespaciais significativas, que impactam diretamente os jovens da região.

A população jovem de Alexânia, que representa 23,5% dos habitantes, segundo o Censo 2022/IBGE, reflete as complexidades e desafios enfrentados pelas juventudes brasileiras. Ao longo da pesquisa, optei pelo uso do termo “juventudes” no plural, inspirado por autores como Bourdieu, que argumenta que a juventude como conceito singular é uma construção social que obscurece as múltiplas realidades vividas pelos jovens. Essa abordagem me permitiu reconhecer a diversidade de identidades e experiências entre os jovens de Alexânia, essencial para compreender suas necessidades e aspirações.

Ao refletir sobre a territorialidade, entendi que ela vai além do espaço físico. É a relação íntima entre os jovens e o espaço que habitam, onde práticas culturais, ocupações e movimentos sociais revelam as maneiras como eles criam significados e constroem identidades. Em Alexânia, o reordenamento espacial, como a construção da BR-060 e do Lago Corumbá IV, moldou profundamente essas territorialidades. Por exemplo, enquanto o lago trouxe desenvolvimento e valorização imobiliária, também resultou na criação de enclaves voltados para o lazer, muitas vezes desconectados das dinâmicas sociais e econômicas do município, comparando com CENSO 2000, Alexânia teve o aumento populacional de 34,7% ultrapassando muito a média nacional que foi de 6,5% para o período.

A falta de participação social das juventudes no planejamento territorial em Alexânia é outro desafio evidente. Embora existam espaços como o Conselho Municipal de Juventude, sua ausência prática reflete o desinteresse do poder público em dialogar com os jovens. Essa desconexão histórica, combinada com metodologias ineficazes e pouco contextualizadas, contribui para o esvaziamento desses espaços. Como aponta Orlando Alves dos Santos Jr., a participação

cidadã ainda é limitada, evidenciando o enfraquecimento de lutas coletivas e a prevalência de interesses individuais.

O uso da palavra "juventudes" no plural é uma escolha deliberada para refletir a diversidade intrínseca entre os jovens. Conforme Bourdieu argumenta, a “juventude” como um conceito singular é uma construção social que pode ser manipulada para servir interesses específicos, impondo uma divisão artificial entre jovens e velhos e moldando a ordem social vigente (BOURDIEU, 1983). Ao tratar a juventude como uma “unidade social”, corre-se o risco de obscurecer as múltiplas realidades e experiências vividas pelos jovens. Utilizar o termo "juventudes" permite um reconhecimento mais abrangente das variadas identidades, contextos e necessidades entre os jovens, possibilitando uma abordagem mais inclusiva e precisa em políticas públicas e discussões sociais. Esta terminologia promove uma visão mais rica e nuançada, essencial para compreender plenamente as demandas e aspirações distintas dentro deste grupo etário diversificado, e facilita a construção de diálogos e soluções que respeitem e atendam às especificidades de cada segmento das juventudes.

Minha pesquisa busca compreender como as juventudes de Alexânia se percebem dentro desse território e como suas vivências moldam o espaço que habitam. Inspirado por Lefebvre e Milton Santos, reconheço que o território é um produto social, resultado de interações e relações de poder que influenciam diretamente a vida dos jovens. Essa perspectiva reforça a importância de criar políticas públicas mais inclusivas, que reconheçam a diversidade das juventudes e promovam a sua participação ativa na construção do território.

Ao olhar para o futuro, acredito que entender a relação entre juventudes, território e participação social é essencial para construir uma Alexânia mais inclusiva e democrática.

[INCLUIDO PÓS BANCA, VERIFICAR SE TÁ BOM!] Diante do contexto apresentado, da problematização construída e da centralidade das juventudes como sujeitos territoriais e políticos, esta pesquisa se orienta por um conjunto de objetivos que buscam articular teoria, prática e produção de conhecimento situado. Parte-se do entendimento de que os territórios não são apenas recortes espaciais, mas construções sociais atravessadas por relações de poder, pertencimento, conflito e participação. Assim, os objetivos a seguir delineiam o percurso analítico e metodológico adotado para compreender como as juventudes da Associação produzem sentidos sobre participação social e territorialidades no município de Alexânia, Goiás.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Interpretar, a partir das juventudes da Associação, que territórios e territorialidades são possíveis à sua participação.

Objetivos Específicos

- i. Realizar entrevistas compreensivas com o intuito de perceber como as juventudes estão inseridas no território e na participação social em Alexânia, Goiás;
- ii. Promover oficinas entre/com as juventudes que estimulem o diálogo a partir das territorialidades e da participação;
- iii. Produzir um documentário que apresente as entrevistas compreensivas e evidencie as reflexões das juventudes sobre participação e territorialidades.

Esses objetivos orientam a construção metodológica da pesquisa, fundamentada em abordagens qualitativas, participativas e dialógicas, que reconhecem as juventudes como produtoras de conhecimento sobre seus próprios territórios. Ao articular entrevistas compreensivas, oficinas e a produção de um documentário, a pesquisa busca não apenas interpretar as territorialidades juvenis, mas também criar espaços de escuta, expressão e reflexão coletiva, fortalecendo a participação social como dimensão constitutiva da experiência territorial.

1 – ENTRE O ASFALTO E O SILÊNCIO: JUVENTUDES, TERRITÓRIO E OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO EM ALEXÂNIA

Lembro-me com carinho da Tia Edma, quando eu tinha por volta de 7 ou 8 anos. Ela sempre falava com entusiasmo do movimento dos Caras-Pintadas, do qual participou nos anos 90. Os Caras-Pintadas foram um movimento estudantil que, em 1992, levou jovens de todo o Brasil às ruas em protesto contra os esquemas de corrupção que envolviam o então presidente Fernando Collor de Mello. Movidos pela indignação e com os rostos pintados nas cores da bandeira, eles reivindicaram o impeachment de Collor e fizeram história. Esse episódio marcou minha infância e ficou em minha memória como um exemplo claro da força que os movimentos populares podem ter.

Mais de duas décadas depois, em 2015, acompanhei uma nova onda de protestos pelo país. Ouvi as panelas batendo e os gritos de “Fora PT” ecoando pelas ruas e nas redes sociais, em uma manifestação contra a então presidenta Dilma Rousseff. O que parecia um episódio isolado acabou ganhando força e se tornou o ponto de partida para o processo de impeachment de Dilma. Aquela movimentação acendeu em mim uma reflexão profunda sobre o poder da mobilização social. Passei a perceber que a participação política não se restringe ao voto a cada quatro anos; ela pode e deve ser exercida ativamente, como um direito e um dever cívico.

Quando finalizei minha Graduação em Gestão Pública e ingressei na Especialização em Inovação Social, essa ideia ganhou ainda mais profundidade. Aprendi que a participação social vai muito além dos protestos. Ela é um elemento estruturante da nossa democracia e se concretiza também através dos Conselhos Municipais, das Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais. A Constituição Federal de 1988, marco da redemocratização brasileira, consolidou a arquitetura de uma gestão pública participativa. Com isso, instituiu canais de diálogo e de deliberação entre o Estado e a sociedade, reconhecendo o direito dos cidadãos de participarem na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas.

Autores como Raichelis (2015) destacam a relevância dos conselhos paritários e deliberativos como mecanismos estratégicos para o controle social. Para ela, esses conselhos são mais do que fóruns de debate: eles são espaços de construção de novas relações entre o governo e

os cidadãos, garantindo o exercício da democracia e fortalecendo o papel da sociedade civil na gestão pública.

A partir dessas influências, comecei a me envolver ativamente com as comunidades do Território do Sisal, onde pude trabalhar lado a lado com lideranças locais em prol de seus direitos e demandas. Participei de conselhos e de fóruns de deliberação, e fui entendendo, na prática, o poder transformador da participação social. Essa trajetória, que une minha formação acadêmica e minha vivência prática, culmina nesta dissertação, onde busco explorar a participação das juventudes da Morada do Sol e a importância do engajamento comunitário para a construção de políticas públicas inclusivas e eficazes.

Refletir sobre a participação social das juventudes na Associação da Morada do Sol é mais do que levantar dados ou descrever práticas: é mergulhar em camadas de um território historicamente negligenciado, onde as juventudes enfrentam múltiplas barreiras para exercer o direito à cidadania plena. A provocação inicial — “o que significa participar?” — exige uma abordagem que reconheça os atravessamentos históricos, políticos, territoriais e afetivos que moldam as condições concretas de engajamento no município.

Adotar o termo “juventudes”, no plural, é um ato político e teórico. Conforme aponta Bourdieu (1983), falar em juventude no singular é ignorar as desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que atravessam esse grupo etário. Em Alexânia, onde mais de 23% da população tem entre 15 e 29 anos (IBGE, 2022), a juventude é atravessada por diferentes condições de existência: há jovens da zona urbana conectados à dinâmica da capital federal, há jovens da zona rural com acesso precário a direitos básicos, e há, sobretudo, um número expressivo de jovens “nem-nem” que desafiam análises simplistas, como já apontado por estudiosos da América Latina (Benjet et al., 2012; Reyes-Terrón, 2013). Para tornar visível essa heterogeneidade, a imagem a seguir sintetiza uma tipologia geracional das juventudes da Morada do Sol — distinguindo jovens-adolescentes (15-17 anos), jovens-jovens (18-24 anos) e jovens-adultos (25-29 anos), suas ocupações predominantes e as barreiras específicas à participação social e política que cada subgrupo enfrenta.

IMAGEM 8 - QUADRO ELABORADO PELO AUTOR SINTETIZANDO, POR FAIXA ETÁRIA (15–29 ANOS), OCUPAÇÕES/SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA E BARREIRAS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DAS JUVENTUDES.

TIPOLOGIA ETÁRIA	OCUPAÇÃO PREDOMINANTE / SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA	POSSÍVEIS BARREIRAS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA
JOVENS-ADOLESCENTES (15-17 ANOS)	• Estudantes do ensino fundamental e médio; • Apoio pontual a atividades familiares (renda ou cuidado); • Parte significativa em risco de evasão;	• Transporte escolar irregular e distante; • Falta de espaços de expressão juvenil nas escolas; • Dependência de responsáveis para deslocamento e autorização.
JOVENS-JOVENS (18-24 ANOS)	• Busca de primeiro emprego / estágios informais; • Alta incidência de desemprego ou empregos temporários; • Percentual expressivo em condição nem-nem/NEET;	• Escassez de oportunidades de emprego e qualificação; • Oferta limitada de educação técnica/superior no município; • Ausência de espaços de participação, como por exemplo o Conselho Municipal de Juventude.
JOVENS-ADULTOS (25-29 ANOS)	• Trabalho precário ou informal (construção, comércio, serviços); • Responsabilidades domésticas/cuidado familiar • Migração pendular para Brasília ou Goiânia	• Jornadas extensas que inviabilizam participação em reuniões; • Baixa confiança nas instâncias públicas após promessas não cumpridas; • Sobreposição de papéis (provedor/cuidador) que reduz tempo livre.

FONTE: Autor, 2025.

Esses jovens não estão inativos por escolha, mas por exclusão: faltam transporte público, políticas educacionais que dialoguem com sua realidade, oportunidades de trabalho digno e, principalmente, espaços legítimos de escuta e decisão. A ausência histórica de um Conselho Municipal de Juventude em Alexânia, apesar de previsto em lei, é emblemática dessa lacuna institucional.

Nesse cenário, a participação política institucionalizada se torna distante, opaca, pouco atrativa — e a desmobilização é lida, muitas vezes, como apatia juvenil, quando na verdade é resultado de um ciclo de desilusão e descontinuidade das políticas públicas. Participar, então, passa a ser um desafio vinculado à sobrevivência e ao reconhecimento.

Essa sensação de afastamento não ocorre num vazio; ela cristaliza-se em paisagens urbanas e rurais que, ao expor desigualdades materiais, reforçam o sentimento de que certos grupos contam — e outros não — no jogo decisório. Quando a juventude percebe que o lugar onde vive recebe atenção apenas fragmentada ou sazonal do poder público, a descrença institucional transforma-se

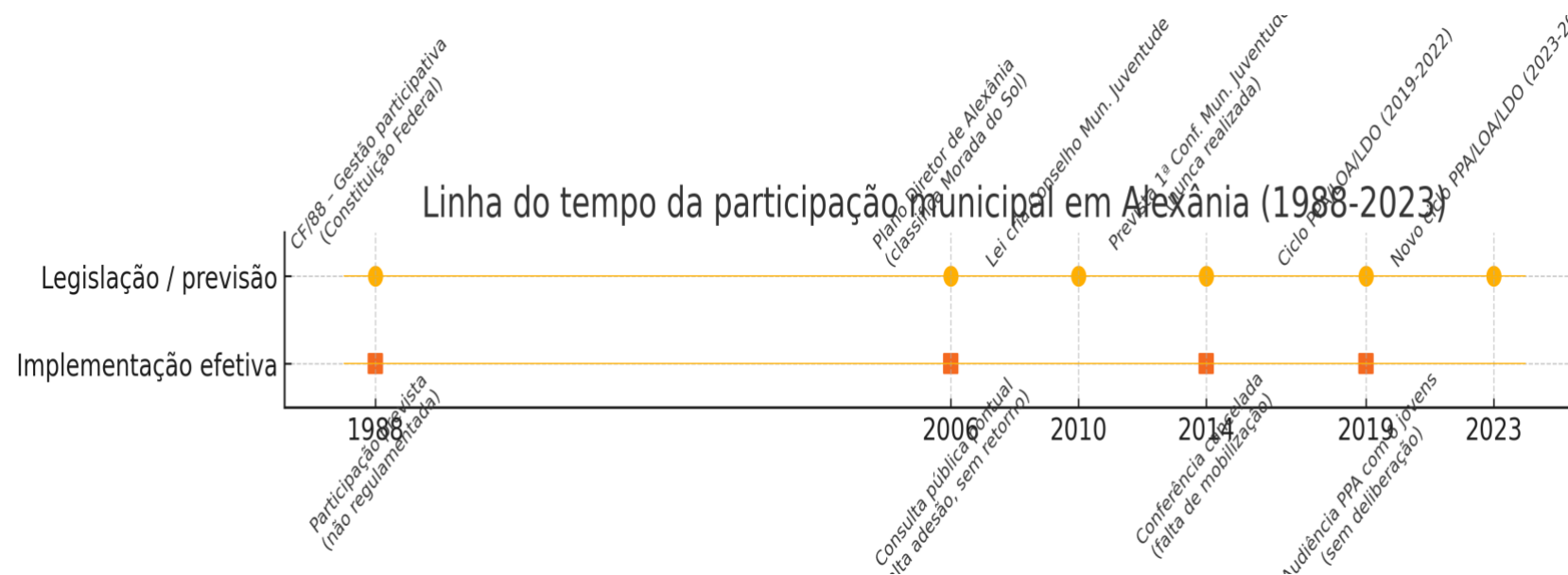
em geografia: a própria configuração do espaço passa a sinalizar quem pode aspirar à participação e quem precisa, antes, lutar por infraestrutura básica. É nesse emaranhado de expectativas frustradas e cartografias desiguais que a noção de território deixa de ser mero pano de fundo e se torna condição para compreender por que, para muitos jovens, envolver-se politicamente soa menos como direito e mais como aposta de alto risco. Em Alexânia, o território é uma colcha de retalhos marcada por contrastes: de um lado, condomínios de luxo à beira do Lago Corumbá IV; de outro, comunidades como a Morada do Sol, onde a ausência de serviços públicos elementares desafia a classificação urbana dada pelo Plano Diretor.

A territorialidade das juventudes da Morada do Sol é marcada por essa tensão: são jovens que crescem em um espaço invisibilizado pelo Estado, mas que resistem e reinventam o cotidiano a partir de suas vivências. Conforme Antonello (2013), o planejamento participativo do território pode ser uma estratégia para mitigar desigualdades socioespaciais. No entanto, isso só ocorre quando há reconhecimento e valorização dos saberes locais, o que nem sempre é garantido nos processos institucionais (Godoy; Benini; Palmisano, 2025; Cidade Escola Aprendiz, 2015).

A falta de tempo, de transporte, de informação, de confiança nas instituições e até de autoestima coletiva são elementos que desmobilizam os sujeitos. Em Alexânia, essas barreiras se expressam na baixa presença juvenil em conferências, audiências públicas e conselhos. A ausência de canais eficazes de escuta e de retorno institucional às demandas da juventude gera uma fratura na relação entre Estado e sociedade. Como apontam Silva (2013) e os autores da coletânea do Instituto MDA/UFPE, o planejamento territorial e a gestão participativa só se efetivam quando há mediação qualificada, formação política e investimento continuado em estruturas participativas.

Participar, no sentido forte do termo, não se esgota em “estar presente” em uma lista de frequência ou em legitimar decisões alheias; participar é *Participa-(Ação)* — processo que articula escuta, deliberação e interferência prática na vida coletiva. Quando Paulo Freire fala em “ação-reflexão”, ou quando Lefebvre concebe o “direito à produção do espaço”, está em jogo essa dimensão transformadora da participação: só há cidadania plena se os sujeitos moldam, com sua voz e sua prática, o território onde vivem.

IMAGEM 9 - DIAGRAMA QUE EXPÕE O CHOQUE IDEAL-REAL EM ALEXÂNIA: ENTRE O TEXTO DAS LEIS E A PRÁTICA ESTATAL, TRÊS OBSTÁCULOS HISTÓRICOS SE ABREM COMO VÃO A SER ENFRENTADO.



FONTE: Autor, 2025.

A Imagem mostra a linha do tempo evidencia o quanto esse ideal se fricciona com a realidade de Alexânia. Do topo (legislação, planos, promessas) ao rodapé (implementações efetivas), abre-se um vão histórico que se manifesta em três ordens de obstáculos:

- **Baixa capilaridade** – A lógica de conferências, audiências de LOA/PPA ou consultas públicas supõe mobilidade, tempo livre e letramento técnico que boa parte das juventudes não possuem. Reuniões ocorrem no centro urbano, em horário comercial, em linguagem jurídica; o custo de deslocamento e a “tradução” dos jargões afastam quem mais precisaria ser ouvido;
- **Frustração histórica** – Entre 2006 (Plano Diretor) e 2014 (conferência de juventude cancelada), abriram-se ciclos de consulta que não resultaram em políticas perceptíveis. Cada expectativa não cumprida retroalimenta a sensação de que “participar não adianta”, gerando abstinência cívica. O quadrado vermelho de 2019 – audiência do PPA com apenas seis jovens e sem deliberação clara – sintetiza esse desencanto;
- **Desconfiança intergeracional** – Quando os espaços são criados e conduzidos por adultos, com regras e rituais que não dialogam com a cultura juvenil, surgem barreiras simbólicas: jovens sentem-se tolerados, mas não legitimados. A falta do Conselho Municipal de Juventude agrava o fosso, pois nega aos jovens o direito de pautar a agenda pública a partir de seu próprio lugar de fala.

O resultado é um “desencaixe” territorial: conquistas legais acumulam-se no plano abstrato, enquanto no cotidiano da comunidade pouco se altera. A juventude, que já provou sua potência nas ruas brasileiras (Caras Pintadas, junho de 2013), deparasse em Alexânia com um repertório institucional que não acolhe suas temporalidades nem seu modo de produzir política. Fazer da participação uma *práxis* territorial implica, portanto, reduzir a distância entre as duas linhas do infográfico: descentralizar fóruns, simplificar linguagens, garantir retorno público às demandas e, sobretudo, reconhecer as juventudes como coautoras do espaço – não meras convidadas a escutar decisões já tomadas.

A noção de território, neste trabalho, também assume uma dimensão pedagógica e política. A comunidade é território educativo, no sentido de Paulo Freire: um espaço de formação, onde se aprende pela prática cotidiana, pelo conflito, pelo diálogo. É nesse chão, feito de barro e ausência, que os jovens podem aprender sobre seus direitos e descobrir que podem ser sujeitos de transformação.

Nesse ponto, a Morada do Sol representa um campo fértil, mas ainda subaproveitado, para a construção de novas formas de governança. A associação de moradores, ao buscar representar os interesses coletivos, pode se tornar um espaço estratégico para a formação cidadã das juventudes — desde que consiga dialogar com seus modos de ser, de se expressar e de se mobilizar.

A juventude alexaniense é marcada pelo desejo de transformação, mas também pelo desencanto com a política tradicional. Como afirma Ipê-Amarelo, 18 anos, uma das jovens entrevistadas: *“Se as pessoas lessem mais a Constituição, elas iam saber dos direitos delas (...) talvez está escrito lá um direito que a gente tem, e a gente não tá vendo aqui.”* Essa fala revela uma consciência adormecida, mas potente — uma pista para pensar estratégias de ativação da participação a partir da educação popular e da escuta sensível.

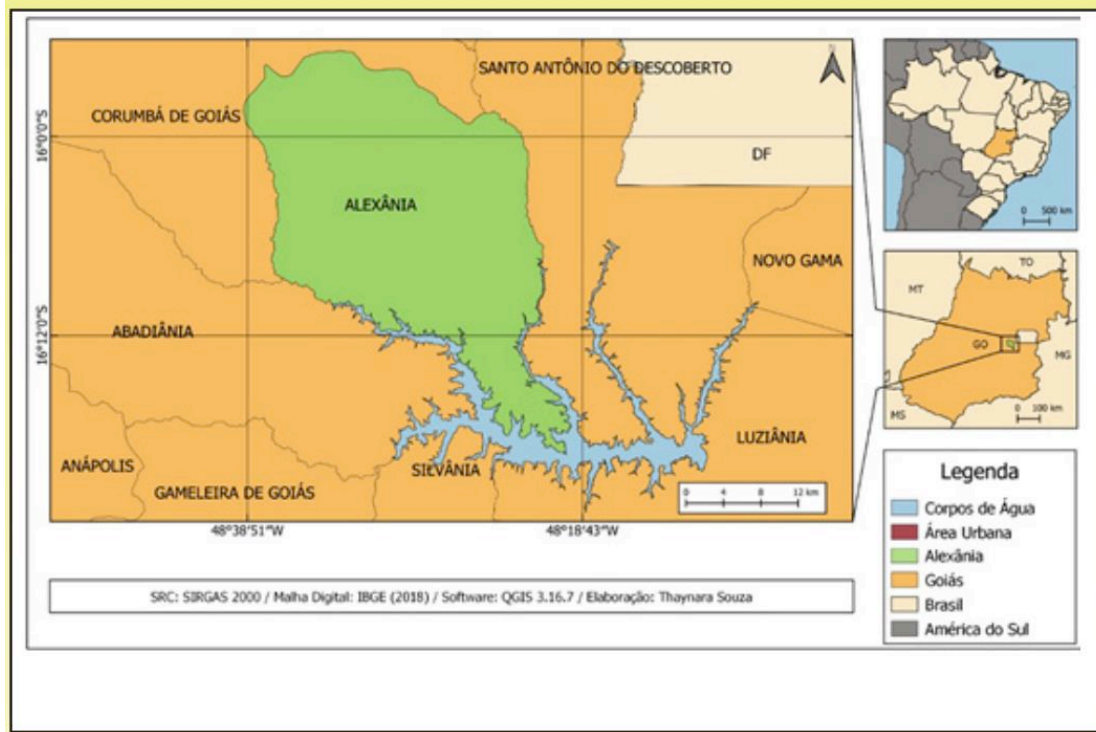
Mais do que chamar as juventudes para ocuparem arenas já desenhadas por adultos, é fundamental cocriar espaços com elas — lugares em que se reconheçam, se sintam representadas e percebam que suas vozes realmente interferem nos rumos coletivos. A participação só ganha densidade quando parte do reconhecimento do contexto histórico que moldou as desigualdades atuais: compreender as lutas passadas, as promessas não cumpridas e as cicatrizes territoriais é condição para imaginar novos arranjos de poder. Inspirada na abordagem fenomenológica que norteia esta pesquisa, a escuta ativa deve tratar os jovens não como objetos de política, mas como sujeitos produtores de sentidos, estratégias e territórios, capazes de reinterpretar o passado e projetar futuros mais justos.

Segundo Silva (2017), Alexânia, município de Goiás, carrega uma história profundamente marcada pelas transformações econômicas e sociais desde o período colonial brasileiro, quando as atividades de mineração, impulsionadas pelas entradas e bandeiras, começaram a moldar sua ocupação territorial. Foi a partir da construção da estrada real, conectando o Rio de Janeiro à Vila Boa, que surgiram os primeiros povoados na região, entre eles Olhos d'Água, que viria a ser a sede municipal até 1961. Inicialmente habitada por povos indígenas, a região viu sua dinâmica mudar

com a descoberta de minas de ouro no século XVIII, tornando-se um pequeno centro comercial e exercendo papel significativo na história local.

IMAGEM 10 - KM 17 DA BR-060 – MORADA DO SOL: MARCO ESPACIAL QUE LOCALIZA O BAIRRO NA MALHA RODOVIÁRIA E NAS DISPUTAS POR MOBILIDADE.

Figura 1: Mapa de localização do estado de Goiás com foco no município de Alexânia.



FONTE: ALEXANIA, 2023.

Conforme a Imagem 10, município se estende por 846,876 km² e faz parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), estabelecida pela Lei Complementar 94/1998. Sua proximidade com Brasília – a cerca de 120 quilômetros de distância – é tanto geográfica quanto socioeconômica, impactando o município em atividades comerciais e serviços que atendem a sua população e a da capital federal. A construção da BR-060, que liga Goiânia a Brasília, foi um marco nesse processo de integração e desenvolvimento. Sob o discurso do progresso, o primeiro prefeito eleito de Alexânia, Alex Abdala, em 1961, transferiu a sede do

município de Olhos d'Água para a região próxima à BR-060, fundando o que hoje é a cidade de Alexânia.

Esse deslocamento estratégico estimulou o crescimento econômico local, transformando Alexânia em um ponto de passagem relevante entre as capitais. Ao longo das décadas, o aumento no fluxo de veículos, comércio e serviços favoreceu a expansão urbana, com novos empreendimentos surgindo e valorizando o território. Mas essa infraestrutura, simbolizada pela pavimentação das estradas, vai além de conectar geografias: ela representa jornadas, encontros e possibilidades. O asfalto, para além de seu papel prático, carrega o simbolismo de ordem, progresso e a promessa de conexão entre comunidades, trazendo consigo histórias e transformações.

IMAGEM 12 - TRECHO DA BR-060: RODOVIA COMO EIXO DE FLUXOS E FRONTEIRAS SIMBÓLICAS



FONTE: Autor, 2024.

IMAGEM 11 - PANORÂMICA DA “PARTE DE BAIXO” DA MORADA DO SOL: LEITURA VISUAL DO RELEVO SOCIAL E FÍSICO DO TERRITÓRIO.



FONTE: Autor, 2024.

As imagens 11 e 12, registradas no km 17 da BR-060, ajudam a visualizar como as grandes obras de infraestrutura transformaram Alexânia. A construção da rodovia — e, mais recentemente, o do lago Corumbá IV — reconfigurou o território ao atrair empreendimentos, condomínios e residências de lazer que acolhem famílias de outras regiões nos fins de semana. Embora localizados

fisicamente em solo alexaniense, esses enclaves mantêm apenas vínculos superficiais com a comunidade: seus moradores temporários pouco participam do cotidiano municipal, reforçando assim a sensação de coexistirem dois mundos justapostos que raramente se encontram.

Do ponto de vista demográfico, segundo o IBGE, Alexânia tem hoje 27.008 habitantes, dos quais 6.353, ou 23,5%, são jovens entre 15 e 29 anos, segundo o Censo de 2022. Esse segmento da população, majoritariamente composto por homens (51,4%). A juventude, com sua vitalidade e potencial de inovação, é uma força que pode transformar a sociedade, influenciando desde o mercado de trabalho até a vida cívica e democrática. No entanto, mobilizar esses jovens para a participação social é um desafio constante.

Usar o termo "juventudes", no plural, é uma escolha que reflete a diversidade desse grupo. Como argumenta Bourdieu, tratar a juventude como uma unidade homogênea é simplista e pode servir a interesses que reforçam divisões sociais e moldam a ordem vigente. Ao adotar "juventudes", reconhecemos as múltiplas realidades que coexistem entre os jovens, possibilitando uma abordagem mais inclusiva e alinhada às demandas específicas de cada segmento. A diversidade nas juventudes exige políticas públicas sensíveis e ajustadas às suas variadas necessidades e aspirações, pois não existe uma juventude única, mas juventudes com diferentes contextos e desafios.

Compreender o território e a territorialidade das juventudes de Alexânia implica observar como os jovens se relacionam com o espaço que habitam. A territorialidade representa a interação entre o indivíduo e seu ambiente, moldando identidades e expressões culturais. Para os jovens, a territorialidade vai além do espaço físico, refletindo apropriações simbólicas e a busca por pertencimento. Em Alexânia, essa relação é moldada por fatores históricos e contemporâneos que extrapolam o limite municipal — em especial o trecho da BR-060 entre Brasília e Goiânia, apontado como espelho de um desenvolvimento que avança “a taxas chinesas”. Segundo reportagem do *Correio Braziliense* (18/09/2011), as atividades econômicas distribuídas ao longo dessa rodovia já respondem por um PIB estimado em R\$ 230 bilhões: o equivalente a cerca de 6 % do PIB nacional e a quase 70 % da riqueza gerada em todo o Centro-Oeste. Em termos simbólicos, é como se cada quilômetro da estrada movimentasse mais de R\$ 1 bilhão. Esse eixo Brasília–Goiânia consolida-se, portanto, como o terceiro maior aglomerado urbano do país, introduzindo

dinâmicas de mercado, mobilidade e pressão territorial que impactam diretamente a comunidade Morada do Sol.

Costurar as relações entre território, territorialidades e juventudes exige entender as experiências dos jovens no contexto local e os impactos das transformações territoriais sobre suas vidas. Milton Santos nos lembra que o território é composto por uma rede de relações que envolvem desde recursos naturais até instituições e infraestruturas humanas. Para as juventudes, esse território é o espaço onde constroem sua identidade, confrontam barreiras e encontram oportunidades de participação.

A Morada do Sol, comunidade situada a apenas 11 km da cidade de Alexânia, nasceu da subdivisão de uma área privada na década de 1980. Originalmente composta por chácaras, com um estilo de vida rural e voltada para a subsistência, a comunidade se transformou ao longo dos anos, mas sem perder sua essência e identidade. O reordenamento territorial com a chegada do Lago Corumbá IV trouxe mudanças significativas: o surgimento de condomínios, a construção de mais casas, e uma nova realidade, aonde muitos proprietários vêm apenas nos fins de semana. Esse crescimento, contudo, não se traduziu em melhorias para os moradores locais, que ainda enfrentam sérias carências de serviços públicos.

IMAGEM 13 - REGISTRO DA MORADA DO SOL/ALEXÂNIA-GO, EVIDENCIANDO A CONVIVÊNCIA ENTRE VEGETAÇÃO TÍPICA, BR-060 E HABITAÇÕES.



FONTE: Autor 2024.

Conforme a imagem 13, a Morada do Sol, situada as margens da BR-060, conta com cerca de 350 domicílios, uma escola rural que atende o ensino fundamental, e uma Unidade Básica de Saúde, inaugurada apenas em 2021. No entanto, o básico para uma vida urbana digna ainda está longe de ser realidade. O Plano Diretor de 2006 classificou a região como uma Zona de Urbanização Prioritária, o que resultou na cobrança de IPTU a valores altíssimos. Contudo, os serviços públicos essenciais, como a coleta regular de lixo, abastecimento de água e transporte público, seguem ausentes. O contraste é evidente: paga-se pelo que a comunidade deveria receber, mas o retorno em infraestrutura e dignidade é escasso.

É nesse contexto que a Associação de Moradores da Morada do Sol, Entorno e Rural emerge como um pilar de resistência e organização. Fundada em 2011 e reconhecida como de utilidade pública em 2012, a Associação luta incansavelmente pelos direitos coletivos dos moradores. Em uma região marcada pela falta de serviços básicos, a Associação representa a voz daqueles que acreditam que a comunidade merece mais do que promessas vazias.

A pandemia evidenciou ainda mais a fragilidade da vida coletiva na Morada do Sol. A falta de políticas de assistência social, saneamento adequado e recursos educacionais é um fardo pesado para uma comunidade que foi, em grande parte, ignorada pelas políticas públicas. Apesar disso, os moradores seguem firmes em sua luta, reivindicando dignidade e respeito para cada cidadão que ali constrói sua vida, a associação conta com aproximadamente 55 associados.

Ser classificada como uma área urbana no papel não é suficiente. A Morada do Sol precisa que essa classificação seja acompanhada por ações concretas. A comunidade não está pedindo privilégios, mas sim o mínimo necessário para viver com dignidade: coleta de lixo, acesso à água, transporte, e uma estrutura que permita o desenvolvimento social. A luta da Morada do Sol é a prova viva de que o território e a identidade vão além de mapas e leis; são feitos de gente que resiste, que luta e que não se conforma com o abandono.

Atualmente, o envolvimento da sociedade civil, principalmente das juventudes de Alexânia na construção de políticas públicas é limitado. Poucos participam das conferências municipais, audiências para elaboração do Plano Plurianual (PPA), da Lei Orçamentária Anual (LOA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ou de conselhos municipais. Embora o município tenha instituído a Lei do Conselho Municipal de Juventude, o conselho ainda não existe. Isso reflete um distanciamento histórico e uma falta de incentivo que desmotivam a participação ativa dos jovens,

reforçando uma exclusão socioespacial e limitando o potencial de desenvolvimento inclusivo do município.

Para superar esses desafios, é necessário não apenas criar estruturas de participação, mas também torná-las atrativas e acessíveis para as juventudes, respeitando suas especificidades e realidades. Entender como esses jovens se veem dentro do território é fundamental para promover políticas públicas que realmente respondam às suas necessidades. A territorialidade, nesse contexto, adquire importância estratégica, pois revela como os jovens se apropriam do espaço e transformam sua realidade.

Adoto, então, uma abordagem fenomenológica para captar a essência do que significa participar para esses jovens. A fenomenologia, com seu foco na experiência vivida, permite-me mergulhar nas narrativas juvenis, ouvindo diretamente como eles percebem a participação: quais são as motivações, as barreiras e os incentivos que os levam a se engajar — ou não — nas questões de suas comunidades. Utilizo entrevistas compreensivas para explorar essas percepções, buscando entender o que mobiliza ou desmotiva esses jovens.

Paradoxalmente, o ideal de participação como direito e dever muitas vezes colide com a realidade de desinteresse e descrença que muitos jovens sentem. A ideia democrática de que todos têm o direito de participar e influenciar é constantemente confrontada por uma prática onde os espaços de decisão parecem, muitas vezes, inacessíveis ou distantes dos jovens. A ausência de oportunidades concretas de participação, somada à falta de incentivo à autonomia, cria um ciclo de distanciamento e apatia, onde muitos jovens não se veem como protagonistas de suas histórias e dos territórios que habitam.

É justamente nesse ponto de contradição que minha pesquisa se desenvolve: entre o potencial transformador da participação e os desafios reais de mobilizar jovens para que se tornem agentes ativos em suas comunidades. A Associação de Moradores, nesse contexto, surge como um espaço potencial de exercício da cidadania e de criação de novas formas de pertencimento ao território. No entanto, a pergunta que persiste é: como transformar esses espaços em arenas de participação efetiva que possam atrair os jovens, despertando neles o desejo de se engajar e de contribuir para a construção de um território mais justo e inclusivo?

Essa pesquisa é uma jornada de entendimento e de transformação, onde cada voz ouvida e cada história contada contribui para construir um novo olhar sobre o território. Ao final, espero que este

trabalho possa ajudar as juventudes a se verem como partes ativas e indispensáveis na construção de seu próprio futuro e do futuro do território que habitam.

Em síntese, este capítulo procurou evidenciar porque juventudes, território e participação social constituem dimensões indissociáveis para compreender os impasses — e as possibilidades — da Morada do Sol. Ao reconectar trajetórias pessoais, marcos históricos e indicadores socioeconômicos, fica claro que os jovens do município habitam um espaço simultaneamente marcado por carências estruturais e por uma potência criativa ainda pouco mobilizada pelos canais institucionais de decisão. Problematicar esse desencaixe supõe, portanto, reconhecer a pluralidade das juventudes, o caráter contraditório do território alexaniense e as barreiras que afastam sujeitos historicamente subalternizados da coprodução das políticas públicas.

Para apreender tais complexidades, optei por uma abordagem fenomenológica, centrada na experiência vivida dos próprios jovens. De maneira resumida, a pesquisa combinou entrevistas compreensivas — voltadas a captar emoções, motivações e sentidos atribuídos à participação — e oficinas formativas — pensadas como espaços de diálogo e de (re)produção de territorialidades. Essa estratégia metodológica buscou suspender pré-conceitos analíticos, mergulhar na tessitura do cotidiano e, sobretudo, permitir que as vozes juvenis emergissem não como ilustrações empíricas, mas como “lugares de fala” capazes de interpelar teorias e práticas de gestão pública.

Os procedimentos, critérios de seleção dos participantes, técnicas de registro e modos de análise dos materiais coletados serão detalhados no próximo capítulo. Aqui, basta assinalar que a fenomenologia constituiu o fio condutor das escolhas metodológicas, orientando-me a descrever, interpretar e restituir aos jovens suas próprias compreensões sobre participação e território. Com esse percurso, espero contribuir para que os resultados da pesquisa possam subsidiar tanto reflexões acadêmicas quanto intervenções concretas voltadas a ampliar, diversificar e legitimar o engajamento das juventudes de Alexânia na construção de um futuro mais justo e inclusivo.

2 TECENDO SENTIDOS: FIOS FENOMENOLÓGICOS DA PESQUISA

O desenho metodológico da minha pesquisa foi desenvolvido a partir da fenomenologia e para realizar o campo, decidi ir morar na comunidade Morada do Sol. Essa escolha foi motivada pelo desejo de estar próximo do território, buscando uma vivência que pudesse enriquecer a compreensão dos aspectos investigados na pesquisa. Essa imersão no cotidiano da comunidade revelou-se uma decisão bastante coerente, pois me proporcionou insights valiosos e ideias que dificilmente seriam obtidos à distância. Compreendi que, especialmente no início da pesquisa, muitos problemas de pesquisa ainda não estão claramente definidos, e foi comum faltar informações para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos observados.

Quando digo que adoto a fenomenologia como alicerce do meu processo investigativo, estou me comprometendo, antes de tudo, com um exercício de suspensão: deixo de lado — ou, nas palavras de Husserl, ponho entre parênteses — os juízos prontos que costumo carregar sobre juventude, território e participação. Em primeira pessoa, o gesto fenomenológico começa quando reconheço que não investigo “coisas em si”, mas experiências vividas que se formam na interface entre quem observa e quem é observado.

Assim, cada vez que me sento diante de um jovem da Morada do Sol, procuro afrouxar o ímpeto de classificar, diagnosticar ou encaixar respostas em categorias pré-montadas. Pergunto-me: *“Como essa pessoa sente o território que pisa, o ônibus que espera, o conselho que não existe?”* Em vez de buscar causas estruturais de imediato, detenho-me nos modos de aparecer dos fenômenos: a palavra que hesita, o olhar que se ilumina, o caminho que o corpo escolhe percorrer.

Esse método, longe de ser fuga da realidade, exige rigor: registro minuciosamente descrições, transcrevi falas tal como soam, revisito os áudios para ouvir pausas e ênfases. Depois, revisito também a mim mesmo — meus valores, minhas memórias ali implicadas — para distinguir o que é dado pela experiência do que é projeção minha. Só então, por camadas, passo da descrição para a redução eidética, buscando as “invariantes” que se repetem entre narrativas diferentes: o sentimento de não-pertencer, o orgulho da terra vermelha, a frustração de promessas oficiais.

Fenomenologia, para mim, é menos um pacote de técnicas e mais uma postura de presença: eu, pesquisador, entro em campo como alguém disposto a ser afetado e a devolver, em forma de texto, a trama dos sentidos que ali se revelam. O resultado almejado não é um retrato definitivo da juventude alexaniense, mas um mosaico de experiências que convide outras pessoas — inclusive os próprios jovens — a reconhecer, questionar e recriar o mundo que habitam.

Nesta investigação, ocupei uma posição híbrida: sou filho de Alexânia e retornei ao território como pesquisador acadêmico, depois de anos de afastamento. Essa condição de *insider/outsider* envolveu, simultaneamente, vantagens heurísticas e armadilhas epistemológicas que precisei reconhecer e manejar ao longo de todo o processo. A ambiguidade ficou nítida, por exemplo, no evento registrado na imagem 14 em janeiro de 2024 participei do aniversário de um novo membro da comunidade — ocasião em que ele reuniu vizinhos e convidou o então secretário de Serviços Públicos (eleito vereador meses depois) para discutir sobre melhorias para a comunidade. Ali, pela primeira vez, ao lado de minha mãezinha, apresentei publicamente meus objetivos de pesquisa à comunidade, discuti o valor do associativismo e, a partir desse diálogo, articulamos forças para reativar a Associação de Moradores da Morada do Sol, Entorno e Rural (AMSER) em abril de 2024.

Como *insider*, trazia comigo memórias afetivas, redes de parentesco e uma gramática cultural que me permitiram acessar códigos, gírias e sensibilidades juvenis sem tradução prévia. Essa familiaridade abriu portas e reduziu o tempo de quebra de gelo com os participantes: o convite feito no ônibus escolar ou após a

IMAGEM 14 - ANIVERSÁRIO DE VIZINHO E REUNIÃO COMUNITÁRIA: PRIMEIRA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA PESQUISA NA MORADA DO SOL, MOMENTO DE INTRODUÇÃO E DIÁLOGO.



FONTE: Autor, 2024.

celebração na igreja foi acolhido como reencontro de alguém “da terra”. Além disso, meu histórico no território conferiu-me um capital simbólico de confiança que, muitas vezes, estimulou depoimentos mais densos e íntimos — aquilo que a pesquisa fenomenológica valoriza como “experiência vivida em primeira voz”.

Contudo, o retorno carregava marcas de *outsider*: eu vinha com outra bagagem acadêmica, circulava em redes externas e beneficiei-me de um olhar distanciado que percebeu fissuras naturalizadas pelos moradores. Ao mesmo tempo, minha trajetória de saída despertou suspeitas de diferenciação social (“voltou estudado”, “vai usar a gente como dado”). Esses tensores produziram um jogo de aproximação-afastamento que influenciou tanto as rotas de coleta quanto as chaves de interpretação dos dados.

Para lidar com essa ambiguidade, assumi dois compromissos reflexivos:

1. Transparência intencional – Desde o primeiro contato, tornei explícitas as finalidades acadêmicas e comunitárias da pesquisa, garantindo que o compartilhamento de resultados fosse feito em formato acessível aos participantes.
2. Diário de campo reflexivo – Registrei, após cada interação, não apenas os conteúdos, mas também minhas reações corporais, lembranças evocadas e tensões percebidas, o que auxiliou a distinguir eco da experiência do outro de projeção da minha própria história.

Desse modo, o estatuto *insider/outsider* deixou de ser dilema insolúvel e se converteu em recurso metodológico: possibilitou-me alternar entre a empatia nativa e o estranhamento crítico, elementos essenciais para compreender territórios complexos e juventudes plurais sem reduzir a pesquisa a descrições simplistas ou a juízos distantes.

A partir desse lugar de (re)enraizamento fenomenológico — onde suspendo julgamentos prévios e assumo a escuta dos significados que emergem — o percurso empírico foi organizado em nove níveis encadeados, que garantiram ritmo progressivo e constante validação entre experiência vivida e análise acadêmica. Iniciei pelo Nível 1 (Imersão territorial), que me devolveu cheiros, sotaques e rotinas da Morada do Sol; avancei para o Nível 2 (Documentário), escolhendo a lente audiovisual como primeira devolutiva e porta de entrada para o diálogo; em seguida, estabeleci o Nível 3 (Articulação comunitária & definição do grupo de pesquisa), consolidando quem

caminharia comigo. Daí em diante, mergulhei nas narrativas pessoais via Nível 4 (Entrevistas compreensivas), convertidas em material textual no Nível 5 (Transcrição das entrevistas), preparando o terreno para os encontros coletivos do Nível 6 (Oficinas – Bloco 1).

Com esse corpus híbrido em mãos, aprofundei a leitura fenomenológica no Nível 7 (Redução eidética), buscando as invariantes que atravessavam diferentes trajetórias juvenis; esses achados retornaram ao grupo no Nível 8 (Oficinas – Bloco 2), quando validamos e replanejamos sentidos à luz do território. Por fim, todo o aprendizado convergiu para o Nível 9 (Desenvolvimento dos produtos), etapa em que documentário, cartilha e a própria dissertação se tornaram instrumentos de devolução, assegurando que conhecimento e ação permanecessem entrelaçados. Esses nove movimentos, articulados em espiral reflexiva, traduzem metodologicamente o compromisso de deixar o território falar e, ao mesmo tempo, de reinscrevê-lo em novos modos de participação juvenil, conforme projetado no infográfico a seguir:

IMAGEM 15 - ESQUEMA DAS ETAPAS DE CAMPO DA PESQUISA: ROTEIRO VISUAL DO PERCURSO INVESTIGATIVO.



Fonte: Autor, 2025.

Ao chegar à comunidade, meu primeiro passo foi me envolver com a Associação de Moradores da Morada do Sol, Entorno e Rural. Ao conhecer mais de perto o funcionamento da Associação, deparei-me com uma situação de inatividade preocupante: a documentação da diretoria estava vencida, a associação não se reunia desde a pandemia e havia dívidas junto à Receita Federal, além de uma evidente falta de engajamento da comunidade. Esse cenário inicial, embora desafiador, revelou-se uma oportunidade para entender as reais demandas e o potencial de mobilização local. Minha inquietação se voltou, sobretudo, para os jovens: como convidá-los a participar da pesquisa se a própria organização social se mostrava fragilizada? Perguntei-me onde eles se encontram, em que espaços conversam, de que maneira constroem sentido coletivo. Foi esse conjunto de dúvidas — carregado de preocupação, mas também de esperança — que passou a guiar meus passos seguintes dentro da Morada do Sol.

Durante a imersão territorial, transformei cada dia numa oportunidade de costurar vínculos: bati à porta de antigos moradores para ouvir memórias sobre as primeiras casas de adobe, sentei-me à mesa de recém-chegados que ainda procuravam seu lugar e, pouco a pouco, fui acolhido por um grupo articulado pela proprietária do mercadinho local — mulheres e homens que, entre sacolas de mantimentos e café coado, planejam como dialogar com o poder público em favor da Morada do Sol. Passei a frequentar cultos e missas, não apenas como observador, mas como alguém disposto a partilhar cantos, preces e silêncios; nesses bancos de igreja, as linhas do território se revelaram tanto nas palavras de fé quanto nas conversas à saída. Assim, caminhando entre varais coloridos, corredores de supermercado improvisado e bancos de madeira lustrados pelo tempo, comecei a compreender o território não só pelo que se vê, mas pelo que pulsa nas relações cotidianas que o sustentam.

A preocupação inicial era formar o grupo desta pesquisa. Para isso, comecei a procurar participantes jovens no circuito comunicacional da Morada do Sol, divulgando um convite no grupo de WhatsApp da comunidade. O silêncio que se seguiu, porém, indicou a necessidade de estratégias de aproximação mais situadas: passei a abordar os jovens em seus próprios espaços de convivência — conversas rápidas na parada de ônibus, diálogos improvisados no trajeto para a escola e trocas breves após as celebrações na igreja local. Esse movimento itinerante, inspirado no princípio fenomenológico de ir ao encontro do fenômeno onde ele acontece, permitiu compor um elenco diversificado de interlocutores, cujos perfis serão apresentados no quadro a seguir.

IMAGEM 16 - QUADRO COM CODINOMES E IDADES DOS PARTICIPANTES: DISPOSITIVO ÉTICO E ORGANIZATIVO DA ANÁLISE FENOMENOLÓGICA.

JOVENS PARTICIPANTES DA PESQUISA		
IDENTIFICAÇÃO	GÊNERO	IDADE
Ipê-Amarelo	Feminino	18 anos
Lobo-guará	Masculino	16 anos
Baru	Masculino	15 anos
Buriti	Feminino	23 anos
Capim-Dourado	Feminino	17 anos
Pequi	Masculino	16 anos
Guariroba	Feminino	17 anos
Gueroba	Masculino	24 anos
Mutum	Masculino	18 anos
Canela-de-Ema	Masculino	15 anos

FONTE: Autor, 2025

A classificação adotada na pesquisa se alinha, em parte, ao que é utilizado por órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que define como jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, abrangendo uma etapa da vida marcada por intensas transformações pessoais, sociais e econômicas. De acordo com o IBGE, essa faixa etária representa um grupo estratégico para as políticas públicas, pois está diretamente envolvida em processos de transição da escola para o trabalho, da dependência para a autonomia e da adolescência para a vida adulta.

A adoção de categorias mais refinadas – como "jovens-adolescentes", "jovens-jovens" e "jovens-adultos" – foi inspirada na necessidade de compreender melhor os ritmos distintos de amadurecimento, vulnerabilidade e participação social que atravessam esses grupos. Enquanto os jovens-adolescentes ainda estão majoritariamente inseridos no sistema educacional e vivenciando a transição da infância para a juventude, os jovens-jovens se deparam com o desafio de consolidar uma identidade profissional e social, e os jovens-adultos enfrentam pressões mais complexas relacionadas à estabilidade econômica, à constituição de famílias e ao exercício pleno da cidadania. Essa distinção permitiu que a análise fosse sensível às nuances geracionais presentes dentro do amplo espectro juvenil, e possibilitou a construção de Políticas Públicas mais adequadas às realidades de cada faixa etária.

Para esta pesquisa, eu previa contemplar as três faixas etárias subdivididas no Estatuto da Juventude: jovens adolescentes (15-17 anos), jovens-jovens (18-24 anos) e jovens-adultos (25-29 anos), mas a baixa mobilização comunitária restringiu o grupo final a dez participantes, ilustrados na figura. Entre eles, seis são do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Quanto à distribuição por faixas: seis integram o segmento jovens-adolescentes (idades de 15 a 17 anos) e quatro pertencem ao segmento jovens-jovens (18 a 24 anos); não foi possível, incluir representantes da categoria jovens-adultos (25-29 anos). Ainda assim, o conjunto obtido assegura variedade de trajetórias escolares, inserções laborais iniciais e formas de engajamento territorial suficientes para iluminar os objetivos da pesquisa.

Os jovens participantes desta pesquisa são moradores da comunidade da Morada do Sol, muitos deles filhos de antigos e atuais associados da AMSER – Associação de Moradores da Morada do Sol, Entorno e Rural. Suas vivências e vínculos familiares com a associação influenciaram diretamente no interesse em participar da pesquisa.

Enquanto articulava e mobilizava, dei início, em paralelo, à produção do documentário que sustentaria as oficinas audiovisuais. Elaborei o roteiro, coletei imagens e gravei depoimentos com a convicção de que a história da Morada do Sol só se tornaria inteligível se fosse situada no processo mais amplo de formação de Alexânia — um município ainda jovem, com pouco mais de seis décadas. Por isso, percorri marcos históricos, entrevistei moradores antigos e recém-chegados e desvendei camadas de relações de poder, disputas simbólicas e memórias de juventudes que, vindas de dentro e de fora, ajudaram a esculpir o território.

Elaborar o roteiro do documentário exigiu que eu construísse uma costura delicada entre rigor historiográfico e sensibilidade etnográfica: passei dias revirando artigos e trabalhos acadêmicos sobre Alexânia, entrevistas antigas para estabelecer um fio cronológico mínimo, mas mantive sempre abertas as lacunas onde as vozes contemporâneas pudessem se infiltrar. Desenhei uma estrutura em três camadas — memória dos pioneiros, juventude atual e imagens ponte do território — articulando blocos temáticos em vez de uma linha narrativa rígida; a cada bloco, defini cenas âncora (Memorial Olhos d'Água, a BR060, o Lago Corumbá IV UHE) e inseri perguntas gatilho que orientariam as entrevistas no campo. Ao fim de cada encontro segue a escuta compreensiva, incorporando expressões locais, pausas e contradições que emergiam das falas, num processo iterativo de escrita e reescrita que transformou o roteiro em documento vivo: menos um mapa fechado e mais um convite para que o território se contasse a si mesmo diante da câmera.

Ao registrar essas narrativas, compreendi que o filme deveria ir além da mera compilação de fatos: tornou-se um exercício de reflexão sobre território e territorialidade. Na prática, percebi que o espaço não é só ocupado, mas continuamente significado: cada história pessoal acrescenta novos sentidos ao cenário físico e à identidade coletiva. A Morada do Sol, portanto, revela-se menos como um ponto geográfico e mais como um tecido vivido, onde experiências externas — de muitos “outsiders” — se entrelaçam às memórias locais, fortalecendo a comunidade.

Na imagem 17, vemos Maria Aparecida Gomes, conhecida como Cida do Gelo, empresária, política e primeira mulher a chefiar a prefeitura de Alexânia (2008-2012). Ao aceitar participar do documentário, ela enriqueceu a narrativa com a experiência singular de quem, possivelmente, é a única entrevistada nascida no próprio município. Em seu depoimento, Cida recorda a juventude vivida em Alexânia, compartilhando memórias e reflexões sobre o que significava crescer aqui. A entrevista, intensa e emocionante, foi gravada às margens da BR-060, na Praça da Bíblia, em frente à Casa da Criança e do Adolescente (CCA).

Nas oficinas com os jovens, o documentário passou a operar como dispositivo de escuta e espelhamento. As cenas projetadas acionaram lembranças, críticas e afetos, permitindo que cada participante reconhecesse — ou questionasse — a sua própria maneira de habitar o território. Os frutos desses diálogos serão discutidos em capítulo específico, mas já posso afirmar que a trilha audiovisual funcionou como chave para desbloquear leituras partilhadas da Morada do Sol, será descrito no Capítulo que se trata das Oficinas do Bloco 1.

IMAGEM 17 - COLETA DO DEPOIMENTO DE “CIDA DO GELO”: CENA QUE MATERIALIZA A ESCUTA SENSÍVEL NO TERRITÓRIO.



FONTE: Autor, 2024

Do ponto de vista epistemológico, a produção do filme alterou radicalmente minha posição em campo: ao entrelaçar imagens e vozes, revi as cartografias que trazia da Morada do Sol e erigi uma base reflexiva mais sólida para dialogar com as juventudes. Percebi, então, que meu papel ia além do pesquisador-observador; passava a ser também sujeito do território em movimento, deixando um registro vivo que, espero, fortaleça quem seguirá escrevendo a história de Alexânia. Além disso, o processo de roteirização, captação e montagem funcionou como ensaio antecipado para as entrevistas compreensivas e oficinas: familiarizou-me com linguagens, tensões e afetos locais, oferecendo insumos preciosos para planejar dinâmicas e perguntas que ressoassem com a experiência dos jovens.

Concluída a filmagem do documentário, mergulhei imediatamente nas primeiras oficinas e nas entrevistas compreensivas — fase que me despertava apreensão particular, pois, sob a ótica fenomenológica, é nela que o fenômeno deixa de ser apenas intuído e passa a ser vivido, narrado e descrito na primeira voz dos participantes. Cada agendamento, cada pergunta piloto e cada silêncio entre uma resposta e outra vinham acompanhados de uma mistura de expectativa e responsabilidade: eu sabia que, dali em diante, qualquer desatenção poderia comprometer a

espessura dos sentidos que pretendia captar. Ainda assim, essa ansiedade operou como motor de cuidado ético e de escuta afiada, lembrando-me a todo instante de que, para chegar à essência da experiência juvenil na Morada do Sol, seria preciso acolher sem pressa — e sem filtros prévios — o que cada jovem estava disposto a revelar.

A Entrevista Compreensiva, tal como desenvolvida por Jean-Claude Kaufmann, configura-se como uma ferramenta metodológica que rompe com a lógica tradicional da pesquisa científica positivista. Longe de buscar apenas dados objetivos e quantificáveis, essa abordagem parte da premissa de que a verdade se revela na singularidade das experiências humanas e na profundidade das relações estabelecidas no campo. Baseada na tradição interpretativa weberiana, a entrevista compreensiva propõe-se a captar o sentido das ações humanas a partir da escuta ativa e da abertura ao outro, permitindo que o sujeito da pesquisa reflita sobre si mesmo e sobre o contexto em que está inserido.

Kaufmann (2013) argumenta que “são nas situações de maior intensidade e naturalidade, na interação em campo, que se revelam as camadas mais profundas de verdade”. É justamente essa intensidade que orientou a condução das entrevistas com os jovens. Cada encontro foi entendido como uma oportunidade de acesso a saberes enraizados nas vivências cotidianas, nas memórias familiares e nas relações com o território. Seguindo também os aportes de Pierre Bourdieu, reconheci que cada indivíduo é fruto de múltiplas interações sociais, e que suas falas carregam não apenas informações, mas também estruturas simbólicas, afetos e estratégias de sobrevivência.

A escuta foi, portanto, central nesse processo. Ao adotar a perspectiva da "escuta sensível", conforme proposta por René Barbier (1998), comprometi-me não apenas com a escuta empática, mas com uma postura de abertura que considera o entrevistado como produtor de saberes legítimos. A escuta sensível pressupõe um mergulho no universo do outro, permitindo que se estabeleça um processo dialógico de construção, desconstrução e reconstrução dos sentidos atribuídos pelos sujeitos ao seu cotidiano e às suas práticas.

Nesse contexto, as falas dos jovens tornaram-se instrumentos teóricos vivos, revelando visões de mundo, tensões territoriais, e principalmente, os significados atribuídos aos conceitos de território, participação e pertencimento. Ao invés de impor categorias analíticas previamente definidas, deixei que os próprios sentidos emergissem do discurso dos participantes, reconhecendo que a palavra do sujeito é um ato concreto, situado histórica e culturalmente.

Os significados extraídos dessas entrevistas funcionaram como indicadores das necessidades conscientes e inconscientes dos jovens, orientando o direcionamento analítico e a formulação de hipóteses. Cada fala revelou-se carregada de sentidos, e até mesmo os silêncios tornaram-se elementos de análise, abrindo espaço para interpretações mais complexas sobre as realidades vividas pelos sujeitos.

O processo de escuta compreensiva não apenas enriqueceu teoricamente a pesquisa, mas também transformou a minha própria postura enquanto pesquisador. Assumi, como Kaufmann bem define, uma “fome intensa por saber diante de novas hipóteses”, mantendo-me aberto às surpresas e contradições que emergiam a cada resposta. Essa metodologia, portanto, revelou-se não apenas eficaz para a coleta de dados, mas profundamente ética e transformadora na forma de construir conhecimento com — e não sobre — os sujeitos da pesquisa.

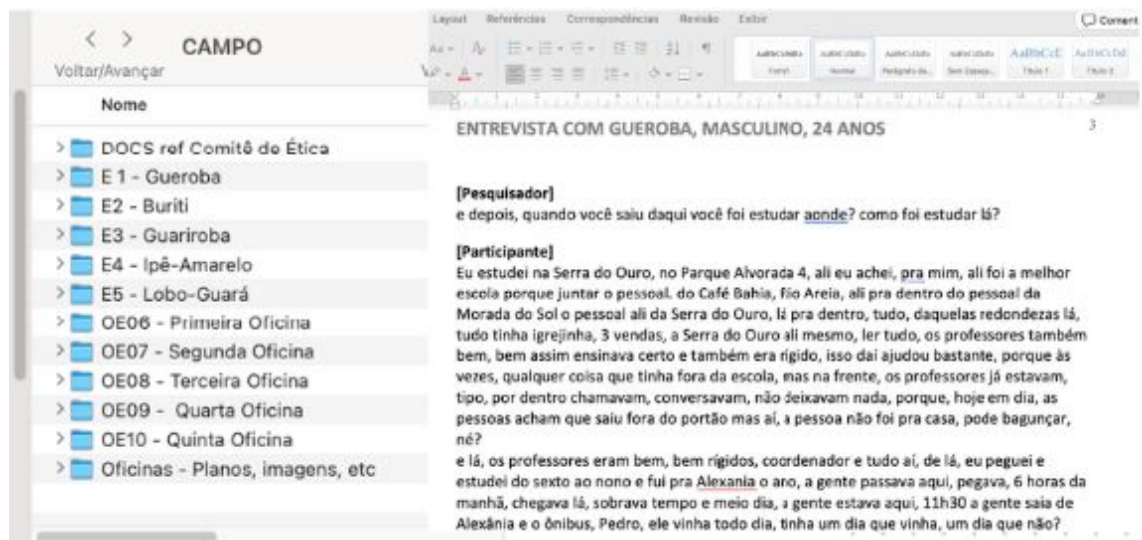
As oficinas do Bloco 1 foram concebidas como uma porta de entrada para o grupo: queria criar um espaço horizontal em que os jovens pudessem reconhecer-se como sujeitos de direito, refletir criticamente sobre identidade, território, participação social e projeto de vida e, a partir daí, coletar informações complementares às entrevistas compreensivas com vivências mais elaboradas. Realizadas à noite, nas dependências da Escola Municipal Tamoio, elas aproveitavam a faixa horária em que todos conseguiam reunir-se depois das aulas ou do trabalho. A logística – do transporte até o preparo do lanche – contou com uma rede de cuidado articulada entre mães, pais e meus próprios familiares, que se revezavam para buscar e levar os participantes, mantendo o clima acolhedor e a segurança do grupo. Esses encontros, que dialogavam diretamente com as entrevistas e com a escuta sensível proposta pela fenomenologia, serão descritos minuciosamente no Capítulo IV, onde apresento cada dinâmica, os materiais utilizados e as principais reflexões que emergiram.

Durante todo o ciclo de entrevistas e oficinas mantive, quase como um “anjo da guarda”, um pequeno gravador Sony ligado ininterruptamente. O dispositivo — simples e barato — captou dezenas de horas de áudio que, mais tarde, converter-se-iam em semanas de minuciosa transcrição. Esse trabalho paciente e, por vezes, exaustivo ofereceu-me um laboratório inesperado: ao transformar fala em texto, deparei-me com inflexões, pausas e contradições que, a escuta imediata, não havia permitido apreender. Cada linha transcrita abria novos pontos de vista, suscitava conceitos frescos e iluminava nuances das territorialidades juvenis. Apesar do cansaço físico,

senti-me genuinamente satisfeito; dispunha, enfim, de um corpus denso e vivo, capaz de sustentar as análises que dão fôlego à pesquisa.

Para garantir o acompanhamento e diálogo eficiente com meu orientador, adotei uma sistemática de nomenclatura e arquivamento inspirada na gestão pública de documentos. Cada entrevista foi rotulada sequencialmente — E1, E2, ..., E5 —, enquanto as oficinas do Bloco 1 receberam a sigla OE seguida do número correspondente (OE06 a OE10), conforme imagem a seguir. Todos os áudios e suas respectivas transcrições foram armazenados em um repositório na nuvem, mantendo-se o mesmo identificador em ambos os formatos.

IMAGEM 18 - ESQUEMA ORGANIZACIONAL DIGITAL DO MATERIAL EMPÍRICO, ELABORADO PELO AUTOR: MÉTODO PARA SISTEMATIZAR VOZES, TEXTOS E IMAGENS.



FONTE: Autor, 2025.

Nas transcrições, incluí um cabeçalho padronizado contendo o código do arquivo, o pseudônimo do participante e a paginação contínua; esse detalhamento facilitou as etapas de leitura horizontal e de redução eidética, além de permitir o acompanhamento remoto do meu orientador — localizado em Salvador, a cerca de 1 440 km de Alexânia. A padronização também favoreceu a cooperação com os colegas do Núcleo de Estudos sobre Subjetividades, Fenomenologia e Ação Humana [Entre-colchetes], que, ao acessar o drive compartilhado, puderam qualificar rapidamente

cada entrevista. Assim, a lógica de organização documental tornou-se peça chave para articular interlocuções acadêmicas e assegurar a consistência analítica do estudo.

Concluída a coleta de dados, segui para Salvador levando a base empírica destinada à redução eidética: mais de seiscentas páginas de transcrições impressas, blocos de flip-chart em várias cores e um estojo repleto de canetas. Nunca uma bagagem me pareceu tão valiosa; cada folha comportava fragmentos de histórias, silêncios e afetos que, agora, exigiam ser depurados até revelar suas invariantes fenomenológicas. Atravessar o percurso Alexânia–Salvador, portanto, foi mais que um deslocamento geográfico: representou o trânsito simbólico entre o campo vivido e o espaço de análise, onde o material bruto se transformaria em compreensão estruturada sobre as juventudes da Morada do Sol.

Foi Universidade Federal da Bahia (UFBA), no nosso primeiro encontro presencial para redução eidética, que esse processo teve início. Estava acompanhado do meu orientador e da querida colega Iris, que seguiu comigo nessa etapa intensa.

A escolha da UFBA como local para essa imersão não foi aleatória. Como costuma fazer, meu orientador — que 'não dá ponto sem nó' — selecionou cuidadosamente o ambiente para me provocar a refletir sobre as juventudes, o território e, principalmente, sobre mim mesmo. Eu, que havia concluído minha graduação com 31 anos, por ensino a distância, carregava (e às vezes ainda carrego) uma sensação de insuficiência, um sentimento de que minha trajetória acadêmica era inferior. Essa escolha de espaço e tempo não foi apenas geográfica, foi simbólica.

Nunca vou esquecer do exemplo que ele me deu após um dia inteiro analisando a primeira entrevista. No caminho da Ondina para Itapuã, já à noite e exausto, ele me propôs um exercício simples e potente: 'Observe apenas os carros azuis'. No início, duvidei que fosse notar algum. Mas, bastou direcionar meu olhar para me espantar: havia muitos carros azuis. E se fossem amarelos? Ou vermelhos? Ou pretos? Ele concluiu com algo que nunca mais esqueci: 'Tudo está na percepção de quem olha'.

Foi ali que comecei a compreender, de fato, o que é a redução eidética. Trata-se de enxergar o fenômeno em sua essência, depurando-o de tudo aquilo que o recobre, a partir de uma intuição guiada pela consciência e pelo exercício da suspensão de julgamentos. Compreendi que os noemas — os conteúdos — estavam ali nas falas dos jovens, mas que era o meu olhar (a noese) que os fazia

emergir com sentido. E assim, no ir e vir entre as experiências, os afetos e a análise, fui captando as essências do que estava por trás de cada palavra, gesto e silêncio compartilhado nas entrevistas.

A fenomenologia, enquanto abordagem epistemológica originada por Edmund Husserl, propõe a compreensão da experiência vivida a partir daquilo que se mostra à consciência. Em seu cerne metodológico, encontram-se os conceitos de *redução eidética*, *noema* e *noese*, os quais constituem os alicerces do processo de apreensão das essências.

Redução eidética é o movimento metodológico pelo qual o pesquisador, após a *epoché* (suspensão de juízos e crenças), busca captar a essência de um fenômeno, isto é, aquilo que é invariante na multiplicidade das experiências. Segundo Moreira (2002), a redução eidética permite alcançar o *eidos* – o que permanece constante e essencial naquilo que aparece. Trata-se de um exercício de intuição das essências, como destaca Zilles (2007), em que se supera a dualidade sujeito-objeto para pôr em evidência aquilo que é constituído na relação entre consciência e mundo.

No contexto metodológico, como aponta Eliane Queiroz (2022), a redução eidética não é um caminho linear, mas um ir e vir contínuo entre as falas dos sujeitos, a análise do pesquisador e a construção de sentidos. O processo artesanal de delimitação dos *noemas* (conteúdos temáticos) e *noesis* (atos de consciência que intencionam esses conteúdos) é a base para a apreensão do fenômeno.

Noema refere-se ao conteúdo intencional de um ato de consciência – aquilo que é percebido, pensado, recordado ou imaginado. É o objeto da experiência, enquanto *Noese* é o ato em si que realiza essa intenção: o perceber, o julgar, o lembrar. Essa relação é essencial para compreender como os sentidos são constituídos na consciência do sujeito. Como destaca Sokolowski (2012), "noese é o ato; noema é aquilo para o qual o ato se dirige".

Em termos práticos, os *noemas* podem ser organizados a partir das categorias temáticas emergentes do campo, como vivência, mediação, território, formação ou pertencimento. Os *noesis*, por sua vez, se manifestam nas expressões singulares dos sujeitos, nos modos como narram e dão sentido às suas experiências. Essa estrutura relacional foi bem representada, por exemplo, no trabalho de Geicilene Rodrigues (2023), que descreve a organização de noemas e noesis a partir da “decupagem” das entrevistas e do uso de *post-its* coloridos como parte do processo de construção interpretativa, a seguir segue a produto inicial:

A redução eidética, portanto, é o ponto culminante desse processo, em que o pesquisador, movido por uma atitude fenomenológica, capta as unidades de sentido que revelam o fenômeno investigado. Não se trata de mera categorização técnica, mas de um movimento profundo de escuta, interpretação e síntese, que busca desvelar a essência do vivido.

Esse procedimento não visa a generalizações estatísticas, mas sim a compreensões profundas e contextualizadas, possibilitando a construção de conhecimento a partir do diálogo entre sujeitos e da valorização da experiência como fonte legítima de saber.

Foi ali que comecei a compreender, de fato, o que é a redução eidética. Trata-se de enxergar o fenômeno em sua essência, depurando-o de tudo aquilo que o recobre, a partir de uma intuição guiada pela consciência e pelo exercício da suspensão de julgamentos. Compreendi que os noemas — os conteúdos — estavam ali nas falas dos jovens, mas que era o meu olhar (a noese) que os fazia emergir com sentido. E assim, no ir e vir entre as experiências, os afetos e a análise, fui captando as essências do que estava por trás de cada palavra, gesto e silêncio compartilhado nas entrevistas.

Após três dias intensos de análise das entrevistas transcritas e muitas lágrimas derramadas — não pela dor, mas sim pela potência — vivi uma experiência profunda de conexão (imagem 19).

Me vi na fala dos jovens entrevistados.

As mesmas dores, os mesmos anseios e a mesma forma de olhar para Alexânia do Ricardo de vinte anos atrás

IMAGEM 19 - REDUÇÃO EIDÉTICA REALIZADA EM SALVADOR/BA (2024): MOMENTO DE CONDENSAÇÃO TEÓRICA DOS NOEMAS EMERGENTES.



FONTE: Autor, 2025.

estavam presentes no olhar daqueles jovens. Muitas das falas poderiam ser minhas... Quanta potência.

Esse processo, que foi construído com o apoio e o afeto de queridos amigos e pares, foi ainda mais significativo porque não estive só. Professor Davi, Juciene Malaquias, minha querida Juju, Viani Soares e Allany Amorim colocaram suas mãos, escuta e coração nesse caminho que marcou minha trajetória como pesquisador e como sujeito em transformação.

Foi nesse movimento entre as vozes dos jovens e minhas próprias memórias, entre o método e o afeto, que emergiu o fenômeno: 'A participação dos jovens produz territorialidades potentes à Associação'. Esse achado não foi apenas teórico, mas vivenciado. E dele emergiram os noemas que nortearam a compreensão da experiência: o 'Indivíduo e a individualiz(Ação)', a 'Ideia de subalternidade', a 'Territorialidade no imagético do futuro', as '(I)mobilidades: práxis territorial', e as 'Gerações e suas inter-relações', como podem ver no infográfico a seguir:

IMAGEM 20 - PAREDE DO ESCRITÓRIO: “RESPIRANDO O FENÔMENO” – AMBIENTE CARTOGRAFADO POR POST-ITS, NOTAS E AFETOS ANALÍTICOS.



FONTE: Autor (2025)

IMAGEM 21 - DIAGRAMA COM O FENÔMENO E AS UNIDADES DE SENTIDO (NOEMAS): SÍNTESE VISUAL DO PROCESSO FENOMENOLÓGICO.



FONTE: Autor, 2025.

Encerrando este percurso metodológico, cabe destacar que cada noema identificado ao longo da redução eidética constituirá um capítulo próprio desta dissertação. Nos capítulos seguintes, apresentarei a análise pormenorizada de Indivíduo e a individualiz(Ação), Ideia de subalternidade, Territorialidade no imagético do futuro, (I)mobilidades: práxis territoriais e Gerações e suas inter-relações. Para preservar a força original das vozes juvenis, todos os excertos de entrevistas aparecerão em *itálico e entre aspas*, permitindo ao leitor distinguir imediatamente as citações diretas da tessitura analítica. Cada um desses noemas emergiu como síntese sensível e crítica do vivido e do dito nas conversas, revelando a complexidade das juventudes em seus modos de habitar, resistir e transformar o território. Foi uma travessia marcada pela escuta, pelo choro, pela análise e pelo reconhecimento de que passado e presente se entrelaçam na construção de um futuro possível — mais justo, coletivo e igualitário.

3 JUVENTUDES, PERFORMATIVIDADES E A INDIVIDUALIZ(AÇÃO) NO TERRITÓRIO

Como é que um jovem se torna quem é — e, ao mesmo tempo, sente-se pressionado a “dar conta” sozinho de tudo que o cerca? Para responder a essa pergunta, este capítulo propõe o neologismo “individuali(ação)”, um termo-ponte que une dois movimentos inseparáveis. De um lado, o caminho íntimo de cada pessoa para construir sua própria identidade; de outro, as engrenagens sociais e econômicas que a empurram, dia após dia, a agir de forma cada vez mais isolada, como se o êxito fosse exclusivamente individual.

Ao lançar mão desse jogo semântico — o parêntese que abraça “ação” dentro de “individualização” — quero tornar visível essa tensão constante entre o vir-a-ser e o agir-sozinha(o). Observamos como as juventudes, nos territórios onde vivem, performam suas identidades em meio a tecnologias que aceleram o tempo, discursos que exaltam o empreendedor de si mesmo e políticas públicas que, muitas vezes, reproduzem a lógica do “cada um por si”.

Mas as histórias que contamos aqui não se resumem a diagnósticos. Elas revelam também gestos de cuidado, pactos de solidariedade e brechas de resistência que os próprios jovens criam para reinventar o coletivo. Dessa escuta nasce uma convicção: mesmo sob pressões intensas de “individuali(ação)”, pulsa uma vontade de caminhar junto — e é dessa vibração que precisamos falar.

Que este texto, antes de tudo, provoque empatia: que possamos reconhecer, nos relatos juvenis aqui narrados, um espelho das nossas próprias buscas por pertencimento — e, quem sabe, a inspiração para construir práticas mais humanas e solidárias no território que compartilhamos

3.1. O SUJEITO CONTEMPORÂNEO E O CONTEXTO DA INDIVIDUALIZAÇÃO

Giddens (1991) observa que, na modernidade tardia, cada pessoa é incitada a se tornar autora da própria biografia: decidir, planejar e justificar o próprio caminho passa a ser quase uma obrigação social. O que à primeira vista soa libertador converte-se, porém, numa armadilha, sobretudo para as juventudes da Morada do Sol. Ali, os jovens são convocados a arquitetar o futuro

sem recursos mínimos — isto é, sem acesso garantido a bens materiais básicos (moradia digna, transporte regular, alimentação cotidiana), a capitais simbólicos (educação de qualidade, acesso à cultura) e a suportes institucionais (políticas públicas que lhes assegurem proteção e oportunidades). Nesse cenário, pedem-lhes que projetem e administrem o “mundo da vida” (Lebenswelt) — o horizonte de experiências compartilhadas e significados cotidianos que dá sentido à existência, conforme Husserl e, depois, Habermas — quando, na prática, lhes falta o chão que sustente tais significados. São, assim, pressionados a performar autonomia e responsabilidade individuais em um contexto em que o essencial ainda não chegou.

Ainda sobre o conceito “mundo da vida”, refere-se ao horizonte de experiências compartilhadas que sustenta o nosso agir cotidiano antes mesmo de qualquer reflexão teórica. É o solo de significados, valores, rotinas e expectativas que herdamos — e continuamente recriamos — em interação com os outros. Nesse espaço préreflexivo, aprendemos “como as coisas funcionam”, quais caminhos parecem possíveis e que sonhos fazem sentido. Quando esse mundo da vida é atravessado por carências estruturais, como na Morada do Sol, ele deixa de oferecer segurança simbólica e converte-se num terreno instável, onde projetos pessoais precisam ser construídos sobre incertezas diárias.

Dessa forma, Gueroba, 24 anos, verbaliza essa tensão: *“a gente aprende desde cedo que tem que correr atrás do nosso, senão a vida passa por cima”*. A fala não só expressa uma percepção de urgência, como também revela um cenário em que a coletividade cede lugar à sobrevivência individual. O que Bauman (2001) conceitua como modernidade líquida aparece nas falas como sensação difusa de insegurança, instabilidade e ausência de vínculos sólidos.

As juventudes da Morada do Sol, mesmo vivendo num território historicamente à margem, criam e disputam espaços onde possam existir em voz alta. Isso inclui praças e campos improvisadas, corredores das escolas onde surgem coletivos, e, sobretudo, as redes sociais (WhatsApp, Instagram, TikTok) que ampliam o alcance dessas expressões para além do distrito. Nesses palcos físicos e digitais, elas constroem linguagens próprias: imagens e textos com narrativas de pertença; gírias, memes e hashtags que sintetizam a vivência local; letras de trap ou funk que denunciam a falta de transporte ou de políticas públicas; e performances audiovisuais que remixam suas visões de mundo.

Essas manifestações, embora muitas vezes ignoradas ou estigmatizadas pelas instituições formais, funcionam como gramáticas próprias que narram a vida do Distrito e produzem reconhecimento mútuo entre pares.

O trabalho da Associação de Moradores tem ampliado essa potência ao legitimar práticas culturais já consolidadas e ao criar ambientes de expressão. Quando a Associação organiza cine-comunidades, apoia oficinas de esporte ou disponibiliza materiais para ensaios de dança, ela reconhece o valor político desses gestos artísticos e reforça a ideia de que cultura não se limita a eventos oficiais; ela emana do cotidiano e devolve autoestima aos jovens que raramente se veem representados nas agendas institucionais. Assim, o território vivido e o território projetado pela Associação convergem, pois ambos enxergam nas práticas juvenis não apenas lazer, mas formas de produção de saber, identidade e participação social.

Nesse contexto, emergem três potencialidades centrais do protagonismo juvenil. A primeira é a capacidade de criar redes solidárias que combinam arte, cuidado e mobilização, transformando o “rolê” em plataforma de denúncia e cooperação. A segunda é a invenção de narrativas contrahegemônicas: ao cantar a própria história e retratar a própria paisagem, os jovens friagram discursos exteriores que descrevem o território somente por suas carências. A terceira reside na ampliação do repertório político; grafite, trap ou viral nas redes sociais tornam-se ferramentas de incidência sobre políticas públicas, pois ligam experiências locais a pautas mais amplas, como direito à cidade e combate ao racismo.

Essas potencialidades revelam que o território, longe de ser periferia silenciosa, é matriz de cultura e conhecimento. Ao reconhecer e apoiar tais expressões, a Associação fortalece trajetórias que permitem a cada jovem ser quem é e, ao mesmo tempo, reimaginar coletivamente o que o bairro pode vir a ser. Cada gesto é um ato de performatividade: estratégia para ser reconhecido, negociar identidades e, acima de tudo, recusar a invisibilidade.

Buriti, 23 anos, confessa: *“Eu me esforço pra ser alguém, mas às vezes parece que ninguém tá vendo”*, essa frase sintetiza que esta jovem precisa afirmar sua existência em uma sociedade que a invisibiliza. Em tempos de meritocracia e competição acirrada, como lembra Paulo Freire (1996), a autonomia pode se tornar apenas mais uma forma de exclusão, quando não acompanhada de processos coletivos de emancipação.

O discurso meritocrático costuma apresentar o sucesso como resultado direto do esforço individual, mas, essa narrativa se choca com a realidade de um território marcado por lacunas históricas de infraestrutura, serviços públicos e oportunidades. A ideia de que “quem quer, consegue” converter desigualdades herdadas em responsabilidade pessoal, apagando o peso de fatores estruturais como renda familiar, acesso a transporte, escola de qualidade ou redes de cuidado. Inserida na lógica neoliberal, a meritocracia desloca a atenção do coletivo para o desempenho competitivo de cada sujeito, naturalizando barreiras que não foram criadas por ele.

Nesse ambiente, a competição por vagas de emprego, bolsas de estudo ou até likes nas redes sociais contrasta com tradições de associativismo que ainda sustentam a vida comunitária. Enquanto a lógica neoliberal incentiva a busca solitária por resultados, a prática cotidiana revela que projetos comuns, mutirões e redes de solidariedade são os caminhos mais eficazes para enfrentar a precariedade. A coletividade não é apenas estratégia pragmática; é também gesto político que questiona a desigualdade estrutural e produz espaços de resistência.

As narrativas escavadas nas entrevistas mostram que a pressão por “dar certo” chega de formas muito distintas a corpos diferentes. Gariroba, 17 anos, resume a desigualdade de acesso ao espaço público, principalmente pelas meninas/mulheres: “*A não ser o campo de terra ali, mas também era só para os meninos, porque as meninas [...] não saíam de casa*”. Mesmo anos depois, ela admite que “as meninas hoje em dia não é muito de sair de casa”, citando o medo de agressões sexuais e a falta de equipamentos seguros: “*Aqui tem pessoas que já foram presos por conta de estupro [...] aí eu não gosto muito de sair*”.

Já a matriz heteronormativa pesa quando o assunto é sexualidade. Um dos entrevistados confessa ter passado “*muitos anos [...] me vendo como uma pessoa errada, por ser gay*” e compara a recepção local com a que encontrou em cidades maiores, onde ouvir “*nossa, que legal era sinal de acolhimento, não de escândalo*”. A mesma lógica atravessa a sexualidade feminina hegemônica: “*Os meninos atraem as meninas e acabam dando nisso; às vezes ela vai iludida, achando que é amor*”, diz Capim-dourado, 17 anos, apontando como sedução e responsabilidade recaem sobre elas. Buriti, 23 anos, acrescenta o ônus moral da maternidade precoce: “*A gravidez é uma questão [...] falta de informação não é; é falta de consciência e responsabilidade*”.

Esses trechos revelam como a individualiz(ação) é atravessada por gênero e sexualidade: meninas e jovens LGBTQIAPN+ negociam seu lugar entre vigilância, silenciamento e riscos

concretos, enquanto os rapazes ocupam o território, performam autonomia e, muitas vezes, têm seu “mérito” naturalizado. Judith Butler ajuda a ler essa “matrix da performatividade” que inscreve normas sobre os corpos, e Guacira Lopes Louro mostra como a heteronormatividade escolariza o desejo; aqui, os depoimentos dão carne a essas teorias, mostrando que a pressão por sucesso nunca é neutra.

A categoria individualiz(ação) ajuda a iluminar essa tensão. Ao mesmo tempo em que descreve o processo de subjetivação, ela expõe como políticas e discursos empurram o jovem a agir por conta própria, mesmo quando lhe faltam condições básicas. Essa convocação produz exclusões múltiplas. Social, porque quem não atinge a meta meritocrática é culpabilizado e estigmatizado. Econômica, pois a ausência de capital financeiro e cultural limita a “corrida” antes mesmo do ponto de partida. Política, porque o peso individual mina a disposição de reivindicar direitos coletivos. E identitária, já que identidades que fogem ao padrão dominante — de raça, gênero ou classe — sofrem estereótipos adicionais que dificultam o reconhecimento.

Questionar o mérito, portanto, não significa desvalorizar a iniciativa pessoal, mas recolocar o foco nas estruturas que condicionam a vida no território. Reafirmar o valor do associativismo, da cooperação e das políticas públicas redistributivas é crucial para romper a armadilha neoliberal que privatiza o sucesso e a exclusão na mesma medida. Ao reconhecer que ninguém constrói sua trajetória em solo neutro, abrimos caminho para uma emancipação que combine autonomia com solidariedade, fortalecendo práticas coletivas capazes de subverter as desigualdades que o mérito, sozinho, jamais resolverá.

O território, mais que superfície geográfica, é tecido de experiências, afetos, disputas e invenções. Milton Santos (1996) o interpreta como espaço vivido, marcado por contradições e cheio de potências que emergem da vida cotidiana. Nessa perspectiva, ecoa a pedagogia emancipadora de Paulo Freire, para quem a transformação social nasce do diálogo crítico e da ação coletiva que revelam e superam as opressões. Quando Guariroba, 17 anos, afirma “*Às vezes a gente não tem nada, mas tem um ao outro, e isso segura a gente*”, ela expressa exatamente esse encontro entre território e emancipação: os vínculos comunitários funcionam como chão simbólico que sustenta a juventude diante da precariedade material, convertendo a carência em solidariedade, esperança e ação transformadora.

O território, nesse sentido, não é só onde se vive, mas também onde se resiste, se sonha e se performa. Ele é parte do sujeito que o habita, como extensão da sua história e possibilidade de futuro. O sistema capitalista contemporâneo promove uma intensa individualização da vida social. Os jovens são incitados a competir desde cedo, a mostrar resultados, a exhibir conquistas, como se o sucesso dependesse unicamente do esforço pessoal. Bauman (2007) denuncia essa lógica como uma forma de abandono: a responsabilidade coletiva é transferida para o indivíduo, que passa a se culpar por falhas estruturais.

Ipê-Amarelo, 18 anos, expõe esse dilema: “*Acho que as pessoas aqui são meio paradas [...] elas podiam fazer protestos, cobrar pelos direitos delas*”, sua fala mistura crítica e impotência: há o desejo de mobilização, mas também o medo da exposição ou da frustração.

Paulo Freire (1996) já advertia sobre o risco da responsabilização individual sem a construção de um projeto social solidário. A individualiz(ação), nesse sentido, não é opção, mas imposição. O jovem precisa se tornar empresa de si mesmo, sem garantias, sem rede de apoio, sem coletivo.

A reiterada ausência de políticas públicas atuantes — seja no transporte, na educação ou na cultura — produz um vazio que vai além da carência material: ela instala nos jovens uma sensação difusa de que as esferas decisórias lhes são inacessíveis e, portanto, inúteis de serem disputadas. Sem referências concretas de que o Estado possa responder às suas demandas, eles acabam internalizando a ideia de que participação política é privilégio de “outros”, reforçando um ciclo de impotência que naturaliza a exclusão. Esse processo se agrava quando discursos meritocráticos responsabilizam o indivíduo pelo próprio sucesso ou fracasso, deslocando o foco das estruturas que condicionam oportunidades. Assim, a ausência de políticas públicas não apenas priva direitos, mas também corrói o imaginário coletivo de transformação, fazendo com que a descrença se converta em autolimitação: “não adianta lutar, nada muda”. Romper esse efeito exige políticas que, além de entregar serviços, sinalizem reconhecimento e convidem à coautoria das decisões, reativando a confiança de que a ação coletiva pode, sim, alterar a ordem vigente.

A pandemia agravou as condições de exclusão já existentes e aprofundou os processos de individualiz(ação). O isolamento social desfez os laços comunitários frágeis e empurrou os jovens ainda mais para dentro de si mesmos. Sem escola, sem rua, sem praça, restou o celular como janela para o mundo — uma janela que, muitas vezes, mais distância do que aproxima.

Ipê-Amarelo, 18 anos, comenta: “*Depois da pandemia ficou tudo mais frio, cada um no seu mundo*”. A imagem é dolorosa e real: o coletivo se dilui, o encontro vira exceção, e os afetos passam a depender de curtidas, seguidores e conexões instáveis. O vínculo comunitário, que já era frágil, tornou-se espectral, algo que se lembra com saudade, mas que poucos sabem como reconstruir.

Quando Giddens (1991) fala da “biografia reflexiva” como tarefa do sujeito moderno, penso em como esse convite, aparentemente emancipador, torna-se uma armadilha perversa para os(as) jovens: se pedem que sejamos autores da nossa história, mas sem nos entregar as páginas em branco, sem tinta ou caneta. Ser jovem na Morada do Sol é, muitas vezes, lidar com o “escreve aí a sua vida” mesmo quando a escola falta, o transporte não chega, e a comida precisa ser dividida, entre outros.

Giddens (1991) ainda pontua que, na modernidade reflexiva, a construção da identidade passa cada vez mais pelo gerenciamento da aparência, da emoção e da conduta. A pandemia, ao acelerar a virtualização da vida, intensificou esse fenômeno.

As redes sociais, longe de serem apenas ferramentas de conexão, têm moldado novas formas de relação. A lógica do engajamento e da autopromoção transforma o afeto em capital simbólico. As juventudes da Morada do Sol, inseridos nesse universo, sentem-se pressionados(as) a performar vidas que não vivem, corpos que não habitam e sonhos que não podem bancar. Como disse Buriti, 23 anos: “*A gente vê a vida dos outros e sente que tá atrasada*”. Bauman (2003) chama isso de “*vida em vitrines*”, um espetáculo contínuo onde todos assistem a todos, mas ninguém se conecta de fato.

Essa vitrine é cruel. Como pesquisador e alguém que também habita os corredores digitais, percebo o quanto as redes sociais nos colocam em uma constante comparação com performances idealizadas. É um teatro de identidades, onde quem não brilha, desaparece. As juventudes da Morada do Sol, já marcadas por ausências históricas, agora precisam lidar com a ausência simbólica: não basta ser, é preciso parecer ser. E para parecer, muitas vezes, se desconectam de si mesmos. A afetividade se tornou like, o reconhecimento virou métrica, e o pertencimento, algoritmo. As redes, que poderiam ser ponte, tornaram-se espelho, mas um espelho torto, que reflete imagens distorcidas do sucesso, da beleza, da vida ideal. Isso despolitiza, desmobiliza e adoece. E como pesquisador comprometido com a vida, não posso me calar diante desse processo

que naturaliza a solidão, mercantilizar os vínculos e afastar os(as) jovens da construção coletiva de seus territórios.

As relações no século XXI, assim, se tornaram mais voláteis, mais estéticas e menos éticas. A conexão digital muitas vezes encobre o esvaziamento dos vínculos presenciais, o que compromete a construção de coletivos reais e transformadores. A individualiz(Ação) extrema, além de provocar o esvaziamento dos vínculos afetivos, apresenta um risco grave: o da despolitização. Quando os(as) juventudes passam a acreditar que seus problemas são frutos de falhas pessoais, deixam de perceber os mecanismos estruturais que operam sua exclusão. A ação política, nesse sentido, cede lugar à ação privatizada, individual, desconectada do coletivo. Lobo-Guará, 16 anos, expressa esse sentimento de resignação pragmática: *“hoje eu faço por mim. Já entendi que ninguém vai fazer pela gente, nem governo nem vizinho”*. Sua fala, embora embebida de resistência, carrega também a dor da solidão cívica. O risco aqui é que o indivíduo se torne uma ilha, acreditando que sua salvação depende apenas de sua própria força — um pensamento funcional ao neoliberalismo e à perpetuação da desigualdade.

Pessoalmente e neste lugar de interpretar esta realidade em minha pesquisa, não posso deixar de reconhecer o quanto essa despolitização silenciosa me atravessa também. Vivi e vejo cotidianamente jovens como Lobo-Guará, 16 anos, sendo forjados na lógica da sobrevivência, não da cidadania. Quando ele diz que “ninguém vai fazer pela gente”, há ali uma denúncia e uma armadilha. A denúncia de um Estado ausente, de políticas públicas que não chegam à Morada do Sol, de vizinhos que, tantas vezes, também foram atravessados por essa mesma lógica da desconfiança e do salve-se quem puder. Mas a armadilha está justamente em acreditar que só nos resta fazer por conta própria. Eu também já acreditei nisso. Também já fui tomado por essa ideia de que precisava dar conta de tudo sozinho. E foi preciso reencontrar o coletivo, reencontrar as mãos que seguram outras mãos, para entender que a saída não é individual. O século XXI nos ensinou a performar laços, mas desaprendemos a senti-los. As relações se tornaram contratos efêmeros, pautadas por interesse, estética e curtidas. Mas ainda acredito — e minha trajetória como pesquisador e cidadão é prova disso — que é possível reconstruir sentidos coletivos. Precisamos transformar ilhas em pontes. Porque ninguém se salva sozinho, sobretudo quando o fogo é estrutural.

Apesar do avanço do individualismo, há brechas por onde o coletivo resiste. A experiência da AMSER e das oficinas participativas revelou que o desejo de pertencimento e de transformação ainda pulsa nas juventudes da Morada do Sol. A construção de espaços de escuta, troca e ação conjunta pode reverter o ciclo de isolamento. Guariroba, 17 anos, emocionada, afirma: “as oficinas me lembraram que a gente pode sonhar junto”. Essa frase simples traduz uma potência política rara: a de sonhar em comum, de traçar futuros coletivos em territórios marcados por histórias de abandono.

Quando as juventudes ocupam espaços associativos e deliberativos, não apenas constroem cidadania, mas também reinscrevem seus corpos no território, transformando-o com sua presença. A individualiz(ação) se converte, nesse processo, em potência criativa e não mais em instrumento de segregação. Analisar esse noema me provoca a compreender como os jovens da Morada do Sol se constroem enquanto indivíduos e como são atravessados por processos de individualização, impulsionados por uma lógica neoliberal, pela pandemia e pelas redes sociais. A partir das entrevistas compreensivas, evidenciou-se que, mesmo em contextos adversos, os jovens constroem formas singulares de resistência, reinventando o território, suas relações e suas subjetividades.

A experiência traumática da pandemia expôs, com nitidez, a desigualdade digital que separa os jovens da Morada do Sol de pares mais bem conectados. Enquanto parte do país migrou para salas de aula online, muitos deles enfrentaram pacotes de dados escassos ou dependeram de celulares compartilhados, quando havia sinal. Foi nesse contexto que IpêAmarelo, 18 anos, descobriu novas rotas de aprendizado: “*Eu uso um site chamado Repertório Enem. Como não consigo pagar o pró, faço do meu jeito: vejo o que está lá, vou para o YouTube, anoto e faço as questões*”. Logo depois ele explica o contorno financeiro da solução: “*A mensalidade do pró é uns 34 reais, mas, mesmo sem assinar, estou conseguindo estudar*”. Tais improvisos revelam uma competência digital que, mesmo gestada na adversidade, agora compõe um repertório valioso para futuras oportunidades.

Essa capacidade de adaptação dialoga com a consciência crítica que emergiu sobre o direito à conectividade, entendida como infraestrutura tão básica quanto água tratada. Ao mesmo tempo, a pandemia intensificou a percepção de que as barreiras sociais não se vencem apenas com esforço individual. Gueroba, 24 anos, recorda o início da vida laboral ainda criança: “*Às vezes a gente quer ter tudo, mas nem tudo cai do céu... tem coisa que a gente não tem condição, então tem que*

batalhar com o que tem”. A frase expõe o limite do discurso meritocrático em um território onde faltam oportunidades concretas.

Num sentido ampliado, o digital tornou-se extensão do território. Redes sociais, plataformas de streaming e fóruns de jogos possibilitaram que os jovens projetassem identidades, difundissem a própria cultura e criassem redes de solidariedade para além dos limites físicos do bairro. Paralelamente, espaços de convivência continuam essenciais. LoboGuará, 16 anos, destaca a relevância do campo de futebol: *“Sem dúvida é o campinho; sem ele não seria a mesma coisa, é onde todo mundo se encontra”*. Ele também encontra abrigo afetivo na igreja: *“Eu saía correndo para a igreja porque lá sinto paz; todo mundo se trata como família”*. Essas falas lembram que o vínculo presencial permanece central, mesmo quando a virtual cria nova molduras de sociabilidade.

A mobilidade — ou a falta dela — reforça essa interdependência entre mundos físico e digital. IpêAmarelo sintetiza a urgência: *“A gente quer transporte, é o que mais precisa: para trabalhar, fazer curso, estudar”*. Buriti, 24 anos, complementa apontando para a dimensão política da questão: *“Se as pessoas lessem mais a Constituição, iam saber dos direitos delas... falta cobrar”*. As redes online, nesse caso, podem ser aliadas na organização coletiva, seja para pressionar o poder público, seja para divulgar caronas solidárias ou mapear rotas alternativas.

Além dos caminhos virtuais, certos marcos geográficos continuam a carregar memórias compartilhadas. Gueroba, 24 anos, lembra a BR060 como lugar de contemplação e possibilidade: *“Bora pra BR ficar olhando os carros passarem... parecia que a hora não passava”*. A rodovia, convertida em mirante improvisado, torna-se símbolo de horizontes que ainda se anunciam incertos.

Outro ponto perceptível foi a presença do racismo no território não se anuncia, na maior parte das vezes, por insultos diretos; ela se infiltra nas expectativas de futuro, nas fronteiras simbólicas e no silêncio que faz com que a cor da pele pareça “não estar em pauta”. Silvio Almeida (2019) descreve esse fenômeno como racismo estrutural: um sistema que organiza o acesso a direitos de modo aparentemente neutro, mas, na prática, distribui oportunidades segundo hierarquias raciais. É justamente esse “fundo” que obriga muitos jovens negros a se projetarem como indivíduos autossuficientes para escapar ao estigma coletivo.

Buriti, 23 anos, revela como o preconceito contra o “lugar de origem” atua como marcador racializado quando eu perguntei se ela já foi discriminada por morar na comunidade: *“Você já foi*

discriminada na escola pelo fato de ser da Morada do Sol?”. Embora responda que não, a própria necessidade da pergunta explicita um estereótipo historicamente ligado à negritude periférica: morar na Morada do Sol passa a funcionar como sinônimo de “corpo suspeito” ou “menos capaz”. Lélia Gonzalez chama essa naturalização de “ideologia da democracia racial”, onde o silêncio sobre a raça é, em si, mecanismo de opressão.

A ausência de denúncias abertas, portanto, não indica inexistência de racismo; antes, expõe o quanto ele se normaliza a ponto de tornar-se indizível. O resultado é uma pressão adicional para “dar certo sozinho”, como se o fracasso individual fosse uma espécie de “falha moral”, e não expressão de barreiras estruturais. A individualiz(ação) reproduz, assim, a lógica meritocrática: cada jovem precisa provar valor num campo de jogo inclinado.

A inserção precoce de jovens no mercado de trabalho brasileiro tem ocorrido, em grande medida, pela porta da informalidade e do subemprego. Essa tendência se acentuou a partir das reestruturações produtivas das últimas décadas, marcadas pela financeirização, pela flexibilização de contratos e pela ascensão do trabalho intermitente ou “sob demanda”. Ricardo Antunes (2018) argumenta que a reestruturação produtiva, marcada pela terceirização e pela plataformização, deslocou o eixo do emprego protegido para formas flexíveis de trabalho, nas quais o risco é transferido ao trabalhador. Márcio Pochmann (2020) acrescenta que, no Brasil, esse processo recrudesce a dualidade entre postos qualificados – relativamente poucos – e uma massa de ocupações de baixa remuneração, malha que captura de maneira precoce a força de trabalho juvenil.

Na Morada do Sol, tal dualidade se manifesta não pela ausência, mas pela qualidade dos empregos disponíveis. Grandes empresas instaladas no entorno contratam, porém oferecem salários achatados e carreiras estagnadas. Gueroba, 24 anos, narra que permaneceu três anos sem reajuste relevante e temia “passar dez anos aqui e não conseguir nada melhor”. Ele calcula que jovens que ganham apenas um salário-mínimo veem quase dois terços da renda consumidos por aluguel e transporte, restando pouco para cursos de qualificação. A percepção ecoa na queixa de Gueroba, 24 anos: “Parece que não tem transporte pra a gente se profissionalizar. Aí os empregos bons vêm gente de fora, e quem mora aqui fica nos serviços de salário baixo, jornada exaustiva e sem chance de crescer.” A crítica de Gueroba explicita o modo como barreiras estruturais, como a falta de mobilidade, restringem a capacidade de qualificação dos moradores e os mantêm em ocupações pouco valorizadas. Essa condição de imobilismo social é agravada por uma lógica

territorial excludente, em que o lugar de origem se converte em critério implícito de hierarquização laboral. Trata-se, portanto, de um mecanismo silencioso de reprodução de desigualdades, que tensiona a promessa meritocrática e reforça a individualiz(ação) como estratégia de sobrevivência em um cenário de oportunidades desiguais.

Do ponto de vista da gestão pública, a superação do ciclo de precarização laboral juvenil demanda uma abordagem articulada e intersetorial, que conecte as dimensões da educação, do desenvolvimento econômico e da inclusão produtiva. No âmbito local, torna-se fundamental, garantir mobilidade para o acesso à educação/profssionalização, estabelecer parcerias entre escolas, associações comunitárias e o poder público municipal com vistas à criação de programas estruturantes, como estágios remunerados com vínculo formativo, cooperativas juvenis de base solidária e linhas de microcrédito orientado que considerem os contextos territoriais e partilhem os riscos da inserção produtiva.

No plano macroestrutural, é imprescindível que as políticas públicas dialoguem com os aportes de autores como Ricardo Antunes e Márcio Pochmann, que defendem a revalorização do trabalho protegido como eixo de cidadania e a ampliação de investimentos em setores intensivos em mão de obra qualificada. A recomposição dos direitos trabalhistas, aliada a estratégias de geração de emprego e renda com foco na juventude, é essencial para romper com o modelo de “empreendedorismo por necessidade” e garantir a construção de trajetórias laborais baseadas em escolhas qualificadas, e não apenas em alternativas de sobrevivência. Somente com políticas públicas integradas e orientadas por justiça territorial será possível assegurar às juventudes da Morada do Sol condições equânimes de acesso ao mundo do trabalho.

A escola pública, sobretudo em territórios marcados por desigualdades estruturais como a Morada do Sol, ocupa uma posição ambígua: pode tanto reforçar a lógica da individualiz(ação) quanto se constituir como espaço de ruptura e elaboração coletiva de projetos de futuro. Essa ambivalência está no centro do debate educacional crítico, especialmente nas contribuições de autores como Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto e Michael Apple.

A individualiz(ação), tal como proposta nesta pesquisa, nomeia o movimento que articula o processo de subjetivação ao imperativo neoliberal de responsabilização individual. Nesse sentido, a escola pública, quando reduzida a um espaço de treinamento para a competição meritocrática, reforça essa lógica. Como aponta Frigotto (2001), ao priorizar uma formação adaptada ao mercado,

centrada em competências técnicas desprovidas de crítica social, a escola se transforma em aparelho ideológico que consolida a ideia de que o sucesso ou o fracasso são méritos ou falhas pessoais, ignorando as desigualdades que estruturam o acesso a oportunidades.

Michael Apple (2005) aprofunda esse diagnóstico ao mostrar como currículos “oficialmente neutros” reproduzem, de forma oculta, valores da cultura dominante, marginalizando saberes populares, comunitários e insurgentes. Em contextos como o da Morada do Sol, isso se traduz em práticas escolares que silenciam experiências territoriais, deslegitimam linguagens juvenis e reforçam hierarquias de classe, raça e gênero.

Entretanto, essa mesma escola pode operar como espaço contra-hegemônico, desde que ancorada em um projeto pedagógico crítico e emancipador. Saviani (2003) argumenta que uma educação verdadeiramente comprometida com a transformação social deve articular a transmissão dos conteúdos escolares ao desenvolvimento da consciência política dos estudantes, aproximando o saber sistematizado das lutas concretas por direitos. Nesse horizonte, a escola pode se tornar território de disputa simbólica e material, onde a juventude é convocada a pensar coletivamente sua realidade, a historicizar suas condições de existência e a construir estratégias para superá-las.

Na Morada do Sol, jovens que relatam experiências de oficinas, rodas de conversa e projetos escolares vinculados à comunidade apontam para essa possibilidade de ruptura. São espaços em que se aprende a partir do vivido, onde o conhecimento não é imposto, mas compartilhado, e onde a coletividade ressurge como princípio formativo. Assim, a escola deixa de ser apenas palco da individualiz(ação) para tornar-se catalisadora de práticas pedagógicas que reconstroem o comum e abrem frestas para outros modos de existir no mundo.

No contexto contemporâneo, o avanço das tecnologias digitais não representa, necessariamente, uma superação das desigualdades sociais. Ao contrário, como demonstram autores como Safiya Noble (2018) e Tarcízio Silva (2020), a lógica algorítmica e as plataformas digitais contribuem para novas formas de exclusão, discriminação e hierarquização social. A partir das entrevistas realizadas com jovens da Morada do Sol, é possível identificar como essas dinâmicas se manifestam no cotidiano e nas expectativas de futuro desses sujeitos.

Ipê-Amarelo, 18 anos, ao relatar sua preparação para o ENEM, revela como as plataformas educacionais gratuitas — como o “Repertório ENEM” e o YouTube — se tornam ferramentas de acesso à formação. No entanto, ela menciona a impossibilidade de pagar pela versão “pró” da

plataforma, no valor de R\$34,00, o que restringe o acesso a conteúdos considerados premium. Essa distinção remete à crítica de Tarcízio Silva (2020), segundo a qual a economia de dados e a segmentação algorítmica criam muros invisíveis dentro das plataformas, transformando a promessa de inclusão digital em um modelo seletivo de acesso à informação e ao saber.

“Como eu não consigo pagar o pró, aí eu faço mesmo do meu jeito, aí eu só vejo o que está lá escrito, aí eu vou para o YouTube, anoto e faço as questões que lá também tem.” — Ipê-Amarelo, 18 anos,

Por outro lado, o depoimento de Lobo-Guará, 16 anos, expõe um uso ativo das redes digitais para construir seu imaginário de mundo, suas aspirações e autoconhecimento. Seus sonhos de conhecer o mundo, aliados à busca por reconhecimento, espelham-se na performance de influenciadores e celebridades, que moldam o ideal de sucesso no capitalismo de plataformas. Segundo Noble (2018), esse processo está atrelado a uma economia simbólica da visibilidade, onde os algoritmos amplificam determinados corpos, histórias e referências, ao mesmo tempo em que marginalizam outros. A fala *“Eu quero ser aquela pessoa que quer ter o máximo de liberdade possível. [...] Quero ser reconhecido não só pelo meu nome, mas por onde eu vim.”* — Lobo-Guará, 16 anos, explica um pouco esta dimensão.

Nesse sentido, a juventude periférica é constantemente interpelada a construir uma imagem de si mesma que seja palatável aos circuitos de visibilidade digital, operando sob vigilância e sob a lógica do “autoempreendedorismo da imagem”. A insegurança quanto ao domínio do inglês, a ausência de autoconfiança e o medo do fracasso revelam como a exclusão não é apenas material, mas também psicológica e subjetiva, reproduzida por métricas de sucesso e validação que orbitam no universo digital.

“Eu tenho medo de não conseguir ir no caminho, achar que eu não sou forte o bastante [...] de ter aquela decisão, se é isso mesmo que eu quero com a minha vida.” — Lobo-Guará, 16 anos

Conforme aponta Tarcízio Silva, estamos diante de tecnologias racistas e classistas, que não apenas refletem desigualdades, mas as produzem ativamente, moldando as oportunidades e trajetórias de vida dos jovens. O acesso a redes, o domínio técnico, a capacidade de “se vender” bem nos algoritmos, são formas atualizadas de capital cultural e social, que definem quem será incluído — e quem continuará excluído.

Assim, pensar em políticas públicas para juventude em territórios como a Morada do Sol exige considerar as tecnopolíticas da exclusão como parte da equação. Garantir internet de qualidade, formação crítica para o uso das plataformas, estímulo a produções digitais locais e políticas de democratização da visibilidade são medidas urgentes para romper com o ciclo de exclusão algorítmica e construir tecnologias de inclusão e cuidado.

Diante desse mosaico de vozes, a Associação de Moradores tem a chance de transformar competências digitais emergentes em ferramentas permanentes de participação. Grupos de Whatsapp podem funcionar como referendos, pesquisas de opinião e articulação, além de mapeamentos colaborativos podem registrar pontos de ônibus inexistentes, e um canal de YouTube dedicado a narrativas locais pode converter o cotidiano em patrimônio audiovisual. Assim, as juventudes não apenas reconfiguram o modo de existir, mas expandem o próprio território, conectando suas vozes ao mundo sem renunciar às raízes que lhes dão sentido.

Sonhar junto, mais que devaneio, é ato pedagógico e político. Para Paulo Freire, toda práxis emancipadora nasce da capacidade de “esperançar”, isto é, imaginar o inédito viável e, assim, transformar o oprimido em sujeito da própria história (FREIRE, 1970/2019). Bell Hooks aprofunda essa visão ao compreender o amor como um compromisso radical com o bem-estar coletivo, força que sustenta a imaginação de mundos mais justos (HOOKS, 2000; 2003). Cada projeto de futuro construído em rodas de conversa, oficinas ou assembleias comunitárias funciona, como ensaio concreto de outra sociedade possível; ao nomear desejos, os jovens produzem pertencimento, alimentam a esperança e instituem, no presente, as bases de políticas que ainda não existem, mas podem nascer do poder de imaginar juntos.

Esse entrelaçamento entre memórias afetivas, como a BR060 que acolhe sonhos em trânsito, e as redes digitais que ampliam vozes revela uma pedagogia silenciosa do pertencimento: ao mesmo tempo em que cada jovem aprende a se narrar individualmente, descobre na prática que o sentido de futuro se fortalece quando é costurado em comunidade. Esse movimento de mãos dadas entre o físico e o virtual prepara o terreno para entender como a individualiz(ação) não aprisiona, mas pode ser reapropriada como combustível para reinventar o comum — um prenúncio das discussões sobre subalternidade, agência e resistência que o capítulo seguinte aprofundará.

A individualiz(ação), tal como proposta aqui, é um conceito dinâmico que revela tanto os mecanismos de isolamento quanto as brechas de reinvenção coletiva. Essas juventudes performam

sua existência diante da ausência de políticas públicas, mas não o fazem de forma passiva. Suas falas revelam dor, mas também desejo, potência e estratégias de sobrevivência.

Ao reconhecer essas práticas como expressões de políticas territoriais vividas, abrem-se caminhos para aprofundar a reflexão sobre a ideia de subalternidade, que será tema do próximo capítulo. A partir de suas experiências cotidianas e discursos, será possível compreender as formas pelas quais produzem presença, resistência e agência em um território historicamente marcado pela ausência do Estado e pela negação de direitos.

QUADRO 1 - JUVENTUDES E INDIVIDUALIZ(AÇÃO) NA MORADA DO SOL

Eixo Temático	Questões Abordadas	Conceitos e Autores	Exemplos / Falas dos Jovens
Biografia Reflexiva e Pressão por Autonomia	Como os jovens são pressionados a serem autores de si mesmos mesmo sem recursos mínimos?	Anthony Giddens (1991) – modernidade tardia e biografia reflexiva Zygmunt Bauman (2001) – modernidade líquida e insegurança	“A gente aprende desde cedo que tem que correr atrás do nosso, senão a vida passa por cima.” (Gueroba, 24 anos)
Performatividade e Invisibilidade Social	De que forma os jovens performam suas identidades para serem vistos e reconhecidos?	Judith Butler – performatividade Paulo Freire (1996) – autonomia crítica e construção coletiva	“Eu me esforço pra ser alguém, mas às vezes parece que ninguém tá vendo.” (Buriti, 23 anos)
Território como Espaço de Resistência e Afeto	O território é vivido apenas como lugar de ausência ou também como espaço de solidariedade e esperança?	Milton Santos (1996) – território usado, afetivo e contraditório	“Às vezes a gente não tem nada, mas tem um ao outro, e isso segura a gente.” (Guariroba, 17 anos)
Individualização e Isolamento na Pandemia	A pandemia intensificou o isolamento e a fragilidade dos laços comunitários?	Giddens (1991) – gerenciamento da aparência Bauman (2003) – vida	“Depois da pandemia ficou tudo mais frio, cada um no seu

		em vitrines e superficialidade relacional	mundo.” (Ipê-Amarelo, 18 anos)
Redes Sociais e Pressão por Performance	Como as redes sociais afetam a autoestima e a noção de pertencimento das juventudes?	Bauman (2007) – individualização neoliberal Freire (1996) – crítica à culpabilização individual	“A gente vê a vida dos outros e sente que tá atrasada.” (Buriti, 23 anos)
Solidão Cívica e Despolitização	Quais os riscos da responsabilização individual para a ação coletiva e cidadã?	Bauman – indivíduo como empresa de si mesmo Freire – projeto social coletivo	“Hoje eu faço por mim. Já entendi que ninguém vai fazer pela gente, nem governo nem vizinho.” (Lobo-Guará, 16 anos)
Ruptura da Solidão e Retomada do Coletivo	É possível reconstruir o sentido do coletivo em meio ao individualismo?	Experiência comunitária: AMSER Esperança coletiva como ação política	“As oficinas me lembraram que a gente pode sonhar junto.” (Guariroba, 17 anos)

FONTE: Autor, 2025.

3.2. A SUBALTERNIDADE COMO CONDIÇÃO TERRITORIALIZADA DA JUVENTUDE

Falar sobre subalternidade é, antes de tudo, mover o olhar para as margens a partir do centro das próprias vivências — um gesto que ultrapassa os muros da academia e ressoa em memórias corporais, em silêncios herdados e em ausências sentidas. Cresci observando corpos como o meu — negros, pobres e periféricos — serem submetidos a uma lógica estrutural de negação da voz, da escolha e do projeto de vida, um padrão histórico de opressão que se concretiza nas bordas da sociedade, como na Morada do Sol. Ao adotar a perspectiva de interseccionalidade proposta por Kimberlé Crenshaw, reconhecemos que marcadores sociais como raça, gênero, classe, sexualidade e território não apenas coexistem, mas interagem de forma multiplicadora, produzindo formas

únicas de exclusão. Essa lente analítica nos permite perceber, por exemplo, que a vivência de uma mulher negra periférica não se reduz à soma de racismo e machismo, mas se configura em vulnerabilidades específicas que exigem estratégias políticas e sociais igualmente complexas. Dessa maneira, a subalternidade deixa de ser um conceito abstrato das ciências sociais para se tornar um instrumento de nomeação e resistência, orientando práticas que considerem a confluência dessas múltiplas desigualdades.

Este capítulo nasce de um incômodo antigo, que se atualizou e ganhou forma nas conversas que tive com jovens da comunidade onde cresci. A Morada do Sol, localizada na zona rural de Alexânia/GO, é território marcado por deslocamentos forçados, promessas não cumpridas e direitos negados. Aqui, a juventude vive entre o desejo de sonhar e o medo de não ser capaz. A subalternidade aparece, então, como marca estruturante — imposta e reproduzida — em suas dimensões materiais, simbólicas e institucionais.

Através das entrevistas compreensivas realizadas com esses jovens, busquei mais do que respostas: busquei escuta. Cada relato traz pistas sobre como a subalternidade se expressa no cotidiano, nos afetos, nos projetos interrompidos e nas tentativas de resistência. O objetivo deste capítulo é justamente explorar essas vozes — muitas vezes ignoradas ou deslegitimadas — e compreender como a subalternação se manifesta em seus corpos, trajetórias e territórios.

A noção de subalternidade, tal como desenvolvida por Antônio Gramsci em seus Cadernos do Cárcere, refere-se à condição de determinados grupos sociais que, embora constituam sujeitos históricos plenos, são sistematicamente excluídos dos processos de formulação das ideias dominantes. Trata-se de uma condição de subordinação que extrapola a dimensão econômica e se estende ao campo cultural, político e epistêmico, na medida em que esses sujeitos não apenas são privados de recursos materiais, mas também têm suas narrativas, saberes e existências invalidadas pelas estruturas de hegemonia.

Segundo Gramsci, os grupos subalternos carecem de autonomia histórica, sendo constantemente representados por forças exteriores a eles, o que os impede de desenvolver uma consciência crítica unificada e de se constituírem como classe dirigente. Essa impossibilidade de se expressar enquanto coletivo dotado de vontade política própria fundamenta o seu apagamento discursivo e a reprodução contínua das relações de dominação.

A esse debate se soma a contribuição fundamental da filósofa pós-colonial Spivak (2010), que ao perguntar “Pode o subalterno falar?”, tensiona a própria possibilidade de fala autêntica dos sujeitos marginalizados. Spivak nos provoca a refletir sobre o quanto a linguagem disponível para a expressão das subjetividades subalternas é, em si, colonizada – estruturada por categorias que silenciam, traduzem ou distorcem essas vozes. No contexto observado, a subalternidade manifesta-se de forma concreta na vida dos(as) jovens, que enfrentam não apenas a precariedade material, mas também a exclusão de espaços deliberativos, educativos e culturais. A dificuldade de circulação, a ausência de políticas públicas territorializadas e o medo cotidiano reforçam a condição de invisibilidade e vulnerabilidade.

A declaração de Guariroba, 17 anos: *“aqui tem pessoas que já foram presas por estupro... eu não gosto muito de sair, tanto para minha própria segurança”* expõe de forma contundente a materialidade da subalternidade: a restrição do corpo, a limitação da mobilidade e o cerceamento do pertencimento. Nesse cenário, o medo opera como fronteira simbólica que inibe o exercício pleno da cidadania, reforçando práticas de silenciamento e retraimento. Compreender a subalternidade aqui significa reconhecê-la como um processo social e político que produz sistematicamente ausências — de escuta, de legitimidade, de futuro — ao mesmo tempo em que a leitura crítica desses silêncios abre espaço para disputas e práticas de reexistência.

Essa percepção não surge apenas do arcabouço teórico, mas de uma vivência que me atravessa desde a adolescência, quando fui rotulado como “menor infrator” e carreguei estigmas que me excluía de antemão: lugar de menino da periferia era na obra, na roça ou no banco dos réus. Ninguém perguntava o que sentíamos, o que almejávamos ou como interpretávamos o mundo — nossas narrativas só ganhavam voz quando mediadas por professores, assistentes sociais ou juízes. Esse silenciamento, contudo, impulsiona minha pesquisa a buscar não apenas respostas, mas a reescrever histórias a partir da escuta ativa dos meus: jovens que, como eu, aprenderam cedo que o erro nos precede e que nossas existências são constantemente postas em questão.

Ao incorporar problematizações decoloniais, entendemos o corpo como território de disputa — sobretudo o corpo de mulheres, pessoas negras e dissidentes — onde a subalternidade se inscreve em marcas visíveis e invisíveis. Alinhando-nos a Gloria Anzaldúa, podemos conceber essas fronteiras corporais como canais de trânsito entre diferentes “identidades em trânsito”; em consonância com Achille Mbembe, percebemos o corpo subalternizado como locus de

necropolítica, onde a vida é condicionada por regimes de abandono, onde o Estado atua mais para vigiar e punir do que para garantir direitos; e, segundo Patricia Hill Collins, reconhecemos estruturas interseccionais de “matriz de dominação” que atravessam raça, gênero, classe e sexualidade. Essa articulação teórica fortalece nossa capacidade de mapear injustiças e de imaginar práticas políticas que afirmem a vida nas bordas do urbano.

A subalternidade não se conserva como um estado fixo, mas se adapta, se reinventa e se reconfigura nas formas atuais de viver e sobreviver. No território em questão, ela adquire contornos próprios, moldados pelas contradições do campo e da cidade, pelo isolamento geográfico e pela precariedade das políticas públicas. As falas dos jovens entrevistados revelam que a subalternização não se dá apenas pela ausência do Estado, mas por sua seletiva presença, que aparece mais para regular do que para garantir direitos.

A escola, muitas vezes, ergue-se como máquina silenciosa de exclusão, operando no compasso da “educação bancária” descrita por Paulo Freire, em que o saber é depositado e o sujeito se torna mero receptáculo. Nessa lógica, jovens de periferia, como aquele garoto de 15 anos que carrega no corpo a marca da desigualdade, encontram portas cerradas para seus anseios e talentos. Conforme Rogerio Arroyo, esse formato acadêmico reproduz hierarquias sociais: a cultura dominante se impõe como referência única e deslegitima outras formas de saber, reforçando estigmas de inferioridade. É nessa tensão que se revelam corredores vazios, turmas sem representatividade e currículos que ignoram a vivência dos subalternos, corroborando a ideia de que “lugar de preto e pobre é na margem” — dentro e fora dos muros escolares.

Mas a educação também pulsa como potência de transformação, quando reinventada como espaço de diálogo e coautoria. Seguindo Paulo Freire, podemos ressignificar o ato de ensinar e aprender como prática libertadora, onde o saber emerge do encontro entre culturas e histórias diversas. Para Saviani, é preciso conceber a escola como produtora de subjetividades críticas, capaz de acolher a pluralidade de vozes e projetar futuros coletivos. Frigotto, por seu turno, nos lembra que a democratização do acesso deve caminhar junto à democratização dos saberes: é ao valorizar o currículo vivo da juventude — seus códigos, suas lutas e suas memórias — que a escola deixa de ser cárcere para tornar-se território de invenção. Só assim, ao tensionar suas contradições, a educação cumpre seu papel maior: não apenas reproduzir o status quo, mas reinventar incessantemente as possibilidades de existência.

O território, longe de ser um palco neutro, configura-se como um corpo coletivo marcado pelas cicatrizes da exclusão, onde juventudes são desterritorializadas do espaço e do tempo públicos. Nas palavras de Milton Santos, o espaço urbano é produzido socialmente, mas tende a se fechar em forma de ilhas para os menos favorecidos, criando “vazios urbanos” que negam a circulação de corpos periféricos. Essa negação materializa-se em praças sem iluminação, transporte escasso e equipamentos públicos inacessíveis, relegando jovens a um território de inércia. Sônia Fleury nos alerta para o fato de que o direito à cidade — e, portanto, ao território como corpo político — está intrinsecamente ligado à universalização dos direitos sociais; quando escolas, centros culturais e espaços de lazer se fecham aos subalternos, reafirma-se uma cidadania de segunda classe. Nesse circuito de marginalização, o território deixa de ser vivenciado como lar para tornar-se fronteira, um limiar que separa quem tem voz de quem é silenciado.

Ipê-Amarelo, 18 anos, expressa com clareza como a falta de transporte público inviabiliza até mesmo os direitos mais elementares: “*Se tivesse transporte... a gente poderia trabalhar em Alexânia ou em outros lugares*”. A fala escancara a barreira geográfica imposta pela negligência estatal. Sem transporte, a cidade se fecha sobre si mesma, impedindo o acesso ao trabalho, à escola, à saúde, e principalmente, ao direito de ir e vir.

Contudo, é justamente nessa tensão que o território se revela uma potência de reexistência política, um corpo coletivo capaz de pulsar e se reorganizar. Raquel Rolnik defende que a cidade deve ser reinventada a partir das demandas populares, tornando o espaço público um lugar de protagonismo e coautoria social. Quando jovens periféricos ocupam pátios escolares, grafitam muros ou constroem hortas comunitárias, desafiam a lógica excludente e suturam as fissuras do corpo territorial. Trata-se de uma política de presença que, ao demandar transporte, segurança e equipamentos culturais, ressignifica as margens e expande o direito ao usufruto pleno do espaço. Nesse gesto de ocupação e reinvenção, o território deixa de ser constituído apenas por vielas sem saída e inaugura novas linhas de fuga e esperança — tal como nas frestas das grades, brotam formas de coletividade que reconstróem a cidade desde baixo.

A precariedade – ou a completa ausência – de espaços públicos de lazer e cultura emerge como mais um indicador potente da subalternidade. Quando Guariroba, 17 anos, afirma que “*não tem muita diversão assim para menina, aí eu prefiro mais ficar em casa mesmo*”, ela expõe como a falta de infraestrutura reconfigura o território, transformando praças vazias e centros culturais

fechados em barreiras que barram o corpo juvenil. A casa, por sua vez, converte-se simultaneamente em refúgio e cárcere: um lugar seguro em que o corpo encontra abrigo, mas onde a imaginação e o desejo são silenciados pela monotonia e pelo medo.

Essa negação do espaço público reverbera na dimensão emocional, pois o bloqueio do desejo, a culpa por querer mais do que se pode ter e o esvaziamento da autoestima não são meros desvios individuais, mas consequências diretas de uma estrutura subalterna. Em diálogo com Bell Hooks (2020), percebemos que o amor-próprio se rompe quando o corpo subalternizado não encontra lugar de cura ou pertencimento; em sintonia com Frantz Fanon, entendemos a experiência do “não-lugar” psíquico como uma forma de alienação que aprisiona a subjetividade; e, segundo Byung-Chul Han, o excesso de positividade e a falta de resistência coletiva geram um vazio existencial em que a potência política dos afetos se dissipa. Reconhecer essas camadas afetivas é, portanto, essencial para inventar práticas que, ao reativar o espaço público, também restitua ao corpo subalterno a possibilidade de sonhar e de existir em sua plenitude.

Buriti, 23 anos, denuncia a carência crônica de políticas de qualificação e geração de renda quando exige “*cursos, mais cursos que não sejam tão caros, transporte [...] mais oportunidades de emprego*”. Sua fala não apenas revela a ausência de iniciativas públicas, mas também evidencia a negação de acesso: programas de formação tardios ou mal divulgados pouco chegam às juventudes da Morada do Sol, seja pela distância física, seja pela falta de articulação institucional. Esse silenciamento estrutural — forjado por escolas que reproduzem currículos excludentes, mídias que ocultam narrativas periféricas, igrejas que reforçam modelos de obediência e políticas públicas mal formuladas — sustenta um cenário em que a promessa de mobilidade social se mostra sempre fora de alcance.

Nesse contexto, o silenciamento torna-se também internalizado, gerando um “autoapagamento” que é produto de um projeto político-histórico de negação do sujeito periférico. Quando jovens como Buriti não se veem contemplados pelas ofertas oficiais, passam a duvidar de seu próprio direito a aspirar e projetar trajetórias autônomas. A pedagogia disciplinar da escola, aliada à invisibilidade midiática e ao discurso moralizador de determinadas instâncias religiosas, cultiva o receio de ocupar espaços, de reivindicar cursos ou vagas de emprego, e reforça o sentimento de indignidade. Reconhecer essas dinâmicas — e romper com elas — exige, portanto, não apenas a criação de políticas efetivas, mas a reformulação dos dispositivos que incutem o

silenciamento em nossa formação: só assim poderemos abrir caminho para que a juventude da Morada do Sol construa percursos de autonomia e pertença.

Ipê-Amarelo, 18 anos, observa que *“as pessoas aqui são meio paradas... se elas lessem a Constituição, iam saber os direitos delas”*. Essa percepção denuncia uma subalternização política que se fabrica na omissão institucional: a falta de conselhos ativos, audiências públicas inacessíveis e canais de escuta formalizada sinaliza que o Estado é um ator distante e inócuo. Sob o olhar de Pierre Bourdieu, essa condição reflete um habitus que naturaliza a passividade política — a internalização de crenças segundo as quais “não adianta fazer barulho” ou “não é coisa para gente como nós”. Dardot e Laval, em *“A Nova Razão do Mundo”*, mostram como o neoliberalismo reforça essa lógica ao transformar o cidadão em empreendedor de si mesmo, vendendo a ilusão de que o engajamento político e a transformação social se realizam por meio do esforço individual — quando, na verdade, faltam estruturas coletivas que garantam efetiva participação.

No plano afetivo, Lobo-Guará, 16 anos, sintetiza o impacto dessa estrutura: *“Eu quero ir para frente, mas a minha autoestima não está ligada com a minha vontade”*. O desejo de ascensão choca-se contra um sistema que não oferece degraus, mas cobranças: jovens são pressionados a “empreender” e “vencer” como se o sucesso dependesse apenas de meritocracia, enquanto as condições reais de acesso a recursos permanecem inalteradas. Essa tensão produz um “capitalismo da vulnerabilidade”, em que o fracasso é interpretado como falha moral, corroendo a autoestima e cristalizando o medo do risco. Reconhecer esses mecanismos é essencial para suspender a promessa enganosa do mérito individual e reivindicar práticas políticas e educativas que fortaleçam vínculos coletivos, democratizem o poder e restitua aos subalternos a confiança de que mudar o mundo também depende de transformar os espaços de decisão.

Dessa forma, as ausências apontadas pelos jovens não são lacunas acidentais: são dispositivos de manutenção da desigualdade. A subalternidade é, portanto, um projeto político que se perpetua não apenas pela ação, mas também pela omissão planejada. Ao registrar e analisar essas falas, busco justamente reconhecer a potência política da denúncia juvenil e sua capacidade de questionar, mesmo que indiretamente, a lógica dominante que os tenta reduzir ao silêncio.

A essas ausências materiais somam-se as feridas simbólicas. Guariroba, 17 anos, compartilha que sente culpa ao sonhar, ao desejar algo que a mãe não pode oferecer: *“Eu fico pedindo as coisas, e minha mãe não pode me dar, e eu fico sentida por estar exigindo demais*

dela”. É nesse ponto que a subalternidade atua de forma mais silenciosa: fazendo o jovem acreditar que sonhar é um erro, que desejar é demais. Lobo-Guará, 16 anos, por sua vez, traduz esse sentimento em outro registro: *“Eu quero ir pra frente, mas a minha autoestima não está ligada com a minha vontade”*. Essa dissociação entre querer e crer que é possível revela como os limites estruturais se internalizam, se alojam no corpo e nas emoções, minando o ímpeto de transformação.

O que as entrevistas nos mostram é que o campo de possibilidades para esses jovens não é apenas reduzido — ele é filtrado, mediado e muitas vezes negado por um sistema que os quer úteis, mas não sujeitos. É nesse ponto que a subalternidade contemporânea se instala: na política do adiamento, na gestão dos silêncios, na fabricação de futuros improváveis.

Gramsci compreende a subalternidade como uma expressão direta das contradições de classe, na qual os interesses dos grupos subalternos são continuamente subordinados à lógica das classes dominantes. Essa subordinação não se limita ao plano econômico, mas se estende ao campo político e cultural, operando por meio da naturalização da exclusão e da inibição da consciência crítica. No contexto da Morada do Sol, essa dinâmica se materializa de forma contundente: o Estado se faz ausente nas garantias universais de direitos, mas presente em formas pontuais e paliativas de assistencialismo, gerando uma relação marcada por dependência e desmobilização. Trata-se de uma ausência orquestrada que reforça o ciclo da subalternidade, ao negar acesso a direitos enquanto promove a ideia de que favores são conquistas.

A partir das lentes do materialismo histórico, conforme formulado por Karl Marx, é possível compreender a subalternidade não como uma condição moral, uma falha individual ou uma característica natural, mas como um produto histórico e estrutural de relações de produção desiguais. A marginalização de determinados grupos sociais, como os jovens da Morada do Sol, está intimamente ligada à forma como os meios de produção, a propriedade da terra, o acesso ao trabalho e os direitos sociais são organizados e distribuídos. Trata-se, portanto, de uma lógica de espoliação que atravessa séculos e se atualiza em novas roupagens. Eduardo Galeano (2007), ao descrever a América Latina como uma “ferida aberta”, oferece uma imagem contundente da permanência dessas desigualdades, que sangram cotidianamente nas periferias urbanas e rurais.

Nesse cenário, a religiosidade popular — presença forte em territórios como a Morada do Sol — assume uma ambivalência profunda. Para muitos, a fé funciona como abrigo simbólico, gerando sentido e alento diante das violências estruturais que atravessam o cotidiano. Porém,

quando alinhada a discursos conservadores, ela se converte em aparato de normatização e controle moral, reforçando a culpa, a repressão e a heteronormatividade. Como relata um dos jovens: *“minha mãe quase entrou em depressão quando soube do meu relacionamento... as pessoas disseram que eu tinha desviado dos caminhos da nossa família”*. Nesse gesto, a religião opera como ideologia reguladora de comportamentos, transformando o espaço doméstico em território de disciplina e silenciamento, negando às identidades dissidentes não apenas a fala, mas o próprio direito de existir.

Paralelamente, essa estrutura de subalternidade molda também as masculinidades periféricas, sujeitando jovens homens a um imperativo de dureza e virilidade. Sérgio Barbosa nos lembra que, nesses contextos, a afirmação do “homem forte” funciona como escudo contra a vulnerabilidade: o silêncio emocional e o medo de fracassar são assimilados como fraqueza a ser reprimida. Jurema Werneck salienta como esse *ethos* consolida hierarquias internas, em que o jovem periférico se vê compelido a representar uma masculinidade “*tough*” para conquistar respeito e sobrevivência social. Assim, o projeto político-histórico de negação do sujeito periférico inscreve-se no corpo: homens aprendem cedo a calar suas dores, a sufocar afetos e a renunciar à própria subjetividade, perpetuando o ciclo de subalternidade que atravessa lares, igrejas e ruas.

O silenciamento não é apenas a falta de voz, mas a falta de escuta e de espaços para que a fala tenha consequências. Muitos jovens relatam o medo de sonhar. Lobo-Guará, 16 anos, diz: *"Tenho medo de sair de um lugar e não dar certo..."*. Essa incerteza constante é fruto de uma vivência marcada por deslocamentos, perdas e incertezas. Buriti, 23 anos, aponta um discurso de responsabilização individual: *"Os jovens preferem a vida errada"*. Essa visão reproduz a lógica meritocrática, apagando os condicionantes estruturais. A subalternidade se manifesta, portanto, também no discurso internalizado de culpa e fracasso.

Diante desse cenário de ausências sistemáticas e silenciamentos impostos, a Associação de Moradores da Morada do Sol (AMSER) representa um contraponto potente à lógica da subalternidade. Ao promover espaços de escuta, momentos educativos/reflexivos, assembleias comunitárias e articulações políticas, a associação não apenas denuncia as ausências do Estado, mas também constrói, de forma autônoma, caminhos de presença e resistência. Trata-se de um espaço de ruptura simbólica e prática, no qual os jovens — historicamente relegados à condição de

“objeto das políticas” — passam a se reconhecer como sujeitos políticos, capazes de reivindicar, propor e intervir.

Apesar dessas iniciativas, é preciso problematizar até que ponto as práticas intergeracionais da AMSER conseguem, de fato, desmontar as estruturas de poder que marginalizam a voz jovem. Ainda que seja estimulante reunir experientes e novatos em rodas de conversa, subsiste o risco de reproduzir velhas hierarquias, quando o saber “institucionalizado” dos mais velhos acaba por silenciar ou filtrar as proposições radicais dos mais jovens. Além disso, ao pautar-se em metodologias formais de assembleia e escuta, a associação pode inadvertidamente excluir foringmas de expressão e mobilização que ocorrem fora desses dispositivos — como as luagens midiáticas ou as ações de rua, típicas das gerações emergentes. Por fim, permanece em aberto a questão de quem define as agendas conjuntas: serão os jovens coautores reais das pautas, ou meros colaboradores de processos já estruturados? Para enfrentar essas contradições, a AMSER precisa não apenas multiplicar os espaços de diálogo, mas também revisitar continuamente seus formatos e critérios de participação, incorporando mecanismos de cogovernança e de avaliação crítica liderada pelos próprios jovens, de modo a assegurar que a construção política intergeracional seja um exercício genuíno de potência compartilhada — e não apenas um simulacro de harmonia.

Esse processo de politização do cotidiano e das ausências é evidenciado por falas como a de Guariroba, 17 anos, que observa: “*Graças a esses grupos (AMSER), as pessoas estão mais unidas... antes era só fofoca, hoje as pessoas interagem*”. Sua percepção revela como a AMSER tem contribuído para ressignificar os vínculos comunitários, transformando desconfiança em solidariedade, e passividade em mobilização. O que antes era fragmentação, hoje começa a ser campo de reconstrução coletiva. A associação, ao ocupar os vazios deixados pelo Estado, atua como mediadora de um processo educativo e emancipatório que transforma os jovens de falados em falantes — de presenças tuteladas em presenças políticas.

A subalternidade, como condição histórica e política, adquire contornos concretos na Morada do Sol, onde se territorializa por meio da ausência sistemática de oportunidades, do silenciamento institucional e da constante deslegitimação simbólica da juventude. Ela opera não apenas nas estruturas visíveis da desigualdade, mas também nos afetos, nas narrativas e na interiorização de culpas que transformam injustiça em falha pessoal. Contudo, esse processo não é absoluto. Mesmo em meio ao abandono, emergem brechas de resistência. A atuação da AMSER e

os gestos cotidianos de jovens que insistem em sonhar revelam uma potência insurgente que desafia o destino imposto.

São esses sonhos — esboçados a partir da margem, mas pulsantes de centralidade — que abrirão o caminho para o próximo capítulo. Ali, será analisado o "Território no Imagético do Futuro": as projeções, os desejos e os sentidos de mundo elaborados por jovens que, mesmo silenciados por estruturas seculares, seguem criando imagens de vida onde antes só havia escassez. A imaginação, nesse contexto, torna-se ferramenta política e dispositivo de reconstrução subjetiva e territorial.

QUADRO 2 - SUBALTERNIDADE NA JUVENTUDE DA MORADA DO SOL

Eixo Temático	Questões Abordadas	Conceitos e Autores	Exemplos / Falas dos Jovens
Subalternidade e Silenciamento	Como os jovens experimentam a exclusão social, política e simbólica em seu cotidiano?	Antonio Gramsci – subalternidade como exclusão da hegemonia cultural e política Gayatri Spivak – “Pode o subalterno falar?”	“Minha mãe quase entrou em depressão quando soube do meu relacionamento.” (GUARIROBA, 17 ANOS) “Eu quero ir pra frente, mas minha autoestima não está ligada com minha vontade.” (LOBO-GUARÁ, 16 ANOS)
Ausências e Vulnerabilidades Estruturais	Como a ausência do Estado molda o território e limita oportunidades de futuro?	Karl Marx – marginalização como produto das relações de produção Eduardo Galeano – América Latina como “ferida aberta”	“Se tivesse transporte... a gente poderia trabalhar em Alexânia.” (IPÊ-AMARELO, 18 ANOS) “Não tem muita diversão assim para menina.” (GUARIROBA, 17 ANOS)
Interiorização da Subalternidade	Como os jovens internalizam o sentimento de exclusão e culpa?	Spivak – linguagem colonizada como mecanismo de silenciamento	“Fico pedindo as coisas, e minha mãe não pode me dar... fico sentida.” (GUARIROBA, 17 ANOS)

		Maffesoli – sensibilidade coletiva e sofrimento simbólico	“Tenho medo de sair de um lugar e não dar certo...” (LOBO-GUARÁ, 16 ANOS)
Reexistência e Políticas Comunitárias	Quais estratégias os jovens e a comunidade constroem para resistir?	Gramsci – pedagogia da escuta e organização de base AMSER – protagonismo juvenil como ruptura do silenciamento	“Graças a esses grupos, as pessoas estão mais unidas... antes era só fofoca.” (GUARIROBA, 17 ANOS) “As pessoas aqui são meio paradas... se lessem a Constituição, iam saber os direitos delas.” (IPÊ-AMARELO, 18 ANOS)

FONTE: Autor, 2025.

3.3. TERRITORIALIDADE NO IMAGÉTICO DO FUTURO

Voltar a morar na Morada do Sol, após anos, foi também retornar a um tempo em que sonhar parecia um gesto ousado demais para quem crescia entre ruas de terra batida, ausências institucionais e olhares desacreditados. Hoje, como pesquisador e morador, percebo que, embora as condições materiais tenham pouco mudado, algo novo pulsa entre os jovens do território: o sonho continua, mas agora se projeta pelas telas de seus celulares, pelas imagens e vídeos que consomem e produzem, pelas estéticas que narram, mesmo que silenciosamente, suas potências e dores.

A tecnologia, ao se incorporar ao corpo humano por meio de dispositivos como o celular, inaugura uma nova configuração do sujeito: não mais limitado à matéria orgânica, o indivíduo expande-se em redes técnicas que modulam suas sensações, desejos e formas de sociabilidade. Na esteira do “Manifesto Cyborg” de Donna Haraway, esse encontro entre máquina e carne desconstrói a dicotomia entre natural e artificial, exibindo a juventude contemporânea como um verdadeiro “ciborgue social”. Os jovens, imersos numa ecologia de telas e sensores, habitam uma zona liminar onde o toque tangível se mescla ao fluxo virtual — um corpo-partilha que existe

simultaneamente em múltiplos territórios, do espaço físico da rua ao espaço simbólico das plataformas digitais.

Gilbert Simondon, ao desenvolver a noção de individuação técnica, ressalta que o artefato técnico não é mero prolongamento passivo do corpo, mas um parceiro ativo na formação do indivíduo. Sob essa perspectiva, o celular deixa de ser apêndice e torna-se co-agente na configuração da percepção e da memória: ele delimita fronteiras de presença (o “aqui” em que nos encontramos), desenha novos territórios (comunidades virtuais e geolocalizações em tempo real) e molda identidades híbridas, onde o “eu” se define por assemblagens de dados, afetos e protocolos tecnológicos. Para a juventude, esse processo de co-individuação técnica implica também riscos: a dissolução dos limites entre o íntimo e o público, a vigilância algorítmica e a precarização da experiência sensorial autônoma.

Problematizar a tecnologia como extensão do corpo demanda questionar não apenas os benefícios de conectividade e empoderamento, mas também os modos pelos quais os aparelhos reconfiguram nossos territórios de ação e subtraem fragmentos de sujeito. É preciso reconhecer que a agência técnica dos jovens, embora possa libertá-los de barreiras institucionais e geográficas, simultaneamente os submete a regimes de controle imbricados em infraestruturas digitais. Somente a partir de uma pedagogia de conscientização crítico-tecnológica — que incorpore debates harawayanos sobre o cyborg político e simondonianos sobre co-individuação — será possível engendrar práticas coletivas que reencontrem, no corpo expandido, não apenas a lógica do consumo, mas também as potências de resistência e de reinvenção identitária.

Neste cenário, a construção do futuro entre os(as) jovens da comunidade se afasta dos caminhos tradicionais oferecidos pelas instituições estatais — escolas precarizadas, serviços públicos inoperantes, conselhos municipais ausentes — e se lança nas sendas simbólicas do mundo digital. São nas redes sociais, nas plataformas de vídeo, nos aplicativos de mensagens que os jovens criam vínculos, performam identidades e imaginam possibilidades. Trata-se de uma territorialidade atravessada por estéticas e afetos mediada por dispositivos móveis, onde o celular se torna extensão do corpo, da mente e do desejo.

Este capítulo, portanto, investiga como os jovens da Morada do Sol, em um contexto de subalternidade histórica e ausência de políticas públicas estruturantes, constroem sentidos de futuro por meio da cultura imagética. A partir das entrevistas compreensivas realizadas com jovens do

território, busco compreender como o imaginário social e digital opera como campo de projeção simbólica, revelando tanto os limites quanto as potências que configuram suas trajetórias.

A juventude contemporânea está imersa em um ecossistema de imagens que molda afetos, identidades e formas de estar no mundo. Baitello Jr. (2015) descreve essa realidade como a de uma “massa sem corpo” e de um “corpo sem massa”, na qual as imagens circulam em altíssima velocidade, desvinculadas de qualquer ancoragem sensível ou territorial. Trata-se de um regime imagético em que o corpo físico se torna cada vez mais irrelevante diante da performance visual, e o laço social é substituído por vínculos frágeis mediados por telas.

Essa lógica também alcança a Morada do Sol, onde os dispositivos digitais tornaram-se a principal janela para o mundo. Os jovens do território, mesmo enfrentando limitações materiais, acessam e produzem imagens que lhes permitem sentir-se parte de algo maior — ainda que essa pertença seja intermitente e marcada pela precariedade. A “tribo afetiva”, como define Maffesoli (2010), não se forma apenas nos encontros físicos, mas também em grupos de WhatsApp, comentários em reels¹ e compartilhamentos no Instagram.

Ipê-Amarelo, 18 anos, traduz bem essa vivência ao afirmar: *“Uso o celular pra tudo, é como se fosse minha escola”* Em um contexto em que a escola física é distante, desestruturada ou incapaz de dialogar com os desejos da juventude, a imagem digital passa a mediar a construção do conhecimento. Plataformas como TikTok, YouTube e Repertório Enem, mesmo com conexão instável, substituem o quadro negro e o livro didático como suportes do aprendizado. A cultura da imagem, portanto, não é um desvio, mas uma alternativa possível — e, muitas vezes, a única — para que esses jovens se vejam, sejam vistos e construam sentido em meio ao abandono.

Imagens funcionam hoje como territórios simbólicos onde se negociam pertencimento e exclusão: decidem quem tem visibilidade, quem viraliza e quem permanece invisível. Nesse espaço, sujeitos precisam “performar” certo — aderir a estéticas, linguagens e narrativas hegemônicas — para conquistar reconhecimento, enquanto os que fogem desses parâmetros são frequentemente silenciados ou estigmatizados. A lógica algorítmica reforça hierarquias, privilegiando corpos e pautas que já detêm capital social ou cultural, ao passo que marginaliza vozes dissidentes ou periféricas. E o custo emocional dessa dinâmica é alto: a pressão constante

¹ Reels são vídeos curtos, em formato vertical, disponibilizados no Instagram desde 2020, que permitem uma produção ágil de conteúdo multimídia e fomentam a criação de comunidades efêmeras em torno de interesses compartilhados. (FONTE, XXXX).

por aprovação virtual pode gerar ansiedade, sentimento de inadequação e uma sensação de deserção territorial, como se não pertencer ao “mapa” das redes sociais equivalesse a não existir em um mundo cada vez mais mediado pela imagem.

Falandes e Angelucci (2019a) discutem como os jovens ressignificam a imagem digital, criando modos próprios de se comunicar e de habitar o espaço virtual. No caso, o futuro desejado muitas vezes aparece por meio da performatividade digital: fazer um vídeo, ensaiar uma dancinha, seguir influenciadores ou comentar em páginas de humor. Os(as) jovens projetam o que gostariam de ser a partir do que assistem e replicam.

Essa lógica de visibilidade seletiva impõe ainda um trabalho emocional e cognitivo permanente sobre os sujeitos: para “habitar” esses territórios imagéticos, os jovens precisam dedicar tempo à performance de si mesmos, calibrando afetos, poses e narrativas conforme as regras nem sempre explícitas dos algoritmos. Ao fazê-lo, eles conformam seus comportamentos ao imperativo da audiência, passando a medir seu valor – e, por extensão, sua legitimidade social – em curtidas, compartilhamentos e comentários. Esse labor de auto curadoria digital reproduz, assim, modalidades de exploração já conhecidas no mundo do trabalho: a remuneração não é financeira, mas reputacional, e o risco de exaustão e de precarização subjetiva é elevado. Nesse ambiente, a recusa à exposição ou a impossibilidade de “performar bem” não é apenas uma escolha estética, mas um gesto de resistência política – uma recusa em submeter o próprio corpo às lógicas de captura e mercantilização da atenção

As redes sociais se tornaram, para muitos jovens, o espelho onde projetam aquilo que desejam ser. Elas não apenas conectam pessoas, mas constroem realidades, reputações e sentidos de pertencimento. Mesmo sujeitos à precariedade de conectividade e de recursos, os jovens da comunidade são produtores e consumidores ativos de conteúdo imagético. Guariroba, 17 anos, sintetiza essa realidade ao dizer: “*Tenho lido muito PDF no celular... é caro comprar livro*”. A leitura, o estudo e a imaginação do futuro acontecem através da tela, transformando o dispositivo em ponte simbólica com o mundo.

Enquanto pesquisador, reconheço que esse deslocamento para o digital não é um luxo, mas uma resposta às ausências concretas. A tela do celular, apesar de limitada, é uma das únicas janelas possíveis para que os(as) jovens vislumbrem outros mundos, outros destinos. A performatividade digital — fazer um vídeo, ensaiar uma dancinha, seguir influenciadores, comentar em páginas de

humor — revela mais do que vaidade: mostra uma tentativa de existir onde historicamente foram silenciados.

Falandes e Angelucci (2019a) discutem como os(as) jovens ressignificam a imagem digital, criando modos próprios de se comunicar e de habitar o espaço virtual. No caso da Morada do Sol, o futuro desejado aparece por meio dessas estéticas imagéticas, nas quais o corpo, o gesto, a trilha sonora e o filtro são formas de dizer o que, muitas vezes, não encontra espaço nas palavras ou nos equipamentos públicos. A imaginação, aqui, não é fuga — é estratégia de permanência e de reinvenção de si.

O smartphone tornou-se o principal mediador entre o(a) jovem e o mundo. Mais do que um dispositivo comunicacional, ele se converte em extensão do corpo e da subjetividade — é janela por onde se observa, espelho onde se performa e mapa onde se projeta. Buitoni (2016) nos lembra que, na sociedade do espetáculo, a imagem não apenas representa, mas constitui a identidade. Na Morada do Sol, onde o transporte público é inexistente, as bibliotecas inexistentes e os equipamentos culturais não chegaram, a tela do celular é, muitas vezes, o único território de circulação possível.

Lobo-Guará, 16 anos, expressa com precisão essa condição: *“Sou sedentário... mas pelo celular viajo o mundo, sonho conhecer Toronto, Suécia”*. Há, nessa fala, uma geografia afetiva que se constrói não com os pés, mas com os olhos e a imaginação. O deslocamento simbólico permitido pelo digital substitui, ainda que de forma incompleta, a mobilidade física negada pela ausência de infraestrutura. O corpo permanece fixo, mas a mente se move por paisagens que alimentam o desejo e ensaiam futuros possíveis. Mesmo que esse trajeto não garanta chegada, ele já constitui, por si só, uma forma de resistência poética à estagnação imposta.

Apesar da aparente hiperconexão, as redes sociais não garantem, por si só, um espaço autêntico de escuta. As imagens se multiplicam em alta velocidade, mas os sentidos que delas emergem permanecem regulados por algoritmos e interesses de mercado. Castoriadis (1987b) nos lembra que os imaginários são sempre socialmente instituídos — eles delimitam o que pode ser sonhado, dito e vivido. Na Morada do Sol, os jovens estão imersos em um ecossistema de narrativas inexpressivas, onde o que se mostra nem sempre representa o que se é. A imagem digital, nesses casos, funciona como simulacro, encobrindo ausências e silenciando as contradições vividas.

A produção de futuro não se desconecta das dores vividas. Ipê-Amarelo, 18 anos, sonha em fazer faculdade de TI e comprar uma caminhonete para o pai, pois *"ele sempre trabalhou a pé no sol"*. Lobo-Guará, 16 anos, deseja ser general da Marinha, mas teme não ser *"forte o suficiente"*. As imagens de futuro desses jovens são atravessadas por contrastes: entre a potência da imaginação e os limites estruturais impostos pela subalternidade.

Maffesoli (2007) aponta que o sonho coletivo pode funcionar como forma de resistência ao desencantamento do mundo. No caso da Morada do Sol, o futuro sonhado nas redes sociais não é apenas evasão: é também estratégia de sobrevivência simbólica.

Essas imagens de futuro não são escapismos ingênuos, mas formas de resistência simbólica. Como destaca Maffesoli (2007), o sonho coletivo funciona como antídoto ao desencantamento do mundo. No caso, sonhar não é apenas imaginar outro lugar — é um modo de suportar este. A fantasia digital, alimentada pelas redes sociais, funciona como trégua momentânea diante de uma realidade que insiste em negar horizontes. É, portanto, na interseção entre dor e desejo que se forjam os mapas afetivos dos futuros possíveis.

A territorialidade no imagético do futuro explicita os paradoxos que atravessam a juventude periférica: sonha-se alto, mas pisa-se em terra movediça. As redes sociais operam simultaneamente como campos de pertencimento e arenas de frustração. São territórios onde se forjam identidades, se ensaiam futuros e se projetam desejos — mas também onde se experimenta o silenciamento, a exclusão simbólica e a comparação constante. No vazio deixado pelo Estado, que não chega com políticas estruturantes, a juventude da Morada do Sol preenche com fragmentos digitais os espaços de onde sempre foi retirada.

Na minha própria trajetória, enquanto jovem negro, gay e oriundo de escola pública, vi no digital uma possibilidade de ruptura. Não se tratava apenas de consumir conteúdo, mas de criar outras narrativas possíveis sobre mim mesmo e meu território. Como os(as) jovens que entrevistei, também fui atravessado por ausências — de transporte, de políticas, de escuta. Vi na educação uma estratégia, na coletividade um caminho, e no imaginário um abrigo. Esse capítulo é também uma travessia pessoal: um espelho que reflete as trajetórias possíveis quando o impossível se torna cotidiano.

Este percurso prepara o terreno para a próxima análise: as (i)mobilidades juvenis. Afinal, até que ponto esse imaginário projetado nas telas se converte em práxis territorial? Como os jovens

da Morada do Sol lidam com os limites impostos por sua localização periférica, e quais saídas constroem no embate entre desejo e realidade? A próxima discussão mergulha nessa dimensão do deslocamento — físico, simbólico e político.

QUADRO 3 - IMAGINÁRIO DIGITAL E FUTURO NA JUVENTUDE DA MORADA DO SOL

Eixo Temático	Questões Abordadas	Conceitos e Autores	Exemplos/Falas dos Jovens
Digital como Espaço de Construção de Futuro	Como os jovens constroem sentidos de futuro a partir do uso de dispositivos móveis e redes sociais.	Baitello Jr. (2015) – imagem como fluxo sem ancoragem sensível; Falandes & Angelucci (2019a) – performatividade digital	“Uso o celular pra tudo, é como se fosse minha escola” (Ipê-Amarelo, 18 anos); “Tenho lido muito PDF no celular... é caro comprar livro” (Guariroba, 17 anos)
Estéticas e Performatividade Juvenil Online	Apropriação estética das redes sociais como meio de expressão, resistência e afirmação identitária.	Maffesoli (2010) – tribo afetiva; Buitoni (2016) – a imagem constitui a identidade	“Fazer vídeo, dancinha, seguir influenciadores” como forma de projetar o que se quer ser. “Sou sedentário... mas pelo celular viajo o mundo, sonho conhecer Toronto, Suécia” (Lobo-Guará, 16 anos)
Contradições da Imagem Digital	Tensão entre visibilidade digital e repressões sociais locais (família, religião, comunidade); simulacros e julgamentos.	Castoriadis (1987b) – imaginário instituído; Maffesoli (2007) – sonho como resistência ao desencantamento do mundo	“Minha mãe quase entrou em depressão quando soube do meu relacionamento” (Guariroba, 17 anos) – regulação de identidade mesmo em espaços virtuais

Sonhos como Estratégia de Resistência Simbólica	Produção de futuro atravessada por dores, responsabilidades e ausência de políticas públicas.	Maffesoli (2007) – sonho coletivo como forma de resistência	“Quero fazer TI e comprar uma caminhonete pro meu pai” (Ipê-Amarelo, 18 anos); “Quero ser general da Marinha, mas não sei se sou forte o suficiente” (Lobo-Guará, 16 anos); “Aqui é sempre a mesma coisa, nada muda...” (Buriti, 23 anos)
Tecnologia como Territorialidade Substituta	O celular como extensão do corpo e substituto da presença institucional: acesso à informação, cultura, educação e sociabilidade.	Buitoni (2016) – dispositivo como extensão da subjetividade	“Tenho lido muito PDF no celular...” (Guariroba, 17 anos); “Uso o celular como minha escola” (Ipê-Amarelo, 18 anos); “Viajo o mundo pelo celular” (Lobo-Guará, 16 anos)
Silenciamento e Normatividade	Limites da liberdade expressiva mesmo no ambiente digital, pela força de valores tradicionais e ausência de proteção institucional.	Castoriadis (1987b); Imaginário social repressivo	“As pessoas disseram que eu tinha desviado dos caminhos da nossa família” (Guariroba, 17 anos)
Sonhos como Cartografia Afetiva	Projeções de futuro como mapeamentos simbólicos do desejo de mobilidade e dignidade; sonhos não como evasão, mas como resistência.	Maffesoli (2007); Saquet (2019) – práxis territoriais como ação enraizada no desejo	“Não é que eu queira sair... é porque aqui não dá” (Ipê-Amarelo, 18 anos); “Hoje é mais fácil. Eu não me via morando assim longe... Mas hoje acho que

			é mais fácil pra mim” (Buriti, 23 anos)
Produção de Identidade e Futuro pelo Imaginário	O sonho digital como única alternativa frente ao abandono material do território; o celular como único território de circulação simbólica e de reconhecimento.	Falandes e Angelucci (2019a); Saquet (2019) – ação situada; Buitoni (2016) – sociedade do espetáculo	“Hoje eu vejo um pouco mais do que posso ser... quando posto algo, me sinto bem” (não citado diretamente, mas implícito no texto); “A tela do celular é janela, espelho e mapa” (síntese do autor/pesquisador)

FONTE: Autor, 2025.

3.4. (I)MOBILIDADE TERRITORIAL

Ao longo da minha trajetória pude perceber que a mobilidade – ou melhor, a (i)mobilidade² – é uma das principais expressões da desigualdade e da subalternidade vivida por nossas juventudes da Morada do Sol. Este capítulo nasce da necessidade de compreender como os limites físicos impostos pela ausência de políticas públicas se refletem nas possibilidades reais de ação e presença no território.

A (i)mobilidade territorial aqui descrita ganha concretude no próprio percurso físico exigido para “fazer pesquisa”, durante o Campo, e simplesmente (con)viver: deslocar-me entre a Morada do Sol, Alexânia, Brasília ou Goiânia implicou reiteradamente pedir caronas, acionar redes de favores, negociar horários alheios e converter escassos recursos financeiros em corridas de táxi ou transporte por aplicativo que, somadas, oneram e restringem a autonomia investigativa e cotidiana. Em 2004, havia linhas regulares de ônibus intermunicipais (Brasília–Goiânia e sentido

² “imobilidade e mobilidade” é um neologismo que articula, de forma contraditória, a simultaneidade entre a falta de deslocamento físico — decorrente de barreiras estruturais — e a circulação simbólica ou virtual — viabilizada por redes de afeto, comunicação e ação política. A expressão visa capturar como os jovens podem permanecer geograficamente confinados, ao mesmo tempo em que protagonizam dinâmicas de mobilização social e territorialidade inventiva. (HAESBAERT, 2014).

inverso) que realizavam paradas para embarque e desembarque junto à comunidade; em 2024, essas paradas desapareceram e, mesmo quando tentamos sinalizar na margem da BR-060, motoristas recusam-se a parar — não realizam embarque e frequentemente também não efetuam desembarque seguro — transformando cada deslocamento em operação cara, dificultosa e perigosa. A supressão dessa parada “ordinária” reordena simbolicamente o território: produz um vazio de circulação formal que reforça a sensação de exclusão infraestrutural. Para agravar, a concessionária instalou um *guard-rail* (defesa metálica contínua composta de barreiras de aço ondulado fixadas em estacas, projetada para conter veículos e impedir cruzamentos irregulares) no canteiro/entre as pistas, criando uma barreira física adicional; para atravessar, somos constrangidos a escalar ou contornar estruturas pensadas para automóveis — não para corpos pedestres — assumindo riscos de queda e de atropelamento. Assim, cada ato de deslocar-se converte-se em prática de risco e resistência, revelando como a infraestrutura, ao invés de assegurar direito à mobilidade, institui camadas de (i)mobilização que atravessam e condicionam a experiência dos moradores e a própria produção deste trabalho.

As experiências de (i)mobilidade são atravessadas de maneira singular por fatores interseccionais como gênero, raça, sexualidade e classe. Jovens mulheres enfrentam barreiras adicionais de segurança — o medo de assédio em deslocamentos a pé ou no transporte precário restringe sua circulação mais que a de seus pares masculinos. Jovens negros lidam com estigmas raciais que encurtam não apenas seus trajetos físicos, mas também suas ambições acadêmicas e profissionais, ao perceberem que espaços de prestígio e poder parecem inatingíveis. Para jovens LGBTQIA+, a imobilidade se expressa também em recuos emocionais: o risco de violência ou de rejeição familiar e comunitária impede que explorem territórios de pertencimento, mesmo digitais, com liberdade. Assim, a imobilidade não é uma experiência homogênea, mas um mosaico de fraturas sociais que requer respostas políticas sensíveis e urgentes às múltiplas vozes juvenis.

A BR-060 é o maior símbolo desta ambiguidade. Rodovia federal que conecta Brasília a Goiânia, ela corta o município de Alexânia e representa, para muitos, a ideia de trânsito, desenvolvimento, modernidade. Mas para nós, moradores da Morada do Sol, ela se torna uma imagem distante. Apesar de fisicamente próxima, simbolicamente está fora do nosso alcance. A BR-060 é como uma promessa não cumprida: está ali, mas não é nossa. Milton Santos (2008) nos ajuda a entender essa contradição ao afirmar que o território é também o lugar do vivido, do

possível. E se o território está privado de circulação, de acesso e de pertencimento, ele também está privado de futuro. Guabiroba (16 anos) ilustra esse desencontro de forma crua: *“a gente pedia carona, arriscava a vida para ir para Brasília [...] às vezes não tinha dinheiro para passagem, aí ficava a gente madrugava para poder pedir carona na BR”*.

Essa rodovia, que deveria ser ponte, torna-se fronteira. Ela divide o que deveria unir e reforça um modelo de desenvolvimento que privilegia os fluxos econômicos em detrimento das pessoas. A circulação de bens e mercadorias avança com rapidez, enquanto a mobilidade das juventudes da comunidade permanece estagnada. Ipê-Amarelo, 18 anos sintetiza essa sensação ao afirmar: *“Se tivesse transporte... a gente poderia trabalhar em Alexânia ou em outros lugares”*. No mesmo tom, Mutum, também de 18 anos, evidencia a dependência do transporte para acessar cursos e faculdade: *“quando eu fizer a faculdade [...] será que eles vão deixar eu ir no ônibus da escola? Aí, né, tem que ter um ônibus para eu ir.”*

A ausência de transporte público e de infraestrutura adequada evidencia que a BR-060, embora exuberante em sua promessa de progresso, perpetua desigualdades quando o Estado se omite em garantir o direito de ir e vir.

A estrada se impõe como um marcador simbólico da exclusão territorial. Enquanto ônibus e carros cruzam velozmente a BR-060, levando pessoas a outras possibilidades de vida, nós, moradores da Morada do Sol, seguimos às margens — literalmente e politicamente — aguardando carona, pois não há transporte público regular, e o transporte escolar segue marcado por precariedades. Gueroba (24 anos) relembra sua rotina de deslocamento entre escola e trabalho, sem transporte formal, e a adaptação por bicicleta: *“direto eu ia de bicicleta, andava 6 quilômetros”* — e, ao ser questionado sobre transporte oferecido pela empresa: *“não, porque como eles pagavam diário, eles iam cobrar de mim”*. Essa espera cotidiana, que experimentei tantas vezes durante minha adolescência ao estudar no Colégio Estadual 31 de Março, confiando na generosidade de estranhos para alcançar a escola, converte-se em metáfora potente do que significa viver em um território subalternizado. A BR-060, que deveria aproximar, acaba por escancorar as distâncias que ainda nos afastam do centro, do direito e da cidadania plena.

Saquet (2017) reforça que a práxis territorial é a ação concreta no território, resultado da articulação entre consciência de classe, consciência de lugar e ação coletiva. Mas como desenvolver práxis territorial em um contexto em que não há transporte público regular, onde

adolescentes caminham quilômetros para acessar a escola mais próxima ou simplesmente deixam de estudar? Aonde não se chega com facilidade a um posto de saúde, a uma biblioteca, a uma atividade cultural?

Em uma de nossas entrevistas, Gueroba, 24 anos, relata: *“o menino foi embora tentou um serviço, tentou e não conseguia... ele teve que sair daqui para poder trabalhar e conseguir algo”*. Essa fala revela uma territorialidade marcada pelo deslocamento forçado. A juventude não se move por escolha, mas por necessidade. E essa movimentação nem sempre significa mobilidade: muitas vezes, é apenas a extensão da exclusão.

A construção da BR-060, segundo Rocha (2007), foi decisiva para o reordenamento territorial da região, intensificando a urbanização, industrialização e a especulação imobiliária em Alexânia. Porém, os efeitos dessa reordenação territorial pouco ou nada contribuíram para a mobilidade real dos sujeitos. Enquanto alguns setores avançam com infraestrutura e expansão urbana, outros permanecem ilhados, como é o caso da Morada do Sol, Tibá, Alvoradinha e Serra do Ouro. A ausência de transporte público limita o acesso a políticas públicas, ao lazer e até o mercado de trabalho. Gueroba (24 anos) observa o impacto desses empreendimentos na valorização fundiária, mas não em sua própria locomoção: *“os condomínios que está tendo aí também está só crescendo, está valorizando cada vez mais. na época que eu morava aqui o lote era 15 mil... hoje eu acho que não consigo comprar um lote aqui com esse valor”*.

A expansão urbana ao longo da BR-060, longe de atender prioritariamente às necessidades dos moradores históricos da Morada do Sol, serve sobretudo a interesses imobiliários e de logística: grandes incorporadoras e investidores veem na proximidade da rodovia um potencial de valorização rápida, transformando lotes populares em “áreas de oportunidade” para condomínios fechados e empreendimentos comerciais. Nesse movimento, as obras de pavimentação e drenagem nos empreendimentos – apresentadas como benfeitorias – funcionam como catalisadores de um processo de gentrificação invisível, que eleva preços de terra e serviços, enquanto invisibiliza a expulsão gradual das famílias de baixa renda. O reordenamento territorial, assim, não apenas captura o solo público para obtenção de lucro privado, mas redefine o tecido social: antigos laços comunitários dão lugar a cadeias de fornecimento e fluxos de consumo destinados a públicos externos, criando ilhas de exclusão em que os jovens da Morada do Sol veem seus territórios de sociabilidade serem fragmentados e suas possibilidades de permanência ameaçadas.

Sua fala, Gueroba revela não só o impacto direto da ausência de transporte, mas também o silenciamento político que aprisiona os corpos na imobilidade. Para Saquet (2021), a *práxis* territorial emerge justamente da escuta, do saber popular e da capacidade coletiva de intervir no território. E é isso que, aos poucos, a AMSER tem feito.

Saquet (2019) argumenta que a *práxis* territorial pode emergir mesmo nos contextos mais adversos, desde que ancorada na escuta, no saber popular e na ação coletiva. É exatamente o que vemos na atuação da Associação de Moradores da Morada do Sol, que se torna um dos poucos espaços de elaboração de estratégias de resistência à imobilidade.

Eu mesmo sou parte deste movimento de retorno e de reexistência. Voltar para Alexânia após tantos anos foi mais do que uma escolha acadêmica — foi um gesto político e afetivo. Minha trajetória está profundamente entrelaçada à dessas juventudes que hoje entrevisto, escuto, aprendo e preciso pegar carona. Vivi e vivo, na pele, os limites estruturais que ainda persistem: finalizei o Ensino Médio estudando em escola pública e, por falta de transporte, percorria diariamente 15 km pegando carona, à margem da BR-060, esperando a solidariedade de algum motorista. A estrada, para mim, sempre foi símbolo de passagem, mas também de espera, de vulnerabilidade e de esperança.

Reativada em abril de 2024, a AMSER retomou sua atuação com mais de 30 famílias associadas, distinguindo-se nitidamente das chamadas “associações de condomínio”, muito comum no município, que, em grande parte, limitam-se a assegurar personalidade jurídica, abertura de conta bancária e administração de serviços internos dos condomínios. A AMSER é uma associação comunitária orgânica, enraizada nas necessidades coletivas e mobilizada para a defesa de direitos básicos historicamente negados à Morada do Sol e às áreas adjacentes. A diretoria eleita naquele abril estabeleceu três frentes estratégicas centrais: (1) Acesso à água potável, diante do fato de que numerosas famílias permanecem sem abastecimento regular e seguro; (2) Transporte público, condição estruturante para mobilidade laboral, educacional e para o acesso a políticas sociais; e (3) Obtenção, via comodato com o poder público municipal, de um terreno destinado à construção de um Centro de Desenvolvimento Comunitário — espaço multifuncional de encontro, formação política, articulação juvenil, oferta de oficinas e fortalecimento das redes solidárias locais. Ao articular essas pautas, a AMSER reposiciona o território como sujeito coletivo de direitos e busca converter carências infraestruturais em agenda política explícita.

A partir da minha interpretação das escutas e pela chave analítica da *práxis* territorial, busco construir pontes entre o sonho e a realidade, entre o território vivido e o território desejado. Como afirma Saquet (2019b), é na ação situada, enraizada no cotidiano e no saber popular, que podemos gestar novos horizontes de desenvolvimento — e é exatamente isso que tento fazer, com e a partir da Morada do Sol. Ao final, as (i)mobilidades nos ensinam que a *práxis* territorial exige mais do que presença física: exige engajamento afetivo, político e simbólico com o território. Ainda que os corpos estejam, por vezes, estagnados, as mentes, os sonhos e as redes de solidariedade continuam se movendo. Como afirma Saquet (2021), é preciso pensar o território não apenas como um espaço físico, mas como um espaço vivido e em disputa, onde se pode construir um projeto contra-hegemônico de futuro.

Com base nas entrevistas e dialogando com Saquet (2019), é possível perceber que o desejo de mobilidade não é apenas um impulso físico, mas simbólico, territorial e existencial. Os(as) jovens verbalizam com frequência o anseio por sair, romper com as barreiras da imobilidade impostas por um território que, historicamente, os negligenciou. Essa vontade de “sair da Morada do Sol” não é simplesmente um abandono do lugar, mas uma busca por ressignificar a própria trajetória e acessar oportunidades que lhes estão negadas.

Buriti, 23 anos, por exemplo, ao relatar o cansaço com o cotidiano da comunidade e o peso da responsabilidade, afirmou: *"Cansei. A gente só se doa, e não vê retorno. Aqui é sempre a mesma coisa, nada muda, ninguém ajuda, e quando você tenta mudar algo, vem o peso do mundo nas costas"*. Mais adiante, ela evidencia o desejo de deslocamento e superação dos limites impostos: *"Agora eu tenho carteira de motorista, já tô trabalhando, já tenho uma, minha cabeça já tá mais aberta, já não tenho tanto medo de sair e morar pra outro lugar, e não tenho mais esse medo"*. Sua fala revela que o território, tal como está, impõe limites objetivos à permanência e ao engajamento juvenil. Essa experiência ressoa com Saquet ao defender que o território é espaço de práticas e contradições, e que as saídas dos jovens revelam também uma forma de resistência ao modelo excludente que estrutura suas vidas.

Há ainda outra camada de significação nesse desejo de partir: a sensação de não pertencimento pleno. Mesmo reconhecendo os vínculos afetivos, muitos jovens percebem que o lugar não lhes oferece condições mínimas para projetar um futuro. Gueroba, 24 anos, foi enfático ao dizer: *"Aqui só cresce mato e condomínios, mas pra gente mesmo não tem nada. Até o ônibus*

que passava de vez em quando, parou de passar". A valorização imobiliária do território não se converte em valorização dos sujeitos que o habitam. Buriti, 23 anos, compartilha sentimento semelhante ao afirmar: *"A realidade daqui é bem complicada"*. Saquet nos alerta que “não basta estar no território, é preciso se reconhecer nele”.

Assim, o desejo de sair da Morada do Sol pode ser lido como um grito por territorialidades outras – onde haja mobilidade, pertencimento e dignidade. Os(as) jovens não querem apenas partir: querem ir para algum lugar onde possam ser inteiros, onde seus projetos de vida não sejam constantemente interrompidos pela falta de transporte, de escola, de oportunidades culturais e profissionais. Buriti, 23 anos, sintetiza esse anseio ao afirmar: *"Eu só queria estar com a vida financeira melhor, ter uma casa, ter um carro, ter uma família"*. Ao invés de condenar esse desejo à lógica da evasão, é preciso ouvi-lo como uma denúncia e como um anúncio: algo precisa mudar.

Por fim, cabe reconhecer que esse movimento também carrega potencial político. Quando os jovens se recusam a aceitar passivamente o lugar que lhes foi destinado, eles reconfiguram as fronteiras do possível. Buriti, 23 anos, refletindo sobre sua própria trajetória, reconhece a mudança de perspectiva: *"Hoje é mais fácil. Eu não me via morando assim longe... Mas hoje acho que é mais fácil pra mim"*. O desafio que se impõe, portanto, não é impedir que partam, mas criar condições para que possam permanecer – não por falta de opção, mas por escolha. O território precisa se reinventar com e para suas juventudes.

As (i)mobilidades vividas pela juventude da Morada do Sol evidenciam que o território é mais do que uma delimitação geográfica: é também um campo de possibilidades (ou de suas ausências). As entrevistas revelam uma juventude que deseja se mover — física, simbólica e socialmente —, mas encontra barreiras estruturais que limitam suas trajetórias. A ausência de transporte público, o distanciamento dos serviços públicos e o esvaziamento de políticas de permanência contribuem para uma imobilidade que não paralisa, mas desafia.

Nesse contexto, a práxis territorial se concretiza em pequenos gestos de resistência, como a organização comunitária, a decisão de estudar à distância, ou mesmo o sonho de “sair” como forma de reconfigurar sua própria narrativa. A mobilidade desejada pelos(as) jovens não é apenas fuga, mas reinvenção. É uma resposta a um modelo de desenvolvimento que não os incluem e um chamado para um outro modo de habitar o mundo. Trata-se de deslocar não apenas o corpo, mas

as fronteiras do possível. A práxis territorial, portanto, não é privilégio de quem pode tudo, mas potência de quem resiste com quase nada.

Essas trajetórias, no entanto, não se constroem sozinhas. São atravessadas por memórias, afetos e heranças que conectam as juventudes a outras gerações de seus territórios. Pais, avós, vizinhos, professores e lideranças moldam, direta ou indiretamente, as possibilidades e limitações desses deslocamentos. Por isso, o próximo capítulo se dedicará a compreender as inter-relações entre as gerações na Morada do Sol, e como essas relações influenciam — positiva ou negativamente — o modo como os jovens constroem seu lugar no mundo e suas formas de resistência.

QUADRO 4 - CAPÍTULO SOBRE MOBILIDADE E JUVENTUDES NA MORADA DO SOL

Eixo Temático	Questões Abordadas	Conceitos e Autores	Exemplos/Falas dos Jovens
Imobilidade e desigualdade territorial	A ausência de transporte público como expressão da subalternidade juvenil e exclusão territorial.	Milton Santos (2008): território como espaço do vivido. Saquet (2017, 2019b, 2021b): <i>práxis</i> territorial.	“Se tivesse transporte... a gente poderia trabalhar em Alexânia ou em outros lugares.” – Ipê-Amarelo, 18 anos “Aqui só cresce mato e condomínio, mas pra gente mesmo não tem nada.” – Gueroba, 24 anos
A BR-060 como símbolo de exclusão	Contraste entre promessa de desenvolvimento e realidade de exclusão para os moradores da periferia.	Rocha (2007): reordenamento territorial e especulação imobiliária. Milton Santos: território e exclusão.	“A BR-060 é como uma promessa não cumprida: está ali, mas não é nossa.” – Narrativa do autor
Juventude e desejo de mobilidade	Mobilidade como aspiração simbólica, existencial e política; não apenas deslocamento	Saquet (2019): mobilidade e <i>práxis</i> como formas de reinvenção.	“Agora eu tenho carteira de motorista, já tô trabalhando, não tenho mais medo de sair...” –

	físico, mas busca de autonomia.	Conceito de território vivido e desejado.	Buriti, 23 anos “Hoje é mais fácil. Eu não me via morando assim longe... Mas hoje acho que é mais fácil pra mim.” – Buriti, 23 anos
Imobilidade forçada e abandono	Jovens deixam o território por falta de oportunidades; ausência de permanência e políticas públicas.	Saquet (2019): exclusão e resistência.	“O menino foi embora tentou um serviço, tentou e não conseguia...” – Gueroba, 24 anos “A realidade daqui é bem complicada.” – Buriti, 23 anos
Resistência e <i>práxis</i> territorial	Iniciativas comunitárias, como a AMSER, como espaços de elaboração de alternativas à imobilidade.	Saquet (2021b): <i>práxis</i> territorial baseada na escuta e saber popular.	“As pessoas aqui são meio paradas... elas podiam fazer protestos, cobrar pelos direitos delas.” – Ipê-Amarelo, 18 anos
Sentimento de não pertencimento	Contradição entre vínculos afetivos e ausência de condições de pertencimento pleno ao território.	Saquet (2019): “não basta estar no território, é preciso se reconhecer nele.”	“A gente só se doa, e não vê retorno.” – Buriti, 23 anos
Potencial político do deslocamento	O desejo de partir como forma de resistência ao modelo excludente; não fuga, mas gesto político.	Saquet (2019): deslocamento como reconfiguração simbólica.	“Eu só queria estar com a vida financeira melhor, ter uma casa, um carro, uma família.” – Buriti, 23 anos
Intergeneracionalidade na mobilidade	As (i)mobilidades juvenis também são moldadas por memórias, afetos e heranças das gerações anteriores.	Transição para análise geracional (próximo capítulo).	“São trajetórias atravessadas por pais, avós, vizinhos e professores.” – Narrativa do autor

FONTE: Autor, 2025.

3.5. GERAÇÕES E SUAS INTER-RELAÇÕES

A discussão sobre gerações, suas inter-relações e conflitos é fundamental para compreendermos as dinâmicas sociais e culturais que atravessam a juventude na Morada do Sol. Este capítulo busca analisar como diferentes gerações se articulam no tempo e no espaço do território, considerando as tensões intergeracionais, as expectativas projetadas sobre os jovens e as formas de violência simbólica e estrutural que emergem dessas relações. Além disso, destaca a forma como os jovens entrevistados constroem sua identidade a partir das memórias familiares, das experiências escolares, do cotidiano e das práticas sociais herdadas ou contestadas.

Para tal análise, lanço mão da categoria sociológica de "geração" enquanto construção social e histórica, atravessada por fatores como classe, gênero, cultura e temporalidade. A leitura dessas narrativas revelou não apenas conflitos geracionais, mas também afetos, rupturas, continuidade e desejos de transformação.

Nesse contexto, a ambivalência entre respeito e resistência se manifesta como uma coreografia sutil em que os jovens oscilam entre manter laços afetivos e produzir contestações (aparentemente) silenciosas. Para Lobo-Guará, de 16 anos, *“na minha casa, tudo é assim: minha mãe manda e acabou. Se discordar, é falta de respeito”*, o que revela um perfil de jovem que internaliza a hierarquia familiar e privilegia o vínculo, ainda que isso gere conformismo diante de normas que lhe parecem injustas. Já Ipê-Amarelo, de 18 anos, expressa o peso dessas expectativas: *“a gente tem que estudar, trabalhar, ajudar em casa e ainda ouvir que não tá fazendo nada. Parece que a gente não pode sonhar diferente.”*. Nesse trecho, emerge um perfil mais inquieto, que canaliza a frustração em resistência introspectiva — questionando internamente a ordem recebida sem, porém, romper frontalmente com o ideal de lealdade. Entre esses extremos, há gradações: alguns jovens desenvolvem estratégias de negociação — usando o silêncio ou o humor para evitar conflitos diretos — enquanto outros encontram pequenos espaços de autonomia para ensaiar sonhos alternativos, sempre mediados pelo sentimento de culpa que acompanha qualquer forma de desafio à autoridade familiar.

O tensionamento que se evidencia nas estratégias de Lobo-Guará e Ipê-amarelo — ora negociando, ora testando limites para não romper afetos — mostra que “geração” aqui não se reduz a uma faixa etária, mas se compõe como coletivo em processo, forjado por experiências históricas

compartilhadas, gramáticas morais herdadas e pactos tácitos de lealdade familiar. É nesse campo relacional, onde respeito e pequena resistência convivem em equilíbrio precário, que se adensa o mecanismo de silenciamento simbólico:

O silenciamento simbólicos opera como uma tecnologia de poder intergeracional que se apoia na gramática moral do “respeito aos mais velhos” para legitimar práticas autoritárias naturalizadas, deslocando a obediência de um gesto ético relacional para um dispositivo disciplinar que antecipa e bloqueia a emergência da voz juvenil. Nesse arranjo, o par obediência $\times$ liberdade converte-se em dilema permanente: para preservar vínculos afetivos e evitar a imputação de “desrespeito”, muitos jovens adotam estratégias de autocontenção discursiva (calar, adiar, falar apenas o que é esperado), internalizando a invisibilidade como preço da pertença familiar. O respeito $\times$ invisibilidade evidencia que a ausência de diálogo não é mero déficit comunicacional, mas produção ativa de não-dito que regula desejos, projetos educacionais e identidades (particularmente de meninas e dissidências de gênero e sexualidade), produzindo subjetividades vigilantes de si mesmas. Assim, o silêncio deixa de ser simples falta de fala para tornar-se violência simbólica reiterada: desautoriza narrativas próprias, reorganiza hierarquias afetivas e instala um regime doméstico em que cuidar significa controlar e ser leal significa não enunciar. A ruptura desse circuito exige deslocar a noção de respeito de submissão unilateral para reconhecimento mútuo mediado pela escuta — condição para que o espaço familiar transite de aparelho de reprodução para campo de coprodução de sentidos e futuro.

Nesse sentido, compreender o silenciamento simbólico como violência intergeracional abre a passagem para uma fundamentação teórica sobre “geração”: os mecanismos pelos quais obediência é convertida em dispositivo disciplinar não atuam sobre indivíduos isolados, mas sobre um *coletivo em formação* que partilha eventos, carências, expectativas e gramáticas morais; é precisamente essa tessitura comum — feita de rotinas de controle, micro negociações afetivas, interditos e resistências sutis — que prepara o terreno para entendermos como se produz uma consciência geracional situada. Ao evidenciar que calar não é ato neutro, mas resposta aprendida diante de estruturas herdadas, podemos transitar da descrição empírica das estratégias juvenis para a discussão de geração enquanto unidade sócio-histórica: o silêncio, longe de mero traço privado, funciona como experiência compartilhada que sincroniza percepções, afetações e horizontes de possível, constituindo o “nós” sobre o qual a elaboração teórica mannheimiana incidirá.

O conceito de geração tem sido utilizado nas ciências sociais desde os primeiros estudos de Auguste Comte e foi amplamente desenvolvido por Karl Mannheim (1928), que concebeu a geração como uma unidade social situada historicamente. Para Mannheim, a geração não se resume à coincidência cronológica dos nascimentos, mas à participação comum em experiências sociais e históricas que moldam visões de mundo semelhantes.

Concordo em tratar a geração como uma unidade social historicamente situada e não apenas como uma categoria etária cronológica. A vivência compartilhada por esses jovens cria entre eles uma percepção coletiva do tempo presente, um repertório comum de desafios e aspirações. Essa vivência os aproxima, não porque nasceram no mesmo período, mas porque habitam um mesmo contexto social e histórico de exclusão e resistência. É nesse sentido que compreendo a geração como um elo forjado mais pelas experiências comuns do que pela coincidência de idade.

Mannheim (s/d) afirma que uma geração se forma quando indivíduos que compartilham uma mesma temporalidade vivenciam acontecimentos significativos em comum, que impactam profundamente sua formação subjetiva e política. Assim, a geração não é uma mera coorte etária, mas uma construção social resultante da inserção diferenciada no processo histórico.

Samuel Eisenstadt (1976), ao tratar da relação intergeracional, chama atenção para os mecanismos de transmissão cultural entre pais e filhos e as formas como tais relações podem gerar conflitos, resistências ou ressignificações. As gerações se definem tanto por sua posição temporal quanto por sua interação com as gerações anteriores e subsequentes.

Alda Britto da Motta (2010), por sua vez, amplia esse debate ao mostrar como o conceito de geração é frequentemente negligenciado ou tratado de forma superficial nos estudos contemporâneos, apesar de sua potencialidade analítica. Motta defende a articulação entre geração, gênero e classe social, mostrando como as relações intergeracionais são atravessadas por disputas simbólicas e por formas de domínio e exclusão, especialmente no campo da velhice e da juventude. A partir da leitura de Motta (2010), reconheço o quanto é urgente articular geração, gênero e classe social para compreender as camadas de exclusão que atravessam os jovens da Morada do Sol — juventude essa que, assim como eu fui um dia, vive disputando espaços de reconhecimento dentro de estruturas que naturalizam o silêncio e a subalternidade.

Do ponto de vista dos jovens, torna-se fundamental compreender como a juventude da Morada do Sol se entende em relação às gerações anteriores. Trata-se de uma juventude que não

se reconhece inteiramente nos valores herdados, mas que também não rompe completamente com suas matrizes culturais. A coexistência entre tradição e inovação, entre respeito e resistência, marca a condição geracional desses sujeitos.

Essa tensão entre herança e reinvenção também se manifesta na fala de Ipê-Amarelo, 18 anos, que afirmou: *“Meus pais acham que estudar muito é besteira, porque eles trabalharam cedo e deu certo. Mas eu quero mais do que só trabalhar pra sobreviver.”* A partir dessa afirmação, compreende-se como os jovens se veem diante de modelos de vida baseados na luta e na sobrevivência, mas desejam ampliar suas possibilidades de futuro. Ipê-Amarelo, 18 anos, não desconsidera os caminhos trilhados por seus pais, mas reivindica o direito de construir uma trajetória própria, marcada por outras prioridades e por novos horizontes. Essa juventude transita entre o respeito às gerações anteriores e a necessidade de contestar certos padrões para fazer valer seus próprios projetos de vida.

O papel das avós emerge, para os jovens, como uma mediação ambivalente: são guardiãs de afeto e, simultaneamente, transmissoras de um repertório normativo que delimita gestos, ritmos e perigos legítimos. Na memória de Guariroba, 17 anos, a cena de atravessar o mato para colher pequi e “frutinhas” com a avó condensa essa dupla função — a experiência de aventura, descoberta e liberdade em meio ao território é imediatamente ladeada por uma pedagogia do cuidado vigilante: *“[...] às vezes com minha avó eu lembro essas vozes felizes que a gente atravessava a BR para o lado de lá para ir pegar pequi — era muito divertido — porque minha avó se desesperava: ‘você me dá a mão aqui, você não corre não!’”*. O imperativo amoroso (“me dá a mão”, “não corre”) traduz um controle que não se apresenta como repressão fria, mas como gramática afetiva que instrui limites corporais e espaciais. Para os jovens, essa regulação revestida de carinho não é simplesmente percebida como restrição; ela também legitima saberes territoriais (quando atravessar, por onde pisar, o que colher) e inscreve pertencimento intergeracional. O resultado é uma interiorização complexa: a avó figura como ponte entre passado e futuro — transmissora de memórias gustativas, rituais e trajetos — enquanto reforça, no mesmo gesto, códigos de prudência e obediência que moldam a autoimagem juvenil. Essa ambivalência sugere que a socialização intergeracional não se dá por oposição entre afeto e norma, mas por sua fusão cotidiana: o carinho é o veículo pelo qual normas circulam e as normas são a moldura pela qual o afeto se expressa. Se,

por um lado, isso pode amortecer conflitos explícitos, por outro oferece o terreno sobre o qual os jovens reinterpretem as heranças, escolhendo o que perpetuar e o que transformar.

Ao longo do processo de escuta e análise realizado em minha pesquisa, percebi de forma muito clara essa tensão entre herança e reinvenção que marca a juventude da comunidade. Esses jovens não renegam suas raízes nem ignoram o que herdaram de suas famílias, mas também não aceitam passivamente os caminhos impostos. Lembro, por exemplo, de uma conversa em que um jovem mencionou a importância da avó na sua formação, mas disse com firmeza que não queria repetir o ciclo de trabalho precoce e ausência de estudo. Essa ambivalência não é uma negação do passado, mas uma tentativa de ressignificá-lo. No Memorial, compartilho minha própria trajetória como alguém que também teve que equilibrar o respeito pela história da minha família com a vontade de criar outros caminhos. Essa vivência me ajudou a compreender que as juventudes atuais não estão desconectadas de suas matrizes culturais — ao contrário, eles as revisitam, reinventam e reinterpretem. Esse movimento de resistência respeitosa talvez seja um dos maiores potenciais de transformação social do território. Afinal, é dessa fricção entre memória e desejo de futuro que surgem as possibilidades reais de mudança.

A presença cotidiana das tecnologias digitais estrutura uma clivagem geracional percebida pelos próprios jovens como “geração conectada” versus “geração desconectada”: Guariroba, 17 anos, associa a diferença entre gerações ao fato de *“Porque antigamente não tinha internet, não tinha esse tipo de coisa. E a internet crescia muito na vida dos jovens hoje em dia... acho que a internet é o que mais influenciou tipo pra geração e pro buraco.”* articulando a isso a ideia de que a internet “cresce” dentro das rotinas e de que *“a curiosidade do jovem é muito grande”*, enquanto falta diálogo parental para mediar riscos e descobertas. A tecnologia, portanto, aparece simultaneamente como vetor de ampliação de horizontes e como acusada de degradação moral (“pro buraco”), ambivalência que revela disputa simbólica sobre o que conta como uso legítimo.

Buriti, 23 anos, desloca a interpretação de “falta de informação” para “falta de consciência”, enfatizando que *“Falta de informação não é... Porque a internet está aí para tudo. Eu realmente não sei.”* e reiterando que *“a internet está aí para tudo”* ainda que isso não se traduza automaticamente em mudança comportamental. Ao marcar a distinção entre disponibilidade técnica e apropriação crítica, ela indica que a mediação intergeracional (conversar, acompanhar,

contextualizar) continua central; sem ela, o capital informacional digital não converte sozinho em capacidade de decisão.

Assim, a tecnologia tensiona relações geracionais em dois níveis: (a) produz percepções morais divergentes sobre comportamentos juvenis (Guariroba); (b) desloca debates da ausência de informação para responsabilidade e cuidado (Buriti). Nesse entrecruzamento, intensificam-se conflitos porque adultos frequentemente veem apenas efeitos visíveis (modas, riscos) sem acessar a ecologia formativa que os jovens constroem online, enquanto os jovens percebem o controle familiar como proibição não mediada, que, paradoxalmente, “*aumenta a curiosidade*” e o desejo de testar limites.

Na comunidade, muitos jovens sentem-se pressionados a seguir os caminhos trilhados por seus pais e avós, mas também revelam vontade de traçar percursos distintos. Os conflitos geracionais emergem da tentativa de conciliar expectativas familiares com os desafios contemporâneos e com as aspirações individuais.

Lobo-Guará, 26 anos, relata: “*Na minha casa, tudo é assim: minha mãe manda e acabou. Se discordar, é falta de respeito*”. Essa fala expressa um modelo hierárquico de relação intergeracional, que contrasta com o desejo crescente de autonomia juvenil. A fala de Lobo-Guará me remete a muitas situações que vivenciei durante minha adolescência. Em casa, questionar uma decisão do meu pai era quase um tabu, frequentemente interpretado como desobediência ou ingratidão. Esse modelo de autoridade unilateral, comum em muitas famílias, é sustentado por uma lógica de sobrevivência e proteção, mas que, muitas vezes, ignora o direito dos jovens à escuta e ao diálogo.

Ipê-amarelo, 18 anos, sintetiza a fricção cotidiana: “*A gente tem que estudar, trabalhar, ajudar em casa e ainda ouvir que não tá fazendo nada. Parece que a gente não pode sonhar diferente*”. A frase emerge num contexto em que muitos pais ou não tiveram oportunidade de concluir a escolarização básica, ou a viveram de modo fragmentado e pouco significativo; para eles, “estudar” não se consolidou historicamente como via concreta de mobilidade social, mas como promessa abstrata que nunca retornou em melhoria material. Isso gera um *descompasso de expectativas*: enquanto os jovens sonham na educação como horizonte de futuro, parte dos adultos prioriza o trabalho imediato e a ajuda doméstica como provas tangíveis de responsabilidade. Assim, o espaço tênue entre obediência e resistência não é mero embate geracional de “rebeldia juvenil”,

mas negociação de temporalidades distintas: a urgência pragmática dos pais (sobrevivência, contribuição econômica já) versus a aposta projetiva dos filhos (postergar ganho para acumular formação). A estigmatização dos jovens como “descompromissados” ou “rebeldes” funciona, nesse quadro, como tradução moral de uma desconfiança estrutural na escola enquanto ferramenta de transformação — desconfiança que os jovens procuram contornar sem romper os vínculos afetivos, modulando sua voz entre o respeito devido e a afirmação de que sonhar diferente também é cuidar da família no longo prazo.

Nesse cenário, a educação torna-se arena de disputa geracional: na escola, os jovens entram em contato com discursos que valorizam projeto de vida, continuidade de estudos, cidadania ampliada e direitos — narrativas que frequentemente contrastam com a experiência dos pais, para quem a escola apareceu incompleta, distante ou incapaz de produzir mobilidade concreta. Enquanto no lar a legitimidade do jovem é aferida pelo trabalho imediato, pela contribuição doméstica e pela obediência, no espaço escolar ela passa a ser medida por desempenho, certificação, participação em atividades formativas e capacidade de projetar futuro. Assim, a escola funciona como contra dispositivo simbólico: confirma parcialmente valores familiares (disciplina, responsabilidade), mas também os desloca ao propor que adiar o retorno econômico (estudar mais tempo) seja investimento legítimo — requalificando o “*sonhar diferente*” como forma de cuidado prospectivo com a família. Essa fricção produz negociações cotidianas: os jovens traduzem promessas escolares em utilidades palpáveis para reduzir a desconfiança parental, enquanto os pais reinterpretem sinais de engajamento escolar para decidir até que ponto flexibilizam a exigência de trabalho imediato. Nesse processo, a escola deixa de ser apenas instituição de instrução e passa a operar como mediadora de temporalidades: o curto prazo da sobrevivência e o longo prazo do projeto formativo.

O que se observa, na verdade, é um distanciamento nas formas de comunicação e compreensão do mundo. Enquanto a geração adulta valoriza o trabalho duro e a emprego celetista como formas de dignidade, os jovens reivindicam o direito de sonhar, criar, explorar caminhos alternativos. A ausência de espaços seguros de diálogo acentua os conflitos, promovendo silenciamentos e afastamentos entre as gerações.

As relações intergeracionais são também atravessadas por marcadores de gênero. As meninas relatam vivências profundamente impactadas pela desigualdade de gênero e pela vigilância constante exercida pelas gerações adultas. Buriti, 23 anos, declara: “*As meninas, de tanto*

não sair naquele tempo, hoje em dia não é muito de sair de casa... Eu, por exemplo, sou o exemplo, não saio muito". Sua fala revela a interiorização de uma cultura de controle, que restringe o acesso a lazer, cultura e atividades sociais.

Cresci imerso em uma moldura religiosa que definia, com nitidez moral, o que era aceitável ser e sentir. Como jovem gay em processo de formação, a igreja não foi apenas um espaço de culto: converteu-se em instrumento de vigilância íntima. Sermões, olhares e “conselhos” fraternos repetiam a ideia de que meu desejo era desvio, pecado, sujeira espiritual. Interiorizei por anos a sensação de estar errado, sujo, indigno — uma indignidade ontológica que me empurrava a performar heterossexualidade como estratégia de sobrevivência afetiva e social. Falar, gesticular, namorar “como esperado” tornou-se armadura fraturada: protegia da expulsão simbólica, mas corroía a autenticidade e ampliava a culpa. A impossibilidade de sustentar o teatro chegou ao limite quando já se projetava um casamento heterossexual; última tentativa de consolidar uma identidade aceitável. O custo psíquico e corporal dessa encenação forçou a ruptura: sair, ir para longe, produzir distância territorial foi também fuga epistemológica — afastar-me do espaço onde meu existir era continuamente reinterpretado como falta moral. Essa trajetória mostra como a religião, articulada a uma cultura local conservadora, opera como engrenagem que hierarquiza vidas e produz mobilidade compulsória (partir) como forma de preservação subjetiva.

Paralelamente à função normativa, as juventudes reconfiguram elementos religiosos em práticas de sociabilidade, cuidado e pertencimento. A igreja aparece como um dos raros espaços estruturados de encontro juvenil em um território carente de equipamentos culturais; oferece calendário, rituais, linguagem compartilhada, oportunidades de circulação simbólica (cantar, orar, testemunhar) e micro-redes de proteção. Nesse vazio de políticas públicas, desenvolve-se uma religiosidade periférica parcialmente emancipatória: não uma teologia progressista formal, mas frestas de acolhimento onde a noção de “irmão/irmã” rebaixa hierarquias externas (pobreza, estigma territorial) e algumas lideranças experimentam acolher corpos e experiências dissidentes. Os jovens deslocam significados — transformam oração em espaço de desabafo, culto em fórum de socialidade, narrativas bíblicas em metáforas de resistência cotidiana — mesmo quando persistem discursos moralizantes sobre gênero e sexualidade.

As falas juvenis explicitam essa gramática dupla. Para Guariroba (17 anos), a relação direta com o divino oferece canal íntimo de elaboração emocional: *“Assim, Deus, Ele foi meu melhor*

amigo. Em toda minha vida eu o considero como meu melhor amigo, porque eu desabafava as minhas coisas, eu nunca desabafei assim para ninguém. Eu desabafava com Ele.”. Capim-Dourado (17 anos) enfatiza a dimensão organizativa que falta em outros âmbitos comunitários: “Acho que é mais pelo fato do acolhimento que eles têm com os jovens e com as crianças, sabe? O fato deles levar pra passear, criam datas especiais pra poder sair com os jovens, tem muitos jovens. [...] Eu gosto de igreja. Eu gosto demais. Lobo-Guará (16 anos) reforça o caráter de suspensão e família ampliada: “Bom, não só por ser a casa do Senhor, mas é um lugar onde todo mundo, lá dentro esquece o defeito de cada um e esquece também o mundo lá fora. [...] Recebe como se fosse da família, como se fosse tio, parente. É um lugar que o jovem se comunica de uma forma que aqui fora eles não se expressam.”. Guariroba, 17 anos, relata abertura concreta a dissidências: “A igreja que eu mais gosto de ir é uma filiação da Assembleia de Deus. [...] Teve um dia que eu fiquei até emocionada. Chegou um casal de gays para fazer a oração. [...] ‘Por que vocês não vêm orar junto?’ [...] Durante a oração, não teve nenhuma palavra de ofensa.”. Ao mesmo tempo, Lobo-Guará, 16 anos evidencia a escassez de alternativas: “Fora isso, que eu conheça, não. Assim, só a igreja sim, que é um lugar onde todo mundo também vai, todo mundo frequente.”

Religião, assim, não é apenas instância de opressão que impôs a mim — e a outros — o teatro heteronormativo; é também tecnologia social de recomposição comunitária em cenário de escassez institucional. À luz de Judith Butler, o “teatro” heterossexual que fui levado a encenar evidencia a performatividade de gênero e sexualidade: normas reiteradas em atos cotidianos que produzem a aparência de naturalidade e cuja falha ou interrupção expõe sua artificialidade. O culto e os códigos eclesiais funcionam como *matriz reguladora* que delimita quais performances (gestos, afetos, vínculos) são inteligíveis e dignas; minha saída territorial marca o momento em que a repetição normativa se tornou insustentável e a descontinuidade performativa abriu possibilidade de rearticulação identitária. A coexistência de dois vetores — normativo (vergonha, expulsão simbólica, mobilidade forçada) e convivial (sociabilidade, linguagem emocional, reconhecimento parcial) — mostra que a arena religiosa é também lugar onde performances dissidentes podem, ocasionalmente, ser acolhidas e reconfigurar os limites da matriz. Politicamente, isso implica transformar espaços de culto em arenas de co-presença dialógica nas quais a escuta das experiências dissidentes deixe de ser exceção comovente para tornar-se rotina pedagógica,

reduzindo o custo psíquico de existir fora da norma e reconfigurando o território como campo plural de crenças e identidades.

Essa percepção está em sintonia com a análise de Motta (2010), que aponta como as relações intergeracionais são atravessadas pela violência simbólica e material, e como o gênero, entrelaçado à idade, cria espaços de silenciamento e subordinação para determinados grupos. As jovens não apenas se veem privadas de espaços de lazer e convívio, mas também de possibilidades simbólicas de pertencimento.

Ao longo da pesquisa e das escutas realizadas, ficou evidente que a falta de espaços de diálogo entre gerações, associada às desigualdades de gênero, produz um ciclo de silenciamento e autocensura, sobretudo entre as meninas. As falas são dolorosamente reveladoras: ao mesmo tempo em que denuncia a violência estrutural presente no território, escancara o quanto essa violência molda escolhas, restringe movimentações e limita experiências. Como homem negro e gay que também cresceu cercado por uma cultura de vigilância e medo, reconheço que essa lógica de “proteção” muitas vezes se transforma em controle — e é nesse ponto que o silêncio imposto às meninas se torna uma forma cruel de exclusão geracional e de gênero.

Ao mesmo tempo, a escuta sensível das entrevistas revelou jovens em movimentos virtuais, desejantes, críticos e atentos às estruturas que os cercam. Lobo-Guará, 16 anos, por exemplo, afirma: *"Eu quero ser aquela pessoa que as pessoas se inspirem em mim, assim como eu me inspirei em outras pessoas"*. A potência de sua fala contrasta com os estereótipos negativos que muitas vezes recaem sobre os jovens da Morada do Sol.

Guariroba, 17 anos, compartilha a tensão entre cuidar da família e cuidar de si: *"Eu sinto que minha avó quer que eu seja como ela era. Só que o tempo é outro"*. Aqui, vemos o entrelaçamento entre tempo histórico e tempo subjetivo, marca constitutiva das relações intergeracionais. Guariroba, também expressa resistência: *"Me chamam de rebelde porque não quero ter filho cedo como minha mãe teve. Mas não é rebeldia, é escolha"*.

O papel da religião nas relações intergeracionais da Comunidade aparece com frequência como uma força normativa que regula comportamentos, desejos e expectativas — especialmente sobre os jovens. Em muitos relatos, os valores religiosos das gerações mais velhas são utilizados como referência absoluta do que é certo ou errado, bom ou mau, aceitável ou condenável. Isso gera, por vezes, conflitos profundos, principalmente quando os jovens expressam visões de mundo mais

plurais ou estilos de vida que fogem aos padrões religiosos tradicionais. Como disse Guariroba, 17 anos: *“Na igreja eles falam que menina tem que casar virgem, que não pode ficar andando sozinha... mas e se eu não quiser isso pra mim? A gente não pode escolher?”*. Sua fala traduz o desconforto de estar submetida a normas religiosas que moldam a conduta feminina sem espaço para questionamento ou autonomia.

Ao mesmo tempo, a religião também se mostra, para alguns, como espaço de pertencimento, espiritualidade e proteção simbólica. No entanto, esse duplo papel da fé — como abrigo e como controle — exige atenção. Buriti, 23 anos, compartilhou que parou de frequentar cultos após ser repreendida por usar batom e calça jeans: *“Disseram que eu estava dando mau exemplo. Aí eu percebi que ali não tinha lugar pra mim do jeito que eu sou.”* Essas experiências indicam como, nas famílias e nas comunidades, a religião atravessa as gerações não apenas como tradição espiritual, mas como dispositivo de controle social. A juventude, ao reivindicar liberdade de expressão e escolha, desafia essas estruturas, evidenciando que a fé, para fazer sentido, precisa dialogar com os tempos e com os sujeitos — e não apenas impor normas baseadas em padrões morais rígidos.

Em minha memória recordo como a disciplina, o recato e a obediência eram valores reiterados não só no púlpito, mas também na mesa do café, nas conversas do dia a dia e até nos silêncios. Havia pouco espaço para o questionamento, pois a autoridade do “pai-pastor” se confundia com a do “homem de Deus”, o que tornava/torna qualquer discordância um possível pecado. Essa estrutura engessava/engessa a possibilidade de diálogo intergeracional, pois não bastava apenas respeitar os mais velhos — era preciso se submeter à leitura religiosa que eles faziam da vida.

Hoje percebo o quanto essa religiosidade, embora importante na formação ética e moral cristão baseado na justiça e solidariedade, também limitava/limita minha possibilidade de escolha. Os jovens da Morada do Sol, em suas falas, me fizeram revisitar esse lugar de conflito: muitos enfrentam cobranças semelhantes, impostas em nome de uma moral religiosa que não acolhe suas singularidades. A religião, quando utilizada como instrumento de controle, silencia, culpabiliza e exclui. Mas quando ressignificada a partir do afeto, do cuidado e da escuta, pode ser uma ponte geracional poderosa. O desafio, então, é abrir espaço para um diálogo de fé que também reconheça os direitos e os sonhos das juventudes em seus próprios termos.

Ao trazer à tona as vozes dos jovens, este estudo rompe com visões estigmatizadas e promove uma leitura mais complexa da realidade territorial. As gerações se inter-relacionam, mas também se confrontam, se desafiam, se transformam mutuamente.

A AMSER surge, nesse panorama de tensões geracionais, como a infraestrutura social que falta: um espaço não confessional, comunitário e plural onde juventudes podem comparecer sem a contrapartida moral de provar obediência, pureza ou produtividade imediata. Ao reconhecer que conflitos entre respeito e resistência, silêncio e expressão, tradição e reinvenção não são desvios individuais, mas efeitos de arranjos históricos e desiguais de poder, a associação reposiciona o território como sujeito coletivo de direitos. Sua vocação é precisamente transformar “não-ditos” familiares e escolares em agendas discutíveis — convertendo aquilo que antes era apenas fricção doméstica (acesso à água, transporte, estudo prolongado, liberdade de circulação de meninas, reconhecimento de identidades LGBTQIAPN+) em pauta pública legitimada. Nesse sentido, a AMSER opera como ponte institucional entre experiências juvenis e arenas decisórias, ampliando a inteligibilidade social das demandas e mitigando o circuito de culpabilização privada.

Como espaço de encontro, a AMSER possibilita a construção de habilidades sociais e comunitárias que a família (centrada em hierarquias afetivas) e a escola (orientada à certificação) não conseguem, sozinhas, oferecer: negociação coletiva, mediação de conflitos, planejamento participativo, escuta ativa, produção de narrativas próprias, letramento político e gestão de pequenos projetos. Ao acolher a pluralidade de trajetórias (jovens que querem migrar, que desejam permanecer, que exploram identidades de gênero e sexualidade dissidentes, que conciliam trabalho e estudo), ela desloca a lógica de avaliação moral para uma lógica de coprodução de soluções. Essas práticas geram capital relacional e fortalecem a confiança intergeracional, pois os mais velhos passam a ver, em ações concretas (reuniões, mutirões, propostas protocolares), a materialidade do “sonhar diferente”. O espaço associativo transforma a resistência silenciosa em participação afirmativa, reduzindo o custo psíquico de falar e criando repertórios compartilhados que diminuem a assimetria de voz entre gerações.

Ao promover um diálogo intergeracional estruturado, a AMSER atua sobre a raiz do silenciamento simbólico: institui rotinas em que escutar não é concessão ocasional, mas método. Círculos de conversa, oficinas temáticas, registros públicos (atas, relatórios, cartilhas) e devolutivas formativas funcionam como dispositivos de tradução entre temporalidades (urgência da

sobrevivência × investimento formativo) e entre gramáticas morais (proteção baseada no controle × cuidado baseado no reconhecimento). Assim, a associação não apenas oferece abrigo para juventudes; ela reconfigura o campo geracional ao instaurar condições para que respeito deixe de equivaler a submissão e passe a significar reciprocidade de consideração. Defender e fortalecer a organização comunitária através do associativismo é, portanto, investir na capacidade do território de produzir seus próprios mediadores, ampliar horizontes de futuro sem romper vínculos afetivos e sustentar uma ética comunitária onde diferença não é ameaça, mas recurso coletivo de reinvenção.

Nesse sentido, o próximo capítulo se dedica ao campo da pesquisa, apresentando as oficinas realizadas com os jovens como espaços de escuta, elaboração coletiva e construção de alternativas, onde a juventude pôde se reconhecer, se expressar e começar a transformar sua própria realidade.

QUADRO 5 - JUVENTUDES, GERAÇÕES E TERRITÓRIO NA MORADA DO SOL

Eixo Temático	Questões Abordadas	Conceitos e Autores	Exemplos/Falas dos Jovens
Conceito de Geração	Geração como construção histórica e social; marcada por classe, gênero, cultura e contexto	Karl Mannheim (1928), Samuel Eisenstadt (1976), Alda Britto da Motta (2010)	Jovens compartilham experiências comuns de exclusão e resistência — mais do que apenas idade
Tensões Intergeracionais	Conflitos com gerações anteriores; desvalorização dos sonhos juvenis; modelos familiares rígidos	Eisenstadt (transmissão cultural); Motta (gênero e dominação)	Ipê-Amarelo, 18 anos: “Quero mais do que só trabalhar pra sobreviver” Gueroba, 24 anos: “Discordar é falta de respeito”
Afetos, Memória e Identidade	A construção da identidade juvenil a partir da memória familiar e da herança cultural	Narrativas pessoais e memórias subjetivas	Jovens respeitam as raízes, mas querem reinvenção — “resistência respeitosa”
Gênero nas Relações Intergeracionais	Desigualdades, vigilância e controle das meninas; limitação de circulação no território	Motta (2010): violência simbólica e material atravessada por gênero	Guariroba, 17 anos: “Sou exemplo, não saio muito” Ipê-Amarelo, 18 anos: “A gente não pode sonhar diferente”
Religião e Moralidade Geracional	Fé como abrigo e controle; normas religiosas como	Experiência pessoal do autor e falas dos jovens	Guariroba, 17 anos: “E se eu não quiser casar virgem?”

	instrumentos de repressão		Buriti, 23 anos: “Não tinha lugar pra mim do jeito que eu sou”
Resistência e Subjetividade Juvenil	Desejo por reconhecimento, autonomia e transformação do território	Juventude como agente e não só como vítima	Lobo-Guará, 16 anos: “Quero ser inspiração” Guariroba, 17 anos: “Não é rebeldia, é escolha”
Ambivalências e Silenciamentos	Obediência × liberdade, respeito × invisibilidade; ausência de diálogo familiar e institucional	Conflito entre tradição e projeto de futuro	Jovens entre o cuidado e o controle; lar como possível espaço de tensão
Território e Planejamento Geracional	Conflitos sobre pertencimento, circulação e controle do corpo no espaço social	Território como espaço simbólico e de disputa intergeracional	Controle dos corpos femininos; ausência de espaços públicos seguros
Síntese Final	Juventude como potência crítica e transformadora; escuta ativa como ação política	Juventude que revisita e ressignifica a tradição	“A escuta das juventudes é condição para qualquer proposta transformadora”

FONTE: Autor, 2025.

4. FORMAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO JUVENIL: AS OFICINAS COMO PRÁTICA DE ESCUTA E EMANCIPAÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar e analisar as oficinas pedagógicas realizadas com jovens da comunidade Morada do Sol. As oficinas constituíram o campo de pesquisa e foram concebidas não apenas como instrumento metodológico, mas como espaço de formação, escuta e mobilização social. Mais do que aplicar uma técnica, tratou-se de instaurar uma prática política — inspirada na pedagogia freiriana — que colocasse os jovens no centro do processo de produção de conhecimento, a partir de suas experiências, saberes e desejos.

Ao longo dos encontros, temas como identidade, território, participação, gerações e políticas públicas foram abordados com mediação dialógica, construindo um processo educativo horizontal e compartilhado. Inspirado em Paulo Freire (2019), este trabalho partiu do princípio de que ninguém educa ninguém, mas todos nos educamos em comunhão. Essa premissa foi essencial para que os jovens não se sentissem apenas objetos da pesquisa, mas sujeitos ativos, capazes de interpretar sua realidade e projetar transformações.

A metodologia do Processo Formativo foi concebida como um ciclo de seis oficinas presenciais ancoradas em princípios da pedagogia freiriana, da pesquisa participante e de uma postura de mediação horizontal que privilegia escuta, coautoria e produção coletiva de sentido pelos/das jovens. A estrutura previu encontros de aproximadamente duas horas e meia, realizados na Escola Municipal Tamoio, com o/a pesquisador(a) atuando como mediador, escutador e sistematizador — não como “professor” transmissor de conteúdos — e incorporando devolutivas e ajustes a cada sessão para reforçar a natureza dialógica e formativa do percurso (planejamento de seis encontros, mediação horizontal, devolutivas sistemáticas).

Minha opção de atuar como mediador, escutador e sistematizador (em vez de “professor” transmissor) está enraizada na atitude fenomenológica que assume a pesquisa como presença afetável e exercício de suspensão de pré-juízos sobre “juventude” e “território” (epoché), tratando cada encontro como ocasião de acolher o modo de aparecer das experiências antes de classificá-las. Nessa perspectiva, meu lugar híbrido de insider/outsider — portador de memórias e confiança comunitária, mas também de distanciamento analítico — tornou-se recurso para acessar

“experiência vivida em primeira voz”, central à fenomenologia descritiva que busca mosaico de sentidos, não “retrato definitivo”. A condução das oficinas foi baseada nas entrevistas compreensivas inspirada em Jean-Claude Kaufmann, fundada na escuta ativa e na abertura ao outro como condição de emergência de camadas profundas de sentido, reforçou essa escolha anti-positivista e dialógica. Operar nessa chave implicou registrar minuciosamente descrições e retornar aos áudios para captar hesitações e ênfases — pré-condição do movimento posterior de redução eidética (da descrição às invariantes) — evitando impor categorias externas antes da emergência dos noemas e noeses nas falas juvenis. Assim, cada devolutiva em oficina foi pensado como momento reflexivo que reconvocava os participantes à (co)interpretação (diálogo como método) e ancorava a validação intersubjetiva dos sentidos produzidos, coerente com a finalidade fenomenológica de “descrever, interpretar e restituir” compreensões aos próprios jovens, legitimando-os como produtores de saber situado

A centralidade da educação popular aparece também na construção do Acordo de Convivência e na ênfase no diálogo como eixo libertador freiriano, consolidando o grupo enquanto coletivo político-pedagógico.

O desenho progressivo dos conteúdos iniciou pela tematização de território e identidade, priorizando acolhimento afetivo (música ambiente, apresentações pessoais, criação de um “clima de confiança”) e adiando, estrategicamente, a formalização de regras para não interromper a abertura subjetiva inicial, o que reforça a escolha metodológica de partir da experiência vivida e do pertencimento territorial como matriz de reflexão crítica. Ainda na primeira oficina, recursos visuais e cartográficos — mapa local e emojis de sentimento — funcionaram como dispositivos de mapeamento afetivo-espacial, permitindo localizar sensações (alegria, medo, insegurança) e ampliar a leitura qualitativa do espaço vivido. A introdução da técnica fotográfica da “regra dos três terços” articulou linguagem estética e análise territorial, valorizando a agência juvenil na construção de narrativas visuais.

Na segunda oficina, a metodologia ampliou a transposição entre linguagens (fotografia → audiovisual → escrita), iniciando com a socialização da tarefa fotográfica, problematizando engajamento e convocando corresponsabilidade através do pacto coletivo de regras (Acordo de Convivência exposto em cartolina) e da explicitação do lugar não hierárquico do pesquisador. O documentário, apresentado e debatido de modo participativo, funcionou como dispositivo

pedagógico de análise territorial e de compartilhamento biográfico, catalisando elaboração crítica e pertencimento, além de inspirar produção escrita (poema ou redação) como exercício de metarreflexão subjetiva⁴ e política. Essa multilinguagem reforçou a democratização dos modos de expressão (visual, oral, escrita), ampliando oportunidades para diferentes estilos cognitivos e afetivos de participação.

A terceira oficina aprofunda a leitura crítica ao mobilizar imagens de desafios sociais dispostas no chão, encadeando um percurso silencioso de observação, escolha individual e verbalização coletiva das conexões entre imagem, experiência e estrutura social — passo que conjuga escuta sensível, análise simbólica e politização do cotidiano. O fechamento enfatiza a função da dinâmica como produção de pertencimento e engajamento crítico, fortalecendo o caráter formativo do círculo de diálogo. A versão analítica expandida da terceira oficina explicita a mediação de memória coletiva, a interpretação afetiva-simbólica das fotografias e a emergência de dilemas (mobilidade versus permanência), ilustrando a articulação entre leitura de imagens e consciência territorial ampliada.

As oficinas, quarta e quinta introduzem e operacionalizam a Teoria / Árvore da Mudança como tecnologia coletiva de pensamento sistêmico, deslocando o foco de sintomas para causas estruturais e consequências, visualizadas metaforicamente (raízes, tronco, frutos) e articuladas a categorias como racismo, abandono estatal, exclusão escolar e trabalho precoce, o que reforça a transição metodológica da percepção empírica para modelagem causal participativa. A reutilização das fotografias das oficinas anteriores produz encadeamento pedagógico e continuidade semântica (intertextualidade entre linguagens), enquanto a distribuição de papéis (mediador juvenil, responsável por colar imagens, organizador de falas) fortalece protagonismo e horizontalidade operacional, evitando centralização da facilitação. A formalização conceitual da “árvore da mudança” (raízes/causas; tronco/problemas; frutos/consequências) é explicitada como estratégia de territorialização de uma ferramenta usualmente institucional, reconduzida à autoria juvenil.

A oficina final será tratada em capítulo próprio, pois foi realizada após a etapa de redução eidética. Sua posição temporal no percurso metodológico confere-lhe função distinta: em vez de

⁴ Metarreflexão subjetiva é o processo em que o sujeito não apenas reflete sobre uma experiência, mas reflete sobre a própria forma como está refletindo, percebendo os filtros, emoções, expectativas, categorias e posições que estruturam seu olhar. É uma “reflexão de segunda ordem”: sai do “o que eu vivi / penso / sinto” e passa para “como, de onde e com quais lentes eu estou construindo esse pensamento ou sentimento”. (Alvesson, 2000).

produzir material bruto primário, operou como dispositivo de validação, aprofundamento e reorganização interpretativa dos invariantes fenomenológicos previamente identificados, conforme descrito no capítulo II (TECENDO SENTIDOS: FIOS FENOMENOLÓGICOS DA PESQUISA).

O Acordo de Convivência é elemento metodológico transversal: nasce do discurso juvenil sobre respeito, pontualidade, responsabilidade e participação, convertendo valores éticos em parâmetro processual, ao mesmo tempo em que seu monitoramento dialogado (questionamento sobre cumprimento e identificação de lacunas de horário/compromisso) gera metarreflexão sobre engajamento e corresponsabilidade. As justificativas e reiteraões sobre comprometimento vinculam normas à legitimidade da produção de conhecimento e à integridade dos dados (participação como “construção de ciência”), reforçando *accountability* coletiva.

Analiticamente, a metodologia incorpora momentos de avaliação formativa realizada ao final de cada oficina: identificação de lacunas (participação parcial na tarefa fotográfica; curadoria simbólica das frases; necessidade de aprofundar relatos), propondo perguntas e estratégias para ampliar equidade e densidade interpretativa — movimento reflexivo que retroalimenta o design das oficinas e explicita o caráter iterativo do processo formativo. Essa autorreflexão estruturada converte fragilidades em insumos para o aprimoramento pedagógico contínuo.

A metodologia se legitima teoricamente e politicamente ao conjugar: (a) escuta afetiva e implicada (acolhimento inicial e biografização do pesquisador como ponte empática); (b) potencialização multilinguagens (visual, audiovisual, escrita, metáfora arbórea) para engajar diferentes formas de expressão juvenil; (c) modelagem sistêmica participativa de problemas territoriais (Teoria/Árvore da Mudança); (d) ética dialógica democrática materializada em acordos e na redistribuição de papéis; e (e) reflexividade crítica sobre limites e melhorias do processo. Esse arranjo compõe uma trajetória metodológica que não apenas coleta dados, mas produz formação política, subjetiva e territorial, fortalecendo a emergência de sujeitos juvenis capazes de reinterpretar causas, negociar sentidos e projetar intervenções transformadoras.

Os participantes desta pesquisa compõem um conjunto heterogêneo de juventudes da Morada do Sol e entorno, distribuídos predominantemente entre 15 e 24 anos, abrangendo diferentes expressões de gênero (meninas sob maior regime de vigilância familiar, rapazes em circulação laboral precoce, e sujeitos que tensionam normas de sexualidade e masculinidade), inserções ocupacionais marcadas pela informalidade (bicos em comércio local, serviços rurais

eventuais, cuidado doméstico não remunerado, e trabalhos celetistas) e trajetórias escolares em curso no ensino fundamental II, médio regular, e em fases de preparação para ENEM/cursos técnicos. A maioria mantém forte vínculo de pertencimento territorial (residência contínua e circulação diária) e redes familiares extensas (avós como figuras de cuidado e normatização; mães centralizando organização doméstica; pais com histórico de escolarização truncada), enquanto uma parte experimentou períodos de migração ou afastamento (retornos pós-pandemia ou após tentativas de inserção laboral fora do município). Compartilham, ainda, condições estruturais de acesso limitado a serviços públicos (transporte, água, lazer), o que reforça laços comunitários e a busca por espaços coletivos — formais ou religiosos — para sociabilidade e apoio. Esse mosaico revela não uma “juventude” homogênea, mas camadas de experiências interseccionadas por classe, gênero, mobilidade e projetos educacionais, compondo o campo empírico sobre o qual incidem as análises de geração, territorialidade e participação, conforme quadro na Capítulo III, página 133 e 134.

O processo de mobilização dos jovens iniciou-se antes da primeira oficina, combinando aproximação territorial gradual (presença física em momentos cotidianos da comunidade, conversas informais na porta da escola rural e na associação) e convites personalizados mediados por relações de confiança (avós, mães, lideranças religiosas e pares já engajados), em vez de uma convocatória massiva impessoal. As principais dificuldades foram: (a) a dispersão espacial e a limitação de transporte, que dificultavam a chegada no horário; (b) o ceticismo inicial de alguns familiares; (c) a sobrecarga de tarefas domésticas e bicos, especialmente entre meninas e jovens em trabalho intermitente; e (d) a baixa familiaridade com processos participativos não escolares. Para enfrentar esses obstáculos, adotaram-se estratégias articuladas: flexibilização de horários (início com roda de acolhimento que absorvia atrasos sem estigmatizar), uso de multilinguagens atrativas (fotografia, audiovisual, dinâmicas corporais) para reduzir a percepção de "mais aula", microtarefas distribuídas (responsável por registrar, por colar imagens, por ler sínteses) que legitimavam a presença de cada participante, e devolutivas rápidas ao final de cada encontro para mostrar valor imediato do engajamento. O uso de mensagens via whatsapp e reforços pelos próprios jovens já aderidos (efeito multiplicador de pares) consolidou a adesão progressiva, transformando a mobilização de um esforço de recrutamento em um processo de enraizamento coletivo do percurso formativo.

Embora o desenho inicial previsse trabalhar com aproximadamente 20 participantes regulares (número considerado adequado para garantir diversidade de vozes sem perder manejabilidade pedagógica), a frequência estabilizada ao longo do ciclo situou-se em torno de 10 jovens nucleares, com presença eventual de 1 ou 2 visitantes em alguns encontros (primos, amigos que estavam na comunidade ou jovens curiosos atraídos pela dinâmica). Essa redução quantitativa não comprometeu os objetivos formativos; ao contrário, permitiu maior profundidade de escuta e acompanhamento individual, enquanto a circulação episódica de visitantes funcionou como vetor de difusão indireta do processo, ampliando o alcance simbólico das oficinas sem sobrecarregar a gestão do grupo principal. A estratégia metodológica foi, portanto, ajustar expectativas numéricas sem perder de vista a intencionalidade de pluralidade: reorientou-se o foco de “meta de recrutamento” para “densidade participativa”, valorizando a consistência do núcleo ativo e incorporando presenças esporádicas como oportunidade de legitimação comunitária e renovação de energia coletiva.

A salvaguarda ética do processo formativo foi estruturada desde uma reunião inicial com pais, mães e/ou responsáveis, realizada na Escola Tamoio durante uma assembleia da AMSER, ocasião em que foram apresentados detalhadamente os objetivos da pesquisa, sua natureza formativa e os dispositivos de registro. Nessa reunião, li integralmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), esclarecendo linguagem, finalidades e limites do uso de dados. Foi solicitada a assinatura consciente desses termos, explicitando-se que áudios e registros audiovisuais seriam captados exclusivamente para fins de análise e produção científica/devolutiva comunitária, garantindo anonimização por codinomes e armazenamento seguro. O ato público de leitura e esclarecimento coletivo reforçou transparência, mitigou receios de uso indevido e converteu responsáveis em corresponsáveis da integridade do percurso. Dessa forma, cumpriram-se os princípios éticos de autonomia (consentimento informado), beneficência (propósito formativo e devolução), não maleficência (proteção da identidade) e justiça (acesso equitativo às informações e possibilidade de recusa sem prejuízo), alinhando o processo às exigências de ética em pesquisa com seres humanos e fortalecendo a confiança intergeracional necessária ao andamento das oficinas.

Apesar de todo o cuidado ético e da clareza na comunicação dos objetivos, muitos jovens demonstraram pouca disposição para integrar a pesquisa, revelando uma barreira sutil entre a

pesquisa acadêmica e suas prioridades cotidianas. Em meu ponto de vista, essa desafeição reflete tanto a sobrecarga de responsabilidades — trabalho, estudos, afazeres domésticos — quanto o sentimento de que suas vozes não alterarão práticas consolidadas na comunidade. Reconhecer esse desinteresse é o primeiro passo para redirecionar as estratégias: precisamos demonstrar concretamente como os resultados podem beneficiar suas trajetórias e fortalecer laços de confiança antes mesmo de buscar sua participação ativa.

Assim como as entrevistas compreensivas foram integralmente transcritas, os áudios das oficinas também passaram por esse mesmo processo — porém, em muito maior esforço. A primeira dificuldade residiu na qualidade das gravações: em alguns momentos, participantes falavam muito próximos ao aparelho; em outros, manifestavam-se a certa distância, o que resultou em trechos incompletos e depoimentos perdidos. A segunda dificuldade envolveu não apenas a transcrição literal, mas também a identificação precisa de cada voz, exigindo a associação de falas a nomes ou codinomes. Esse trabalho, dada a variabilidade da captação sonora, demandou concentração absoluta e revisões constantes para garantir a fidelidade ao conteúdo original.

Recebi essa orientação de uma mulher política que atuava no Senado Federal, mediando o diálogo entre movimentos sociais e o gabinete de Marina Silva: *“Receber com respeito, ouvir com atenção, avaliar com honestidade e se comprometer apenas com aquilo que você avalia ser realístico e cumprir.”* Não podia me afastar desse dever ético, pois a fenomenologia exige precisamente essa fidelidade à experiência vivida, sem atenuações ou distorções. Assumi esse princípio como um compromisso político comigo mesmo, e foi ele que me permitiu criar um ambiente de confiança e escuta sincera, conectando-me profundamente com cada participante e garantindo que suas vozes fossem verdadeiramente valorizadas.

4.1. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE

A formação política da juventude é elemento central na construção de uma sociedade democrática e justa. Não se trata apenas de transmitir conhecimentos sobre estruturas de poder e funcionamento do Estado, mas de fomentar nos jovens a consciência crítica sobre seu papel na sociedade, suas possibilidades de ação e as implicações de sua ausência ou presença nos espaços

de decisão. Paulo Freire (2019) nos ensina que a educação deve ser libertadora, e isso só se efetiva quando o educando reconhece a si mesmo como sujeito histórico e político.

Historicamente, a juventude tem sido tratada ora como ameaça, ora como promessa. Pouco se reconhece sua existência presente, suas demandas e potências no aqui e agora. A formação política, nesse sentido, precisa ser entendida como um processo contínuo de estímulo ao pensamento autônomo, à ação coletiva e à construção de vínculos que transcendam a lógica individualista dominante. Nas oficinas realizadas, ficou evidente o quanto os jovens desejam participar das decisões que afetam seu território, mas, ao mesmo tempo, expressam desinformação e descrença quanto às instâncias de participação formal. É nesse vácuo que a educação política precisa atuar.

Marilena Chauí (2000) argumenta que a democracia é antes de tudo uma prática cultural, o que exige que seja vivida no cotidiano, nas relações interpessoais, nos pequenos espaços de convivência. As oficinas buscaram justamente construir essa vivência democrática, onde os jovens pudessem experimentar o exercício da escuta, do conflito, do respeito às diferenças e da construção coletiva. A formação política, nesses termos, é também afetiva, pois se faz na relação com o outro, no reconhecimento mútuo e na possibilidade de projetar futuros comuns.

A participação social é um dos pilares da cidadania ativa e se manifesta tanto nas estruturas institucionais — como conselhos, conferências e audiências públicas — quanto nas formas informais de organização e mobilização popular. No entanto, para que a participação se efetive de forma qualificada, é necessário que os sujeitos sejam ouvidos e reconhecidos. A escuta da sociedade civil não pode ser apenas um rito formal, mas um compromisso ético-político de considerar os saberes, as vivências e os desejos daqueles que historicamente têm sido silenciados.

Entre os jovens da Morada do Sol, a ausência de espaços públicos de escuta se reflete em um sentimento recorrente de invisibilidade e desvalorização. A escuta, nesse contexto, não é apenas técnica metodológica, mas reparação simbólica. Escutar os jovens é dizer a eles que suas histórias importam, que suas análises são válidas e que suas propostas merecem ser consideradas. Paulo Freire afirma que “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. As oficinas partiram desse princípio, construindo um ambiente onde todos os saberes eram legítimos e onde o conhecimento nascia do diálogo entre experiências.

Marilena Chaui (1981), ao refletir sobre os limites da democracia liberal, destaca que a participação verdadeira requer não apenas acesso aos meios de decisão, mas também a transformação das estruturas que produzem desigualdade. Nesse sentido, a escuta é revolucionária porque desloca o centro da produção de conhecimento, tira o foco das instituições e o direciona às margens, onde pulsa a vida que resiste. Escutar as juventudes da Morada do Sol foi, assim, um ato de reposicionamento epistemológico e político, um convite para que falassem e, mais ainda, para que fossem protagonistas.

4.1.1. Tecendo Nossa Jornada

As oficinas foram pensadas como momentos de construção coletiva do conhecimento, com base nos princípios da pedagogia freiriana e da pesquisa participante. Ao todo, foram realizados seis encontros presenciais, com duração média de duas horas e meia cada, distribuídos ao longo de dois meses. Os encontros aconteceram na escola da comunidade e em espaços da Associação de Moradores, com o apoio da equipe da pesquisa e lideranças locais.

Planejei as oficinas a partir de um roteiro inicial que integrava dinâmicas participativas, momentos de debate e atividades reflexivas, definindo objetivos de aprendizagem e estruturas temporais para cada encontro. Durante a execução, conduzi as sessões de forma interativa, incentivando os jovens a compartilhar experiências e usando recursos lúdicos para aprofundar a reflexão. Após cada oficina, apliquei instrumentos de avaliação para mapear acertos, dificuldades e expectativas não atendidas. Com base nesses retornos, ajustei o cronograma, reformulei conteúdos, adaptei exercícios e flexibilizei metodologias, garantindo que os encontros seguintes respondessem às necessidades reais do grupo. Essa abordagem iterativa e flexível manteve o nível de engajamento e assegurou que o processo formativo evoluísse de acordo com as demandas identificadas em cada etapa.

A condução dos encontros prezou pela horizontalidade, com o objetivo de criar um ambiente seguro, empático e estimulante. Não havia uma preocupação com “ensinar” no sentido tradicional, mas sim com favorecer que os próprios jovens elaborassem suas leituras e percepções. O papel do pesquisador foi o de mediador, escutador e sistematizador, sempre atento às dinâmicas

afetivas e simbólicas do grupo. Ao final de cada oficina, os participantes recebiam uma devolutiva do encontro anterior e podiam sugerir ajustes na condução, reafirmando o caráter participativo da proposta.

4.1.1.1. Primeira oficina – território e identidade (Entre Cercas e Afetos: O Território que habita a Gente)

A primeira oficina do ciclo formativo foi realizada com sete participantes jovens e teve como tema central a relação entre território e identidade. Desde o início, buscou-se criar um ambiente acolhedor e participativo, com música ambiente, apresentações pessoais e reflexões compartilhadas. Ainda que estivesse previsto iniciar com a construção de um acordo de convivência, esse ponto foi adiado para encontros futuros, devido ao número reduzido de presentes. A ênfase, contudo, permaneceu na criação de um espaço seguro e horizontal de escuta e produção coletiva de conhecimento.

Desde o início, compreendi que mais do que aplicar uma metodologia, eu estava adentrando universos subjetivos marcados por silenciamentos, afetos e uma busca genuína por reconhecimento. A escolha de iniciar com um espaço de acolhimento e não com imposições metodológicas se mostrou acertada: percebi que os jovens precisavam primeiro confiar, se sentir vistos, para então compartilhar suas histórias e experiências. Mesmo com o número reduzido de participantes, a potência das falas e a intensidade das emoções que emergiram reafirmaram a importância de cada presença. A cada gesto, silêncio e palavra, compreendi que o território é mais do que um espaço geográfico — é memória, medo, orgulho, luta e sonho. E que ali, naquele círculo, eu não era apenas um pesquisador observando, mas alguém também implicado com aquele chão, com aquelas trajetórias e com o desejo de transformação coletiva.

A vivência da primeira oficina proporcionou a materialização empírica do conceito de território como espaço de poder, conforme abordado por autores como Raffestin (1993) e Santos (2008). O território, nesse sentido, não se reduz a uma delimitação física ou cartográfica, mas constitui-se enquanto construção relacional, atravessada por usos, afetos, memórias e disputas simbólicas.

A proposta inicial foi provocativa: "Quem sou eu?", seguida de reflexões sobre os aspectos que moldam a identidade de cada jovem – cor, origem, religião, sentimentos, gostos e pertencimento. A discussão demonstrou como a construção da identidade é atravessada por elementos subjetivos e pelas condições concretas do território. A jovem Ipê-Amarelo, 18 anos, por exemplo, compartilhou sua dúvida sobre ser preta ou parda, expressando o desconforto aprendido socialmente: “*Sempre quando eu colocava as coisas nas provas, eu colocava parda, porque eu não sabia se eu era preta*”. Sua fala foi acompanhada de um importante devolutivo coletivo sobre racismo estrutural, cotas raciais e a construção social da negritude, num momento de forte mobilização afetiva e política.

A categoria “identidade” deve ser compreendida como um constructo social atravessado por múltiplas dimensões de poder, conforme a perspectiva da interseccionalidade. Para Carla Akotirene, a interseccionalidade oferece “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado” na conformação identitária, especialmente das mulheres negras. Nesse sentido, identidade não é apenas adesão a um rótulo social, mas resultado de práticas discursivas e políticas que se cruzam em diferentes eixos de opressão.

No processo de formação identitária, classe, gênero, sexualidade e geração atuam de modo articulado. A classe socioeconômica define acesso a bens culturais e disposição de capital simbólico, enquanto o gênero e a sexualidade regulam normas de comportamento e expectativas corporais. A geração, compreendida como coorte histórica, incorpora visões de mundo e repertórios tecnológicos distintos, gerando conflitos entre gerações, como visto nas entrevistas. Essa articulação interseccional explica por que uma mesma experiência (por exemplo, a escolarização prolongada) é vivida de modos diversos por adolescentes de diferentes gêneros, classes ou orientações sexuais.

O racismo estrutural, por sua vez, produz modos específicos de racialização em contextos periféricos. No estado de Goiás, 54,18 % da população se autodeclara parda, 9,19 % preta e apenas 36,24 % branca, segundo o Censo de 2022. Esses dados revelam como a maioria negra enfrenta desigualdades persistentes em acesso à educação, saúde e trabalho formal. Silvio Almeida define racismo estrutural como “integração do racismo à organização econômica e política da sociedade”, o que se reflete em Alexânia na invisibilização de jovens negros nas instâncias de poder local e na

escassez de políticas afirmativas direcionadas. Autoras como Lélia Gonzalez já apontaram que essa invisibilização reforça estigmas e dificulta a emergência de identidades negras plenamente reconhecidas em espaços institucionais.

A construção da identidade, conforme apontam autores como Stuart Hall (2006) e Frantz Fanon (2008), é um processo dinâmico, relacional e profundamente marcado pelas condições históricas, territoriais e raciais que atravessam os sujeitos. A fala de Ipê-Amarelo, 18 anos, expressa uma dúvida que não é apenas individual, mas estrutural: ela revela os efeitos da colonialidade e do racismo estrutural que impõem às pessoas negras a necessidade constante de se nomear e se posicionar diante de categorias racializadas historicamente impostas. Hall defende que a identidade não é algo fixo, mas se constitui nas interações e nos discursos que circulam socialmente. Nesse sentido, o fato de Ipê-Amarelo, 18 anos, não saber “se era preta” reflete a ausência de referências afirmativas, bem como a ambiguidade social que permeia o imaginário racial no Brasil — marcado por um discurso de democracia racial que, na prática, invisibiliza as desigualdades.

A devolutiva coletiva sobre cotas, negritude e racismo estrutural foi um momento essencial da oficina, pois transformou a escuta em ação pedagógica e política. O território, como espaço de socialização e disputa simbólica, também atua na produção das identidades — como afirmam Milton Santos (2008). Se, por um lado, a escola e o território podem reproduzir o racismo e o silenciamento das subjetividades negras, por outro, espaços como a oficina se revelam potentes na elaboração de novos sentidos de pertencimento e valorização. A escuta coletiva da fala de Ipê-Amarelo, 18 anos, permitiu que outros jovens se reconhecessem na dúvida racial, e a devolutiva crítica reafirmou a importância da identidade como construção política e cultural, abrindo caminho para uma reinterpretação crítica de si e do mundo.

Em seguida, foi proposta uma atividade cartográfica afetiva com base em emojis de sentimentos (alegria, medo, tristeza, dúvida, constrangimento e juventude), utilizando um grande mapa da comunidade. Através dessa metodologia, os participantes localizaram espacialmente suas emoções, oferecendo uma leitura simbólica e subjetiva do território. Essa cartografia emocional revelou os lugares de afeto e conflito. Por exemplo, Barú, 15 anos, afirmou *“Porque eu morava antes no Valparaíso, aí eu vim para cá, eu passei bastante tempo aqui, e como eu passei bastante tempo aqui, 100% das minhas amizades eu fiz aqui. Então, basicamente, eu me sinto alegre na minha casa por estar assim na minha casa. Eu me sinto alegre por vir para cá, por vir para a*

minha casa.”. Já Lobo-Guará, 16 anos, ao indicar sua antiga casa como local de medo, revelou: “*À noite, dava muito medo de um espírito sombrio. Tem gente falando que lá era assombrado*”. Ipê-Amarelo, 18 anos, por sua vez, disse que sente medo de atravessar a BR-060 e tristeza ao passar pela casa de um vizinho falecido, revelando o quanto o território está entrelaçado às memórias afetivas e à insegurança.

IMAGEM 22 - PARTICIPANTE NA OFICINA SOBRE TERRITÓRIO: CORPO E VOZ JUVENIL EM AÇÃO, MAPEANDO AFETOS E ESPAÇOS.



FONTE: Autor (2024)

A utilização da cartografia afetiva como recurso metodológico, conforme apontam Santos e Silveira (2001), possibilita o deslocamento da compreensão do território como mero suporte

físico para um entendimento mais profundo, que o reconhece como espaço vivido, atravessado por experiências, afetos e narrativas. A proposta de os jovens mapearem suas emoções em um grande mapa da comunidade permitiu o acesso a camadas simbólicas e subjetivas do território, revelando zonas de pertencimento, exclusão, medo e acolhimento. A territorialidade, nesse contexto, emerge como construção relacional entre o sujeito e o espaço, e a cartografia afetiva atuou como ferramenta de resgate da memória individual e coletiva. A fala de Baru, 15 anos, ao associar a própria casa à alegria e às amizades, evidencia o território como espaço de formação de laços e identidades. Já os relatos de medo e tristeza em determinados pontos da comunidade revelam como o espaço também é marcado por ausências, violências e experiências traumáticas.

Ao mapear afetos em vez de apenas delimitações geográficas, os jovens produziram uma leitura crítica e sensível do lugar que habitam, permitindo a emergência de uma geografia das emoções — conceito defendido por autores como Tuan (1980), que entende que os sentimentos são constitutivos da experiência espacial. A fala de Ipê-Amarelo, 18 anos, sobre a BR-060, por exemplo, evidencia como a mobilidade territorial está atravessada pelo medo e pela insegurança, e não pode ser analisada apenas a partir da lógica da infraestrutura. Essas narrativas desafiam a homogeneização cartográfica tradicional e propõem uma leitura mais complexa e plural do território. Assim, a cartografia afetiva se mostrou uma potente estratégia de formação política e expressão juvenil, ao tornar visíveis os conflitos silenciados e as potências escondidas nos espaços cotidianos da Morada do Sol.

À luz de Milton Santos (1996), a noção de território supera a leitura meramente geométrica para abarcar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações; em diálogo, Saquet (2007) enfatiza a territorialidade como práxis socioespacial historicamente situada, enquanto Haesbaert (2004; 2011) problematiza a multiterritorialidade e as disputas de poder que articulam pertencimentos e exclusões. Partindo desse arcabouço, as oficinas cartográficas com a juventude da Morada do Sol evidenciam que o território não lhes aparece como suporte neutro, mas como tecido de desigualdades, afetos, riscos e possibilidades, continuamente (re)significado por práticas de circulação, memória e reivindicação.

A fala de Lobo-Guará (16 anos) *“Território é estar dentro daquilo que você comprou. Que é forma de direito. Seu, pelo seu nome [...] mas tem outras formas de território. Por exemplo [...] território brasileiro [...] cercado por fronteiras”* revela uma compreensão que inicialmente ancora

o território na dimensão jurídico-proprietária (domínio formal inscrito no nome) e, em seguida, amplia a escala para o nacional fixado por fronteiras. Tal deslocamento escalares aponta para uma consciência multiescalar embrionária que, embora não dite explicitamente categorias acadêmicas, opera na distinção entre propriedade individual e delimitação político-jurídica macro. Essa formulação empírica convoca a leitura de Santos (1996) sobre o território usado: mais que “o que se possui”, é o que se pratica; contudo, o sentido de “estar dentro daquilo que você comprou” evidencia também a ausência de garantias materiais na periferia, onde a formalização do direito aparece como horizonte de proteção simbólica.

Essa apropriação semântica convive com narrativas que inscrevem a territorialidade na experiência da carência estatal: *“A gente pode incluir isso em questão da prefeitura? [...] a prefeitura não coloca um posto de saúde adequado para as pessoas”* (Pequi, 16 anos); *“A ausência de políticas públicas... para o saneamento básico”* (Mutum, 18 anos). As enunciações deslocam o mapa da neutralidade para o campo da denúncia: a cartografia afetiva converte-se em cartografia política, pois a nomeação das lacunas (saúde, saneamento) reconfigura o território como espaço de direitos não realizados. Em termos de Saquet (2007), emergem práticas de práxis territorial – ações que articulam leitura crítica do espaço vivido e intenção transformadora – e, em termos de Haesbaert (2011), delinea-se uma condição de multiterritorialidade precária, em que o pertencimento local é atravessado por exclusões institucionais que obrigam jovens a mobilizar redes informais (caronas, solidariedade doméstica) para suprir serviços ausentes.

Ao reinscreverem no mapa trajetos de acesso à água, deslocamentos forçados para estudo e zonas de risco, os jovens operam uma territorialização cognitiva que negocia medo e projeto, atualizando o que Santos chamaria de racionalidades híbridas: o uso (pragmático-afetivo) e o discurso (reivindicatório) se entrelaçam. A ausência estatal, longe de produzir apenas resignação, catalisa processos de auto-organização (AMSER, mutirões, redes de cuidado), convertendo a marginalidade em plataforma de elaboração política. Assim, a territorialidade juvenil aqui observada não é apenas reconhecimento identitário do “lugar onde se vive”, mas prática interpretativa e performativa que rearticula escalas (casa–comunidade–município–nação), revela contradições estruturais e projeta futuros possíveis. O território é simultaneamente herança, constrangimento e projeto, e é nesse trançado que se constitui a competência política emergente

desses sujeitos, capazes de deslocar a categoria “periferia” de estigma para enunciado de reivindicação.

Outro ponto de destaque foi a importância da igreja como espaço de acolhimento e identidade. Diversos jovens afirmaram se sentir jovens ou felizes na Assembleia de Deus local, destacando o senso de pertencimento e apoio que encontram nesse espaço. Lobo-Guará, 16 anos, destacou: *“Todo mundo trata alguém como se fosse da família”*, enquanto Baru, 15 anos, completou: *“Eu sou da mocidade. Me sinto acolhido por ser um jovem”*.

A presença da igreja como espaço de acolhimento e construção identitária entre os jovens da Morada do Sol revela o papel fundamental das instituições religiosas na produção de territorialidades afetivas e políticas nas periferias. Segundo Oliveira (2004), as igrejas, especialmente as pentecostais, atuam como redes de apoio emocional, espiritual e social, principalmente em territórios marcados pela ausência do Estado. O sentimento de pertencimento expressado por Lobo-Guará, 16 anos, e Baru, 15 anos, ao se referirem à igreja como espaço onde “todo mundo trata alguém como se fosse da família” e onde se sentem acolhidos “por serem jovens”, evidencia que a religião não opera apenas no plano do sagrado, mas também na esfera comunitária, simbólica e subjetiva. A igreja, nesse sentido, se constitui no território para reconfiguração de vínculos, oferecendo aos jovens uma narrativa de pertencimento que frequentemente lhes é negada em outros espaços públicos.

Além disso, como aponta Mariz (1994), o envolvimento da juventude em comunidades religiosas não é apenas uma prática de fé, mas também uma forma de organização cultural e de elaboração simbólica das experiências vividas. Em contextos de exclusão social, a religião pode assumir um papel pedagógico e protetivo, funcionando como canal de sociabilidade e espaço para a constituição de projetos de vida. A mocidade, destacada por Baru, 15 anos, representa esse espaço coletivo onde o jovem pode ser reconhecido, valorizado e participar ativamente da construção de significados compartilhados. A valorização da juventude dentro da igreja também tensiona os discursos sociais que muitas vezes deslegitimam os jovens como sujeitos responsáveis. Assim, reconhecer a igreja como território afetivo e político é fundamental para compreender as múltiplas dimensões que conformam a vida juvenil nas bordas urbanas, incluindo as experiências de fé, pertencimento e proteção.

Para Milton Santos, o território é o chão mais a ação humana — ou seja, ele se torna território a partir das práticas sociais, das mediações cotidianas e dos conflitos que nele se instauram. Assim, o território revela-se como campo de forças, onde o poder se manifesta tanto pela presença quanto pela ausência de políticas públicas, e onde a experiência vivida adquire centralidade na compreensão da espacialidade social.

Os efeitos imediatos da primeira oficina manifestaram-se em três planos: (a) subjetivo-identitário, ao produzir deslocamentos de autoimagem; (b) relacional, ao instaurar microcircuitos de confiança entre pares que antes se reconheciam apenas superficialmente e passaram a compartilhar memórias e afetos; e (c) político-pedagógico, ao converter temas difusos (racismo, medo territorial, mobilidade cerceada) em vocabulário comum passível de ser retomado criticamente nos encontros seguintes. Ainda que não tenha havido de imediato uma explosão numérica de participantes, a densidade qualitativa da escuta converteu a oficina em marco simbólico que sinalizou a possibilidade real de um espaço juvenil seguro e dialógico.

No médio prazo do ciclo formativo, a continuidade se expressou na presença recorrente de um núcleo de aproximadamente dez jovens que passaram a assumir papéis mais ativos (auxiliar na organização do material, convocar colegas, recordar tarefas inter-oficinas), indicando internalização de coautoria e sentido de responsabilidade coletiva. A estabilização desse núcleo permitiu aprofundar camadas analíticas (da cartografia afetiva à Árvore da Mudança) e gerar primeiros ensaios de ação: mapeamento de pontos de risco na travessia da BR-060, intenção de formular demanda sobre iluminação e transporte à AMSER e debate sobre um possível mutirão audiovisual para registrar problemas de saneamento. Tais esboços, mesmo não convertidos ainda em intervenção formal, evidenciam que as oficinas funcionaram como incubadora de iniciativas comunitárias, deslocando a juventude da posição de objeto de políticas para a de agente propositivo.

Quanto à devolutiva ampliada e sustentabilidade, delineou-se uma estratégia em duas camadas: (1) devolução pedagógica direta aos jovens, mediante apresentação sistematizada dos noemas e mapas afetivos construídos, em encontro específico posterior à redução eidética; e (2) devolução político-comunitária via AMSER, em assembleia apresentando em relatório oral sobre mobilidade segura, espaços de encontro, necessidade de agenda de equidade racial e de gênero e a ser discutido em assembleia. Essa arquitetura de retorno busca evitar a extração unilateral: a

pesquisa se encerra devolvendo inteligibilidades, fortalecendo capital simbólico juvenil e alimentando ciclos futuros de mobilização. O desafio remanescente está na institucionalização mínima (apoio logístico continuado) que permita que as práticas desencadeadas não se dissipem após a defesa, razão pela qual se propõe pactuar, com AMSER, um projeto de oficinas autônomas monitoradas pelo coletivo juvenil emergente.

A oficina se encerrou com uma introdução à linguagem fotográfica, mais especificamente à técnica da "regra dos três terços", com objetivo de instrumentalizar os jovens na construção de olhares sobre o território por meio da imagem. Cada participante recebeu uma frase e saiu pela comunidade para capturar imagens simbólicas que representassem aquele tema. O exercício promoveu um rico debate sobre a composição, estética e narrativa, reforçando a fotografia como ferramenta de expressão política e subjetiva.

A opção metodológica de estimular produções fotográficas, ainda que as imagens em si não integrem formalmente este trabalho, funcionou como dispositivo de elaboração de uma “estética da resistência” na acepção de que o ato de enquadrar o território já desestabiliza regimes hegemônicos de visibilidade. Dialogando com Didi-Huberman, a imagem não é mero espelho do real, mas sobrevivência (*Nachleben*) que condensa camadas temporais e convoca um olhar crítico sobre aquilo que o discurso oficial tende a tornar-se invisível; cada exercício de olhar dos/das jovens podem ser lido como gesto de “levantar os olhos” frente a uma paisagem naturalizada de carências. Em convergência, Suely Rolnik enfatiza a potência micropolítica das estéticas sensíveis como processos de atualização do corpo vibrátil diante de forças de subjetivação dominante: ao produzir fotografias, os jovens ativam cartografias afetivas que deslocam a percepção anestesiada do lugar e reinscrevem nele intensidades, feridas e desejos. Assim, a linguagem imagética operou menos como coleta ilustrativa e mais como prática de pensamento situado, permitindo que enquadramentos, proximidades, ausências e escolhas de foco se tornassem operadores analíticos na reconstrução fenomenológica do território. Ao estimular esse exercício, a pesquisa acessou planos pré-discursivos (sensações, ritmos, tensões de cor e luz) que alimentaram a verbalização posterior dos noemas, reforçando a ideia de que a estética aqui não é ornamento, mas política de visibilização e produção de mundo.

A maioria dos jovens escolheu registrar imagens bonitas da comunidade, focando em flores, paisagens naturais e ângulos que captassem beleza e harmonia. Essa escolha estética evidencia uma

operação simbólica de reencantamento do lugar — o desejo de projetar sobre a Morada do Sol uma imagem que rompa com o estigma da marginalidade e da ausência, e que a reconstrua como espaço de vida, afeto e possibilidade. Conforme defende Baitello Júnior (2005), o imaginário atua como mediador entre o mundo visível e as estruturas simbólicas que orientam nosso olhar, sendo a imagem uma linguagem que comunica não apenas o que se vê, mas o que se deseja ver. Os jovens, ao assumirem o papel de autores de suas imagens, não apenas retrataram o território: eles o redesenharam a partir de seus afetos e daquilo que aspiram viver nele.

Essa dimensão do imagético está em sintonia com as reflexões de Maffesoli (2001), ao afirmar que o imaginário coletivo se constitui por imagens sensíveis que orientam nosso pertencimento e nossas crenças cotidianas. Ao buscar o belo no ordinário, os jovens não negaram os conflitos e violências presentes no território, mas operaram uma reconfiguração simbólica, criando imagens que falam de esperança. A opção por mostrar o que há de bonito pode ser compreendida como uma estética da resistência, um gesto de subjetivação que se opõe à representação estigmatizante frequentemente produzida por olhares externos. Esse gesto revela também uma política do olhar: ao enquadrar a comunidade sob uma perspectiva sensível, os jovens desafiam o senso comum e afirmam seu direito à beleza, à autoria e à presença. A fotografia, nesse processo, torna-se linguagem de cidadania e estratégia pedagógica que potencializa a formação crítica e estética dos sujeitos.

Mais do que uma simples atividade, a primeira oficina possibilitou aos jovens compreenderem sua própria identidade em diálogo com o território que ocupam. A escuta ativa, o uso de metodologias participativas e o reconhecimento das vozes juvenis como produtoras de sentido mostraram-se centrais para o avanço da pesquisa. Esse primeiro encontro não apenas forneceu pistas potentes sobre as territorialidades vividas, mas também inaugurou um processo de revalorização simbólica, não como um lugar estigmatizado pela ausência de políticas públicas, mas como espaço de vida, afeto, contradição e resistência.

Além disso, o exercício metodológico permitiu aos jovens deslocarem o olhar da ausência e da estigmatização para a valorização simbólica do lugar onde vivem. Como nos ensina Castoriadis (1982), o imaginário social institui significações que orientam a vida coletiva; e foi justamente o que se percebeu quando Ipê-Amarelo, 18 anos, sugeriu que aquele espaço de encontro estava se transformando em um novo lugar de pertencimento e juventude. A potência desse

processo reside na possibilidade de subverter o discurso hegemônico que marginaliza periferias e comunidades, substituindo-o por narrativas construídas desde dentro, ancoradas em vivências reais. Quando os jovens afirmam que “*aqui pode ser um novo lugar também*”, como fez Canela-de-Ema, 15 anos, compreende-se que estão, ao mesmo tempo, cartografando afetivamente seus espaços e reinventando a sua existência territorial. A oficina, portanto, não apenas forneceu pistas para a pesquisa, mas também instaurou um movimento de resistência simbólica e prática, onde a Morada do Sol deixa de ser apenas um “não-lugar” marcado pela carência e passa a ser um território de vida, memória e projeto.

4.1.1.2. Segunda oficina – documentário (Câmera em Primeira Pessoa: Cartografias de mim e do Território)

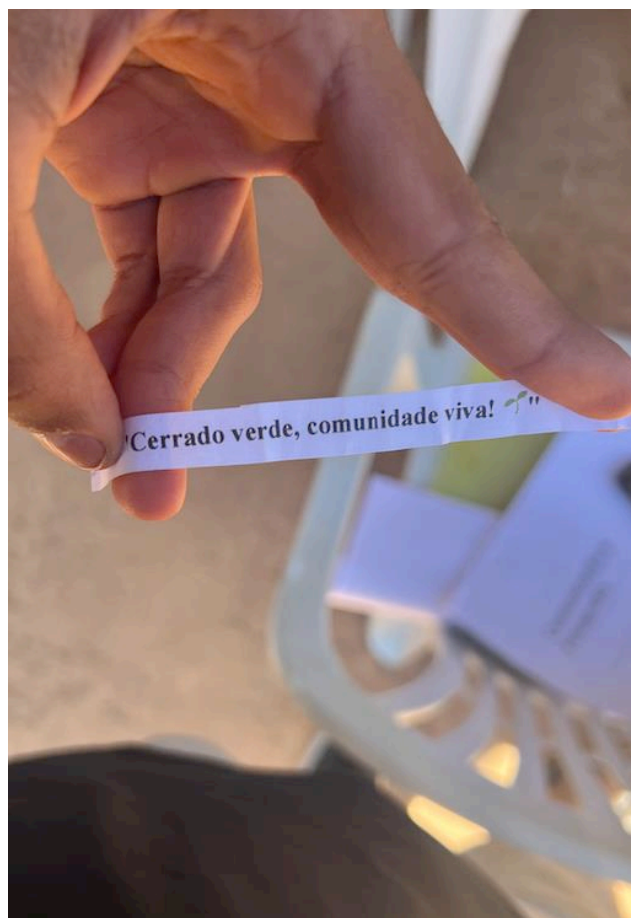
Na primeira oficina, cada participante escolheu ao acaso um “pirulito-frase” — pirulitos aos quais eu havia afixado frases cuidadosamente selecionadas para inspirar reflexões sobre identidade, pertencimento, resistência e afeto na Morada do Sol. Com esse recorte na mão, deveriam realizar, em casa, uma fotografia que traduzisse visualmente o sentido de sua frase: “Meu lugar no mundo começa onde meu pé toca o chão”; “Nem todo mato é abandono, às vezes é abrigo”; “A flor que cresce no asfalto também tem direito à primavera”; “Ser jovem aqui é resistir todos os dias e ainda sonhar”; “Meu território fala de mim, mesmo quando me silenciam”; “Onde me sinto seguro, ali também me torno inteiro”; “É no caminho entre a roça e a cidade que me descobro”; e “Tenho medo, mas também tenho coragem de continuar”.

Contudo, apenas dois jovens entregaram a tarefa, justificando a não realização pelos mais variados entraves cotidianos — falta de tempo, memória cheia no celular e outras demandas urgentes — e explicaram que não se recusaram ao exercício nem às frases. Alguns sequer compareceram à segunda oficina por não terem produzido a atividade, o que me levou a questioná-los: recusaram-se ao conteúdo? Eles asseguraram que não.

Diante disso, adotei uma postura proativa de pesquisador: passei a monitorar o progresso por meio do grupo de WhatsApp, reenviar recomendações, oferecer esclarecimentos e apoio

técnico caso houvesse dúvidas. Foi assim que mantive o diálogo aberto e evitei que a simples execução de uma tarefa se tornasse barreira à participação.

IMAGEM 23 - UMA DAS FRASES DA DINÂMICA: GATILHO POÉTICO PARA LEITURAS DO LUGAR E DE SI.



FONTE: Autor, 2025.

Na segunda oficina do ciclo formativo, esses registros visuais — ainda que em número reduzido — serviram de ponto de partida para aprofundar o processo de escuta e construção coletiva. Ajustei o roteiro para acolher diferentes níveis de engajamento, promovendo um ambiente verdadeiramente horizontal de trocas, aprendizados e afetos. A flexibilidade metodológica e o suporte contínuo permitiram transformar limitações técnicas e logísticas em oportunidades de

reflexão sobre as condições reais de vida dos jovens, fortalecendo o vínculo entre pesquisador e participantes ao longo de todo o percurso.

O encontro foi iniciado com a apresentação da atividade proposta na oficina anterior: cada participante recebeu uma frase inspiradora e deveria, a partir dela, capturar uma imagem significativa no território. Embora apenas Ipê-Amarelo, 18 anos, e Baru, 15 anos, tenham realizado a tarefa, seus relatos revelaram o potencial formativo da proposta. Baru, 15 anos, comentou que “gostou de fazer as fotos porque tinha que usar a criatividade”, relatando que contou com o apoio da mãe para concretizar as imagens. Ipê-Amarelo, 18 anos, por sua vez, compartilhou com entusiasmo o esforço envolvido: “Eu tirei até um milhão de fotos pra conseguir uma que eu achasse ideal”, demonstrando engajamento com a tarefa e senso estético no olhar sobre o território. Ambos foram reconhecidos com um prêmio simbólico, valorizando o empenho e o compromisso com o processo.

Baru, 15 anos, escolheu fotografar sua mãe em meio à natureza, compondo uma imagem em que ela se posicionava como uma flor. Esse gesto fotográfico, ainda que simples à primeira vista, carrega uma densidade simbólica poderosa. Ao colocar sua mãe como protagonista em um ambiente natural, Baru, 15 anos, ressignifica tanto a figura materna quanto o próprio território — associando ambas à beleza, resistência e cuidado. A flor, tradicionalmente símbolo de delicadeza e vida, é aqui reapropriada para representar a força cotidiana de uma mulher que, como o próprio território da Morada do Sol, floresce mesmo em meio às adversidades. Trata-se de um ato de valorização afetiva e política, no qual a imagem se torna uma linguagem de reconhecimento. Como propõe Baitello Jr. (2005), o gesto imagético não apenas comunica, mas produz sentido — e a fotografia de Baru, 15 anos, ao eleger a mãe como flor do Cerrado, afirma a centralidade das mulheres na manutenção da vida, da memória e da dignidade nos territórios periféricos.

A foto da mãe feita por Baru, 15 anos, pode também ser lida sob a ótica das pedagogias do cuidado e das epistemologias do cotidiano, pois registra não apenas um retrato afetivo, mas os gestos que constituem o saber-prático das relações familiares. Ao capturar o instante em que sua mãe organiza a refeição ou ajeita um objeto doméstico, Baru evidencia um conjunto de ações que, no cotidiano, se naturalizam como cuidado mútuo e cuidado de si — processos que, segundo as pedagogias do cuidado, são fundamentais para a formação ética e afetiva dos sujeitos. Nesse gesto fotográfico, a rotina doméstica pode emergir como fonte legítima de conhecimento: cada dobra de

pano, cada olhar dado ao filho, carrega saberes transmitidos fora dos espaços formais de ensino, caracterizando a epistemologia do cotidiano. Assim, a imagem ultrapassa a simples documentação familiar e se converte em manifestação visual de um currículo invisível, onde o cuidado e o conhecimento se entrelaçam e se revelam como potências políticas no espaço doméstico.

Ipê-Amarelo, 18 anos, escolheu fotografar um Ipê-Amarelo (motivo pelo qual ganhou esse codinome), florido próximo à sua casa, símbolo típico do Cerrado e imagem que remete imediatamente à beleza e à força da natureza que resiste, mesmo em meio à urbanização desordenada e à precariedade. Durante o relato, ela contou que tirou “até um milhão de fotos” até conseguir uma que considerasse boa, revelando um processo cuidadoso, persistente e sensível de construção do olhar. O esforço de Ipê-Amarelo, em captar a imagem ideal do ipê pode ser interpretado como uma metáfora de sua própria busca por lugar, identidade e pertencimento — uma tentativa de encontrar, através da lente, um enquadramento possível para representar sua vivência e o que há de belo ao seu redor, mesmo em um contexto marcado por dificuldades.

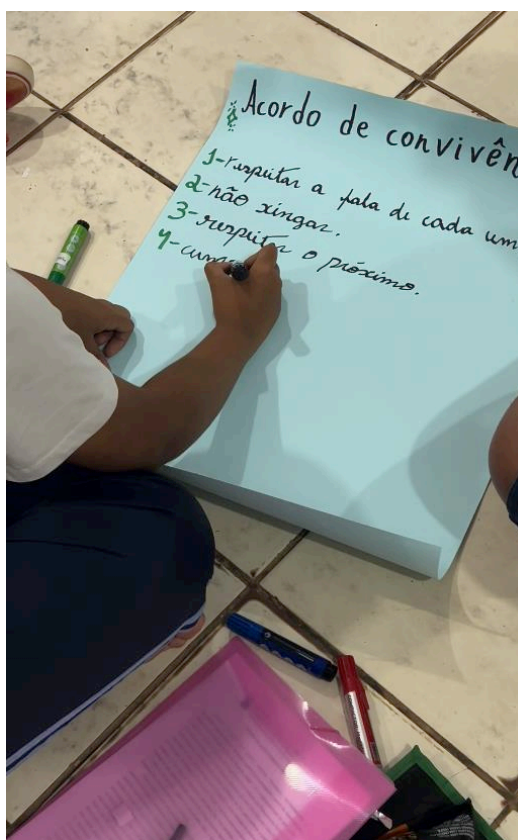
O Ipê escolhido por Ipê-Amarelo, 18 anos, carrega, assim como ela, um sentido de resistência silenciosa e exuberante. Ao tentar retratá-lo de forma satisfatória, parece não buscar apenas uma imagem bonita, mas uma representação digna daquilo que considera valioso e inspirador no território onde vive. Sua frustração inicial com as primeiras tentativas frustradas expressa a dificuldade de capturar, em uma única imagem, a complexidade dos sentimentos que o território evoca. Como nos ensina Maffesoli (2001), o imaginário opera como mediador simbólico entre o visível e o sensível — e a escolha do ipê como objeto fotográfico revela a vontade de criar um imaginário sobre a Morada do Sol: um lugar que floresce apesar das ausências e que, tal qual a juventude que o habita, resiste e se reinventa todos os dias.

A escolha do ipê pode também se ancorar em camadas simbólicas profundas: por um lado, remete à ancestralidade, pois o ipê é árvore venerada por populações tradicionais do Cerrado, cujas raízes firmes guardam memórias de gerações passadas; por outro, encarna a sazonalidade, florescendo de forma esplendorosa após o período de dormência, o que reflete a alternância ritmada entre escassez e abundância — analogia poderosa para a experiência juvenil que oscila entre vulnerabilidade e potência. Nesse florescer concentrado e breve, percebe-se o tempo cíclico: enquanto muitas plantas seguem um ritmo linear de crescimento, o ipê comemora o reencontro com a vida em ciclos repetidos, sugerindo que os projetos e sonhos dos jovens também podem

renascer mesmo após fases de adversidade. Essa metáfora do ipê — resistência, renovação e horizonte de esperança — oferece várias possíveis interpretações.

O momento seguinte foi marcado pela construção coletiva do Acordo de Convivência, ponto alto do processo formativo. Convidei os jovens a listar, em voz alta, os valores que consideravam essenciais; então, Mutum ergueu o pincel e, com traços firmes, foi registrando cada proposta no grande cartaz afixado à parede. Aos poucos, surgiram as regras que eles mesmos denominavam fundamentais: respeito mútuo, escuta ativa, responsabilidade, pontualidade e cuidado com os espaços.

IMAGEM 24 - ELABORAÇÃO DO ACORDO DE CONVIVÊNCIA: JOVENS DEFININDO REGRAS ÉTICAS DE ESCUTA E CORRESPONSABILIDADE.



FONTE: Autor (2024)

Logo no início, percebi o surgimento de divergências: uns defendiam a necessidade de “liberdade de expressão”, outros queriam reforçar a “responsabilidade coletiva” antes de qualquer

fala individual. Ainda assim, fiquei surpreso com a maturidade do grupo: mesmo em debates acalorados, não houve ataques pessoais nem elevação de tom. Cada argumento era acolhido, ponderado por alguns segundos e contraposto de forma construtiva — uma dinâmica oposta ao que costumo observar nas sessões da AMSER, onde discordâncias frequentemente descambam para o pessoal.

Essa disposição para escutar e contra-argumentar revelou-se um sinal concreto de protagonismo juvenil e validou, na prática, a pedagogia emancipadora de Paulo Freire. A frase de um dos participantes — “respeitar a fala de cada um é prestar atenção no que está falando e não interferir no meio” — sintetizou o amadurecimento do grupo e a internalização da escuta como princípio ético e político.

Como pesquisador e educador, fui tomado por um misto de surpresa e alegria. Ver os jovens assumirem o protagonismo na elaboração das próprias regras foi mais do que um exercício metodológico: foi a confirmação de que, quando convidados a co-criar em um espaço seguro e horizontal, são capazes de construir juntos, com generosidade e compromisso, as bases de um convívio pautado no diálogo e na corresponsabilidade.

A metodologia adotada, que privilegiou a escuta e a construção conjunta de significados, mostrou-se fundamental para o fortalecimento do grupo como coletivo político e pedagógico. Como lembra Freire (1996), o diálogo é o eixo central de toda prática educativa libertadora — é por meio dele que os sujeitos se reconhecem como inacabados e em constante processo de construção. Nesse contexto, o Acordo de Convivência funcionou como mais que um contrato simbólico entre os participantes; ele se constituiu como um exercício de democracia vivida, no qual os jovens puderam experimentar o que significa decidir em conjunto, escutar e ser escutado, respeitar e ser respeitado. Essa experiência não apenas ampliou a compreensão dos jovens sobre a importância do convívio ético, mas também reafirmou minha convicção de que a formação política deve começar por práticas cotidianas de escuta e coautoria.

A oficina seguiu com a exibição do protótipo do documentário produzido por mim com o apoio sensível de Lobo-Guará, 16 anos, que ajudou nas coletas das imagens e depoimentos. Antes da exibição, Lobo-Guará, 16 anos, compartilhou com entusiasmo sua experiência no processo de gravação e edição, sendo calorosamente reconhecido pelos colegas pelo esforço e envolvimento. O documentário assumiu um papel duplo: além de funcionar como um potente dispositivo

pedagógico de análise territorial, serviu também como espaço de apresentação da minha trajetória pessoal. Muitos jovens já me conheciam como educador ou morador, mas não conheciam as marcas da minha história — os desafios enfrentados, as vulnerabilidades vividas e superadas. Ao partilhar também depoimentos de outras pessoas sobre Alexânia, o documentário ativou memórias coletivas e provocou reflexões sobre a história da comunidade/município, estreitando laços e criando conexões afetivas entre mim e o grupo.

A exibição do documentário representou, para mim enquanto sujeito territorial, um momento de profunda ressignificação afetiva e política. A decisão de compartilhar publicamente aspectos da minha trajetória pessoal não foi simples, mas foi guiada pela convicção de que, como ensina Paulo Freire, é na partilha da existência concreta que o processo educativo ganha sentido emancipador. Muitos dos jovens presentes já me conheciam na condição de educador, mas poucos sabiam das dores e desafios que atravessaram minha juventude no mesmo território que hoje investigamos juntos. Ver a emoção nos rostos deles, perceber a atenção com que ouviam cada trecho da minha história e dos depoimentos sobre Alexânia, foi a confirmação de que criar vínculos verdadeiros exige coragem de se mostrar vulnerável. Baru, 15 ano, por exemplo, ao final do vídeo comentou: *“Eu não imaginava que você tinha passado por tudo isso. A gente vê você forte, e às vezes esquece que teve que ser forte por necessidade”*.

Entretanto, é preciso aprofundar os limites da implicação trazida pelo documentário: ao expor minha trajetória pessoal, corre-se o risco de transferência, em que os jovens projetam em mim suas próprias expectativas ou carências, e de idealização, pressupondo em minha figura uma autoridade incontestável. Essa dinâmica pode gerar uma relação assimétrica, em que o educador deixa de ser interlocutor crítico para assumir um papel de “modelo” a ser seguido, o que contraria o espírito dialógico e reflexivo que buscamos. Além disso, há o perigo de projeção afetiva, em que sentimentos e memórias dos participantes se misturam às minhas, dificultando a distinção entre suas experiências autênticas e a narrativa que apresentei. Reconhecer esses limites é fundamental para assegurar que o documentário permaneça um dispositivo de análise coletiva, e não de culto à personalidade ou de encobrimento de tensões latentes.

Do ponto de vista ético, a exposição de aspectos vulneráveis da minha vida suscitou reflexões sobre consentimento informado e reciprocidade: compartilhei dores e superações esperando criar empatia, mas também precisava garantir que meus interlocutores não se sentissem

coagidos a retribuir com revelações que não desejassem. Observando o ambiente, percebi olhares atentos, mas não identifiquei silêncios constrangidos nem reações de desconforto explícito; ainda assim, mantive um cuidado permanente em oferecer pausas e canais de apoio para quem se sentisse abalado. Esse cuidado ético reafirma que a autoexposição, quando praticada na pesquisa-formação, exige a mesma salvaguarda que reservamos aos participantes, evitando que a vulnerabilidade pessoal se transforme em espetáculo ou em instrumento de manipulação emocional.

Ao mesmo tempo, essa abertura se inscreve na tradição da pesquisa-intervenção e da autoetnografia crítica, na qual o pesquisador se entende como parte integrante do campo investigado. Ao converter minha experiência em material de análise, adoto uma postura reflexiva que, além de problematizar as estruturas sociais de Alexânia, convida os jovens a refletirem sobre as mediações que incapacitam ou potencializam suas vozes. Essa estratégia dialoga com o legado de Paulo Freire, para quem a conscientização só se efetiva quando educador e educando se reconhecem como sujeitos históricos em processo de transformação mútua.

Por fim, a prática de compartilhar narrativas pessoais rompe a dicotomia entre sujeito e objeto da pesquisa, reforçando a corresponsabilidade na produção de conhecimento. Aqui, o registro audiovisual deixa de ser mero material bruto e torna-se elemento catalisador de debates sobre pertencimento, poder e ação coletiva, promovendo um espaço em que todos, pesquisadores e participantes, contribuem para reinventar o território — não apenas como espaço geográfico, mas como construção simbólica e política.

Importa esclarecer que o documentário foi inteiramente produzido na fase inicial de imersão no território, antecedendo tanto as oficinas quanto as entrevistas compreensivas. Seu roteiro foi concebido por mim, na qualidade de pesquisador fenomenológico de viés biográfico, a partir do meu memorial e da íntima conexão com os desígnios desta pesquisa, premissa detalhada na primeira parte deste projeto. Estruturalmente híbrido, o filme não se detém a um único gênero, mas compõe-se de depoimentos, entrevistas e cenas cotidianas capturadas em Alexânia, refletindo tanto as narrativas dos sujeitos quanto os pequenos gestos do dia a dia. Como um dos produtos desta pesquisa, o documentário será disponibilizado online, em plataforma YouTube, servindo de base para análise territorial. Ademais, no Capítulo V será apresentado detalhadamente os produtos, onde serão descritos seu roteiro, metodologia e mais informações.

Esse movimento de coleta de imagens também me permitiu perceber o quanto o território é construído não apenas por mapas e infraestruturas, mas por histórias de vida, memórias e afetos. O documentário ativou nos jovens uma identificação imediata com as lutas, ausências e resistências que compõem o município de Alexânia como um todo. Como me disse Ipê-Amarelo, 18 anos, após a exibição: *“Eu nunca tinha parado pra pensar que nossa cidade tinha tanta coisa mal resolvida e ao mesmo tempo tanta gente boa querendo melhorar ela”*. Esse tipo de escuta, que parte do sensível para alcançar o crítico, reforça minha crença na pedagogia freiriana como uma ferramenta para a transformação do território a partir da formação de sujeitos conscientes e protagonistas. Ali, naquele momento, percebi que não apenas estava conduzindo uma pesquisa, mas participando de uma travessia coletiva rumo ao reconhecimento de nossos próprios potenciais (me incluo nesse processo).

Inspirados pela exibição, os jovens foram convidados a escrever, como tarefa para casa, um poema ou uma redação que expressasse os sentimentos e reflexões despertados pelo documentário. A proposta mobilizou múltiplas linguagens — visual, escrita e afetiva — e favoreceu a expressão subjetiva e crítica dos participantes. Esse momento representou não apenas um exercício de sensibilidade estética e política, mas também um aprofundamento do vínculo entre os jovens e o projeto como um todo. Ao articular memória, território e emoção, a atividade fortaleceu o reconhecimento dos jovens como sujeitos produtores de sentido, capazes de refletir sobre suas realidades e de reimaginar seus futuros com base em histórias de superação e resistência próximas às suas.

Ressalto que a frase “É no caminho entre a roça e a cidade que me descubro” foi intencionalmente escolhida para problematizar a condição híbrida da Morada do Sol. A noção de território, tal como concebida por Milton Santos (2008), ultrapassa a simples delimitação geográfica: é antes um produto social em que práticas, memórias e poder se entrelaçam. Haesbaert (2007) complementa ao propor que a territorialidade se constrói no “entre”, no espaço de trânsito e negociação entre diferentes lógicas de vivência. A Morada do Sol, hoje oficialmente incorporada ao perímetro urbano de Alexânia e tributada via IPTU, experimentam e ressignificam esse “entre” campo-cidade, em um território marcado pela ausência estatal e pela persistência de referências rurais.

Para Saquet (2015), a apropriação do território funda-se em sentidos compartilhados, expressos em práticas cotidianas e narrativas simbólicas. A frase escolhida por um dos participantes — “É no caminho entre a roça e a cidade que me descubro” — funciona como metáfora potente dessa identidade híbrida: nela, o jovem reconhece simultaneamente a força das memórias rurais e a exigência das dinâmicas urbanas. Essa condição pendular — entre as manhãs de roça e as tardes na escola municipal — revela um repertório identitário que se constrói pela tensão entre ciclos sazonais do campo e ritmos acelerados da cidade.

Oficialmente, via Lei Municipal 9.636/98, a Morada do Sol integra o Distrito de Alexânia e está sujeita ao recolhimento de IPTU. Contudo, os jovens relatam a precariedade dos serviços públicos: a coleta de lixo é irregular, a iluminação pública, insuficiente, e o abastecimento de água, intermitente. Essa discrepância entre obrigações fiscais e garantia de direitos urbanos configura um abandono estatal que reforça o estatuto periférico do bairro, insuflando nos residentes um sentimento de invisibilidade institucional.

As trajetórias pendulares — deslocamentos diários entre domicílio, escola e trabalho informal — tornam-se dispositivos de memória viva. Os jovens reaproveitam saberes herdados das práticas rurais (água de cisterna, cultivo de hortas domésticas) para reinventar o espaço urbano, tecendo redes de cuidado e solidariedade que desafiam a ausência do Estado. Essa resignificação, na linha de Milton Santos, demonstra como “o local” é o ponto de encontro entre fluxos globais e vivências situadas, gerando usos criativos do território.

Durante oficina, lancei ao grupo a provocação de como se sentiam “entre roça e cidade”. Primeiro, perguntei se já haviam ouvido comentários que os colocassem no campo simplesmente por morar na Morada do Sol. Canela-de-Ema, 15 anos, sem rodeios respondeu: “*Você mora na Morada do Sol, então você tá na roça*”. Em seguida, apresentei a tensão legal e material:

“Aqui é um distrito, mas na verdade, existe algumas discussões bem calorosas. A prefeitura considera um distrito, ela cobra o IPTU, que é um imposto que a gente paga quando mora na cidade, porém a gente não tem serviços públicos na cidade... não tem saneamento, iluminação pública, estrada, nem coleta de lixo”.

Diante disso, convidei-os a reivindicar seu “direito à permanência” nesse território híbrido, e Capim-Dourado, 17 anos, respondeu de forma contundente: “*Pelas residências, já tem mais do que suficiente para formar um distrito, já dá para ter coisas como praça, quadra, serviços públicos. Falta serviços públicos aqui.*”.

Esse diálogo não apenas denunciou a dicotomia campo-cidade, mas revelou o potencial emancipador de uma posição liminar: ao articularem coletivamente suas demandas por políticas públicas que reconheçam sua singularidade — pautadas em valores de justiça territorial —, os jovens abriram um campo fértil para intervenções participativas, alinhadas aos princípios da AMSER.

A Morada do Sol exemplifica como um território pode ser simultaneamente imposto pelo Estado e rejeitado por ele, gerando identidades híbridas forjadas na tensão campo-cidade. Com base em Haesbaert, Saquet e Milton Santos, compreendemos que a territorialidade juvenil se manifesta na apropriação dos percursos cotidianos, na ressignificação de práticas rurais e no exercício de demandas político-espaciais. Reconhecer essas dinâmicas é condição para formular políticas que garantam serviços essenciais, valorizem saberes locais e empoderem os jovens como coautores de seu próprio ambiente de vida.

A arte insurgente opera na fissura entre o mundo dado e as possibilidades de outro mundo, abrindo brechas para práticas de resistência e reconfiguração dos modos de existir. Nesse sentido, a fotografia, a poesia e o documentário podem ser compreendidos não apenas como formas de representação, mas como micropolíticas que tensionam e subvertem as gramáticas hegemônicas do olhar, da linguagem e do relato histórico.

Em “arte menor”, Deleuze e Guattari (1975) descrevem como práticas produzidas por coletivos minoritários (linguagens, gestos, imagens) escapam à normatividade “majoritária”, criando linhas de fuga que expõem contradições sociais. A fotografia feita por jovens imagens espontâneas de ruas mal iluminadas, retratos de intimidade doméstica é, nesse sentido, arte menor: ela recusa o enquadramento oficial e propõe um ponto de vista marginal, que reapropria a técnica e torna visível o invisível.

Adriana Rolnik, ao trabalhar a noção de micropolítica, destaca como desejos e modos de subjetivação insurgem no espaço cotidiano, atravessando corpos e territórios aparentemente indiferentes à grande política. Poemas de rua, grafites poéticos ou pequenos vídeos gravados em celulares operam como atos micropolíticos: inscrevem nas superfícies urbanas — muros, feed de redes sociais, paredes de quintal — um dizer que resiste ao silêncio institucional e cria comunhão entre os afetos individuais e o sentir coletivo.

Foucault, ao falar de “estéticas da existência”, e Guattari, ao desenvolver o conceito de “micropolítica dos afetos”, sugerem que os sujeitos podem inventar modos de vida – estilos, práticas, rituais – que se emancipam das normas dominantes. Um documentário produzido na própria comunidade, que mescla depoimentos orais, cenas de cotidiano e trilha sonora colaborativa, transforma-se em dispositivo de autoemancipação: ele não só denuncia carências, mas instaura novos modos de perceber, sentir e agir no território.

Por fim, ao articular fotografia, poesia e documentário sob esses referenciais, revela-se um campo de insurgência estética que transcende o “tema social” e se faz potência de invenção. Cada imagem capturada, cada verso escrito e cada sequência filmada encarnam uma prática de liberdade: constituem microrruas de fuga que, juntas, tecem contrapontos ao ritmo hegemônico da cidade, afirmando o direito de reinscrever o mundo com vozes, olhares e ritmos que viabilizam outros futuros.

De forma geral, a segunda oficina consolidou a ideia de pertencimento entre os jovens e reforçou a metodologia participativa como instrumento de emancipação. Ao valorizar a escuta, o encontro contribuiu para o fortalecimento do grupo como coletivo político-pedagógico. Como defende Marilena Chaui (1981), a prática democrática não se dá apenas no voto, mas se constrói no cotidiano, na convivência e na partilha dos sentidos. Essa oficina, assim, configurou-se como espaço democrático de produção de subjetividades e de reencantamento do território, reafirmando a Morada do Sol como lugar de memória, potência e futuro.

4.1.1.3. Terceira oficina – desafios sociais (Do Cotidiano à Análise: Desafios Sociais Desvelados)

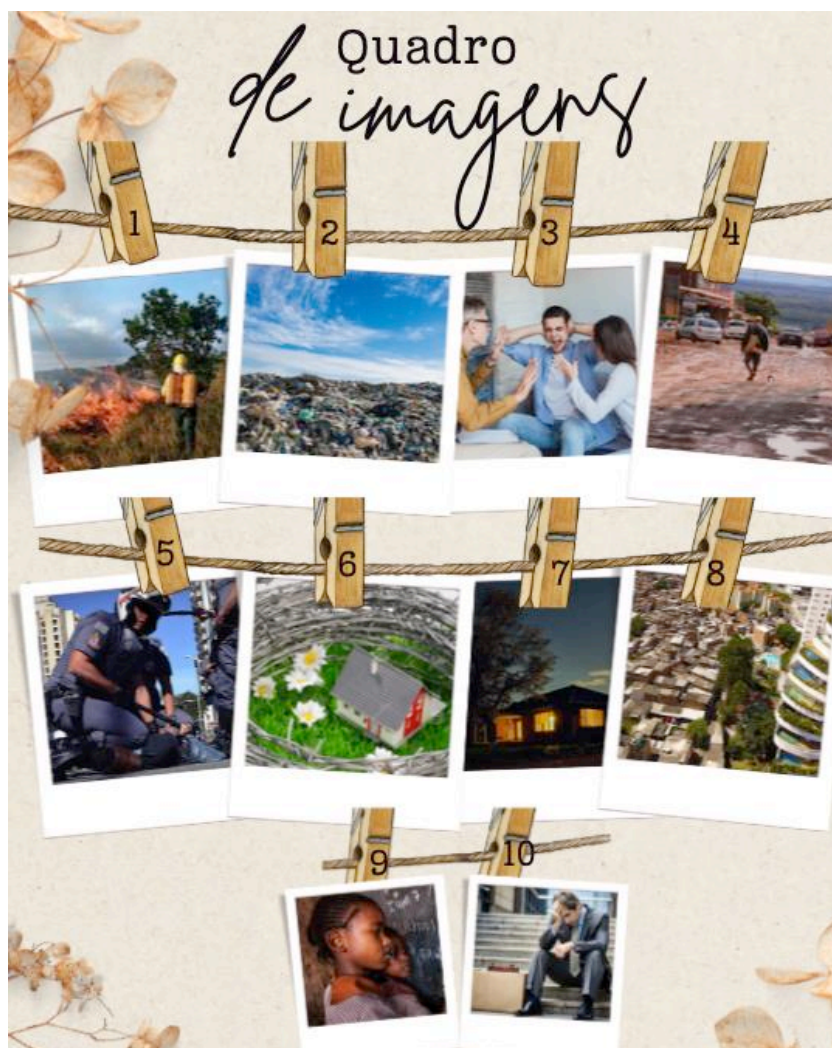
A terceira oficina, teve como eixo central a reflexão sobre os “Desafios Sociais” enfrentados pelos jovens no cotidiano da Morada do Sol e em suas vivências territoriais mais amplas. O encontro teve início com a acolhida de novos participantes e com uma breve recapitulação das atividades anteriores, realizada pela jovem Ipê-Amarelo, 18 anos, o que reforçou a importância da memória coletiva e do protagonismo juvenil no processo pedagógico. Após a reorganização das datas dos encontros seguintes, deu-se início à atividade principal, que consistiu na análise crítica de imagens relacionadas a contextos de vulnerabilidade social, previamente

selecionadas pela equipe de facilitação. As fotografias foram dispostas no chão, e os participantes foram convidados a circular entre elas em silêncio, observando com atenção e escolhendo uma imagem que os tocasse de forma pessoal. Em seguida, compartilharam em roda o motivo de suas escolhas, relacionando-as a experiências concretas de suas vidas e aos desafios estruturais do território.

Durante a atividade de leitura e interpretação das imagens, foi possível observar como os jovens mobilizam elementos simbólicos e afetivos para dar sentido ao território em que vivem. Ao serem convidados a escolher uma imagem que representasse sua visão de futuro, os participantes revelaram não apenas seus desejos individuais, mas também uma crítica contundente às condições materiais e sociais em que estão inseridos.

As fotografias utilizadas na oficina foram selecionadas por mim, enquanto pesquisador, a partir de um procedimento intencional que articulou três dimensões: (1) *temática*, ao contemplar os principais problemas sociais identificados nas entrevistas compreensivas realizadas previamente — tais como desigualdade socioeconômica, racismo, precariedade de infraestrutura, mobilidade limitada, violência e ausência de políticas públicas — bem como aqueles constantemente mencionados pelos moradores, pela Associação e por minhas próprias percepções acumuladas no trabalho de campo; (2) *simbólica*, privilegiando imagens capazes de produzir ressonância afetiva e favorecer a leitura crítica; e (3) *estética e contextual*, garantindo diversidade de cenários (rural e urbano, Brasil e outros países, espaços domésticos e coletivos) para ampliar o horizonte interpretativo dos jovens e permitir aproximações entre o local e o global. Essa curadoria buscou, portanto, constituir um dispositivo pedagógico coerente com a perspectiva freiriana: partir da realidade concreta para problematizá-la, estimulando a passagem da percepção imediata à consciência crítica. Na imagem 19, vemos as 10 imagens selecionadas pelos participantes.

IMAGEM 25 - QUADRO COM AS FOTOGRAFIAS USADAS NA OFICINA “DESAFIOS SOCIAIS”: IMAGENS COMO DISPOSITIVOS DE PROBLEMATIZAÇÃO.



FONTE: Elaborado pelo autor (2024)

A escolha de uma fotografia de estrada de barro (foto 4), foi interpretada como o desejo de mobilidade, liberdade e acesso. Canela-de-Ema, 15 anos, afirmou: *"Essa imagem me lembra o tanto que a gente quer sair daqui, mas também o tanto que a gente quer que aqui melhore pra não ter que sair"* — revelando o dilema entre o pertencimento e a exclusão.

À luz de Henri Lefebvre, a estrada de barro simboliza a produção social do espaço em sua dimensão desigual: ela expressa a contradição entre o espaço vivido pelos jovens e o espaço concebido pelo poder público, que historicamente negligência investimentos básicos em infraestrutura, transporte e serviços. A ausência de políticas públicas efetivas — iluminação,

saneamento, acesso regular à água, equipamentos educativos e culturais — transforma a mobilidade em privilégio seletivo e reforça a condição de “quase-cidadania” da Morada do Sol. Nesse cenário, o enunciado de Canela-de-Ema revela a experiência de um “entre-lugar”: deseja-se partir para acessar oportunidades que o território não oferece, mas também permanecer para não romper os laços afetivos e identitários. Essa ambivalência dialoga com minha própria trajetória, pois também precisei sair em busca de estudo e trabalho, carregando a sensação de que a saída não foi escolha plenamente livre, e sim resposta a um vazio programático do Estado. Ao trazer essa memória para a análise, reconheço que a leitura crítica da imagem não é neutra: ela reafirma a urgência de disputar o direito à cidade (Lefebvre) para que futuras gerações não precisem abandonar o território para existir plenamente.

Baru, 15 anos, escolheu uma imagem de uma casa de campo iluminada por dentro e rodeada pelo campo escuro. A foto 7, aparentemente simples, foi carregada de significados: *“É como a Morada do Sol: a gente tem luz dentro da gente, mas lá fora tá tudo escuro, sem apoio”*. A leitura de Baru pode ser compreendida à luz de bell hooks, especialmente quando a autora discute a marginalidade como espaço simultaneamente de privação e de potência criativa. A “luz dentro” remete ao que hooks identifica como capacidade de produzir saberes, afetos e formas de resistência no interior das comunidades oprimidas, enquanto o “escuro lá fora” evidencia a estrutura de abandono que circunscreve essa energia — ausência de apoio estatal, racismo territorializado, desinvestimento público. A casa iluminada, isolada no campo sombrio, materializa a condição de sujeitos que, embora portadores de agência e capital cultural subalterno, permanecem contidos por fronteiras simbólicas e materiais impostas pelo centro hegemônico. Assim, a imagem opera como metáfora da dialética margem/centro em Hooks: a juventude da Morada do Sol habita a margem e dela extrai força epistemológica (“luz”), mas essa luminosidade não se converte em direitos porque o entorno institucional persiste opaco.

Uma das imagens que gerou maior debate entre os participantes foi a de uma casa com muro alto e arame farpado, protegendo-a como propriedade privada. Para alguns, remetia à sensação de estarem cercados e limitados. Pequi, 16 anos, expressou: *“Parece nossa escola, cheia de muro e sem espaço pra gente sonhar”*. Mutum, 18 anos, complementou: *“Na escola tem o parquinho, mas não deixam as crianças usarem, fica tudo fechado”*. Lobo-Guará enfatizou: *“A gente não deveria precisar pular o muro escondido para pegar as traves e jogar bola”*.

Os excertos evidenciam como a leitura juvenil da imagem desloca o foco da propriedade privada — minha expectativa inicial, que antecipava narrativas sobre conflitos de vizinhança (animais que atravessam cercas, coleta de frutas em terrenos alheios, disputas por limites) — para a crítica aos dispositivos de fechamento dos espaços públicos. Ao associar o muro e o arame farpado à escola, os jovens traduzem a materialidade da barreira em experiência cotidiana de exclusão: equipamentos educacionais e de lazer existem (“o parquinho”, “as traves”), mas permanecem inacessíveis por regulações burocráticas ou negligência institucional. A metáfora do “pular o muro” como requisito para usufruir do que é, em princípio, comum, revela a produção de um espaço escolar que nega o direito à cidade (Lefebvre) e transforma bens públicos em enclaves controlados. Desse modo, a imagem não mobiliza apenas representações de privação material, mas desvela um regime de governança excludente que converte a juventude em usuária potencial sempre vigiada e parcialmente destituída de legitimidade. A mudança de eixo interpretativo — da propriedade privada ao bloqueio do público — amplia a compreensão das formas de cercamento que operam no território e evidencia a capacidade analítica dos jovens de reterritorializar o debate, tornando visível a violência simbólica inscrita no cotidiano escolar. Enquanto pesquisador, esse desvio interpretativo reforça a potência da metodologia imagética: ao invés de confirmar hipóteses prévias, ela abre espaço para emergirem leituras críticas situadas, fundamentais para tensionar políticas e práticas institucionais que naturalizam a exclusão.

Por fim, uma das imagens escolhidas por Mutum, 18 anos, foi a imagem 08, (Foto estampada em diversos livros escolares nos anos 2000, a fotografia que mostra o edifício de luxo Penthouse ao lado da comunidade de Paraisópolis se tornou um marco representativo da desigualdade social na cidade de São Paulo). A escolha dessa fotografia por Mutum, sintetizou, de forma contundente, a percepção das desigualdades estruturais que atravessam o cotidiano da juventude. Ao comentar sua escolha, Mutum, 18 anos, afirmou: *“Aqui não é diferente. Tem as mansões lá no condomínio com piscinas e muito de nós não temos nem água em casa”*. Sua fala evidencia o contraste brutal entre opulência e carência, entre o acesso pleno aos direitos e a luta diária pela sobrevivência — realidade vivida por muitos na Morada do Sol.

Mutum, ainda acrescentou que escolheu essa imagem porque ela *“mostra bem a realidade da Morada do Sol”*, explicando que muitos moradores da comunidade são caseiros, trabalham em casas de luxo *“limpando piscina”*, mas não têm sequer uma moradia digna ou acesso regular à

água potável. Esse depoimento revela a dimensão simbólica e material das desigualdades, e como elas se inscrevem no território e na subjetividade dos jovens.

A oficina, nesse contexto, reafirmou a importância de espaços de escuta e elaboração coletiva, nos quais os jovens possam nomear suas dores e construir uma leitura crítica da realidade. A imagem, enquanto linguagem visual e política, permitiu que esses jovens transcendam a condição de silenciados para se posicionarem como sujeitos analíticos e transformadores. Como ensina Paulo Freire, é na leitura crítica do mundo que se germina a possibilidade de reinvenção da vida e do território.

O exercício de leitura das imagens se revelou, portanto, um instrumento potente de escuta sensível e política, uma vez que os jovens foram capazes de identificar contradições, silêncios e invisibilidades do poder público por meio da linguagem visual.

Foi um desafio registrar integralmente as falas e nuances do encontro: enquanto alguns participantes estavam mais próximos do gravador Sony, outros se posicionavam em distâncias variadas, o que gerou diferenças significativas de volume e nitidez, dificultando a posterior transcrição. Simultaneamente, eu precisava anotar impressões analíticas e coordenar a dinâmica do grupo. A experiência foi exaustiva, pois a metodologia de entrevista compreensiva aplicada a um único interlocutor já demanda atenção concentrada; mediá-la com cerca de dez jovens, que falavam concomitantemente, se interrompiam e buscavam complementar as falas uns dos outros, intensificou a complexidade do processo. Essa sobrecarga cognitiva evidenciou os limites materiais e humanos da pesquisa de campo e a necessidade de aprimorar estratégias de registro multimodal para preservar a riqueza das vozes juvenis sem comprometer a qualidade analítica.

Nesse horizonte, a oficina também pode ser interpretada como prática pedagógica de descolonização, articulando dimensões éticas e políticas presentes na pedagogia crítica latino-americana. Enrique Dussel (1996) lembra que a educação libertadora exige reconhecer a alteridade negada pelo sistema — o “Outro oprimido” — como fundamento ético para a reconstrução comunitária. Ao narrar suas experiências por meio das imagens, os jovens instauram um “lugar de enunciação” subalterno que interpela a totalidade excludente e produz um *contradiscurso* sobre o território. Essa produção simbólica dialoga com Frantz Fanon (2008), para quem a interiorização da opressão gera marcas psíquicas e corporais que tendem a naturalizar a inferiorização; ao exteriorizarem dores (“*a gente quer sair daqui*”, “*não deixam usar o*

parquinho”, “*limpamos piscinas sem ter água*”), os participantes desestabilizam o silêncio que sustenta essa interiorização e convertem sofrimento em análise política.

A leitura das imagens também opera como travessia de fronteiras simbólicas, no sentido proposto por Gloria Anzaldúa (2000): os jovens habitam um “entre-lugar” que não é pura periferia nem centro, mas *borderland* epistemológica onde se criam linguagens híbridas capazes de articular experiências locais a estruturas globais de desigualdade. Nessa zona liminar, emerge aquilo que bell hooks (1994) denomina epistemologia do cuidado: a escuta mútua, o acolhimento das vulnerabilidades e a produção coletiva de sentido constituem não mera afetividade, mas estratégia política de sobrevivência e re-existência. Assim, a oficina vai além da função instrumental de atividade e se afirma como microespaço de refundação ética, no qual a crítica ao Estado ausente se alia à construção de subjetividades insurgentes — condição necessária para a disputa ampliada do direito ao território e à vida digna.

A escolha dessa atividade está alinhada à “teoria da mudança” que será tratada na próxima oficina com o objetivo de construir, a partir de um fio condutor metodológico, a passagem da experiência vivida à elaboração crítica e propositiva. As escutas, falas e denúncias emergidas diante das imagens funcionaram simultaneamente como diagnóstico participativo — ao mapear problemas estruturais (desigualdades, cercamentos, ausência de políticas públicas) — e como momento de problematização inicial, instaurando perguntas e tensionamentos que fundamentam as etapas seguintes do processo formativo. Assim, a oficina operou como introdução estratégica: organizou afetos e memórias em linguagem política, produziu consenso mínimo sobre os desafios comuns e lançou as bases analíticas necessárias para a construção coletiva de caminhos de transformação.

A metodologia adotada nesta oficina dialoga diretamente com os pressupostos da pedagogia freiriana, ao partir da realidade vivida dos sujeitos para, a partir dela, construir a problematização crítica. Paulo Freire (1996) nos ensina que o ato de educar deve ser inseparável do ato de conhecer e intervir no mundo — e foi exatamente sobre o “ato conhecer” que se consolidou neste encontro. As imagens funcionaram como dispositivos de leitura da realidade, permitindo que os jovens articulassem suas experiências pessoais às questões sociais mais amplas. No momento da avaliação da oficina, Ipê-Amarelo, 18 anos, por exemplo, afirmou que o melhor momento foi “*que cada um deu a sua opinião sobre vários fatos relevantes que estão acontecendo no mundo hoje*”. Já Capim-

Dourado, 17 anos, destacou que *aprendeu “com cada foto, né? Tipo assim, cada uma acontecia em uma cidade ou em um país”*, revelando a ampliação de sua consciência crítica e o entendimento das interconexões entre os desafios locais e globais. Baru, 15 anos, complementou, destacando que o mais marcante foi *“ter conhecido mais sobre a nossa comunidade”*, reconhecendo o exercício como forma de aproximação e pertencimento ao seu próprio território.

A oficina se configurou, portanto, como espaço de escuta sensível e de produção de sentido, no qual os jovens puderam compartilhar dores, percepções e análises sobre problemas como a falta de acesso à educação de qualidade, racismo, pobreza, abandono do poder público e violências diversas. Ao observar e comentar as imagens, os participantes ativaram sua capacidade interpretativa e desenvolveram sua leitura de mundo — conceito central em Freire (1987), que defende que toda leitura da palavra deve vir precedida da leitura do mundo. A partir desse exercício, os jovens se perceberam não apenas como afetados pelas injustiças sociais, mas como sujeitos capazes de compreendê-las e, potencialmente, transformá-las.

O encontro reafirmou o compromisso metodológico da pesquisa como metodologia participativa, e fortaleceu o grupo como coletivo crítico em formação. As trocas, os silêncios e as falas emocionadas evidenciaram que, quando olham criticamente para as imagens — e, portanto, para si e para o território — os jovens não apenas denunciam o que está errado, mas anunciam, como diria Freire, “um mundo possível” que desejam construir. Assim, a terceira oficina não apenas fomentou uma leitura mais densa das desigualdades territoriais, mas também promoveu o exercício do diálogo como prática política e formativa.

Ao final da terceira oficina, um momento que, a princípio, seria dedicado à confraternização e partilha — a divisão do lanche coletivo — revelou-se profundamente simbólico e gerador de reflexão crítica. Observou-se que, assim que os alimentos foram dispostos, parte dos participantes correu para se servir de maneira apressada, sem aguardar os demais ou considerar a limitação dos recursos disponíveis. Alguns jovens sequer conseguiram acessar o lanche. Essa cena, embora aparentemente cotidiana, produziu em mim, enquanto pesquisador e educador, uma sensação de desconforto, quase como se estivesse diante de uma metáfora vivida: uma espécie de “selva de leões”, onde cada um lutava por si, sem espaço para o coletivo.

Do ponto de vista analítico, esse episódio evidenciou traços de uma cultura individualista e competitiva que atravessa as relações sociais contemporâneas, especialmente em contextos

marcados pela escassez, onde a disputa por recursos (materiais e simbólicos) é intensificada. Ao refletir sobre o ocorrido, percebi o quanto práticas como a empatia, a solidariedade e o cuidado mútuo precisam ser não apenas incentivadas, mas cultivadas como dimensões formativas centrais em espaços educativos. Como aponta Paulo Freire (1996), a educação libertadora exige o reconhecimento do outro como sujeito e a construção de vínculos horizontais, nos quais o diálogo e a escuta sejam pilares. A experiência reforçou minha convicção de que, além das discussões sobre território e identidade, é urgente promover vivências que estimulem a ética do cuidado e a consciência do bem comum — elementos indispensáveis à construção de uma juventude crítica, mas também comprometida com práticas transformadoras.

4.1.1.4. Quarta oficina – Teoria da mudança

Ao longo do processo formativo, busquei construir uma trajetória que avançasse da identificação das subjetividades territoriais para a compreensão crítica das estruturas que sustentam os problemas sociais enfrentados. Nesse percurso, a quarta oficina marcou uma virada metodológica e epistêmica: foi o momento em que introduzimos a Teoria da Mudança, não apenas como técnica de planejamento estratégico, mas sobretudo como um dispositivo de leitura crítica da realidade social.

A Teoria da Mudança é um instrumento amplamente utilizado no campo das políticas públicas e da avaliação de projetos sociais. Segundo Taplin et al. (2013), trata-se de uma abordagem que explicita os pressupostos e caminhos necessários para que determinada transformação ocorra.

A Teoria da Mudança (*Theory of Change – ToC*), conforme sistematizada por Taplin et al. (2013), é uma metodologia utilizada para descrever, ilustrar e explicar como e por que se espera que uma determinada intervenção social promova mudanças desejadas em determinado contexto. Mais do que uma simples ferramenta de planejamento, a Teoria da Mudança propõe uma abordagem crítica e lógica para a construção de transformações sociais sustentadas, partindo da identificação clara dos impactos desejados, passando pelas condições prévias necessárias, até os recursos e estratégias a serem mobilizados.

Um dos principais aspectos conceituais destacados por Taplin é a importância de se tornar explícito o raciocínio causal por trás das ações planejadas — ou seja, quais premissas se fazem presentes ao afirmar que determinada ação levará a um certo resultado. Esse encadeamento de causas e efeitos é chamado de caminho da mudança (*pathway of change*). O processo de construção da Teoria da Mudança, portanto, envolve não apenas a definição dos objetivos finais, mas também a identificação de marcos intermediários e a formulação de indicadores de sucesso para cada etapa da transformação.

Taplin et al. também enfatizam a participação dos stakeholders (partes interessadas) como elemento central do processo. A teoria da mudança deve ser construída com quem vive os problemas, e não apenas sobre eles. Essa ênfase no envolvimento direto dos sujeitos transforma a ToC em uma ferramenta de aprendizagem social, que estimula a reflexão crítica e a responsabilização coletiva pelos resultados.

Outro conceito-chave é o de "pré-condições" — eventos ou mudanças que precisam acontecer antes que os resultados esperados possam ser alcançados. Diferente de outros modelos lineares de planejamento, a Teoria da Mudança permite visualizar caminhos não hierárquicos e não necessariamente cronológicos, adaptando-se às complexidades dos contextos sociais.

No entanto, a proposta foi deslocar seu uso tradicional — normalmente centrado em planejadores institucionais — para uma aplicação pedagógica e territorializada, em que os próprios jovens fossem protagonistas da construção analítica.

Inspirados nos princípios da educação popular freiriana, compreendemos que ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão (Freire, 1987, p. 47). Assim, não cabia à mediação técnica oferecer respostas, mas sim criar as condições para que os sujeitos juvenis elaborassem suas próprias hipóteses sobre as causas e consequências das desigualdades vividas.

A metáfora da "árvore da mudança" foi central nesse processo. Representamos o território como um ipê amarelo — árvore símbolo do Cerrado e da resistência — no qual os jovens identificaram:

- as raízes: causas estruturais (racismo, desigualdade, abandono estatal, exclusão escolar, ausência de políticas de juventude);

- o tronco: problemas centrais (falta de oportunidade, violência, evasão escolar);
- os frutos: consequências visíveis (trabalho precoce, sofrimento psíquico, criminalização da juventude).

A metodologia da “árvore da mudança” foi mediada em etapas, combinando visualização coletiva e análise crítica. Inicialmente, retomamos as mesmas imagens/temas trabalhados na oficina anterior e propusemos a metáfora da árvore Ipê como representação do território; em roda, os jovens, inspirados por aquelas fotografias, elencaram livremente os desafios que percebiam. À medida que surgiam as falas, um participante voluntário ia ao quadro — diante do cartaz que representava a árvore — e outro assumia o papel de escriba, registrando cada elemento em Post-its de cores distintas (raízes, tronco e frutos). Após essa coleta inicial, realizamos um processo de agrupamento e seleção: os participantes discutiam, negociavam e priorizavam quais problemas permaneceriam em cada parte da árvore, justificando suas escolhas e relacionando causas estruturais a efeitos visíveis. Essa dinâmica colaborativa permitiu deslocar percepções individuais para uma leitura sistêmica do território, fortalecendo a consciência crítica à medida que os nexos entre racismo, abandono estatal, evasão escolar e criminalização juvenil eram explicitados no diagrama vivo construído pelo grupo.

A oficina iniciou com uma retomada dos temas anteriores e uma escuta ativa sobre a interrupção do encontro anterior por falta de energia — um dado que, por si só, já denunciava as precariedades vividas no cotidiano da comunidade. Utilizamos novamente as fotografias mobilizadoras da Oficina 3, agora com a proposta de que servissem de disparadoras visuais para ancorar os problemas a serem discutidos.

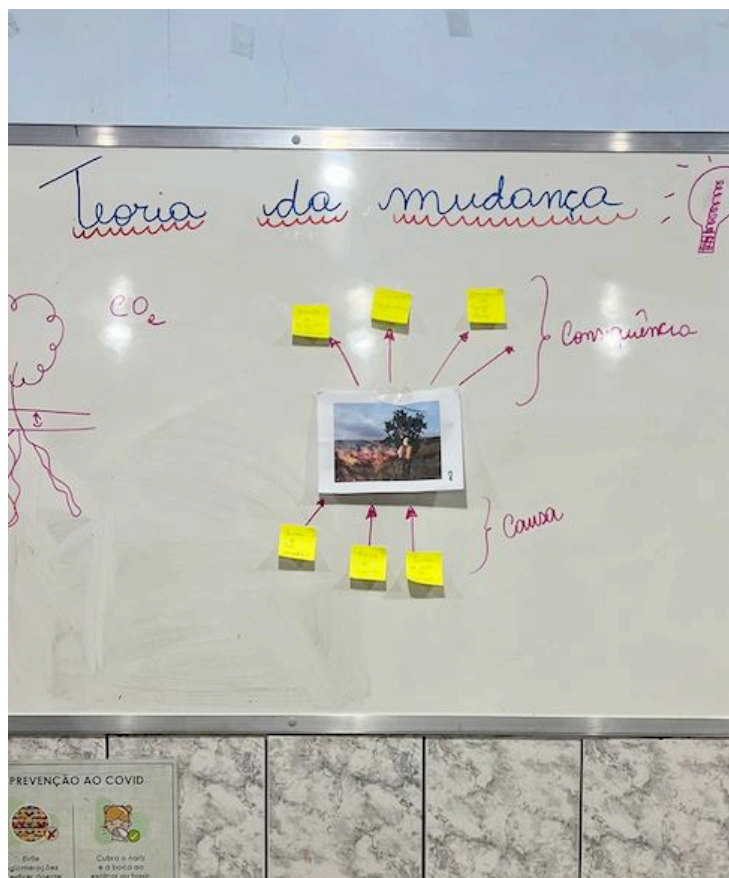
O diferencial desta oficina foi a horizontalidade na condução: jovens se voluntariaram para organizar a árvore no painel, colar imagens, dividir falas e chamar colegas à participação. Essa partilha de papéis favoreceu o sentimento de pertencimento e consolidou a prática coletiva como um valor político.

Após as discussões, os participantes decidiram iniciar a análise pela fotografia de uma queimada no Cerrado. Acredito que essa escolha foi influenciada pelo incêndio recente que atingiu diversas chácaras da comunidade, tornando o tema particularmente sensível e presente na memória coletiva. É importante ressaltar que os meses de agosto e setembro correspondem a período da

estação seca no Cerrado, período marcado por umidade relativa do ar muito baixa e ausência de chuvas, condições que favorecem a propagação do fogo. Embora o fogo faça parte de dinâmicas ecológicas históricas do bioma, sua intensidade e frequência atuais têm sido agravadas por ações humanas — como desmatamento, manejo inadequado de pastagens e queimadas irregulares — e pelos efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas, que prolongam a seca e elevam as temperaturas. Assim, a imagem funcionou como ponto de partida para articular experiências locais de perda e vulnerabilidade a processos ambientais mais amplos, reforçando a necessidade de políticas preventivas e de educação socioambiental.

O primeiro problema escolhido na oficina foi o das queimadas no Cerrado. Conforme a imagem a seguir, traz a análise ocorreu de forma simples e direta, com pouca elaboração conceitual, mas suficiente para estruturar um diagnóstico inicial. Os participantes identificaram como causas principais: bitucas de cigarro acesas descartadas no chão, queima de lixo doméstico e queimada de mato em substituição ao capinamento manual. Em seguida, relacionaram essas práticas a consequências ambientais e sanitárias: emissão de dióxido de carbono (associando o fogo ao aquecimento global), diminuição da flora e da fauna locais e aumento de doenças respiratórias provocadas pela fumaça. Essa sistematização, ainda incipiente, serviu como ponto de partida para aprofundamentos futuros sobre prevenção e gestão comunitária do fogo.

IMAGEM 26 - PAINEL DA DINÂMICA “ÁRVORE DE PROBLEMAS”: ESTRUTURA INICIAL QUE CONECTA CAUSAS, PROBLEMAS E EFEITOS.



FONTE: Arquivo pessoal, 2024.

A problematização das queimadas, permite deslocar a discussão de um repertório técnico-linear (causas imediatas e efeitos) para uma análise socioambiental mais ampla do Cerrado enquanto território politicamente produzido. As “bitucas de cigarro”, a queima de lixo doméstico e o uso do fogo para “limpar” o mato não são apenas comportamentos individuais desviantes, mas expressões de um conjunto de ausências estruturais: precariedade de serviços públicos (coleta de resíduos, educação ambiental, fiscalização), fragilidade das políticas de juventude e reprodução de práticas culturalmente naturalizadas de manejo simplificado da vegetação. Nesse contexto, o fogo converte-se alternativa de baixo custo diante da falta de alternativas, ao mesmo tempo em que potencializa processos de degradação ecológica e injustiça ambiental, pois seus impactos (perda de biodiversidade, emissão de dióxido de carbono, doenças respiratórias) recaem de modo mais intenso sobre grupos periféricos com menor capacidade adaptativa. Assim, a oficina, embora

conceitualmente incipiente, revela os contornos de uma ecologia política local: evidencia a interseção entre hábitos cotidianos, omissão estatal e dinâmica climática regional, abrindo campo para intervenções formativas voltadas à prevenção, à gestão comunitária do fogo e ao fortalecimento de políticas públicas integradas.

Logo após foram discutidas alternativas práticas de enfrentamento das queimadas, articulando responsabilidades públicas e ações comunitárias. No eixo do poder público, destacou-se a necessidade de ampliar a coleta de lixo e solicitar oficialmente à Prefeitura a instalação de lixeiras em pontos estratégicos, bem como a realização de serviço regular de roçagem — idealmente mensal — para reduzir o material combustível. Enquanto mediador, provoqueei o grupo a pensar em iniciativas autogeridas pela Associação, e os jovens propuseram: organizar mutirões de capina nas áreas comuns da comunidade; inserir o tema das queimadas como pauta fixa das reuniões ordinárias; estabelecer um regulamento interno que preveja advertências e, em último caso, multas aos moradores que insistirem em atear fogo; e articular, junto a deputados, a disponibilização de um caminhão-pipa para apoio emergencial no período seco. Essas sugestões constituem um repertório inicial de governança local, combinando prevenção, fiscalização social e incidência política para mitigação do risco de incêndios no território.

À luz da teoria da mudança, essas ações distribuem-se em dois planos complementares: (1) combate às causas estruturais do problema e (2) mitigação das consequências imediatas. Ações como roçagem periódica, mutirões de capina, lixeiras e coleta ampliada incidem diretamente sobre as causas, pois reduzem o acúmulo de material inflamável e a necessidade socialmente construída de recorrer ao fogo como tecnologia de manejo barato. Já medidas como a solicitação de caminhão-pipa e a aplicação de multas operam sobretudo na contenção e resposta aos efeitos, oferecendo capacidade de controle emergencial e mecanismos dissuasórios para episódios recorrentes. Ao explicitar essa distinção, os participantes compreenderam que a mudança duradoura exige encadear intervenções de curto prazo (resposta e mitigação) com estratégias de transformação gradual das condições que tornam o fogo recorrente. Nesse sentido, o conjunto proposto funciona como um roteiro progressivo: inicia-se pela organização comunitária e incidência institucional para reduzir ignições e, simultaneamente, desenvolve-se capacidade adaptativa para minimizar danos enquanto políticas públicas estruturantes não se consolidam. Essa lógica reforça o papel da Associação como

agente mediador entre o território e o Estado, convertendo diagnóstico em ação coletiva orientada a resultados sustentáveis.

O segundo problema central identificado na oficina foi o acesso limitado ao mundo do trabalho. A análise emergiu de modo direto: os participantes elencaram causas imediatas como falta de oportunidades locais, precariedade do transporte público que impede deslocamentos a centros de emprego, e a existência de vagas que exigem alta qualificação inacessível para a maioria. A situação de desemprego e pobreza faz com que muitos recorram a meios ilegais — roubo e tráfico — ou se submetam a subempregos informais (bicos de capina, irrigação de plantas, faxinas), perpetuando a vulnerabilidade econômica. Em consequência, surgem impactos psicossociais significativos, como baixa autoestima, depressão e ansiedade, alimentados pela frustração das expectativas e pela percepção de ausência de futuro.

IMAGEM 27 - CONSTRUÇÃO COLETIVA DA ÁRVORE DE PROBLEMAS, SINTETIZANDO CAUSAS E EFEITOS IDENTIFICADOS PELO GRUPO.



FONTE: Autor, 2024.

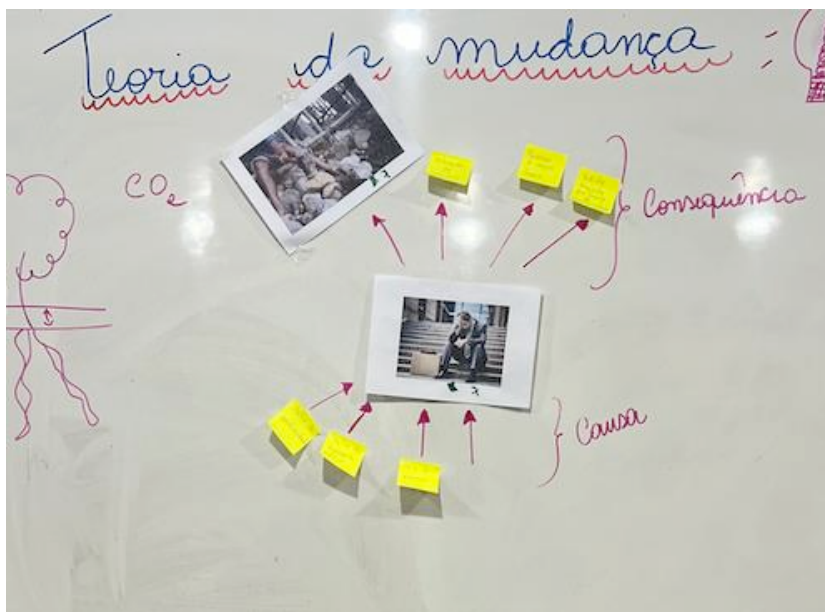
À luz de Boaventura de Sousa Santos (2008), a análise do acesso ao mundo do trabalho na Morada do Sol evidencia as “ausências” estruturais que produzem situações de desemprego e subemprego e impulsionam as “emergências” locais de sobrevivência. As ausências manifestam-se

na falta de políticas de juventude, na insuficiência de equipamentos educacionais e de formação técnica, e na inexistência de programas de intermediação laboral que conectem jovens a oportunidades dignas. Em resposta, emergem práticas de autoproteção: os subempregos informais (bicos de capina, faxina, irrigação), a migração forçada em busca de vagas qualificadas e até mesmo o recurso a mercados ilícitos (roubo e tráfico) — dinâmicas que, embora configuráveis como resistência à exclusão, também reproduzem ciclos de vulnerabilidade. Essa ecologia política local, marcada por ausências e emergências, desloca o debate da lógica individualizante da “falta de esforço” para a percepção do trabalho como campo de reprodução de desigualdades, em que a ausência de suporte estruturante converte o emprego em privilégio seletivo, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas que transformem ausências em presenças efetivas e possibilitem emergências emancipatórias.

Conforme figura 28, discutiram-se alternativas articulando Estado e organização comunitária: cobrança à Prefeitura e parceiros privados para oferta de cursos profissionalizantes acessíveis; criação de banco comunitário de currículos pela Associação; incidência política para implantação de linha de transporte regular ou subsídio de passes para acesso a empregos e a cursos e ensino superior; e parcerias com empresas locais para programas de estágio e aprendizagem. À luz da teoria da mudança, as ações de formação técnica, transporte e intermediação institucional atacam as causas estruturais, enquanto o banco de currículos e a mentoria mitigam efeitos psicossociais imediatos, promovendo suporte emocional e orientação de carreira. Esse roteiro progressivo reforça a Associação como mediadora, convertendo diagnóstico em trajetória coletiva de inclusão laboral sustentável.

O direito de ir e vir, garantido constitucionalmente, assume contornos particularmente tensionados na Morada do Sol, onde a precariedade do transporte público não se limita a uma deficiência logística, mas se converte em dispositivo de controle territorial e exclusão social. Conforme Canela-de-Ema, 15 anos, *“A falta de ônibus aqui é mais do que um problema de transporte. É como se dissessem que a gente não precisa sair daqui... que não vale a pena estudar.”* Essa fala exemplifica como a ausência de linhas regulares e a escassez de opções de deslocamento limitam o acesso dos jovens a escolas de qualidade, cursos técnicos e oportunidades de trabalho, reforçando a condição de quase-cidadania no território.

IMAGEM 28 - ELABORAÇÃO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS COM FOCO EM TRABALHO E RENDA, DESTACANDO PRECARIIDADES E CAMINHOS DE SUPERAÇÃO APONTADOS PELOS JOVENS.



FONTE: Autor, 2024.

À luz de Lefebvre (1991), o espaço urbano é produto de relações de poder; a restrição do direito de circulação materializa a produção de um espaço segregado, em que a mobilidade assume caráter de privilégio seletivo. A carência de transporte público intenso coaduna-se com outras ausências estruturais — falta de investimentos, políticas de juventude estagnadas e precarização de serviços — e potencializa os impactos das desigualdades. Em uma perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2008), trata-se de uma ausência que gera emergência: a incapacidade de circular impede o acesso a recursos educacionais e profissionais, estimulando respostas de sobrevivência (migração forçada, subemprego informal) que, por sua vez, mantêm o ciclo de vulnerabilidade.

Dessa forma, reivindicar o direito de ir e vir vai além da demanda por ônibus; implica questionar o projeto de cidade que marginaliza certos sujeitos e demandar políticas de mobilidade justas, articulando a organização comunitária da Associação à incidência institucional para garantir linhas, subsídios e mecanismos alternativos de deslocamento. Assim, o direito de ir e vir se converter em vetor estratégico de emancipação, capaz de romper muros simbólicos e efetivar o acesso a direitos fundamentais como educação, trabalho e cultura.

“O que mais me dói é saber que a gente cresce achando que tá errado. Que é nossa culpa não ter oportunidade.” — Ipê-Amarelo, 18 anos em sua fala ilumina a dimensão subjetiva da

ausência de serviços públicos essenciais e sua relação intrínseca com a legitimidade social dos jovens da Morada do Sol. Ao internalizar a negligência estatal, emerge uma autoacusação coletiva que mina a autoestima e configura uma compreensão distorcida de responsabilidade individual, deslocando a análise das falhas sistêmicas para a suposta falta de mérito dos próprios sujeitos.

Esse processo de ilusão individualizante contamina a formação de um projeto de sociedade ao naturalizar desigualdades e reforçar narrativas meritocráticas que culpabilizam os mais vulneráveis. A partir de uma perspectiva freiriana, a educação e a experiência política devem inverter essa lógica: ao identificar estruturas de poder responsáveis pela carência de oportunidades — seja em transporte, saneamento, cultura ou educação —, é possível descolonizar a consciência juvenil, promover a consciência crítica e nutrir um projeto de sociedade pautado na solidariedade e na justiça social.

Após mais de duas horas de oficina, relatos tocaram um ponto central da minha pesquisa: a subalternidade não se impõe apenas pela violência ou pela ausência de recursos, mas sobretudo pela internalização da exclusão como destino natural. Porém, havia algo potente ali — um brilho no olhar, uma raiva que não se resignava. Um desejo de ruptura. Os jovens, ali, deixavam de ser objetos da política e se tornavam sujeitos da transformação.

Ao observar a intensidade dessa oficina, reconheci que a raiva dos jovens não era mero desabafo emocional, mas forma autêntica de protesto político. Seu protesto se expressava na urgência de ser escutado, na recusa a aceitar os limites impostos e na construção de narrativas alternativas ao discurso oficial de abandono. Aqueles olhares, marcados pela determinação, desenhavam uma cartografia de insatisfação coletiva, na qual cada queixa funcionava como denúncia de um sistema que falha em garantir direitos básicos. Mais do que resistência passiva, percebi ali um gesto de insurgência: a raiva convertida em voz, em ideias, transbordando o espaço da oficina e insinuando possibilidades de redesenhar os contornos de poder na comunidade.

A oficina não foi apenas um exercício metodológico. Foi um ato político e, para mim, também um gesto de cura. O território falava por eles — e, de algum modo, também por mim. A árvore construída coletivamente não chegou a ser finalizada durante esta oficina. As discussões se intensificaram a tal ponto que optamos por dividir a atividade em dois momentos, priorizando a escuta profunda e a elaboração partilhada dos sentidos. Essa decisão metodológica foi coerente

com o espírito da educação emancipadora: mais importante que concluir um exercício, é garantir que os sujeitos compreendam, ressignifiquem e se apropriem do processo.

Ao final da oficina, ficou claro para mim que a Teoria da Mudança, nesse contexto, não serviu apenas para “planejar ações”, mas se revelou um poderoso dispositivo de conscientização. Os jovens passaram a compreender que o território não é apenas um espaço físico, mas uma estrutura simbólica e política, repleta de ausências construídas (Santos, 2008).

A construção da árvore da mudança, ainda que não tenha sido finalizada, revelou-se uma poderosa ferramenta pedagógica. Mais do que um exercício metodológico, ela possibilitou aos jovens reconhecerem que os desafios enfrentados por suas comunidades têm causas profundas e consequências concretas, e que qualquer tentativa de transformação exige, antes de tudo, a compreensão crítica dessas estruturas. A Teoria da Mudança funcionou como um catalisador do pensamento: ao conectar as raízes aos frutos, os participantes passaram a perceber que seus problemas não são aleatórios nem isolados, mas parte de uma engrenagem maior de desigualdade.

O território, tantas vezes associado à ausência, foi ressignificado como lugar de produção de saberes e análises. A juventude, que costumeiramente é tratada como público-alvo das políticas públicas, mostrou-se aqui como sujeito coletivo, analítico e estrategista. O mais importante não foi a conclusão de uma técnica visual, mas o despertar de um processo reflexivo, no qual os jovens se posicionaram como legítimos intérpretes — e transformadores — de sua própria realidade. A análise produzida ali ultrapassou o que estava no papel: ela emergiu do chão, do corpo e da vivência

Como pesquisador, vivenciei essa oficina com grande intensidade emocional e cognitiva. Foi, sem dúvida, uma etapa desafiadora do processo. A partir das entrevistas compreensivas e das falas espontâneas que emergiam no grupo, eu sentia uma urgência interna de perguntar, aprofundar, explorar cada linha de pensamento que surgia. No entanto, o próprio dinamismo da oficina, o tempo limitado e o engajamento crescente dos participantes — que se inscreviam constantemente para falar — tornavam impossível acompanhar todas as direções que se abriam. Eu queria estar em todos os cantos da conversa ao mesmo tempo. O que me salvou, de certa forma (gravou em má qualidade), foi o gravador de voz, que me permitiu revisitar posteriormente o que não consegui absorver em tempo real. Ainda assim, ao escutar novamente os áudios, percebi uma série de perguntas que ficaram engasgadas, possibilidades analíticas que escaparam. Saí daquela oficina profundamente cansado, com a sensação de ter tomado uma surra — não física, mas mental,

emocional e ética. Foi um exercício de entrega, escuta e frustração, mas também de humildade diante da complexidade e da potência do que foi vivido ali.

4.1.1.5. Quinta oficina – Continuação da árvore de problemas

A última oficina tem como propósito aprofundar a experiência metodológica e analítica vivida ao longo do ciclo de oficinas realizadas com os jovens, com ênfase na continuidade e desdobramento da Teoria da Mudança. Se nas oficinas anteriores ela foi apresentada como uma ferramenta de visualização de problemas sociais, nesta etapa final ela assumiu uma função mais complexa: a de favorecer o desvelamento das lógicas de exclusão e fomentar a construção de respostas coletivas para os desafios identificados no território.

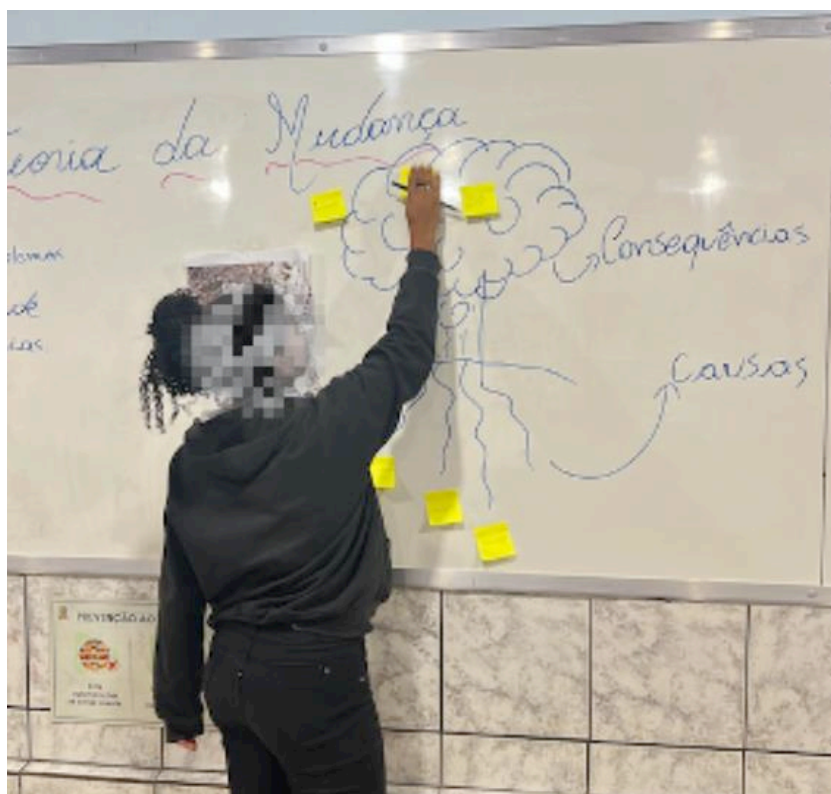
Metodologicamente, a quinta oficina foi iniciada com uma dinâmica de acolhida e rememoração, em que os jovens foram convidados a refletir sobre o caminho trilhado na última oficina. Essa retomada não foi apenas uma recordação, mas um processo intencional de construção da memória coletiva, que situou a oficina final como parte de um percurso mais amplo de escuta, reflexão e elaboração crítica. Em seguida, foi reapresentada a Teoria da Mudança, agora em uma chave mais complexa: não como instrumento técnico de mapeamento de problemas, mas como lente analítica capaz de desvelar as lógicas estruturais da exclusão social no território.

Na oficina anterior, trabalhamos coletivamente dois problemas centrais identificados pelo grupo: queimadas no Cerrado e acesso ao mundo de trabalho. Primeiramente, apresentei cada problema de forma explanatória, destacando suas causas apontadas pelos jovens — como bitucas de cigarro, queima de lixo e mato, falta de oportunidades e transporte público precário — e as respectivas consequências ambientais, sanitárias e socioeconômicas, tais como emissão de CO₂, perda de biodiversidade, subemprego informal e impactos psicossociais (ansiedade, baixa autoestima). Esta estrutura lógica do desafio - problema, causas e efeitos — foi adotada como roteiro metodológico para orientar a análise subsequente, permitindo que o grupo relembresse e desenvolvesse reflexões com os desafios que seriam abordados na quinta oficina.

Para assegurar a clareza e o envolvimento de todos, adotamos a mesma dinâmica, utilizando na quarta-oficina, em que as tarefas eram distribuídas de modo interdependente: um participante posicionava e agrupava os post-its no quadro, organizando-os conforme as categorias que

emergiam das discussões, enquanto outro se dedicava exclusivamente a anotar, de forma fiel e concisa, as falas e contribuições de cada membro nos cartões. Essa divisão de papéis favoreceu tanto a construção de um panorama visual dos temas quanto o registro preciso dos conteúdos, garantindo que todas as vozes fossem ouvidas e valorizadas. Ao alternar esses papéis em cada rodada, promovemos um ritmo colaborativo e estimulamos a reflexão coletiva, essencial para a análise aprofundada dos problemas identificados.

IMAGEM 29 - CONSTRUÇÃO DA ÁRVORE DE PROBLEMAS SOBRE DESIGUALDADE SOCIAL, EVIDENCIANDO CAMADAS ESTRUTURAIS DE EXCLUSÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TERRITÓRIO.



FONTE: Autor, 2024.

O primeiro desafio social elencado pelo grupo foi a desigualdade social, exemplificada pela fala de Mutum, 18 anos: *“pessoas de classe mais baixa claramente têm menos oportunidades, sofrem discriminação na hora de conseguir essa oportunidade, enquanto quem é de classe alta consegue com mais facilidade”*. Esse depoimento revela como as estruturas materiais e simbólicas

se entrelaçam para reproduzir hierarquias, tornando ilusória a noção de mérito individual. Ao naturalizar a ideia de que cada um colhe o que planta, a meritocracia neoliberal apaga as barreiras históricas e institucionais que comprometem o acesso justo a bens e serviços. Como Dardot e Laval (2016) mostram, a razão neoliberal converte o indivíduo em capital humano a ser valorizado conforme sua “produtividade”, transferindo-lhe integralmente a responsabilidade pelo próprio destino e ocultando as relações de poder que perpetuam a exclusão. De modo análogo, Byung-Chul Han aponta que, no regime de subjetivação neoliberal, os sujeitos internalizam a lógica da competição e da autoexploração, culpabilizando-se pela própria marginalização e reforçando, assim, o ciclo de desigualdade social.

O grupo identificou a desigualdade social impulsionada por três causas interligadas: a má administração financeira, que drena recursos sem retorno à comunidade; a migração de pessoas de outras localidades, pressionando a infraestrutura e o mercado de moradia; e o desemprego persistente, fruto da escassez de vagas formais. Essas dinâmicas produzem consequências visíveis: a desvalorização imobiliária, que estigmatiza o território e reduz o patrimônio dos moradores; a baixa autoestima, reflexo da sensação de exclusão e falta de perspectivas; e a segregação, que aprofunda fissuras sociais e fragiliza redes de solidariedade.

Quando o grupo elenca a má administração financeira, um dos participantes denunciou a má administração financeira do gestor municipal, que privilegia investimentos em outras localidades de Alexânia enquanto a Morada do Sol segue esquecida. Como exemplo, citaram a emenda parlamentar conquistada pela Associação para construir uma quadra poliesportiva na comunidade, recurso que acabou sendo redirecionado para o bairro X, na sede do município. Para tentar silenciar as reclamações, o poder público limitou-se a instalar, ao lado da escola, um parquinho improvisado e de baixa qualidade. Essa manobra evidencia não só o descaso com as necessidades reais dos moradores, mas também uma estratégia de contenção discursiva, em que gestos simbólicos substituem ações efetivas e estruturantes.

À luz de Boaventura de Sousa Santos (2008), essa realidade pode ser compreendida pelas categorias de “ausências” e “emergências”. As ausências manifestam-se na carência de processos transparentes de gestão de recursos, na falta de políticas de acolhimento e integração para migrantes e na inexistência de programas de geração de emprego local. Em reação, emergem práticas de sobrevivência: ocupações informais do espaço urbano, trabalho não regulamentado e iniciativas

autogeridas de moradia — estratégias que, embora expressivas de resistência, também reiteram ciclos de vulnerabilidade.

Quando os participantes mencionam a migração de pessoas de outras localidades, referem-se sobretudo aos novos moradores que vêm de Brasília e se instalam nos condomínios ao redor da Morada do Sol. Essas famílias, com maior poder aquisitivo e acesso a melhores empregos formais, acabam elevando o custo de vida local: os preços de produtos de mercado sobem para atender a um padrão de consumo mais alto e até serviços como manicure, corte de cabelo e pequenos comércios ajustam suas tarifas. Para quem já vive na comunidade, essa pressão inflacionária reduz o poder de compra e aprofunda a sensação de exclusão, uma vez que bens e serviços antes acessíveis tornam-se proibitivos, reforçando a percepção de que a chegada desses “forasteiros” não apenas altera o tecido social, mas exacerba as desigualdades existentes.

Na visão dos participantes as desigualdades sociais desencadeiam um ciclo de efeitos que se reforçam mutuamente. A especulação imobiliária eleva artificialmente os preços de terrenos e aluguéis, expulsando moradores de baixa renda e transformando o acesso a terra, casa própria em espaços inacessíveis. Simultaneamente, a baixa autoestima se alastra entre aqueles que, sentindo-se privados de oportunidades, passam a duvidar de seu valor e de sua capacidade de transformação social, o que compromete sua iniciativa para buscar melhorias. A segregação espacial e simbólica consolida-se quando grupos mais abastados se isolam em condomínios fechados, reforçando estigmas e reduzindo a convivência democrática em ruas e praças. Por fim, o desemprego perpetua a vulnerabilidade econômica e alimenta a sensação de desamparo, pois a falta de acesso a vagas formais impede que talentos individuais revertam, ao menos parcialmente, as desvantagens estruturais. Nesse conjunto, cada consequência torna mais difícil a superação das próprias desigualdades, exigindo intervenções integradas que articulem regulação urbana, fortalecimento comunitário e políticas de inclusão.

A minha leitura sobre a percepção dos jovens é que, as desigualdades sociais soam como um ataque direto aos mais abastados: eles veem nessas famílias – em grande parte críticas a programas de transferência de renda e cotas, defensoras intransigentes da meritocracia – não apenas rivais econômicos, mas também opositores políticos. Essa polarização fragmenta as próprias famílias, que se dividem em debates acalorados entre apoio e rejeição a essas políticas. Ao mesmo tempo, muitos jovens reconhecem que dependem desses vizinhos mais ricos para caronas, diárias

de trabalho ou pequenos favores, e sentem na pele a ambivalência de ter de se submeter a quem acusam de reforçar a exclusão. Pode parecer uma reflexão rasa, mas ela expressa com intensidade a angústia de crescer num espaço onde a dependência material convive com o ressentimento político, aprofundando o sentimento de opressão cotidiana.

Como alternativa, os participantes propõem fortalecer a incidência política por meio da Associação de Moradores, organizando-se para reivindicar uma distribuição mais equitativa dos recursos públicos no município, de modo que a Morada do Sol passe a contar com serviços essenciais — como saúde, educação, transporte e infraestrutura — em patamar semelhante ao de outras regiões. Além disso, defendem a criação, no âmbito da própria Associação, de programas estruturados de acesso ao emprego e de geração de renda, que possam articular parcerias com empresas locais e oferecer oficinas de capacitação profissional. Dessa forma, busca-se não apenas corrigir distorções na alocação orçamentária, mas também fomentar, de dentro da comunidade, oportunidades concretas de inclusão produtiva e autonomia econômica.

Durante a fase de proposição de soluções, as tensões ficaram evidentes: embora todos concordem que a desigualdade social é um mal urgente a ser combatido, não se conseguiu chegar a um consenso sobre quais medidas adotar. As divergências emergiram tanto na escala de intervenção — municipal versus comunitária — quanto na escolha de prioridades, revelando a complexidade do tema e o receio de que ações pontuais não dessem conta de problemas tão enraizados. Esse impasse evidencia que, para avançar, será necessário um processo dialógico ainda mais aprofundado, capaz de articular visões distintas e alinhar expectativas, construindo coletivamente um caminho de enfrentamento estruturado e sustentável.

Percebendo que o tempo se esgotava e ainda não se vislumbrava uma solução viável, um dos participantes sugeriu que migrássemos para o próximo desafio. O desafio escolhido foi a discussão sobre os conflitos entre pais e filhos. Essa proposta não apenas sinalizou a necessidade de avançar na agenda, mas também indicou como os desafios internos às famílias dialogam com as desigualdades estruturais, reforçando a importância de abordar, em sequência, as tensões intergeracionais para entender como se reproduzem padrões de poder e exclusão dentro do próprio âmbito doméstico.

O grupo identificou o conflito entre pais e filhos como o próximo desafio, apontando como causas a possessividade excessiva dos responsáveis, a ausência de voz dos jovens nas decisões que

os afetam, o conservadorismo rígido que nega escolhas, a impossibilidade de exercer liberdades básicas, e a falta de acolhimento familiar, marcada por opressão e cobranças autoritárias. Em consequência, emergem sentimentos intensos de vontade de sair de casa em busca de autonomia, quadros de ansiedade e depressão decorrentes da insegurança afetiva, além de revolta e frustração pela negação sistemática de protagonismo. Vale ainda ressaltar que, ao lado da árvore de problemas, foram registradas denúncias de educação violenta, violência doméstica e conflitos de vizinhança — questões que merecem atenção profunda, mas não puderam ser aprofundadas no tempo disponível.

À luz de Paulo Freire (1970), percebe-se que o modelo de “educação bancária” aplicado no âmbito familiar — em que pais “depositam” normas e regras sem criar espaços de diálogo — reproduz relações de poder assimétricas, silenciando os jovens e limitando sua agência. Freire nos lembra de que a verdadeira libertação ocorre quando opressores e oprimidos dialogam em igualdade, reconstruindo conjuntamente práticas de convivência.

Nessa dinâmica, identificam-se “ausências” — como a falta de espaços institucionais de escuta ativa e mediação de conflitos familiares, a inexistência de formação para pais em parentalidade positiva e a carência de apoio psicológico a jovens — e “emergências” — a busca por refúgio em grupos de pares, o autoisolamento, comportamentos de autoagressão em casos extremos e até o alastramento de tensões entre vizinhos.

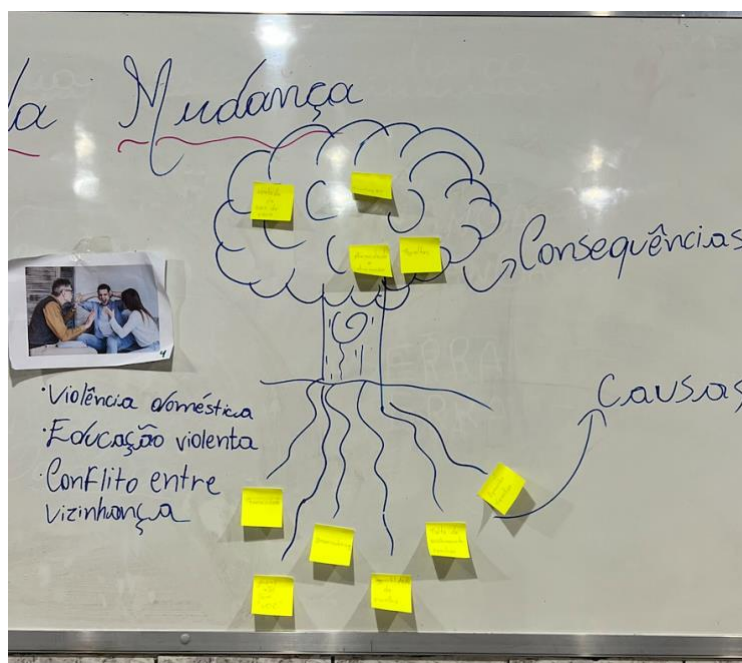
Na visão dos jovens, o enfrentamento dos conflitos familiares exige uma articulação efetiva entre o Estado e a sociedade civil. Nesse sentido, o grupo propôs a realização de oficinas promovidas pela Associação de Moradores, com mediação de psicólogos e assistentes sociais, destinadas a promover práticas de convivência respeitosa e diálogo intergeracional. Ademais, sugeriram a solicitação junto à Prefeitura de uma psicóloga para o atendimento regular de pais e filhos na comunidade, incluindo a oferta de capacitações que habilitem as famílias em métodos pacíficos de resolução de conflitos. Por fim, defenderam o fortalecimento da presença do Conselho Tutelar no território, por meio do aumento de suas visitas domiciliares e da intensificação de sua atuação preventiva, de modo a identificar precocemente situações de vulnerabilidade e garantir intervenções adequadas.

Na perspectiva da teoria da mudança, o trabalho articulado com psicólogos, assistentes sociais e as oficinas mediadas pela atacam as causas estruturais — convertendo ausências em

espaços efetivos de escuta e participação — enquanto os suportes psicológicos mitigam efeitos imediatos, reduzindo ansiedade e frustração e fortalecendo vínculos familiares. Assim, a Associação pode assumir o papel de mediadora, convertendo a denúncia dos participantes em um plano de ação integrado que promova a coesão familiar e a saúde emocional dos jovens.

A fundamentação teórica que sustenta a problematização desses desafios já foi exaustivamente desenvolvida nos Noemas, onde se delinearam as categorias conceituais e os referenciais metodológicos necessários à compreensão dos fenômenos. Dessa forma, e com o objetivo de evitar redundâncias e manter o foco nas soluções propostas, não revisitaremos aqui tais pressupostos teóricos.

IMAGEM 30 - ÁRVORE DE PROBLEMAS REFERENTE AOS CONFLITOS FAMILIARES, MAPEANDO TENSÕES, ORIGENS E IMPACTOS NAS TRAJETÓRIAS JUVENIS.



FONTE: Autor, 2024.

Após cerca de duas horas de oficina, os jovens já participavam intensamente da organização dos elementos visuais e conceituais. Terminamos a análise dos desafios e não conseguimos percorrer todos. Um dos momentos marcantes ocorreu quando Canela-de-Ema, 15 anos, com convicção, declarou: *“A gente devia aplicar as ações que a gente sugeriu, para combater as*

causas”. Essa intervenção revelou a percepção coletiva de que as ações identificadas não devem apenas ser discutidos, mas também analisados e enfrentados com seriedade e responsabilidade.

A complexidade das discussões demonstrou que os participantes não apenas nomeiam os problemas, mas os analisam criticamente. As falas demonstraram o desejo de ruptura com a lógica da culpabilização individual e da meritocracia. Em outro trecho marcante, de Guariroba, 17 anos sintetiza: *“Tem hora que a gente pensa que é burro, mas depois vê que ninguém nunca ensinou a gente direito”*. A partir dessas escutas, percebemos que a juventude constrói uma leitura profunda e sensível sobre sua realidade.

Embora a interação com os jovens tenha sido intensa a ponto de não concluirmos todos os desafios previstos para a construção da árvore de problemas, a metodologia foi plenamente assimilada pelo grupo. Os participantes compreenderam a lógica de identificação dos desafios centrais, bem como a distinção entre causas e consequências, percebendo que esse mesmo arcabouço analítico pode ser aplicado em suas vidas pessoais. Dessa forma, em vez de concentrarem-se apenas em ações paliativas — aquelas que atenuam os efeitos —, passam a direcionar esforços para enfrentar os fatores geradores dos problemas, promovendo soluções mais estruturantes e duradouras.

No capítulo V, dedicado aos produtos da pesquisa, ao elaborar a cartilha de replicação da metodologia, será imprescindível considerar, em seu planejamento, a alocação de tempo adequado para cada etapa e a definição do número mínimo e máximo de participantes. Esses parâmetros influenciam diretamente a profundidade das discussões, a dinâmica de grupo e a qualidade dos registros, garantindo tanto a fidelidade ao procedimento original quanto a viabilidade prática em diferentes realidades. Assim, a cartilha oferecerá orientações claras sobre cronogramas, composição do grupo, número de tempos, tempo necessário e recursos necessários, de modo a facilitar a implementação consistente da metodologia por novos facilitadores.

A aplicação da Teoria da Mudança permitiu desnaturalizar diversas formas de violência simbólica presentes no cotidiano dos jovens da Morada do Sol, revelando uma engrenagem perversa de exclusão social que se estrutura por meio de práticas cotidianas e institucionais. A oficina final do ciclo, conforme descrita na transcrição, ofereceu um espaço analítico e político no qual os participantes puderam identificar e nomear esses mecanismos de opressão, ressignificando suas experiências a partir de um olhar crítico e coletivo.

Durante a atividade, os participantes relataram a presença de violência doméstica, institucional, educativa e comunitária. Por exemplo, ao discutir a violência institucional, Guariroba, 17 anos, afirma: *“No parto da minha irmã mais nova, o médico estava forçando minha mãe a ter [parto] normal, sendo que ela nunca teve passagem... Inclusive, ele estava xingando e meio que desvalorizando, sabe? Por que forçar? Ele estava muito estressado”*. Esse depoimento escancara o descaso e o abuso institucional sofrido por mulheres, naturalizado como parte do atendimento médico.

As formas de violência doméstica e os métodos de “educação violenta” emergiram de modo contundente nos relatos dos jovens, que descrevem castigos físicos como prática disciplinar no ambiente familiar; ao mesmo tempo, conflitos interpessoais com vizinhos e parentes — por exemplo, ameaças de retaliação física diante de danos a bens alheios — foram identificados como manifestações de violência simbólica e estrutural. Essas narrativas, preservadas para garantir a proteção dos participantes, revelam a extensão das práticas opressivas no cotidiano da comunidade. Ao ancorar-se nos pressupostos da Teoria da Mudança, o processo pedagógico das oficinas beneficiou-se desses depoimentos para desnaturalizar a violência, estimulando a reflexão crítica e a problematização das relações de poder que sustentam tais dinâmicas.

Durante a oficina, chamou-me atenção a forma precisa com que os jovens nomearam os desafios enfrentados, revelando não apenas percepção aguda das problemáticas, mas também a compreensão implícita de que tais questões decorrem de direitos sistematicamente violados. Ainda que não empreguem o jargão técnico de “políticas públicas”, demonstram conhecer perfeitamente o papel legítimo do Estado e os serviços que lhe deveriam ser garantidos, assim como identificam coletivamente as ações viáveis no âmbito da associação para mitigar essas lacunas. Percebi a existência de uma consciência crítica já plenamente formada e de um desejo concreto de atuação — elementos que apenas aguardavam a criação de um espaço apropriado para se manifestar.

Para encerrar a oficina, pactuou-se com os jovens que, na próxima assembleia da Associação, eu articularia com a diretoria para garantir-lhes um ponto de pauta exclusivo. Nesse momento, eles apresentarão os desafios mapeados ao longo das oficinas e submeterão à apreciação da comunidade propostas de ações voltadas ao enfrentamento dessas questões. Além disso, manifestarão sua disposição em atuar diretamente ao lado da Associação na implementação das

iniciativas aprovadas, fortalecendo o caráter colaborativo e dando seguimento ao diagnóstico coletivo como ponto de partida para a transformação social.

4.2. ANÁLISE FINAL DO CAPÍTULO DAS OFICINAS ANTES DA REDUÇÃO (Amarrações Finais do Percorso formativo)

Ao concluir o ciclo das oficinas, carrego comigo uma mistura profunda de cansaço, gratidão e transformação. O percurso metodológico foi intenso, emocional e, sobretudo, pedagógico — para mim e, acredito, para os participantes também. Cada encontro foi único em sua forma, mas todos revelaram, de maneira poderosa, uma juventude lúcida, atenta, politizada e, ao mesmo tempo, marcada por diversas violências estruturais. Ver os jovens se reconhecendo como sujeitos de direito, reinterpretando suas experiências a partir de um olhar coletivo e crítico, foi uma das vivências mais potentes que tive como pesquisador, educador e como alguém que, de certa forma, compartilha das mesmas origens territoriais.

As oficinas, em sua totalidade, revelaram muito mais do que palavras. Elas foram espaços de elaboração simbólica, emocional e política. A cada atividade, surgiam palavras, gestos, silêncios e afetos que não cabiam em formulários. Os jovens não apenas apontaram problemas; eles teceram análises, sugeriram caminhos, criticaram estruturas e — o mais impactante — reconheceram que o que sentem no corpo e na vida tem nome, tem causa e tem responsabilidade pública. Isso foi particularmente forte nos momentos em que temas como transporte, racismo, violência doméstica, abandono escolar e saneamento básico emergiram com densidade. Foi impossível não me emocionar, não me indignar, não me rever em muitas dessas falas.

Optei por metodologias participativas porque elas deslocam o foco da transmissão vertical de conteúdo para a coautoria do conhecimento, criando um ambiente horizontal de escuta e decisão compartilhada; na prática, foram bem recebidas pelos jovens, que rapidamente compreenderam a lógica das dinâmicas, engajaram-se na organização das atividades e sugeriram ajustes ao longo do caminho, evidenciando que, quando convidados a falar e assumir papéis concretos, respondem com protagonismo, criticidade e corresponsabilidade pelo processo.

Além das transcrições (muito precárias), registro em diários de campo em formato de relatórios. Reconheço que essa limitação reduz a triangulação de fontes e a densidade descritiva do material, mas, ao mesmo tempo, evidencia a necessidade — já incorporada nos produtos futuros — de estruturar protocolos simples de registro multimodal (anotações reflexivas, registros fotográficos consentidos, cartografias participativas) para ampliar a validade e a reprodutibilidade do processo em novas aplicações.

A avaliação do ciclo de oficinas, em perspectiva acadêmico-pedagógica, deve ser concebida como processo formativo, dialógico e contínuo, no qual se analisa não apenas o produto (planos, propostas, árvores de problemas), mas sobretudo as mediações, interações e aprendizagens construídas no percurso. Avaliar pedagogicamente significa compreender a avaliação como prática de investigação-ação (Stenhouse; Elliott), comprometida com a emancipação dos sujeitos (Freire) e com a melhoria do próprio método: pergunta-se se a metodologia favoreceu participação efetiva, criticidade e corresponsabilidade, e não apenas se os objetivos foram “cumpridos”.

Nesse sentido, a observação do método envolve examinar a coerência entre pressupostos teóricos e procedimentos adotados (ex.: teoria da mudança x dinâmica de árvore de problemas), a adequação dos recursos (tempo, materiais, número de participantes, mediação) e a responsividade do pesquisador frente às emergências do grupo (ajustes de pauta, acolhimento de conflitos, proteção de vulnerabilidades). Importa também verificar se houve espaço para múltiplas vozes (gênero, raça, faixa etária) e se as hierarquias internas foram tensionadas ou reproduzidas.

Quanto aos indicadores, podem ser combinados qualitativos e quantitativos, organizados em quatro dimensões:

1. Engajamento e participação: frequência, tempo de fala distribuído, diversidade de intervenções, turnos de liderança assumidos pelos jovens.
2. Aprendizagens e criticidade: capacidade de distinguir causas/efeitos, de relacionar problemas a direitos e políticas públicas, de propor ações estruturantes (e não só paliativas).
3. Ambiência e relações: percepção de segurança emocional, respeito mútuo, manejo de conflitos, inclusão de vozes minoritárias.

4. Efeitos pós-oficina (indicadores de continuidade): presença em assembleias, implementação de propostas, criação de grupos de trabalho, articulações externas (com Estado, conselhos, parceiros).

Os pontos de análise devem, portanto, abarcar: (a) planejamento (cronograma, tamanho do grupo, logística); (b) processo (dinâmicas aplicadas, papéis atribuídos, qualidade da facilitação); (c) conteúdos (profundidade da problematização, densidade teórica apropriada pelo grupo); (d) resultados imediatos (produtos gerados, pactos firmados); e (e) desdobramentos (mobilização pós-oficina, incidência política, alterações na autoimagem dos participantes). Ao sistematizar esses elementos, a avaliação deixa de ser um checklist e converte-se em instrumento reflexivo para aperfeiçoar a metodologia, fortalecer a autonomia juvenil e orientar futuras replicações da experiência.

A avaliação do ciclo das oficinas evidenciou um processo formativo, dialógico e contínuo, no qual o foco recaiu menos sobre produtos e mais sobre as mediações, interações e aprendizagens construídas coletivamente. As oficinas presenciais — em média duas horas cada — foram planejadas com roteiros participativos, ajustados a partir de instrumentos de avaliação aplicados ao término de cada encontro, o que permitiu reformular conteúdos, flexibilizar metodologias e manter o engajamento juvenil. Essa condução prezou pela horizontalidade: o pesquisador atuou como mediador e sistematizador, garantindo devolutivas constantes e abertura para ajustes sugeridos pelos próprios jovens.

Sob a ótica pedagógica adotada (investigação-ação, emancipação freiriana), a coerência entre pressupostos teóricos — como a Teoria da Mudança e a Árvore de Problemas — e os procedimentos efetivamente empregados foi permanentemente observada, assim como a adequação de tempo, materiais, número de participantes e a responsividade diante das emergências do grupo. Indicadores qualitativos e quantitativos foram observados em quatro dimensões: (1) engajamento e participação (frequência, distribuição de fala, turnos de liderança); (2) aprendizagens e criticidade (distinção causa/efeito, relação com direitos e políticas públicas, proposição de ações estruturantes); (3) ambiência e relações (segurança emocional, respeito, manejo de conflitos, inclusão de vozes minoritárias); e (4) efeitos pós-oficina (presença em assembleias, implementação de propostas, criação de grupos de trabalho e articulações externas).

Os resultados processuais mostram efeitos imediatos em três planos: subjetivo-identitário (deslocamentos de autoimagem), relacional (microcircuitos de confiança) e político-pedagógico (vocabulário comum para temas como racismo, mobilidade e abandono estatal). No médio prazo, consolidou-se um núcleo de cerca de dez jovens assumindo papéis ativos — organização de materiais, convocação de pares, lembrança de tarefas — e ensaiando primeiras ações (mapeamento de riscos na BR-060, demandas por iluminação e transporte, mutirão audiovisual). Episódios críticos, como a disputa pelo lanche coletivo, funcionaram como “espelhos pedagógicos”, revelando traços de individualismo e apontando a necessidade de cultivar empatia e cuidado como dimensões formativas.

Quanto aos desdobramentos, pactuou-se a apresentação dos diagnósticos e propostas na assembleia da Associação, com ponto de pauta garantido aos jovens e compromisso explícito de diálogo para a atuação conjunta na implementação das ações — indicador concreto de continuidade e incidência política juvenil. Ao sistematizar planejamento, processo, conteúdos, resultados imediatos e efeitos posteriores, a avaliação deixa de ser checklist e torna-se instrumento reflexivo para aperfeiçoar a metodologia e orientar futuras replicações.

Como bem aponta Saquet (2007), o território é “produto e produtor de relações sociais”, e é exatamente isso que se revelou ao longo do processo: o território da Morada do Sol não é apenas o espaço físico da ausência do Estado, mas um espaço vivido, tensionado, ressignificado pelos sujeitos que o habitam. As falas dos jovens mostraram que o território não está dado — ele é produzido nas relações, nos conflitos, nas memórias e nos projetos de futuro.

Ao mesmo tempo, realizar as oficinas e aplicar a metodologia da “escuta compreensiva” em grupo se mostrou uma tarefa metodológica extremamente desafiadora. A primeira dificuldade foi o controle do tempo e da escuta. Com tantas falas pulsando, tantos relatos ricos surgindo a todo instante, era angustiante não conseguir aprofundar em cada linha de pensamento. Eu queria perguntar mais, provocar mais, entender melhor, mas o fluxo do grupo exigia que eu deixasse seguir. Havia sempre outro jovem inscrito para falar, outro desabafo sendo construído, outra dor sendo compartilhada. Além disso, manter a escuta atenta enquanto organizava as dinâmicas, cuidava do ambiente e mediava os afetos exigiu de mim uma presença integral, quase física. Em muitos momentos, saí das oficinas com a sensação de exaustão total — como se tivesse levado uma surra simbólica de tanta densidade e verdade escutadas.

Apesar das dificuldades, o que levo comigo é a certeza de que valeu cada esforço. Os jovens mostraram que sabem sim o que são direitos, mesmo que não falem em “políticas públicas” da forma como usamos na academia. Eles sabem o que falta, sabem o que é dever do Estado, que é o ponto de partida para qualquer processo real de mudança. O ciclo de oficinas, mais do que uma etapa metodológica da minha pesquisa, foi um encontro com a vida em sua forma mais crua e mais potente. Foi um chamado ético à escuta e à responsabilidade. E, acima de tudo, foi um aprendizado sobre como os saberes produzidos “às margens”, mesmo diante do abandono, são profundamente capazes de transformar o modo como pensamos e fazemos política.

Dialogando com Paulo Freire, Ignacio Martín-Baró, Frantz Fanon e Bell Hooks, concluo que o ciclo de oficinas revelou uma consciência crítica juvenil em processo — fragmentada, porém viva — que se move do “sofrer o mundo” ao “dizer o mundo”. Freire nos lembra que ninguém liberta ninguém sozinho: a práxis exige diálogo e ação coletiva; nas oficinas, os jovens não apenas nomearam opressões, mas ensaiaram caminhos de enfrentamento, convertendo diagnóstico em possibilidade de transformação. Com Martín-Baró, percebemos que essa leitura do cotidiano é também gesto de descolonização psíquica: ao identificar violências estruturais e simbólicas, os jovens deslocam a culpa individual para o terreno histórico, abrindo espaço para uma psicologia da libertação que repõe a dignidade como horizonte.

Fanon ajuda a compreender o atravessamento da opressão no corpo e na subjetividade: a ansiedade, a revolta, o desejo de fuga não são “desvios juvenis”, mas efeitos de estruturas que negam humanidade e voz. Já Bell Hooks nos convoca a reconhecer a margem como lugar de potência: a Morada do Sol, longe de ser apenas periferia carente, aparece como laboratório de reinvenção comunitária, onde a escuta radical e o cuidado mútuo produzem pedagogias insurgentes. Assim, a experiência não se encerra em si mesma: ela aponta para a necessidade de institucionalizar espaços juvenis permanentes, tensionar políticas públicas e sustentar práticas de reexistência que transformem ausências em presenças. Em síntese, o capítulo demonstra que quando sujeitos historicamente silenciados encontram condições de fala, emergem não só denúncias, mas projetos — e é nesse entremeio, crítico e esperançoso, que reside a força política e pedagógica desta pesquisa.

4.3 ANÁLISE FINAL DO CAPÍTULO OFICINA – DEPOIS DA REDUCAO EIDETICA]

(Sugestão Costura Final: Ponto a Ponto, Nó a Nó)

Logo após minha viagem a Salvador para a realização da Redução Eidética — etapa essencial no processo fenomenológico da pesquisa — senti a necessidade de compartilhar com os jovens da Morada do Sol não apenas os resultados parciais da investigação, mas principalmente os afetos, inquietações e deslocamentos que essa experiência me provocou. Voltei com meu fenômeno delimitado e com os noemas que emergiram da escuta e da reflexão profunda sobre o vivido. Voltei, também, carregando uma bagagem simbólica densa: compreendi, com mais nitidez, que o que está em jogo não é apenas o que os jovens dizem, mas como dizem, por que dizem e o que suas falas carregam de mundo, de história e de silêncio.

Durante a Redução, vivi momentos de grande intensidade intelectual e emocional. Foi um mergulho em mim mesmo e no outro — esse outro que são os jovens do território, mas também é a minha própria história atravessada por exclusões e lutas. Ao final da experiência, senti-me ampliado, como se minha escuta tivesse ganhado outras camadas. As falas dos jovens voltavam à minha mente como ecos que pediam mais atenção, mais cuidado, mais presença. Com esse novo olhar, percebi que eu precisava, mais do que concluir uma etapa metodológica, vivenciar um reencontro — com eles, com o território e com a potência da escuta sensível.

Foi nesse contexto que nasceu a ideia da vivência em Olhos D'Água. Ela não surgiu como uma saída de campo convencional, mas como um gesto político, pedagógico e afetivo. Eu queria que os jovens experimentassem com o corpo aquilo que estávamos discutindo com a mente e presente no documentário que eles assistiram com tanto entusiasmo. Queria que sentissem o território, que ouvissem histórias de luta, que conversassem com quem também resistiu, e que entendessem, na prática, que eles não estão sozinhos. A vivência foi pensada como um presente de retorno, uma devolutiva viva, uma nova abertura para que o saber acadêmico e o saber do chão se encontrassem e se fortalecessem.

A vivência rumo ao povoado de Olhos D'Água, em Alexânia/GO, teve como objetivo não apenas ampliar a experiência formativa para além da sala de aula e dos espaços institucionais, mas também realizar a devolutiva dos Noemas identificados e do fenômeno apreendido pela Redução

Eidética. Ao inserir os jovens em um encontro direto com memórias, territórios, sujeitos e saberes enraizados, buscou-se fortalecer laços identitários, estimular o protagonismo juvenil e consolidar um processo educativo ancorado na escuta, na experiência sensível e na construção coletiva do conhecimento. Assim, a saída de campo funcionou simultaneamente como aprofundamento metodológico e retorno ético-político: devolvemos às juventudes o sentido fenomenológico produzido — depurado na suspensão eidética — e o reatualizamos no próprio território, reafirmando que conhecer é também devolver, partilhar e reconstruir sentidos com aqueles que os produziram.

A vivência produziu uma sinergia decisiva: ao reunir corpos, memórias e afetos num mesmo gesto experiencial, os efeitos coletivos ultrapassaram a soma das participações individuais, emergindo um “excedente de sentido” (Freire) capaz de reorganizar vínculos e intenções. Em termos da complexidade de Edgar Morin, tratou-se de um sistema autoeco-organizado, no qual as interações retroalimentaram o grupo, fortalecendo sua coesão e capacidade de ação. À luz da teoria de campo de Kurt Lewin, a situação grupal reconfigurou forças internas e externas, deslocando posições e ampliando zonas de influência simbólica. Podemos ainda ler essa energia relacional como produção de “capital social” (Bourdieu) e de “agenciamentos coletivos” (Guattari), nos quais confiança, cooperação e desejo político se entrelaçam para gerar potência comum — condição fundamental para transformar diagnósticos em práticas compartilhadas.

A vivência dialoga diretamente com os princípios da pesquisa fenomenológica porque reinsere pesquisador e participantes no “mundo-da-vida” (Lebenswelt) para, a partir da experiência concreta, suspender pressupostos (epoché), refinar sentidos e devolver o fenômeno aos sujeitos que o co-constroem (redução eidética). Trata-se menos de uma “nova etapa” e mais de um desdobramento consequente do campo: um movimento de retorno que aprofunda a descrição fenomenológica, testa a validade intersubjetiva dos Noemas identificados e amplia a compreensão pela via corporal, afetiva e dialógica. A ida à Olhos d’Água prolonga o gesto fenomenológico — clarificar essências na experiência — ao mesmo tempo em que cumpre um imperativo ético de devolutiva e cointerpretação com aqueles que originaram o sentido.

Olhos D’Água é um dos povoados históricos mais antigos de Alexânia. Território de memória, de luta e de resistência, foi um dos espaços mais afetados pela construção da BR-060, que alterou profundamente sua história. Escolher Olhos D’Água como destino não foi casual: trata-

se de um lugar que carrega a história dos movimentos populares do município, da economia solidária e da agricultura familiar. Era fundamental que os jovens conhecessem esse espaço não apenas como paisagem, mas como território vivido, disputado e historicamente marginalizado.

A vivência foi pensada com base em um princípio que tem atravessado todo o processo formativo: a sinergia. Mais do que cooperação, sinergia é a "cola" que conecta afetos, ideias, memórias e desejos em um mesmo fluxo de construção. A sinergia foi o que permitiu criar um espaço horizontal de escuta, partilha e reconhecimento entre os jovens e os atores comunitários. Em vez de uma visita guiada, foi uma experiência de investigação, com escuta sensível e protagonismo dos jovens na organização e participação.

A vivência foi planejada em parceria com Lobo-guará, 16 anos, e Capim-dourado, 17 anos. Lobo-guará já havia me acompanhado na coleta de imagens para o documentário e, por isso, conhecia bem Olhos d'Água e seus moradores. Como pesquisador, solicitei que eles elaborassem um roteiro de visita, pedindo apenas que articulassem os contatos existentes e me reservassem uma hora, na praça principal, para a devolutiva da Redução Eidética. Lobo-guará reuniu-se com Capim-dourado e Ipê-amarelo (18 anos), apresentou o plano e, juntos, organizaram a sequência das atividades. Coube a mim providenciar o transporte de ida e volta e o almoço; ao trio, a coordenação dos lanches coletivos colaborativos e a obtenção das autorizações parentais. Esse arranjo reafirmou o protagonismo no planejamento logístico e político da saída de campo, ao mesmo tempo em que preservou minha responsabilidade institucional pelo cuidado e pela viabilidade do processo. Esse foi o roteiro apresentado:

QUADRO 6 - ROTEIRO DE VIAGEM

8hs – 9hs	Deslocamento para Olhos D'Água
9hs – 10hs	Memorial Olhos D'Água
10hs – 11hs	Visita ao Ateliê do Prof. Lourenço (Arte em Barro)
11hs - 12hs	Devolutiva da Redução Eidética (Praça Central)
12hs	Almoço
13hs – 14hs	Visita à Subprefeitura de Olhos D'Água
14hs – 16hs	Momento no Rio Galinhas

16hs – 17hs	Deslocamento para Morada do Sol
-------------	---------------------------------

FONTE: Autor, 2024.

A vivência não foi registrada em áudio ou vídeo; apenas foram feitas fotografias pontuais de caráter memorial. Optei por não gravar para evitar a criação de um “ambiente controlado” que induzisse performances ou autocensuras, permitindo que os participantes se expressassem com maior espontaneidade e autenticidade.

Sáimos de ônibus, em grupo, rumo a Olhos D’Água para uma jornada de cerca de 8 horas. A primeira parada foi no Memorial de Olhos D’Água. Ao chegarmos, fomos recebidos com cuidado e firmeza por Mariana Bulhões, educadora popular e curadora do espaço. Sua presença não era apenas técnica ou institucional — havia nela um compromisso ético e político com a preservação da memória coletiva e com o papel formativo do museu. Mariana organizou uma exibição especialmente pensada para os jovens: um pequeno documentário sobre a história do território, costurado por vozes e imagens da própria comunidade, com registros da Feira de Trocas, das manifestações pela água e da organização dos movimentos sociais que resistiram à mudança da sede do município na década de 1960.

O que se revelou ali não foi uma narrativa idealizada do passado, mas um acervo vivo de disputas, rupturas e continuidades. Os jovens puderam ver e tocar peças do cotidiano de famílias locais: ferramentas, roupas, fotografias, objetos simbólicos — tudo impregnado de significado. Ao percorrer o espaço, percebi como os olhares se transformavam. Muitos dos jovens que, em outras ocasiões, demonstravam certo distanciamento frente à história do município, passaram a se identificar com as trajetórias ali expostas. Não por um encantamento vazio, mas porque viram, com os próprios olhos, que a luta política e a construção de direitos também nasceram ali — no chão, na feira, nos conflitos com o poder público. Na foto a seguir vemos a curiosidade nas fotos históricas.

IMAGEM 31 - VISITA AO MEMORIAL OLHOS D'ÁGUA, MOMENTO DE ENCONTRO COM A MEMÓRIA LOCAL E SUAS NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA.



FONTE: Autor (2024)

Durante a visita, a exibição do pequeno documentário ultrapassou o caráter audiovisual: provocou perguntas, desconfortos e conexões imediatas com o presente, sobretudo em torno da mudança abrupta da sede do município para as margens da BR-060 — história já discutida anteriormente no Capítulo I e que segue reverberando como ferida territorial. Esse incômodo coletivo acionou memórias, tensionou narrativas oficiais e abriu espaço para que os jovens relacionassem passado e cotidiano, reafirmando o documentário como dispositivo pedagógico de problematização e não apenas de ilustração. Vi rostos atentos, vi dedos apontando para fotos antigas, vi silêncios carregados de reflexão. Na apresentação de Mariana não poupou contradições: ela falou da expulsão simbólica das comunidades do centro político de Olhos d'água, do apagamento histórico sistemático e da desvalorização institucional do próprio memorial. Esse

ponto foi crucial para que os jovens entendessem que memória não é aquilo que se guarda em vitrines, mas aquilo que se disputa no presente — inclusive pelo direito de existir e de ser contado.

Essa experiência, ainda que breve, possibilitou novo modo como muitos jovens passaram a olhar para o território e reconhecê-lo como espaço de lutas. Não foi uma transformação mágica, mas uma abertura concreta de sentido: perceberam que, se existe uma história oficial, também existem histórias subterrâneas, que só sobrevivem porque pessoas como Mariana insistem em mantê-las vivas. Para os participantes, isso significou também entender que sua própria história — muitas vezes silenciada — precisa ser contada, registrada, valorizada. E mais: que elas e eles têm o direito de fazer parte das próximas páginas dessa narrativa.

A memória, para Marilena Chauí, é um campo de disputa simbólica: ela pode ser capturada pela ideologia para naturalizar o presente e bloquear a imaginação do novo, ou pode tornar-se práxis crítica ao revelar o que foi silenciado e interditado. Nesse sentido, recordar não é retornar ao passado, mas reabrir o tempo — desfazer a “naturalização” que transforma história em destino — e, assim, liberar o futuro como possibilidade. Quando a memória se afirma como exercício de consciência histórica e de direito (o “direito à memória”), ela converge com a esperança ativa: o futuro deixa de ser mera projeção abstrata e passa a ser construção coletiva ancorada na crítica do vivido. Memória e futuro, então, se dobram um sobre o outro: lembramos para desideologizar o presente e, ao fazê-lo, instituímos condições para imaginar e instituir o que ainda não é.

Em seguida, visitamos o ateliê do artesão e professor Lourenço (imagem 34). Fomos acolhidos com entusiasmo e generosidade, em um espaço que por si só já carrega memória, resistência e criação. O ateliê, repleto de peças moldadas em barro, era mais do que um espaço de trabalho — era um território de luta simbólica e material. Ali, tivemos a oportunidade de tocar o barro, sentir sua textura, compreender o tempo do artesanato e o valor do fazer manual como forma de resistência à lógica imediatista e descartável do consumo moderno. Lourenço não apenas apresentou suas obras, mas nos convidou a experimentar, a ouvir o barro com as mãos.

IMAGEM 32 - ARTESÃO DE OLHOS D'ÁGUA EM SEU ATELIÊ, EXPLICANDO O PROCESSO DE TRABALHO COM O BARRO E SUA DIMENSÃO SIMBÓLICA.



FONTE: Autor, 2024.

Durante a conversa, emergiram questões profundas sobre o passado e o futuro de Olhos D'Água. Falamos sobre a história da comunidade, a luta dos artesãos pela valorização do seu trabalho, e os impactos crescentes da especulação imobiliária na região. Lourenço relatou, com franqueza, as dificuldades enfrentadas por quem tenta viver da arte em um território onde o poder público os invisibiliza sistematicamente. Ele nos falou sobre a ausência de políticas de incentivo, da dificuldade de acessar renda regular, da precariedade do reconhecimento institucional. Ao

mesmo tempo, sua fala nunca foi de vitimização, mas de dignidade e orgulho: “A gente não sobreviveu por sorte, foi por insistência e comunidade.”

Essa troca foi especialmente poderosa para os jovens. Muitos deles reconheceram, na trajetória de Lourenço, as dores e as potências de seus próprios contextos. Ele demonstrou que resistir também é cuidar da cultura, organizar coletivamente os saberes, transmitir experiências entre gerações. Foi um momento de travessia pedagógica — do barro às palavras, da escuta à ação — em que a juventude entendeu que o território também é feito de mãos que moldam (conforme foto do Prof. Lourenço), de vozes que narram e de vidas que, mesmo na invisibilidade, continuam a transformar o mundo ao seu redor.

IMAGEM 33 - PROF. LOURENÇA COM AS MÃOS NO BARRO, GESTO QUE MATERIALIZA SABERES TRADICIONAIS E AFETO PELO OFÍCIO.



FONTE: Autor 2024

Retornando ao gramado da Praça Central de Olhos D'Água, sentamo-nos à sombra de uma das árvores centenárias e deixamos a conversa fluir. Narrei, em detalhes, o percurso até Salvador, ocorrido a cerca de 40 dias antes da vivência, que foi o reencontro com colegas do Grupo Entre Colchetes, a reunião com o professor Davi para a redução eidética. Nesse contexto, apresentei — de modo situado — a fenomenologia: mais que um método, uma atitude investigativa que busca apreender a essência das experiências vividas (Husserl), suspendendo juízos prévios (*epoché*) para descrever os fenômenos tal como se mostram à consciência. Expliquei que observar, aqui, não é “ver de fora”, mas deixar-se afetar pela experiência, reconhecendo a intencionalidade — o fato de toda consciência ser consciência de algo — e descrevendo rigorosamente as formas como o sentido se constitui para os sujeitos. Usei o exemplo dos “carros azuis” para ilustrar a seletividade perceptiva: quando nossa atenção é orientada por uma questão ou interesse, aquilo que antes passava despercebido ganha contorno e presença — não porque o mundo mudou, mas porque o horizonte de sentido do observador se reconfigurou.

Partindo dessa chave, apresentei — de modo contextualizado — o procedimento analítico das entrevistas compreensivas: a identificação das “unidades de sentido”. Trata-se de segmentos discursivos que condensam significados recorrentes ou tensionados nas falas, núcleos que emergem da experiência narrada e, pela frequência ou intensidade, delineiam eixos interpretativos. Nessa pesquisa, essas unidades configuraram-se em torno de: (1) Indivíduo e individualiz(Ação) — processos pelos quais os sujeitos são convocados a gerir a própria biografia, internalizando responsabilidades e culpas em contextos de escassez; (2) Ideia de subalternidade — a inscrição de hierarquias simbólicas que naturalizam lugares sociais inferiores e produzem silenciamentos; (3) Territorialidade no imagético do futuro — modos como o território é projetado e desejado a partir de imagens, afetos e repertórios midiáticos que orientam expectativas; (4) (I)mobilidades: práxis territorial — práticas de deslocamento (ou sua ausência) como estratégias de afirmação, resistência e produção de lugar; e (5) Gerações e suas inter-relações — dinâmicas de transmissão, conflito e negociação entre diferentes faixas etárias na construção do cotidiano comunitário. Descrever essas unidades não significa encaixar falas em categorias prévias, mas seguir o fio fenomenológico: do vivido ao significado, do particular ao eidético, evidenciando como os jovens produzem, negociam e resistem nos modos de habitar o território.

Após essa conversa e explicações, comuniquei ao grupo que iniciaria a redação da dissertação utilizando os excertos produzidos por eles, agradecendo explicitamente pela generosidade das contribuições. Acrescentei que nossa experiência compartilhada seria o ponto de partida para a elaboração de uma cartilha destinada a associações e movimentos sociais, com o objetivo de oferecer referências e procedimentos para que a voz das juventudes seja efetivamente incorporada às agendas e práticas dessas organizações.

Por fim, informei que ali eu encerrava a apresentação do contexto da pesquisa e que, após a defesa perante a banca, realizaremos um momento comunitário com todas e todos que participaram e colaboraram no processo, a fim de realizar a devolutiva dos resultados. Reforcei meu agradecimento pelo tempo dedicado — nosso bem mais precioso — e pelo compromisso coletivo que tornou este trabalho possível.

Antes que as perguntas viessem à tona, antecipei-me para contextualizar: o que vivemos foi intenso e mobilizador. Após a apresentação dos desafios sociais, feito por eles na Assembleia da AMSER, conseguimos convencer a diretoria a submeter à CNBB um projeto de formação para as juventudes, concebido precisamente a partir do que experienciamos e refletimos juntos, em consonância com a Campanha da Fraternidade 2024 daquele ano — “Fraternidade e Amizade Social”. Assim, alinhando-nos aos objetivos do edital e articulando as exigências de financiamento com as demandas que vocês mesmos formularam, estruturamos o projeto Raios de Sol.

Ao explicar a escolha do nome pela diretoria da associação, um nó subiu à garganta: admitir que “o Sol mora na Morada do Sol” e que cada jovem é um raio que leva essa luz adiante fez transbordar a emoção. A vontade de chorar não surgiu como fraqueza, mas como confirmação de que o processo nos atravessou por dentro — pertencimento, identidade e futuro deixaram de ser abstrações para se tornarem experiência compartilhada e, portanto, potência política.

O Projeto Raios de Sol que utiliza o esporte e oficinas formativas como eixo formativo para promover o desenvolvimento integral e a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens. Seu objetivo central é reduzir vulnerabilidades, fortalecer vínculos familiares e comunitários e ampliar o senso de pertencimento, oferecendo treinos regulares, momentos educativos sobre autoestima, saúde, projeto de vida e prevenção de violências, além de encontros periódicos com responsáveis. As ações envolvem organização de turmas por faixa etária, acompanhamento escolar e de saúde, mutirões para estruturação da comunidade, eventos comunitários para fortalecimento de vínculos.

Com aporte de vinte cinco mil reais, o projeto transforma a prática esportiva em plataforma pedagógica e cidadã, com duração de 6 meses, irradiando — como seus “raios” — oportunidades de cuidado, formação e protagonismo juvenil a partir do território.

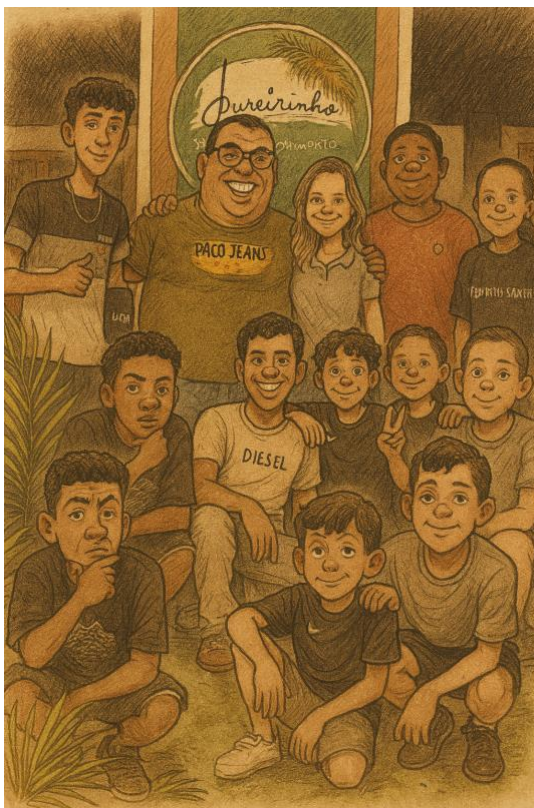
Ao final, promovemos uma conversa franca sobre a necessidade de organização coletiva das juventudes e da criação de um núcleo vinculado à AMSER, articulado à participação no projeto. Discutimos a potência da juventude como sujeito de transformação territorial e o lugar estratégico da participação cidadã — em conselhos, associações e iniciativas populares — para tensionar estruturas, disputar narrativas e instaurar práticas de organização comunitária que respondam às urgências do território.

Após esse momento tão rico, fomos almoçar no restaurante Brasileirinho, tivemos a honra de ser acolhidos por Geni Ribeiro, presidente do Sindicato Rural de Alexânia, uma mulher cuja presença forte e afetuosa marcou profundamente nossa vivência. Geni nos recebeu com uma mesa farta, não apenas de comida — saborosa, caseira, feita com afeto e generosidade — mas também de histórias, provocações e aprendizados. O gesto do almoço, preparado com tanto cuidado, já era, por si só, um ato político: nos sentimos bem-vindos, respeitados, parte de algo maior. Observei os jovens à mesa, alguns tímidos no início, mas logo envolvidos pelo ambiente de escuta e partilha que ela proporcionou. A comida circulava entre risos, silêncios reflexivos e olhares curiosos.

Durante a conversa, Geni compartilhou sua trajetória na luta, iniciada ainda jovem, destacando os desafios de ser mulher em espaços historicamente masculinos e a importância da presença feminina na política. Com a invisibilidade da mulher rural, a falta de incentivo, os preconceitos enfrentados — mas também sobre conquistas e vitórias arrancadas com muito esforço coletivo.

Ao ouvi-la, me emocionei. Não por romantismo, mas porque senti a densidade do que ela dizia: Geni não falava em tese, falava com o corpo, com a história vivida, com os pés no chão batido e as mãos calejadas de organização. Vi nos olhos dos jovens um misto de surpresa e admiração. Muitos deles, acostumados a ver o espaço rural como um lugar de atraso ou esquecimento, passaram a enxergá-lo como território de potência, de produção de conhecimento e de articulação política. A fala de Geni serviu como ponte entre o passado de resistência e um futuro possível, onde juventude e campo caminham juntos na defesa da democracia, do alimento, da terra e da dignidade.

IMAGEM 34 – CARICATURA DE UMA FOTO NO RESTAURANTE BRASILEIRINHO, EM OLHOS D’ÁGUA: PAUSA AFETIVA PARA PARTILHA E CONVIVÊNCIA.



FONTE: Autor (2024)

Conforme a foto acima, saímos dali com o coração quente e saciados. A escuta atenta dos jovens, a acolhida generosa da Geni, o cheiro da comida, o som dos talheres no prato e o silêncio respeitoso de quem sabe que está diante de algo importante — tudo isso me mostrou que é possível construir outros modos de formar, de cuidar, de politizar. Não foi apenas um almoço. Foi uma aula viva de política com afeto, coragem e território.

Logo após o almoço, seguimos em direção ao ateliê de Fatinha, artesã nascida e formada no mesmo “ninho” simbólico e político que o professor Lourenço: a Escola de Artes e Ofícios de Olhos D’Água. Fatinha, além de artesã reconhecida, é também ex-secretária de Turismo e figura importante na organização cultural e comunitária do território. Sua trajetória foi moldada não apenas pelo talento manual, mas também por influências marcantes de educadoras populares como

Laís Aderne³, com quem aprendeu a importância da arte como forma de resistência, de expressão e de transformação de vida.

Ao nos receber, Fatinha nos apresentou com orgulho suas peças produzidas com palha — uma matéria-prima simples, mas carregada de simbologia e ancestralidade. Cada peça contava uma história. Havia bonecas, santos, utilitários e ornamentos — todos feitos com extremo cuidado e identidade. Em meio às peças expostas, ela nos mostrou, emocionada, a fotografia em que entregava ao Papa Francisco uma imagem de Nossa Senhora Aparecida feita de palha, moldada por suas próprias mãos. Foi um gesto potente de síntese entre fé, cultura popular e reconhecimento internacional da arte produzida nas margens.

A visita ao seu ateliê foi uma aula sobre engajamento, pertencimento e empoderamento. Fatinha nos falou da importância do envolvimento dos jovens com a cultura, da necessidade de ocupar espaços institucionais e da urgência de preservar os saberes locais. Caminhamos por entre as peças, fizemos perguntas, observamos os detalhes, tocamos as fibras. Ali, mais uma vez, a escuta e o contato se tornaram ferramentas de aprendizagem.

A vivência com Fatinha foi essencial para reforçar nos jovens a ideia de que o artesanato não é apenas uma atividade estética ou comercial, mas uma prática política que envolve memória, identidade e resistência. Sua fala e sua trajetória mostraram que é possível transformar o território a partir das próprias raízes, com criatividade, coletividade e coragem. Para muitos dos jovens, ver alguém do próprio território alcançar reconhecimento e se manter firme em suas convicções foi inspirador. E para mim, mais uma confirmação de que o território é, acima de tudo, feito de pessoas que, como Fatinha, se recusam a desaparecer.

Também visitamos a Subprefeitura de Olhos d'Água, onde fomos recebidos pelo subprefeito Adão Francisco de Oliveira. Ele nos apresentou as instalações físicas do órgão e explicou o funcionamento administrativo, destacando como a subprefeitura atua para assegurar que os serviços públicos — manutenção urbana, atendimento às demandas comunitárias e articulação com a sede do município — cheguem efetivamente ao distrito.

³ Laís Aderne (1936–2007) foi professora, arte-educadora e artista mineira de Diamantina, docente da Universidade de Brasília. Radicada em Olhos d'Água (Alexânia-GO) a partir do fim dos anos 1960/ início dos 1970, coordenou em 1973 o Projeto Olhos d'Água e idealizou, em 1974, a Feira do Troca, marco de valorização do artesanato local e da economia solidária, que se mantém até hoje como referência cultural do Cerrado. Sua mediação entre comunidade, universidade e poder público impulsionou políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial, redes de artesãos e a autoestima comunitária. (Adaptado Museu Cerrado [s.d.])

Encerramos a vivência no Ribeirão de Olhos D'Água — e foi ali, à beira da água, que muitos sentidos se organizaram com mais clareza. O espaço, cercado por vegetação nativa nos convidou à escuta da natureza e à pausa necessária depois de tantas provocações ao longo do dia. À sombra das árvores, na hora do lanche, depois de tomar banho no Rio Galinhas, propusemos uma roda de conversa com o tema “meio ambiente, aquecimento global e o papel da juventude frente às mudanças climáticas”. Não se tratava de uma aula, foi algo espontâneo, sem planejamento, um convite à fala e à escuta partilhada, de quem sente na pele os impactos da degradação ambiental, mesmo sem, às vezes, nomeá-los dessa forma.

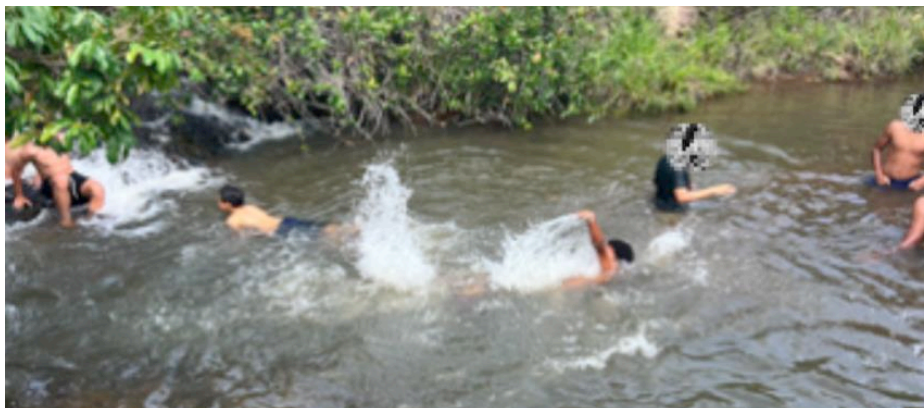
Os jovens relataram vivências cotidianas: o calor extremo, a escassez de água em períodos de seca, a queimada nos arredores da comunidade, a perda da biodiversidade que antes fazia parte do imaginário coletivo — como os animais que já não se veem mais com tanta frequência. Falamos sobre o desmatamento, sobre os rios que secaram, sobre como o modelo de desenvolvimento vigente contribui para esse cenário de colapso. Mas também falamos sobre ação, sobre compromisso com o território e sobre a importância de pensar o meio ambiente de forma integrada à justiça social.

O banho de cachoeira que sucedeu a roda não foi apenas um momento de lazer. Foi simbólico. Foi como um rito de passagem, uma forma de purificação, de retomada de forças. Vi sorrisos sinceros, brincadeiras espontâneas, mas também olhares pensativos, corpos relaxados e uma atmosfera de conexão profunda. A água ali não era só paisagem — era memória, era pertencimento, era respiro.

IMAGEM 35 - MOMENTO DE LAZER NO RIO GALINHAS, RESPIRO COLETIVO QUE REFORÇA VÍNCULOS E PERTENÇA AO TERRITÓRIO.



FONTE: Autor, 2024.

IMAGEM 36 – O RITO DE PASSAGEM

FONTE: Autor, 2024.

Para mim, como pesquisador e também como alguém que vive a dor e a beleza do mesmo território, foi um dos momentos mais impactantes de todo o processo. Porque ali, no fluxo da água e da conversa, entendi que formar politicamente a juventude é também dar-lhe tempo, espaço e sensibilidade para sentir, tocar e significar o mundo com seu próprio corpo e repertório. A natureza, nesse contexto, não foi um “tema”, mas um sujeito da formação — silencioso, mas absolutamente eloquente.

Uma das lições mais potentes que levo dessa experiência é que, na pesquisa e na vida, não se deve “dar ponto sem nó”. O planejamento do dia em Olhos D’Água foi minuciosamente pensado para dialogar com os noemas que emergiram durante a Redução Eidética: o indivíduo e a individualiz(Ação); a ideia de subalternidade; o território no imagético do futuro; as imobilidades territoriais; e as inter-relações entre gerações como fundamento de uma práxis territorial crítica. Nada ali foi aleatório — cada parada, cada fala, cada gesto estava entrelaçado com o que a pesquisa vinha me apontando como essencial.

Essa vivência ampliou e ressignificou as discussões realizadas nas oficinas anteriores. Se antes abordávamos o território a partir da escuta e da análise crítica, em Olhos D’Água ele se revelou em sua dimensão sensorial, histórica e simbólica. A visita ao memorial não apenas reconectou os jovens com a memória e a identidade do município, como evidenciou o quanto esses elementos são disputados politicamente. A fala de Lourenço reforçou a juventude como herdeira e continuadora de um fluxo geracional de resistência — não como receptora passiva, mas como agente de renovação. O encontro com Geni atualizou a discussão sobre participação social,

colocando em evidência a força das mulheres do campo e o papel da juventude como sujeito político do presente. E o momento no ribeirão, por fim, permitiu entrelaçar território, corpo e natureza em uma experiência profunda de pertencimento.

Essa articulação entre teoria, vivência e território não só fortaleceu minha análise como pesquisador, mas também reafirmou a potência de uma metodologia encarnada, sensível e estrategicamente alinhada com os sentidos da pesquisa. A práxis territorial se concretizou ali: nos passos, nas escutas, nos afetos e nos silêncios compartilhados. Olhos D'Água não foi apenas um cenário — foi método, foi linguagem, foi revelação.

Essa experiência consolidou, na prática, muitos dos conceitos discutidos ao longo do ciclo formativo. Foi um ato de educação popular em território vivo. Os jovens retornaram impactados, conscientes de que pertencem a uma história maior, de luta, de resistência e de esperança. Atravessar essa experiência ao lado deles não foi apenas uma atividade metodológica, mas uma reafirmação de que a formação política se faz no corpo, na escuta, na memória e na estrada compartilhada.

Quando falo de “rito de passagem”, ao descrever do banho de cachoeira em Olhos D'Água, não me refiro apenas a um gesto simbólico ou a uma experiência estética. Aquilo foi planejado — desejado, vivido e ofertado — como um marco de transição. Quis, com aquele momento, oferecer aos jovens aquilo que eu também havia recebido há poucas semanas: a possibilidade de atravessar uma experiência que marca o fim de um ciclo e anuncia o início de outro. Assim como meu orientador me conduziu a um rito semelhante nas águas do mar de Itapuã, logo após a Redução Eidética, ali, no ribeirão, era a minha vez de devolver esse gesto, carregado de sentido e afeto. Naquelas águas baianas, vivi meu rito de passagem não apenas acadêmico, mas existencial. Abandonei versões de mim mesmo, mágoas acumuladas, inseguranças veladas — para crer, de verdade, na potência do que estava por vir com minha pesquisa, minha vida e minha atuação política.

Voltar desse processo e reencontrar os jovens com esse olhar transformador me deu ainda mais certeza de que o campo não se fecha com silêncio, mas com gesto. Na cachoeira de Olhos D'Água, quis propor esse gesto. Um rito partilhado, não só para marcar o encerramento da fase de campo, mas para abrir caminho ao que estava em construção coletiva: o Projeto Raios de Sol. Esse projeto, fruto de um esforço articulado com a diretoria da AMSER, nasce como uma possibilidade

concreta de continuidade. Um projeto desenhado a várias mãos, dialogado com os sócios da associação, financiado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, estruturado para acolher, formar e acompanhar a juventude nos meses seguintes — com práticas esportivas, atividades culturais e espaços de escuta e pertencimento.

Naquele mergulho, cada jovem levava consigo não apenas a memória de um dia intenso, mas a semente de algo maior. Para mim, aquela água lavava o campo da pesquisa e anunciava o florescimento de uma nova etapa: menos acadêmica, mas não menos política. Um retorno ao território, agora como prática viva daquilo que a própria pesquisa revelou. A AMSER, mais do que nunca, se posicionava como sujeito político capaz de criar, propor e sustentar processos de formação juvenil. O banho de rio não foi o fim — foi o gesto inaugural de uma nova caminhada coletiva.

Encerradas as oficinas, resta evidente que o processo formativo produziu mais do que escutas: gerou vínculos, deslocamentos de sentido e a emergência de um “nós” politizado. As falas, gestos e silêncios registrados compõem um tecido de experiências que, analisado fenomenologicamente, revela modos de habitar o território e de projetar futuros possíveis. É precisamente desse vivido que emergem os produtos da pesquisa — a Cartilha e o Documentário — concebidos como devolutivas públicas: materiais que não apenas sistematizam o percurso, mas o reinscrevem em linguagem compartilhável, ampliando o alcance das vozes juvenis e oferecendo ferramentas para que outras associações e coletivos repitam, adaptem e tensionem o método. A seguir, portanto, passamos do campo da experiência para o campo da visibilidade, transformando o que foi sentido e dito em dispositivos de intervenção e memória.

5 DO VIVIDO AO VISÍVEL: FENOMENOLOGIAS DO FAZER-CARTILHA E DOCUMENTÁRIO COMO DEVOLUTIVAS DO SENTIDO

Quando ingressei no PLANTER, tive o anteprojeto aprovado sob o título “Construindo a práxis da participação social e sua instrumentalidade no planejamento territorial: a experiência de adolescentes-jovens do Comitê Permanente de Adolescentes de Tucano/BA”. Meu desejo inicial era estudar o território de Tucano, onde eu já atuava havia mais de oito anos, inserido no Território do Sisal. No entanto, ao longo do primeiro ano, o projeto sofreu uma inflexão: o lócus empírico se deslocou, mas a essência permaneceu — juventudes, territorialidade e participação social — agora situadas em Alexânia/GO. Essa mudança resultou de um processo reflexivo registrado no memorial e pactuado com meu orientador, Prof. Davi, num consenso que reconheceu a potência metodológica e política de investigar o lugar de onde vim, depois de tantos anos. A transição acendeu em mim a tensão produtiva do pesquisador outsider/insider: alguém que, ao mesmo tempo, compartilhou o chão em outrora e precisa estranhar o óbvio, colocando em suspensão as familiaridades para descrever o vivido com rigor fenomenológico.

Pensado inicialmente como um único produto — o documentário —, meu projeto foi se reconfigurando ao longo do percurso. Estimulado pelo orientador, chegamos à decisão de desdobrar a pesquisa em três entregas: a dissertação, a cartilha e o documentário. Essa ampliação também responde a uma exigência ética e de coerência diante do financiamento recebido via bolsa da FAPESB — um privilégio que muitos colegas não tiveram. Assim, como forma de honrar o investimento público e potencializar os efeitos sociais da pesquisa, optei por trabalhar com os três produtos, articulando rigor acadêmico, devolutiva pedagógica e linguagem audiovisual.

5.1 O DOCUMENTÁRIO

A linguagem audiovisual me acompanha há muitos anos: é, ao mesmo tempo, hobby e forma de arte para revelar o mundo tal como o vivo e o sinto — por vezes com um viés assumidamente poético e romântico. Nela encontro a possibilidade de traduzir afetos, tensões e

brechas de esperança em imagens e sons, compondo narrativas que ultrapassam o texto escrito e convocam outros modos de sentir-pensar o território e as juventudes.

O uso de imagens na formação política articula três funções convergentes — pedagogia, denúncia e mobilização — porque o visual opera como linguagem-síntese que afeta, informa e convoca. Paulo Freire já apontava que a leitura do mundo precede a leitura da palavra: fotografias, cartazes e vídeos funcionam como “codificações” que problematizam a realidade e ativam processos de conscientização quando coletivamente decodificadas. Didi-Huberman lembra que “imagens ardem”: elas são brasas de memória e indignação, capazes de tornar visível o que o poder tenta invisibilizar, tensionando o regime de visibilidade (Rancière) e rompendo com a partilha do sensível que distribui quem pode aparecer e falar. Nesse sentido, a imagem não é mero espelho, mas dispositivo micropolítico (Rolnik; Guattari & Deleuze): produz subjetividades, abre fissuras no cotidiano e redistribui afetos que sustentam a ação coletiva.

Como ferramenta de denúncia, a imagem condensa evidências e emoções: uma fotografia de um território precarizado, por exemplo, simultaneamente documenta a ausência de políticas e convoca empatia pública (Sontag; Butler). Já na mobilização, ela opera como signo agregador — ícone, meme, vídeo-manifesto — que circula em redes e cria comunidades de sentido (W. J. T. Mitchell). Ao mesmo tempo, exige cuidado ético e político: quem enquadra? Quem é enquadrado? Com que consentimento e finalidade? Benjamin advertia para o risco da estetização da política; por isso, imagens emancipatórias precisam ser acompanhadas de processos coletivos de interpretação e ação. Assim, quando articuladas a práticas dialógicas e estratégias organizativas, as imagens tornam-se pontes entre sentir, pensar e agir — catalisadoras de formações críticas, denúncias públicas e mobilizações que deslocam estruturas.

O documentário produzido foi realizado na primeira etapa do trabalho de campo, durante a fase de imersão no território. Nessa perspectiva, ele se dedicou a investigar Alexânia: a configuração e organização do território, sua história e seus arranjos sociopolíticos, articulando esses elementos e ao meu memorial (primeira parte da pesquisa). O roteiro nasceu inicialmente como uma construção mental — um esboço intuitivo das cenas e temas-chave — e, em seguida, foi transferido para o papel, orientando o planejamento da captação de imagens, depoimentos e materiais de apoio. Esse movimento do imaginado ao escrito funcionou como guia metodológico

para garantir coerência entre a experiência vivida, a narrativa audiovisual e os objetivos investigativos.

Após concluir o primeiro esboço do roteiro, apresentei-me formalmente à Prefeitura Municipal de Alexânia como pesquisador e expus os objetivos da investigação. Fui recebido pelo prefeito Allysson Silva (gestão 2024), que prontamente demonstrou interesse em apoiar o projeto, condicionando a parceria à realização de uma devolutiva pública e à possibilidade de utilização dos produtos do mestrado — com a devida inserção da logomarca institucional. Nesse encontro, a Prefeitura disponibilizou um motorista e um veículo da Secretaria de Educação por cinco dias, o que foi decisivo para a captação das imagens, dada a extensão territorial do município.

Diante da necessidade de apoio técnico nas filmagens — operar câmera, microfones e demais equipamentos enquanto eu conduzia as entrevistas —, lembrei imediatamente de Lobo-guará, jovem de 16 anos que conheci em um evento na igreja, quando, a convite de minha irmã, fui fotografar e ele se aproximou curioso sobre as câmeras; naquela ocasião, deixei-o experimentar alguns cliques e expliquei o básico do funcionamento. Assim que a demanda surgiu, esse episódio retornou como possibilidade concreta: convidei-o para acompanhar cinco dias de captação, com a condição de conversar previamente com seus pais e obter autorização. Ele aceitou prontamente. Curioso, vibrante, atento às redes e às trends, Lobo-guará tornou-se um verdadeiro anjo de bastidor: sua presença garantiu fluidez ao processo e reafirmou a dimensão formativa e compartilhada da pesquisa audiovisual.

Com a equipe formada, o transporte assegurado e as matulas de comida e lanches preparados pela minha mãe, restava apenas ir a campo. Estructurei um planejamento de cinco dias — de segunda a sexta, das 8h às 18h — distribuindo os pontos de interesse para captação de imagens, articulando previamente os depoimentos com pessoas consideradas-chave e organizando a logística diária. Esse cronograma minucioso foi decisivo para garantir a completude do material, que ao final somou mais de 45 GB de registros.

Para os depoimentos e registros de imagem, elaborei um termo de consentimento e solicitei a assinatura de todas as pessoas que apareceriam nas cenas. Esse procedimento assegurou transparência quanto aos objetivos da pesquisa, direitos de uso do material e possibilidade de retirada do consentimento, garantindo a ética na produção audiovisual e o respeito à autonomia dos participantes.

Foi uma coleta extenuante: saíamos antes do sol esquentar, voltávamos noite adentro, almoçávamos no meio da rua equilibrando marmitas no colo, trocávamos pneu furado no improvisado e ainda administrávamos imprevistos técnicos. Mas, ao mesmo tempo, foi vibrante — cada parada revelava histórias, pontos de vista, memórias e afetos que nos atravessavam; cada enquadramento parecia abrir uma fresta para mundos silenciosamente potentes. A semana condensou cansaço físico e exuberância sensível: intensidade pura, onde a dureza da logística se encontrava com a alegria de registrar e devolver sentidos ao próprio território.

Com todo o material em mãos, começou a imersão nas inúmeras horas de entrevistas e imagens para selecionar o que, de fato, comporia o documentário. Num primeiro momento, projetei uma duração em torno de 30 minutos, já que o filme serviria como disparador em uma das oficinas, potencializando debates sobre território, juventudes e meritocracia. Essa etapa exigiu olhar atento e criterioso: equilibrar densidade analítica e fluidez narrativa, preservar a força das falas e, ao mesmo tempo, construir um arco que conduzisse o público da identificação à problematização.

Adotei rigor ético na seleção de falas e trechos, evitando a manipulação do discurso. Inspirado pela “fidelidade ao dito” na análise fenomenológica (Husserl; Giorgi) e pela “ética da escuta” (Bourdieu, 1999; Chauí), busquei preservar a intencionalidade do enunciado e seu contexto de enunciação. Isso implicou manter a coerência interna das narrativas, evitar cortes que invertessem sentidos (Sontag; Butler, sobre o risco de estetização e descontextualização da imagem/palavra) e submeter escolhas a critérios explícitos: relevância temática, recorrência como unidade de sentido e potência de problematização coletiva. Segui, ainda, a advertência de Benjamin contra a estetização da política: o objetivo não era “embelezar” a fala, mas torná-la legível como experiência social. Assim, a montagem operou como gesto interpretativo responsável — uma “tradução densa” (Geertz) — que revela, sem distorcer, aquilo que os participantes quiseram e puderam dizer.

Tecnicamente, a captação de imagens foi realizada com duas câmeras DSLR — uma Nikon D7500 e uma Canon Rebel T5 — e microfones Boya Pro-K1, garantindo qualidade satisfatória de vídeo e áudio. A edição do documentário foi feita no software iMovie (Apple), cuja interface intuitiva permitiu organizar o material, ajustar cortes finos e tratar o som com precisão. As escolhas se mostraram acertadas: asseguraram robustez técnica sem comprometer a agilidade do processo, equilibrando recursos disponíveis e exigências estéticas/metodológicas do projeto.

O produto em construção foi apresentado à Banca de Qualificação com 38 minutos de duração. Tratava-se de um protótipo já estruturado — com áudio, trilhas de fundo, imagens e falas editadas —, porém ainda incompleto no que diz respeito aos acabamentos: faltavam transições mais fluidas, efeitos visuais pontuais e ajustes finos de ritmo e mixagem sonora.

Senti uma segurança imediata quando mostrei o protótipo para minha mãe: ao ver sua aprovação — genuína e emocionada — confirmei que a narrativa fazia sentido para quem conhece de perto minha trajetória e o território. Esse aval afetivo funcionou como selo de coerência e cuidado, reforçando que eu estava no caminho certo antes mesmo dos ajustes finais de acabamento.

O protótipo foi encaminhado à empresa de comunicação contratada pela Prefeitura para realização da versão final, com todos os ajustes de acabamento. Essa interlocução ocorreu já em 2025, com o atual prefeito, Warley Gouveia, que manteve o compromisso institucional: os produtos trarão a logomarca da Prefeitura junto às instituições acadêmicas e poderão ser utilizados na formulação de políticas públicas pelo Município de Alexânia.

O documentário, de caráter autobiográfico e interrogativo, não se propõe à promoção pessoal. Ele foi construído para dialogar com os jovens, mostrando que as juventudes vivem dissabores, cometem erros, alcançam acertos, enfrentam oportunidades e fazem escolhas. Ao compartilhar minha trajetória, estabeleço pontos de contato com outros protagonistas de Alexânia, compondo um mosaico de percepções sobre juventudes, território e desenvolvimento — um relato que se quer coletivo, crítico e mobilizador.

Encerrar este capítulo exige reconhecer o documentário como mais que um suporte narrativo: ele é, fenomenologicamente, um “dispositivo de visibilização” do vivido. Ao converter experiências em imagens-tempo (Deleuze), o filme atua como práxis hermenêutica: interpreta e devolve sentidos ao próprio território, sem pretender esgotá-lo. Nesse gesto, articula memória e projeto (Ricoeur; Koselleck): reinscreve o passado em quadros de inteligibilidade coletiva e abre horizontes de expectativa para as juventudes, que se veem não apenas representadas, mas interpeladas à ação. Assim, o documentário opera como “tradução densa” (Geertz) e, simultaneamente, como “codificação problematizadora” (Freire): não entrega respostas, mas convoca perguntas — desloca a plateia do lugar de espectadora passiva para o de sujeito crítico.

Do ponto de vista ético-político, a montagem final confirma a aposta na “ética da escuta” (Bourdieu; Chauí) e no compromisso com a não estetização da desigualdade (Benjamin). Ao evitar

cortes que violentem o enunciado, o filme afirma que o método é também conteúdo: o modo como se mostra é inseparável do que se mostra. A imagem, enquanto partilha do sensível (Rancière), redistribui lugares de fala e de visibilidade, tensionando hierarquias que naturalizam o silêncio. Nesse sentido, o documentário torna-se um ato micropolítico (Rolnik; Guattari & Deleuze): produz subjetividades insurgentes, fissura rotinas perceptivas e inaugura microcomunidades de sentido em torno de problemas comuns — território, juventudes, mérito, pertencimento.

Por fim, ao ser apropriado pela gestão pública e por coletivos locais, o produto audiovisual reafirma sua função social: servir de insumo para políticas, formações e mobilizações. Não se trata de encerrar uma trajetória com “um filme pronto”, mas de disponibilizar uma ferramenta aberta, replicável e criticável. O capítulo do documentário, portanto, não fecha a pesquisa; ele a devolve ao mundo. A seguir, deslocamo-nos do campo imagético para a dimensão escrita-pedagógica da cartilha, mantendo o mesmo princípio: transformar experiência em instrumento de ação coletiva, sustentando o círculo virtuoso entre conhecer, sentir e transformar.

5.2 A CARTILHA

Nesse momento apresento e contextualizo a cartilha sobre participação social, com foco nas juventudes, concebida como devolutiva político-pedagógica do processo de pesquisa e intervenção realizado. A cartilha nasce da constatação de um paradoxo recorrente: embora a participação esteja inscrita como princípio democrático e direito garantido em marcos legais e institucionais, sua efetivação permanece restrita e, frequentemente, adulto cêntrica. Um dos nós críticos identificados é a dificuldade de processos sucessórios contínuos e integrados: “veteranos” de movimentos e conselhos tendem a centralizar saberes e decisões, mantendo os jovens na condição de aprendizes eternos ou meros executores de tarefas, o que fragmenta a renovação política e fragiliza a sustentabilidade das lutas coletivas.

Partimos da compreensão de que participar é aprender e produzir mundo, em diálogo com Paulo Freire (1979; 1996), para quem a leitura crítica da realidade antecede e orienta a ação transformadora. Assim, a cartilha é pensada como instrumento pedagógico de “codificação/decodificação” (Freire) que, ao mesmo tempo, forma, convoca e legitima as juventudes como sujeitos políticos. Essa perspectiva converge com Abramo (2005) e Dayrell

(2003), que defendem o uso do termo juventudes no plural, reconhecendo atravessamentos de classe, raça, gênero, território e sexualidade. Ao afirmar a juventude como categoria política (Bezerra, 2019) — e não apenas como “fase da vida” — o material busca tensionar estruturas que silenciam e infantilizam, ampliando a noção de quem pode falar e decidir sobre o comum.

O problema da baixa inclusão juvenil não se reduz à “falta de interesse” dos jovens; envolve barreiras simbólicas e institucionais. Bourdieu (1998) aponta como capitais culturais e linguagens tecnocráticas operam exclusões sutis. Arnstein (1969) nos lembra que há diferentes degraus de participação, e que convidar sem transferir poder mantém a lógica da tutela. Boaventura de Sousa Santos (2007) propõe uma “ecologia de saberes” que valorize conhecimentos populares e experiências de vida — horizonte que orienta a construção desta cartilha ao incorporar metodologias acessíveis, exemplos territoriais e dispositivos de devolutiva.

Também compreendemos a participação como prática territorializada e estético-afetiva. Saquet (2007) e Sandro Pereira Silva (2013) destacam o território como trama de relações e conflitos; Didi-Huberman (2012) e Rolnik (2018) sugerem que imagens, corpos e afetos são centrais nas disputas por visibilidade e sentido. A cartilha, portanto, adota recursos visuais e narrativos que dialogam com a tecnopolítica juvenil (uso estratégico de redes e linguagens digitais), buscando superar o formalismo que afasta e desmotiva.

O objetivo desta cartilha é oferecer uma ferramenta prática, enraizada na experiência vivida, para envolver as juventudes na discussão, na proposição e na execução de ações coletivas comunitárias; ela foi pensada para ser usada por jovens, lideranças de associações e demais atores comunitários que desejam qualificar processos participativos, fortalecer a organização local e sustentar a renovação política nos territórios.

Considerando o público-alvo, a cartilha será contextualizada à realidade dos territórios e escrita em linguagem apropriada, simples e afetiva — sem jargões técnicos desnecessários —, com diagramação convidativa, leitura fluida e fácil acesso em dispositivos móveis. Não se trata de um documento longo, mas de um material curto, direto e mobilizador, pensado para ser rapidamente lido, compartilhado e acionado em reuniões, oficinas e grupos de WhatsApp, com recursos visuais (ícones, quadros-resumo, passos práticos) que facilitem a compreensão e estimulem a ação coletiva.

A cartilha será distribuída exclusivamente em formato digital, incorporando links e QR codes que direcionam para plataformas de apoio: instrumentos práticos (modelos de ofício, roteiros de reunião, checklists), leituras de base teórica, vídeos curtos e outros conteúdos multimídia. Essa arquitetura “conectada” amplia a usabilidade e permite atualizações constantes, além de facilitar o compartilhamento em redes sociais e grupos de WhatsApp. Assim, o material funciona como um hub vivo de referências e ferramentas, potencializando a mobilização e a formação contínua das juventudes e das lideranças comunitárias.

A cartilha será dividida em três partes interdependentes. Na primeira, realizamos a problematização da participação social: apresentamos conceitos-chave, limites e potenciais, oferecendo um material formativo que prepara teoricamente o/a leitor/a para as etapas seguintes. Na segunda, focamos na construção do diagnóstico: escuta qualificada, leitura do território, levantamento de desafios e uso de metodologias participativas que permitam entender e contextualizar os problemas vividos. Na terceira, introduzimos a Teoria da Mudança como ferramenta prática de planejamento e mobilização: traduzimos seus elementos em passos aplicáveis, transformando o conteúdo em um convite direto à ação coletiva e à continuidade do processo.

O que espero da cartilha é que ela opere como um dispositivo de agenciamento coletivo (Deleuze & Guattari, 1980), capaz de deslocar a juventude da posição de “público-alvo” para a condição de coautora de políticas e práticas territoriais. Isso significa que seu êxito não será medido apenas pela leitura, mas pela apropriação ativa do conteúdo: jovens e lideranças utilizando os instrumentos, adaptando-os às suas realidades, tensionando estruturas adultocêntricas e instaurando processos sucessórios menos fragmentados. Inspirado em Freire (1996), espera-se que a cartilha funcione como mediação problematizadora, estimulando ciclos de ação-reflexão-ação que produzam consciência crítica e intervenção concreta.

Do ponto de vista epistêmico, a cartilha deve fomentar uma ecologia de saberes (Santos, 2007), valorizando conhecimentos situados e experiências populares como legítimas no campo da participação. Assim, ela não pretende “ensinar” de cima para baixo, mas abrir espaço para traduções interculturais (Santos & Meneses, 2010): veteranos aprendendo com as linguagens, temporalidades e repertórios juvenis; jovens reconhecendo a memória histórica das lutas e das

instituições. Essa reciprocidade é central para superar o “monopólio do saber” que Bourdieu (1998) identifica como mecanismo de exclusão simbólica.

Politicamente, espero que o material radicalize a ideia de público (Fraser, 2007), ampliando a esfera de deliberação para além das instâncias formais. Que sirva como ponte entre conselhos, associações, coletivos culturais e redes digitais, articulando o que Rolnik (2018) chama de micropolíticas do desejo com disputas macroinstitucionais por orçamento, legislação e programas. Nesse sentido, a cartilha deve sustentar processos de mobilização contínua, prevendo devolutivas, monitoramento participativo e memória das ações — elementos fundamentais para a manutenção da confiança e para a renovação geracional.

Metodologicamente, espera-se que a cartilha seja reaplicável e iterativa: cada uso gera novos insumos, diagnósticos e ajustes, retroalimentando o documento com dados e narrativas do território. Esse caráter “vivo” demanda que os QR Codes e links funcionem como arquitetura expansível, permitindo incorporar novos instrumentos, vídeos e referenciais teóricos. Assim, a cartilha deixa de ser produto fechado e se converte em plataforma pedagógica em movimento, aberta a revisões coletivas e atualizações contextuais.

Imagina-se que a cartilha contribua para instituir rotinas de sucessão e cuidado intergeracional: etapas previstas para inclusão de novos membros, estratégias de mentoria horizontal, registros acessíveis do histórico das decisões e mecanismos de avaliação compartilhada nas associações e demais organizações comunitárias. Em outras palavras, que ela ajude a transformar o “paradoxo da participação” em prática social sustentada, na qual jovens tenham não apenas lugar, mas poder — e em que veteranos reconheçam, no ato de partilhar saberes e responsabilidades, a permanência e o fortalecimento da própria luta.

3.3 DISTRIBUIÇÃO

O documentário será distribuído prioritariamente em formato digital, mas ancorado em momentos presenciais de devolutiva comunitária. O primeiro movimento consiste em exposições em associações, escolas, conselhos e espaços culturais do território, como no Memorial Olhos D’Água, seguidas de rodas de conversa e escuta qualificada, registradas por meio de formulários

simples ou murais colaborativos. Paralelamente, a versão online ficará hospedada em plataformas abertas (YouTube e/ou Vimeo), em alta resolução, com legendas acessíveis (closed caption). Todos os convites e materiais digitais trarão links encurtados e QR codes, reunidos em uma página central (Linktree ou site institucional), que também conectará o público à cartilha e a materiais de apoio.

Do ponto de vista ético, todas as imagens e falas exibidas possuem consentimento livre e esclarecido; quando necessário, recorreremos à anonimização por codinomes, conforme diretrizes da LGPD. O filme trará um card inicial ou final informando a licença de uso (Creative Commons BY-NC-SA), um contato institucional para solicitações de correção ou retirada de conteúdo e uma nota sobre o tratamento de dados pessoais. Para garantir preservação e circulação acadêmica, o documentário será depositado em repositórios institucionais (como o da UEFS) ou plataformas abertas com registro (DOI), assegurando sua rastreabilidade como produto técnico-científico e pedagógico.

O monitoramento do alcance se dará pelas próprias métricas das plataformas de vídeo (visualizações, tempo médio, compartilhamentos) e por um formulário opcional dirigido a quem realizar exibições coletivas, indicando contexto, público e desdobramentos. Manteremos um backup em nuvem (Drive/OneDrive) e em HD externo, acompanhado de controle de versões. Arquivos serão disponibilizados em MP4 (codec H.264), com uma versão “leve” para celulares, além do arquivo .srt separado para facilitar futuras traduções. Dessa forma, a distribuição do documentário integra o próprio processo político-pedagógico: amplia a visibilidade das juventudes, alimenta debates locais e sustenta uma memória viva, conectada e compartilhada do percurso formativo.

A cartilha será distribuída integralmente em formato digital, priorizando canais de fácil acesso e compartilhamento: site/portfólio institucional (ou página da associação), repositório aberto no Google Drive ou OneDrive, Linktree para concentrar links, além de grupos de WhatsApp e Telegram, newsletters e perfis em redes sociais (Instagram, Facebook). Cada versão trará QR codes e links encurtados (Bitly, TinyURL) para facilitar o acesso via celular e permitir monitoramento básico de alcance (cliques, downloads).

Procedimentos éticos: o material observará a LGPD (Lei 13.709/2018) e o Art. 13 já adotado na pesquisa, preservando anonimato e confidencialidade dos participantes. Qualquer relato, imagem ou fala será utilizado com consentimento informado e, quando necessário,

anonimizado por codinomes. Instruções claras indicarão que o conteúdo pode ser reproduzido livremente para fins formativos, desde que citada a fonte, e sugerimos licenciamento Creative Commons (CC BY-NC-SA) para garantir uso não comercial e compartilhamento com atribuição. Será disponibilizado um contato institucional para solicitações de correção, retirada de conteúdo ou dúvidas éticas.

Registro e monitoramento do uso: cada acesso poderá ser vinculado a um breve formulário (Google Forms/Typeform) para conhecer quem utiliza, onde e como, sem coleta de dados sensíveis. Será mantido um log de versões (versionamento) em plataforma colaborativa (Notion, GitBook ou mesmo um documento compartilhado), registrando atualizações, erros corrigidos e novos instrumentos adicionados. As práticas e experiências geradas a partir da cartilha poderão ser documentadas pelos próprios usuários em um mural digital (Padlet, Miro) ou planilha colaborativa, alimentando um ciclo de devolutiva e aprendizagem coletiva.

Atualização contínua: por ser um “hub” vivo, a cartilha terá campo final com link/QR para “envie sua sugestão” ou “conte como utilizou”, permitindo incorporar novos materiais (vídeos, roteiros, checklists) e manter o conteúdo atualizado. Esse fluxo garante que a distribuição online não seja apenas difusão, mas também curadoria participativa, fortalecendo a ética do cuidado, da transparência e da corresponsabilidade entre gerações e territórios.

Por fim, reafirmo que todos os produtos desta pesquisa são públicos e estarão disponíveis a todas e todos, em acesso aberto e gratuito, para uso formativo, político e comunitário. Ao optar por licenças livres e formatos digitais compartilháveis, buscamos garantir que os materiais circulem, sejam apropriados, remixados e devolvidos aos territórios, fortalecendo o controle social, a democratização do conhecimento e a continuidade das ações coletivas para além dos limites deste trabalho.

TRAVESSIA FENOMENOLÓGICA: ENCERRAR SEM CONCLUIR

Encerrar esta pesquisa é menos “dar um ponto final” e mais reconhecer que o fio que a teceu segue em movimento — agora compartilhado. O percurso mostrou, com vigor, que juventudes, território e participação social não são peças soltas: compõem um mesmo organismo, indissociável para compreender impasses e potências na Morada do Sol.

Ao longo dos movimentos metodológicos em espiral — da imersão territorial ao documentário, da cartilha à própria dissertação — busquei articular conhecimento e ação, devolvendo ao grupo aquilo que dele emergiu. Esse caminho só foi possível porque transformei a tensão insider/outsider em recurso: entre a empatia de quem “é da terra” e o estranhamento crítico de quem retorna com outros olhos, encontrei o lugar ético de escuta e restituição.

Voltar às origens e morar novamente próximo aos meus pais durante o trabalho de campo foi como caminhar descalço sobre a terra de infância: cada passo despertava lembranças, dores e ternuras que eu havia aprendido a silenciar. Entre o café coado e as conversas atravessadas por silêncios antigos, fui percebendo que pesquisar o território era também pesquisar minhas próprias ruínas — e, aos poucos, reconstruí-las. Houve dias em que a criança ferida em mim gritava, ressentida pelas ausências e injustiças; houve noites em que, ao ouvir o riso deles na cozinha, senti um colo tardio, mas ainda possível. Curar as feridas não foi esquecer, foi poder nomeá-las diante deles e de mim, sem acusações, reconhecendo limites e amores. Nesse convívio, entendi que a fenomenologia do retorno passa pelo corpo: o abraço que antes doía agora aquieta, o olhar que antes julgava agora acolhe. E, nesse gesto de permanecer, pude costurar o pesquisador ao filho, o adulto ao menino — e seguir, menos pesado, mais inteiro.

Os jovens carregam uma potência crítica e criativa ainda pouco mobilizada pelos canais formais, ao mesmo tempo em que enfrentam carências estruturais e descrédito institucional. A ausência de espaços efetivos, como o Conselho Municipal de Juventude, e a condução adultocêntrica de processos participativos produziram um “desencaixe” entre direitos previstos e práticas cotidianas.

Ainda assim, há sinais de uma consciência adormecida — “potente”, como disse Ipê-Amarelo — que indica caminhos para ativar a participação pela educação popular, pela linguagem acessível e pela legitimação do lugar de fala juvenil.

Transformar entrevistas, oficinas e registros em dissertação, cartilha e documentário foi mais que “comunicar resultados”: foi garantir devolutivas públicas, em linguagem compartilhável, para que outras associações possam replicar, tensionar e reinventar o percurso. Ao assumir a fenomenologia como fio condutor, suspendi julgamentos e deixei as vozes juvenis emergirem como lugares de fala — não ilustrações empíricas — capazes de interpelar teoria e gestão.

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Subjetividades, Fenomenologia e Ação Humana [Entre-colchetes] foi o chão firme e o fôlego desta caminhada: ali, o apoio não era apenas técnico, mas pulsação coletiva — troca de saberes, escuta sensível, afeto que legitima a dúvida e encoraja o salto. Às quartas-feiras à noite tornaram-se farol na semana: mesmo longe da UEFS e da Bahia, eu me reconhecia em cada câmera aberta, em cada silêncio compartilhado, em cada provocação teórica que devolvia sentido ao que eu vivia no campo. A conectividade e a internet cumpriram um papel ético-político: costuraram distâncias, ampliaram presenças, fizeram comunidade onde poderia haver isolamento. Não estive — e não me senti — sozinho porque esse coletivo me ancorou, lembrando que pesquisar é também ser atravessado pelo outro, e que o pensamento, quando pulsa em comum, cura, sustenta e faz nascer caminhos.

Sobre o processo, concluo que é preciso descentralizar e ressignificar espaços participativos não é retórica: é direção prática. Isso implica, entre outras ações: simplificar linguagens, garantir retorno público às demandas, cocriar agendas com os jovens e legitimar suas temporalidades e modos de fazer política.

Mais que convidá-los a ocupar arenas adultas, é necessário construir com eles novos dispositivos de governança, onde o território seja também pedagógico no sentido freireano — feito de barro, ausência e afeto, mas também de direito e ação coletiva.

Esta pesquisa nasceu situada: tempo curto, recursos finitos, um grupo menor que o ideal inicialmente previsto — mas, justamente por isso, mais denso em escuta e acompanhamento. Reconheço que outras juventudes ficaram às margens do processo (urbanas conectadas à capital, juventudes indígenas ou quilombolas eventualmente invisibilizadas). Há, portanto, campo aberto para novas investigações que ampliem o mosaico.

Escrever este capítulo é, antes de tudo, voltar ao corpo da pesquisa: aquele que tremeu, duvidou, se indignou, se enteneceu e, enfim, se reconheceu no espelho das juventudes da Morada do Sol. Não encerro um texto; descrevo uma travessia fenomenológica — aquela que exige

suspender certezas (epoché), acolher o que aparece (intencionalidade) e devolver ao mundo o que nele se revelou (restituição).

Voltar a Alexânia não foi só deslocar o corpo no espaço; foi ser atravessado por memórias que cheiravam a terra molhada, poeira de estrada, ônibus lotado, o silêncio duro de quem já cansou de pedir. Entrei no campo com o peso de quem “é dali”, mas precisei aprender a olhar de novo, a estranhar o familiar. A fenomenologia me ensinou a *ver de dentro* sem perder a distância crítica: colocar entre parênteses minha ânsia de explicar para, antes, deixar que as coisas se mostrassem como são para quem vive — e não só para quem pesquisa.

Cada encontro, oficina, entrevista ou conversa de beira de fogão foi vivido como acontecimento singular. A árvore de problemas não era técnica: era a oportunidade de nomear dores e causas com as próprias mãos. A visita ao Memorial Olhos D’Água não foi “atividade externa”: foi mergulho em memórias outras, que me fizeram sentir vergonha e orgulho ao mesmo tempo — vergonha pela invisibilidade imposta; orgulho pela resistência teimosa. No Rio Galinhas, quando a água tocou o tornozelo, percebi que o lazer também é método: é nele que laços se fazem e o território se reaprende no riso.

A redução fenomenológica, no cotidiano, significou abrir espaço para o inesperado: aceitar que a oficina começaria atrasada porque alguém precisava buscar a irmã; que um silêncio dizia mais que três parágrafos; que uma foto tremida carregava mais verdade que um registro perfeito. Meu caderno de anotações guardou tremores da mão, anotações com setas confusas, flechas que tentavam ligar “trabalho e renda” a “conflitos familiares”, mas que, no fundo, ligavam pessoas a sentidos.

Houve raiva — quando percebi o quanto promessas públicas esfarelam no caminho entre o decreto e a roça. Houve medo — de não dar conta, de instrumentalizar sem querer, de cair na armadilha das palavras bonitas que nada mudam. Houve ternura — na escuta de uma jovem que, entre lágrimas, disse “acho que ninguém nunca perguntou isso”. Houve alegria — ao ver um grupo se reconhecer como coletivo e se empolgar com a ideia de que “dá pra fazer diferente”.

Esses afetos não são anexos: são parte do fenômeno. A fenomenologia me deu a licença (e o dever) de reconhecê-los como constitutivos do conhecer. Se me comovi, foi porque algo no real me convocou. Se me indignei, foi porque o fenômeno da exclusão se impôs como absurdo. Se me aquietei, foi porque o silêncio do outro exigiu presença, não resposta.

Produzir a dissertação, a cartilha e um documentário não foi “divulgação de resultados”: foi gesto ético de devolução. Escolhi linguagens que tocam — imagem, voz, desenho — porque entendi, com Paulo Freire, que “a leitura do mundo precede a da palavra”. E porque, como lembra Didi-Huberman, imagens ardem: elas acendem memórias, incomodam, deslocam. Ao optar por não gravar alguns momentos, preferi não controlar o ambiente — deixei que performassem como queriam, sem o peso do gravador que transforma fala em prova.

Esse “dar de volta” se fez também no cuidado com o anonimato, na escolha de codinomes do Cerrado, no esforço em produzir algo que possa servir a outras associações. Não foi perfeição: foi tentativa honesta de fazer da pesquisa um ato público, partilhável, afetivo e politicamente situado.

É verdade: tivemos menos jovens que o planejado, menos tempo do que eu queria, menos recurso do que seria justo. Isso me doeu — e ainda dói —, porque sei que outras juventudes de Alexânia ficaram fora do alcance desta lente. Mas, ao mesmo tempo, essa redução do universo nos deu densidade. Cada encontro gerou ecos que ainda ressoam. Há frestas abertas: investigar juventudes indígenas, quilombolas, urbanas hiperconectadas; aprofundar a relação entre participação e saúde mental; pensar dispositivos permanentes de escuta juvenil no município.

Ficam, para mim, para nós:

- **Um método em espiral**, que parte da escuta, devolve em ação e volta à escuta — sem pretensão de fechar ciclos.
- **Produtos públicos** (dissertação, cartilha, documentário) como sementes disponíveis: podem germinar em outros solos, ser reescritos, criticados, ampliados.
- **Uma ética de presença**, que me lembra que pesquisar é, antes de tudo, estar-com: com os jovens, com o território, com minha própria história.
- **Compromissos concretos**: seguir acompanhando a AMSER, tensionar a criação (ou efetivação) do Conselho de Juventude, apoiar a inclusão do tema nos planos municipais, ajudar a traduzir a linguagem do “poder público” para o vocabulário da roça e vice-versa.

Vale ressaltar que também fica — e fica com força — uma associação ativa, comprometida com as juventudes da comunidade: a AMSER. Uma associação que se reúne, dialoga, busca

melhorias e sustenta práticas que, para quem vem do Território do Sisal pode parecer trivial, mas, para nós de Alexânia, é gesto inovador, quase contracultura. Entre inúmeras associações de condomínios, de artesãos, de bairros e comunitárias existentes no município, a AMSER se destaca por realizar assembleias mensais efetivamente participativas, tomar a democracia como ponto de partida, zelar pela transparência nos processos (inclusive no uso dos recursos provenientes das mensalidades) e ser a única a captar recursos para implementar projetos sociais junto ao público da Assistência Social. Isso também é o que permanece: um coletivo organizado que prova, na prática, que participação dá trabalho — e dá frutos.

Chego ao fim desse processo com mais perguntas que respostas — e isso, hoje, me acalma. Pergunto a nós (pesquisadores, gestores, militantes, vizinhos): estamos dispostos a ceder o controle e compartilhar o poder de decidir? A suportar o desconforto do não saber? A reconhecer que participação não cabe num formulário e que território não cabe num mapa?

Se esta pesquisa despertou em alguém a vontade de olhar para o chão e ver ali mais que terra — ver história, ver conflito, ver possibilidade —, então ela cumpriu seu papel. Se fez alguém lembrar da avó que amassava barro, do rio onde se aprendeu a nadar, do ônibus que virou sala de aula política, ela está viva.

Término com a imagem das formigas da Vovó Dora: pequenas, insistentes, carregando juntas o que sozinhas seria impossível. É assim que imagino a continuidade — um trabalho de formiguinha, sim, mas que, quando visto de perto, revela uma engenharia afetiva poderosa.

Com afeto, rigor e um coração aberto ao que ainda virá. Que o vivido não se encerre aqui: que siga verbo, gesto, encontro. Que siga fenômeno, em cada corpo que ousa sentir-pensar e transformar o próprio território.

“As formigas são um povo sem força, todavia, no verão preparam a sua comida.” **Provérbios 30:25** —

PRÓLOGO

Desde que comecei a escrever um Prólogo nas dissertações de meus orientandos e minhas orientandas, sinto que esse espaço de ocupação, enquanto orientador, emana uma vontade de extrapolar aquilo que não foi possível ser dito por eles/elas. Ricardo extrapola os limites do esperado. Sua dedicação neste percurso, sua determinação diante dos entremeios (feitos para derrubar ou ensinar), seu carinho diante da ética da pesquisa e por conseguinte, dos/as jovens que colaboraram com a pesquisa, são sintomas de um homem gigante (aqui não me refiro apenas à sua altura física).

Por longos anos venho escutando e refletindo as juventudes. Estas, verosímeis em sua absoluta heterogeneidade, parecem sucumbir ao escambo com a memória coletiva: sim, elas possuem visão crítica, energia mobilizadora e capacidade potente para transformar. No entanto, estruturas ante pensadas e executadas para sua invisibilidade ou participação controlada, permitem a nós pensar como territórios educativos com contornos emancipatórios. As juventudes não são obsoletas, elas (re)criam um certo *status* de “necessárias ao cogito do esperar”.

Desde que conheci um Ricardo absorto com a caatinga baiana, conecto meu olhar a essa estrutura também nele. Sua inquietude e capacidade de mobilizar vem das juventudes ao redor. De suas tantas caminhadas *por aí*, tem amealhado repertório potente e diverso com objetivos de mudar o mundo. Não se trata de um cânone quixotesco ou paradigmático, há em Ricardo uma obsolescência à desesperança. Seu apego, dileto e sincero, alimenta e retroalimenta a juventude que (ainda) resiste nele. Posso dizer que ele é jovem de todas as formas que este léxico pode querer traduzir.

Sua colaboração ao campo do Planejamento Territorial se instaura na dimensão da escuta sensível, da real participação de atores sociais potencialmente engajados (mesmo que não percebam) e da notória boniteza (uso aqui a expressão freireana) da singularidade de inter(ferir) no território. Não há mudança sem luta e Ricardo assume o lugar enquanto cientista de fragmentar a realidade com rupturas, cortes e incisões com costuras, bandagens e proposições.

O muro, aparente metáfora para quem não tem lado ou não enxerga o outro lado, não se faz caber ao ler Ricardo. Seu posicionamento inaugura em si a perversidade de não se tolher. Quando as juventudes aparentemente anacrônicas em seu próprio tempo-espaço e completamente

sincrônicas nas suas relações, apresentam uma justaposição entre um Ricardo que já foi, ali, jovem e o Ricardo que agora, olhando para os jovens e as jovens, vê a si e a possibilidade de retocar os sonhos. É sobre as juventudes e sobre ele mesmo.

É possível, para mim, admitir, que a órbita da propositura de ação (reflexão-ação) empreendida por Ricardo o projeta para um *causista* das juventudes. O território, neste escopo, se apresenta como instância apta à mobilização e participação das juventudes que suplanta à falsa ideia de solidão ante as causas coletivas (que são povoadas pelas individualidades). A prova contundente de um território-vivo está neste texto e em seus produtos. Tudo o que foi produzido tem a alma destas juventudes provocadas pelo ex-migrante que voltou aos seus. Por fim, quero destacar a atualização de questões que envolvem a visão das juventudes na heterogênea e nada controversa órbita das (i)mobilidades dos sonhos, dos projetos, dos corpos, dos desejos, das práticas e das transformações. Neste sentido, o texto não se encerra, ele cerra os olhos para este Sol, que se faz Morada. A tarefa continuará, por ser, a partir de Ricardo, uma alma catingueira por assimilação e tendo o cerrado por convicção. Nada mais honroso, para mim, enquanto orientador, poder disponibilizar um texto de um orientado cuja tez, alma e propósito se fez com o objetivo de esperar-esperançando.

Prof. Dr. Davi Silva da Costa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a emergência social da “juventude” no Brasil. In: JUVENTUDE e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Cortez, 2005.
- ALEXÂNIA (GO). Lei Complementar n.º 892, de 11 out. 2006. Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor de Alexânia. Alexânia, 2006. Disponível em: <https://transparencia.alexania.go.gov.br/syspref/files/normas/13/f47fe1fe487e020eacaac9328204fdd8.pdf>. Acesso em: [dia mês abreviado. ano].
- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDERSON, Andrea A. The Community Builder’s Approach to Theory of Change. New York: Aspen Institute, 2005.
- ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera: a new mestiza. 4. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 2012.
- ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera: a nova mestiça. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 239-254, maio/ago. 2013. DOI: 10.1590/S1982-45132013000200003.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.
- APPLE, Michael W. Educação e poder. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- APPLE, Michael W. Official Knowledge: Democratic Education in a Conservative Age. 2nd ed. New York: Routledge, 2000.
- ARROYO, Miguel G. Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. Journal of the American Institute of Planners, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. A era da iconofagia. São Paulo: Hacker, 2005.

BAITELLO JUNIOR, Norval. Massa sem corpo: comunicação & novas tecnologias. São Paulo: Paulus, 2015.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (coord.). Multirreferencialidade nas ciências e na educação. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-199.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Tempos líquidos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. Individualização: viver em sociedade sob o individualismo institucionalizado. Trad. Vítor Costa. São Paulo: Editora 34, 2003.

BENJET, Corina et al. Youth who neither study nor work: mental health, education and employment. Salud Pública de México, v. 54, p. 410-417, 2012.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. [indicar].

BEZERRA, Carla de Paiva. Ideologia e governabilidade: as políticas participativas nos governos do PT. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BOURDIEU, Pierre. As formas do capital. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 241-258.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. Questões de sociologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 144-150.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 24 maio 2016.

BITTONI, Dulcília Schroeder. Imagem, identidade e espetáculo. In: MORAES, A. L. C.; COELHO, C. N. P. (org.). Cultura da imagem e sociedade do espetáculo. São Paulo: Intercom, 2016. p. [indicar].

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa et al. (orgs.). Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania. Recife: UFPE; Brasília: MDA, 2014.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1981.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2000.

CHAUÍ, Marilena. Política e cultura democráticas. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 73-92, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. 6 v. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORREIO BRAZILIENSE. Às margens da rodovia BR-060, o crescimento econômico é chinês. Brasília, 18 set. 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 85, p. 1105-1128, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995-. (orig. 1980).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tocam o real*. São Paulo: Editora 34, 2018.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

EISENSTADT, Shmuel N. *From Generation to Generation: Age Groups and Social Structure*. New York: Free Press, 1956.

FALANDES, Carolina Gois; ANGELUCCI, Ana Carolina Balthazar. A imagem digital em perspectiva: percepções sobre a linguagem 360° no cotidiano dos jovens. In: GORDILLO, [completar].

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIOCRUZ. *Boletim COVID-19 e juventudes: impactos psicossociais e educacionais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021.

FLEURY, Sônia. Movimentos sociais e direito à cidade. *O Social em Questão*, n. 29, p. 57-76, 2013.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: uma visão do trabalho em curso. In: Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? Lua Nova, n. 70, p. 101-138, 2007.

FRASER, Nancy. Escalas de justiça. São Paulo: Unesp, 2009.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019 [1968].

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age. Stanford: Stanford University Press, 1991.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GODOY, Jeane A. R. de; BENINI, Sandra M.; PALMISANO, Angelo. Dicotomias na participação democrática: conformação e desilusão no planejamento urbano brasileiro. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 27, n. 63, e6368226, maio/ago. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS, 1984. p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. 6 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000-2002.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

HABERMAS, Jürgen. Teoria do agir comunicativo. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 1-2.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um diálogo com Milton Santos. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 7-44, 2007.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

HOOKS, bell. Feminism is for Everybody: Passionate Politics. London: Pluto Press, 2000.

HOOKS, bell. All About Love: New Visions. New York: William Morrow, 2000.

HOOKS, bell. Teaching Community: A Pedagogy of Hope. New York: Routledge, 2003.

HOOKS, bell. Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2022.

HUSSERL, Edmund. A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HUSSERL, Edmund. Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura. Trad. Márcio Suzuki. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

IBGE. Censo Demográfico 2022: população e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial – Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KAUFMANN, Jean-Claude. A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. (Trad. de: *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. *O imaginário coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- MAFFESOLI, Michel. *O ritmo da vida: variações sobre o imaginário pós-moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MANNHEIM, Karl. *O problema das gerações* (1928). In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (org.). *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p. 67-95.
- MARIZ, Cecília Loreto. *Religião e classes populares*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MITCHELL, W. J. T. *What Do Pictures Want? The Lives and Loves of Images*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- MOREIRA, Daniel Augusto. *A fenomenologia como método de pesquisa*. São Paulo: Pioneira/Thomson, 2002.
- MOTTA, Alda Britto da. *A categoria geração na sociologia: notas para um debate*. *Revista Katalysis*, v. 13, n. 2, p. 220-228, 2010.
- NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York: New York University Press, 2018.
- NODDINGS, Nel. *Caring: a feminine approach to ethics and moral education*. Berkeley: University of California Press, 1984.

OLIVEIRA, [Nome completo]. [Título]. [Local]: [Editora], 2004. (preencher dados da obra sobre igrejas pentecostais).

POCHMANN, Márcio. Trabalho sob fogo cruzado: o emprego e a renda em tempos de crise. São Paulo: Boitempo, 2020.

QUEIROZ, Eliane Silva de. “O RURAL E O AGRÍCOLA QUE VOCÊ FALA É O RURAL DE CULTIVO OU O RURAL, RURAL?”: IF Baiano Campus Serrinha e os imaginários estudantis na Educação Profissional e Tecnológica. 2022. 318 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – IF Baiano, Serrinha, 2022.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: 34, 2005.

REYES-TERRÓN, Ana María; ELIZARRARÁS-HERNÁNDEZ, Mayra. Los jóvenes y las jóvenes en el Estado de México. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, v. 11, n. 1, p. 43-59, 2013.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papirus, 1994-1997. 3 v.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2007.

ROLNIK, Raquel. A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. Micropolítica: cartografias do desejo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. De cooperação e solidariedade na América Latina. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território e práxis territorial. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. Uma geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. *Revista NERA*, v. 24, n. 57, p. 54-78, 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território numa perspectiva popular. In: MEURER, A. C. et al. (org.). *As categorias e as geografias do século XXI*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. p. 152-196.

SANTANA, A. T. et al. A rodovia BR-060 no Centro-Oeste brasileiro: dinâmica territorial e legendas espaciais. *GeoUERJ*, n. 29, p. 105-132, 2016. doi:10.12957/geouerj.2016.16918.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2010.

SANTOS, Geicilene Rodrigues dos. “A chuva é o sangue pra terra vingar as coisas”: construção de experiências e práxis educativas na produção de territórios e temporalidades nas/pelas Escolas Famílias Agrícolas do Território do Sisal. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – UEFS, Feira de Santana, 2023.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. (ou 17. ed., 2008 – confirme)

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O território usado é o chão mais a identidade. In: [indicar obra]. [Local]: [Editora], [ano].
SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *Estruturas do mundo da vida*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.

SILVA, Edilene Américo. A reconfiguração territorial de Alexânia (Goiás) a partir do eixo Brasília–Goiânia. 2017. 268 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. *Texto para Discussão*, n. 1898. Brasília: Ipea, 2013.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Letramento, 2020.

SILVA, Tarcízio (org.). Comunicação e raça: diálogos e tensões. Salvador: EDUFBA, 2021.
SIMONDON, Gilbert. A individuação à luz das noções de forma e informação. São Paulo: Editora 34, 2020.

SOKOLOWSKI, Robert. Introdução à fenomenologia. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Trad. Sandra R. G. Almeida et al. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAPLIN, Dana H.; CLARK, Heléne; COLLINS, Eoin; COLBY, David. *Theory of Change Technical Papers*. New York: ActKnowledge/The Aspen Institute Roundtable on Community Change, 2013.

TAPLIN, Dana H.; CLARK, H. *Theory of Change Basics: A Primer on Theory of Change*. New York: ActKnowledge, 2012.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TRONTO, Joan C. Limites morais do cuidado: uma teoria política da ética do cuidado. São Paulo: Paulus, 2015.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNESCO. COVID-19 Educational Disruption and Response. Paris: UNESCO, 2020.

UNICEF. Impactos da COVID-19 na vida de adolescentes e jovens no Brasil. Brasília: UNICEF, 2021.

VIEIRA, Tuca. Paraisópolis/Morumbi. Fotografia, 2004.

WALDOW, Vera Regina et al. Fenomenologia: uma alternativa para pesquisa em enfermagem. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 2, n. 1, 1994.

WEISS, Carol H. Nothing as Practical as Good Theory: Exploring Theory-Based Evaluation for Comprehensive Community Initiatives for Children and Families. In: CONNELL, J. et al. (org.). New Approaches to Evaluating Community Initiatives. Washington, DC: Aspen Institute, 1995. p. 65-92.

WERNECK, Jurema. De Ialodés e feministas: reflexões sobre a ação política de mulheres negras no Brasil. In: COLLINS, P. H.; BILGE, S. (org.). Interseccionalidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 269-286.

ZILLES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. Revista da Abordagem Gestáltica, v. 13, n. 2, p. 216-221, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando uma pesquisa intitulada **“Território, territorialidades e juventudes: interpretações e mediações possíveis da participação a partir da Associação de Moradores da Morada do Sol em Alexânia, Goiás”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Ricardo Luiz de Assis**, discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, orientado pelo **Prof. Davi Silva da Costa**.

O/A adolescente _____ está convidado(a) a participar, desde que seus pais ou responsáveis autorizem sua participação.

Objetivo da Pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo realizar oficinas na Morada do Sol para entender a percepção das juventudes sobre suas territorialidades em **Alexânia/GO**, dentro da **Associação de Moradores da Morada do Sol, Entorno e Rural**. A participação envolve a coleta de informações que ajudarão a compreender melhor as questões territoriais e os processos de participação social.

Metodologia:

A datas dos encontros serão previamente pactuados, a partir de reunião que será feito com participantes, responsáveis e a AMSER, e terão duração de 1 a 3 horas, dependendo da atividade e serão utilizadas metodologias participativas, com a exposição de conteúdo, atividades reflexivas, exercícios de coleta de fotos/videos e dinâmicas de grupo. No total, serão realizadas 6 oficinas e possivelmente 1 entrevista, que ocorrerão no espaço da **Associação de Moradores da Morada do Sol** ou na **Escola Municipal Tamoio**, localizada na comunidade. Durante os momentos formativos, poderão ser realizados registros audiovisuais. Não será necessário mencionar ou exibir seu nome ou imagem, caso não deseje. Todas as informações coletadas serão usadas

exclusivamente para os fins desta pesquisa, contribuindo para a elaboração de produtos como documentários e cartilhas que poderão ser compartilhados com a comunidade. O Pesquisador garantirá todos os recursos necessários para as oficinas incluindo material que será utilizado para coleta de audiovisual.

Possíveis Desconfortos e Direitos:

Entendemos que participar de uma pesquisa pode ocasionar desconfortos, como dificuldades de entendimento ou questões que possam causar constrangimento. Por isso, garantimos que:

- Você pode solicitar explicações adicionais sobre qualquer questão que não tenha compreendido.
- Tem o direito de não responder a perguntas que causem desconforto.
- Tem o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos ou consequências negativas.

Benefícios:

A pesquisa busca proporcionar benefícios para a comunidade, promovendo uma compreensão mais profunda sobre as dinâmicas territoriais e de participação social dos jovens. Os resultados beneficiarão a comunidade através dos produtos da pesquisa, como mapas, cartilhas e documentários, que serão compartilhados com a comunidade ao término do estudo.

Ressarcimento e Assistência Integral:

Conforme a Resolução CNS nº 466/12, asseguramos que os participantes desta pesquisa terão direito à assistência integral e imediata, de forma gratuita, por todo o tempo que for necessário, caso ocorra qualquer dano ou lesão decorrente da participação. Caso haja algum custo ou despesa resultante de sua participação, como transporte ou alimentação, será garantido o ressarcimento adequado. Se ocorrerem danos imateriais ou materiais, os participantes também terão o direito de buscar indenização e serão devidamente assistidos.

Garantia de Sigilo:

Todas as informações fornecidas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para os fins desta pesquisa. Caso decida não continuar, você poderá desistir em qualquer momento sem qualquer prejuízo. Todo o material utilizado será mantido sob a guarda da **Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)** por um período de cinco anos, assegurando a confidencialidade e a privacidade dos participantes.

Divulgação dos Resultados:

Os resultados desta pesquisa serão apresentados na dissertação final de mestrado do pesquisador e em eventos acadêmicos, como congressos e seminários, sempre preservando o anonimato dos participantes. Os resultados e os produtos finais da pesquisa (documentário, cartilha) serão disponibilizados à comunidade ao final do estudo.

A sua participação nessa pesquisa é uma oportunidade incrível para você compartilhar suas ideias e como enxerga o território onde vive. Durante as oficinas, vamos trabalhar juntos para criar materiais audiovisuais que reflitam o seu olhar sobre a sua comunidade, abordando temas importantes como participação social, políticas públicas, território e territorialidade.

Esses materiais vão dar voz a você e outros jovens, e serão usados para complementar os produtos finais da pesquisa, como o documentário e a cartilha. Todo o processo será feito respeitando totalmente a sua privacidade e segurança. **Não serão usados áudios ou fotos que possam te identificar**, garantindo o anonimato. Além disso, **não será pedido que você grave ou tire fotos pessoais** – o foco é entender como você percebe o território ao seu redor e os elementos da comunidade.

Essa é uma chance de contribuir com reflexões sobre a sua comunidade e fortalecer a voz dos jovens nas discussões sobre o futuro do território. O material que você ajuda a criar vai ampliar sua visão e dialogar com os resultados da pesquisa, deixando o processo ainda mais rico e participativo.

Eu _____ aceito participar da pesquisa descrita nesse documento. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar. Mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. O pesquisador tirou dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma via deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

A captação de imagem e voz durante as oficinas será utilizada exclusivamente para fins de elaboração de produtos audiovisuais relacionados a esta pesquisa, como documentários e cartilhas.

Todas as medidas serão tomadas para proteger a privacidade e a confidencialidade dos participantes, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Por favor, assinale abaixo se autoriza ou não a captação de sua imagem e voz:

() Sim, autorizo a captação e uso da minha imagem e voz, conforme descrito acima.

() Não, não autorizo a captação e uso da minha imagem e voz.

Alexânia/GO, Data: ____/____/____

Assinaturas:

Responsável Legal:

RICARDO LUIZ DE ASSIS

Pesquisador vinculado ao PLANTEER/UEFS

Matrícula 23135004

Contato para Informações: Para mais informações, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador **Ricardo Luiz de Assis** (telefone: 071 9 9957-5471, e-mail: ricardoldeassis@gmail.com) ou com o **Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS**, localizado no Módulo 01, sala 11, CEP 44036-900, Feira de Santana, BA (telefone: 75 3161-8067 e e-mail: cep@uefs.br).

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Estamos realizando uma pesquisa intitulada “**Território, territorialidades e juventudes: interpretações e mediações possíveis da participação a partir da Associação de Moradores da Morada do Sol em Alexânia, Goiás**”, sob a responsabilidade do pesquisador **Ricardo Luiz de Assis**, discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, orientado pelo **Prof. Davi Silva da Costa**.

Objetivo da Pesquisa:

Esta pesquisa tem como objetivo realizar oficinas na Morada do Sol para entender a percepção das juventudes sobre suas territorialidades em **Alexânia/GO**, dentro da **Associação de Moradores da Morada do Sol, Entorno e Rural (AMSER)**. A participação envolve a coleta de informações que ajudarão a compreender melhor as questões territoriais e os processos de participação social.

Metodologia:

A datas dos encontros serão previamente pactuados, a partir de reunião que será feita com participantes, responsáveis e a AMSER, e terão duração de 1 a 3 horas, dependendo da atividade e serão utilizadas metodologias participativas, com a exposição de conteúdo, atividades reflexivas e dinâmicas de grupo e exercícios de coleta de vídeo/foto. No total, serão realizadas 6 oficinas e possivelmente 1 entrevista, que ocorrerão no espaço da **Associação de Moradores da Morada do Sol** ou na **Escola Municipal Tamoio**, localizada na comunidade. Durante os momentos formativos, poderão ser realizados registros audiovisuais. Não será necessário mencionar ou exibir seu nome ou imagem, caso não deseje. Todas as informações coletadas serão usadas exclusivamente para os fins desta pesquisa, contribuindo para a elaboração de produtos como documentários e cartilhas que poderão ser compartilhados com a comunidade. O Pesquisador garantirá todos os recursos necessários para as oficinas incluindo material que será utilizado para coleta de audiovisual.

Possíveis Desconfortos e Direitos:

Entendemos que participar de uma pesquisa pode ocasionar desconfortos, como dificuldades de entendimento ou questões que possam causar constrangimento. Por isso, garantimos que:

- Você pode solicitar explicações adicionais sobre qualquer questão que não tenha compreendido.
- Tem o direito de não responder a perguntas que causem desconforto.
- Tem o direito de desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos ou consequências negativas.

Benefícios:

A pesquisa busca proporcionar benefícios para a comunidade, promovendo uma compreensão mais profunda sobre as dinâmicas territoriais e de participação social dos jovens. Os resultados beneficiarão a comunidade através dos produtos da pesquisa, como cartilhas e documentários, que serão compartilhados com a comunidade ao término do estudo.

Ressarcimento e Assistência Integral:

Conforme a Resolução CNS nº 466/12, asseguramos que os participantes desta pesquisa terão direito à assistência integral e imediata, de forma gratuita, por todo o tempo que for necessário, caso ocorra qualquer dano ou lesão decorrente da participação. Caso haja algum custo ou despesa resultante de sua participação, como transporte ou alimentação, será garantido o ressarcimento adequado. Se ocorrerem danos imateriais ou materiais, os participantes também terão o direito de buscar indenização e serão devidamente assistidos.

Garantia de Sigilo:

Todas as informações fornecidas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para os fins desta pesquisa. Caso decida não continuar, você poderá desistir em qualquer momento sem qualquer prejuízo. Todo o material utilizado será mantido por um período de cinco anos, assegurando a confidencialidade e a privacidade dos participantes.

Divulgação dos Resultados:

Os resultados desta pesquisa serão apresentados na dissertação final de mestrado do pesquisador e em eventos acadêmicos, como congressos e seminários, sempre preservando o anonimato dos participantes. Os resultados e os produtos da pesquisa (documentário, cartilha) serão disponibilizados à comunidade ao final do estudo.

A sua participação nessa pesquisa é uma oportunidade incrível para você compartilhar suas ideias e como enxerga o território onde vive. Durante as oficinas, vamos trabalhar juntos para criar materiais audiovisuais que reflitam o seu olhar sobre a sua comunidade, abordando temas importantes como participação social, políticas públicas, território e territorialidade.

Esses materiais vão dar voz a você e outros jovens, e serão usados para complementar os produtos finais da pesquisa, como o documentário e a cartilha. Todo o processo será feito respeitando totalmente a sua privacidade e segurança. **Não serão usados áudios ou fotos que possam te identificar**, garantindo o anonimato. Além disso, **não será pedido que você grave ou tire fotos pessoais** – o foco é entender como você percebe o território ao seu redor e os elementos da comunidade.

Essa é uma chance de contribuir com reflexões sobre a sua comunidade e fortalecer a voz dos jovens nas discussões sobre o futuro do território. O material que você ajudar a criar vai ampliar sua visão e dialogar com os resultados da pesquisa, deixando o processo ainda mais rico e participativo

Eu, _____, aceito participar da pesquisa descrita acima. Estou ciente dos possíveis benefícios e desconfortos associados à minha participação e compreendo que posso desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

A captação de imagem e voz durante as oficinas será utilizada exclusivamente para fins de elaboração de produtos audiovisuais relacionados a esta pesquisa, como documentários e cartilhas. Todas as medidas serão tomadas para proteger a privacidade e a confidencialidade dos participantes, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Por favor, assinale abaixo se autoriza ou não a captação de sua imagem e voz:

() Sim, autorizo a captação e uso da minha imagem e voz, conforme descrito acima.

() Não, não autorizo a captação e uso da minha imagem e voz.

Alexânia/GO, Data: ____/____/____

Assinaturas:

PARTICIPANTE:**RICARDO LUIZ DE ASSIS***Pesquisador vinculado ao PLANTEER/UEFS**Matrícula 23135004*

Contato para Informações: Para mais informações, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador **Ricardo Luiz de Assis** (telefone: 071 9 9957-5471, e-mail: ricardoldeassis@gmail.com) ou com o **Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS**, localizado no Módulo 01, sala 11, CEP 44036-900, Feira de Santana, BA (telefone: 75 3161-8067 e e-mail: cep@uefs.br).

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) - PARA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA MESTRADO
PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS**

A/O adolescente _____, sob sua responsabilidade, foi convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada **“Território, territorialidades e juventudes: interpretações e mediações possíveis da participação a partir da Associação de Moradores da Morada do Sol em Alexânia, Goiás”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Ricardo Luiz de Assis**, discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, orientado pelo **Prof. Davi Silva da Costa**.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo desta pesquisa é realizar oficinas com jovens da **Associação de Moradores da Morada do Sol, Entorno e Rural**, para conhecer a percepção das juventudes em suas territorialidades em **Alexânia/GO**. Caso o Sr./Sra. autorize a participação do(a) adolescente nesta pesquisa, será necessário que ele(a) compareça nos dias das oficinas/entrevistas, que serão previamente pactuados, com a duração de 1 a 3 horas, dependendo da atividade. No total, serão realizadas 6 oficinas e possivelmente 1 entrevista, que acontecerão no espaço da **Associação de Moradores da Morada do Sol** ou na **Escola Municipal Tamoio**, na comunidade.

Reunião Preliminar:

Para tanto, solicitamos a presença do Sr./Sra. na reunião que será realizada no dia ____/____/____, com duração aproximada de 45 minutos, para explicarmos o andamento das oficinas e entrevistas, além de acertarmos os dias e horários de participação.

Metodologia e Confidencialidade:

A datas dos encontros serão previamente pactuados, a partir de reunião que será feita com participantes, responsáveis e a AMSER, e terão duração de 1 a 3 horas, dependendo da atividade e

serão utilizadas metodologias participativas, com a exposição de conteúdo, atividades reflexivas, exercícios para coleta de fotos/videos e dinâmicas de grupo. No total, serão realizadas 6 oficinas e possivelmente 1 entrevista, que ocorrerão no espaço da **Associação de Moradores da Morada do Sol** ou na **Escola Municipal Tamoio**, localizada na comunidade. O Pesquisador garantirá todos os recursos necessários para as oficinas incluindo material que será utilizado para coleta de audiovisual. Durante os momentos formativos, poderão ser realizados registros audiovisuais. Não será necessário mencionar ou exibir seu nome ou imagem, caso não deseje. Todas as informações coletadas serão usadas exclusivamente para os fins desta pesquisa, contribuindo para a elaboração de produtos como documentários e cartilhas que poderão ser compartilhados com a comunidade. Sua participação e a do/a adolescente são voluntárias, sem qualquer obrigatoriedade de fornecer informações. Durante as oficinas, poderão ser realizados registros audiovisuais, mas o nome dele(a) não precisa ser mencionado, e o sigilo e a confidencialidade das imagens e áudios serão mantidos. Todas as informações coletadas serão usadas apenas para fins desta pesquisa, como a elaboração de produtos como documentários e cartilhas.

Possíveis Desconfortos e Direitos:

Estamos cientes de que toda pesquisa pode gerar desconfortos para seus participantes, como possíveis dificuldades de entendimento ou questões que possam causar constrangimento. Se alguma questão não for compreendida, poderemos fornecer explicações adicionais, e o(a) adolescente tem o direito de não responder a perguntas que possam causar desconforto. Ele(a) também poderá desistir da participação a qualquer momento, sem prejuízos.

Benefícios:

Esta pesquisa busca beneficiar a comunidade, especialmente no que diz respeito às lutas territoriais, e os produtos da pesquisa, como documentários e cartilhas, serão apresentados à comunidade ao final do estudo.

Sigilo e Anonimato:

Os depoimentos e imagens coletados serão armazenados pela **Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)** por um período de cinco anos. Os resultados serão divulgados em eventos acadêmicos e na dissertação final, garantindo o anonimato dos participantes. O resultado da pesquisa e seus produtos (documentário e cartilha) serão entregues à comunidade ao término do trabalho.

A participação do/a seu/sua filho(a) em nossa pesquisa é uma excelente oportunidade para que ele(a) possa compartilhar suas ideias e visões sobre o território em que vive. Esperamos que, durante as oficinas, os jovens produzam materiais audiovisuais que reflitam como eles enxergam o lugar onde moram, expressando de maneira genuína suas percepções sobre temas importantes como participação social, políticas públicas, território e territorialidade.

Esses materiais não só ajudarão a dar voz aos jovens, mas também serão utilizados para complementar os produtos finais da pesquisa, como o documentário e a cartilha. Todo o processo será feito com total respeito à privacidade e à segurança dos participantes. **Não serão utilizados áudios ou fotos que possam identificá-los**, garantindo, assim, o anonimato. Além disso, **não será solicitado que gravem ou tirem fotos pessoais**, pois o foco é entender como eles percebem o território ao seu redor e os elementos comunitários.

Esta é uma oportunidade de contribuir para a reflexão sobre nossa comunidade e de fortalecer a voz dos jovens nas discussões sobre o futuro do território em que vivem. O material produzido será uma forma de amplificar o olhar dos jovens e confrontá-lo com as questões escritas na pesquisa, tornando esse processo ainda mais rico e participativo.

Convido vocês a autorizarem a participação do/a seu/sua filho(a) com a certeza de que será uma experiência enriquecedora, onde ele(a) poderá aprender, refletir e contribuir para um diálogo mais amplo sobre nossa realidade, sempre com respeito à sua privacidade e segurança.

A captação de imagem e voz durante as oficinas será utilizada exclusivamente para fins de elaboração de produtos audiovisuais relacionados a esta pesquisa, como documentários e cartilhas. Todas as medidas serão tomadas para proteger a privacidade e a confidencialidade dos participantes, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Por favor, assinale abaixo se autoriza ou não a captação de sua imagem e voz:

- () Sim, autorizo a captação e uso da minha imagem e voz, conforme descrito acima.
() Não, não autorizo a captação e uso da minha imagem e voz.

Sem Custos ou Remuneração:

A participação do(a) adolescente não implicará em despesas ou remuneração de qualquer tipo. Assim sendo, solicito sua autorização para a participação do(a) adolescente.

Alexânia/GO, Data: ____/____/____

Assinaturas:

PARTICIPANTE:

RICARDO LUIZ DE ASSIS

Pesquisador vinculado ao PLANTEER/UEFS

Matrícula 23135004

Contato para Informações: Para mais informações, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador **Ricardo Luiz de Assis** (telefone: 071 9 9957-5471, e-mail: ricardoldeassis@gmail.com) ou com o **Comitê de Ética em Pesquisa da UEFS**, localizado no Módulo 01, sala 11, CEP 44036-900, Feira de Santana, BA (telefone: 75 3161-8067 e e-mail: cep@uefs.br).

APÊNDICE D - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA MESTRADO PROFISSIONAL EM
PLANEJAMENTO TERRITORIAL**

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Endereço: _____
Contato: _____

SOBRE AS TERRITÓRIO

1. O que o território significa para você?
2. Como você se relaciona com os espaços ao seu redor?
3. Quais são os lugares na sua comunidade que você considera mais importantes para sua identidade como jovem?
4. Onde você se sente mais à vontade e porquê? Existem lugares específicos onde você se sente mais jovem ou mais você mesmo?
5. Quando você sai da sua comunidade, sente alguma diferença na maneira como percebe e utiliza os espaços?
6. Você já se sentiu excluído ou discriminado em algum lugar por causa de sua origem?

SOBRE AS JUVENTUDE

1. Como é/foi ser um jovem em Alexânia?
2. Onde está as juventudes de Alexânia hoje?
3. Quais são os principais desafios que os/as jovens enfrentam?
4. Quais são os principais anseios da juventude atualmente?
5. O que o Estado poderia fazer para melhorar a vida da população jovem em Alexânia?
6. Como os/as jovens participam do Governo de Alexânia? Porquê?
7. Como foi estudar em Alexânia? Estudou em escola particular ou pública?
8. Você acha que a sua identidade como jovem é moldada pelo território onde você vive?

9. Como você acha que o território contribui para a construção das suas relações sociais e culturais? Pode dar exemplos de como isso ocorre no seu dia a dia?

10. **Se você pudesse redesenhar algum aspecto do seu território, o que mudaria e porquê?** Como essa mudança afetaria você e outros jovens?

SOBRE PARTICIPACAO

1. Como você participa da vida comunitária em seu território?
2. Quais são as principais atividades que você realiza nos espaços públicos da sua comunidade?
3. Você sente que tem voz nas decisões que afetam o seu território?
4. Como você participa ou gostaria de participar nos processos decisórios?
5. Como as infraestruturas locais (estradas, praças, centros comunitários) impactam sua experiência de juventude?
6. Quais infraestruturas são mais importantes para você e porquê?
7. De que maneira as políticas públicas afetam seu uso e percepção do território?
8. Existem políticas específicas que você considera positivas ou negativas?
9. Como você acha que o planejamento urbano e territorial poderia melhorar para beneficiar os jovens da sua comunidade? Que mudanças você sugeriria?

SOBRE SUBJETIVIDADE

1. Qual seu sonho?
2. Quais seus medos?
3. Qual sua maior conquista?
4. Qual seu maior desafio?
5. O que a BR060 significa para você?
6. Qual foi o dia mais feliz da sua vida?
7. Qual foi o dia mais triste da sua vida?
8. Como você se vê daqui a 10 anos?

APÊNDICE E – ROTEIRO INICIAL: DOCUMENTÁRIO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL

ROTEIRO INICIAL: DOCUMENTÁRIO

LOGOMARCAS: UEFS, FAPESB, PREFEITURA DE ALEXÂNIA

	VOZ OFF	TEXTO ANIMAÇÃO NA TELA	IMAGENS
1.	Alexânia, um diamante cravado no solo de Goiás, repousa graciosa entre Brasília e Goiânia, abraçada pela BR-060 e banhada pelo Lago Corumbá IV. Nascida em 1963, sua história é um conto de resiliência de um povo e reflorescimento a cada estação, como o Ypê no Cerrado. Cada florada é um poema vivo, narrando o povoamento deste território. As pétalas desabrocham como testemunhas silenciosas das relações de poder, tecendo identidades simbólico-culturais com fios de história e tradição. Em cada contraste de cor e forma, revelam-se contradições, similaridades e desigualdades, desenhando um mosaico complexo de continuidades e	Legenda em Inglês	Imagens de Alexânia casas, pessoas varrendo, crianças brincando, imagens de Olhos D'água, pessoas idosas, carro de boi, missa, pessoas fazendo artesanato, Cerrado, cachoeira, Lago Corumbá IV, Casas, pessoas pescando, BR 060, pessoas cruzando a BR, indo vindo, carros, caminhos, carroças, andarilhos.

	descontinuidades. Assim, o território se transforma em um livro aberto, onde cada florada escreve um novo capítulo de territorialidade, revelando a essência profunda de um lugar moldado por mãos humanas e forças naturais. (VOZ JULIANA)		
2.	Entrevista com Mariana Bulhões (Associação Comunitária de Olhos d'Água – Museu Memorial)	Legenda em inglês Subtítulo: Mariana Bulhões Curadora Memorial Olhos d'Água	Vídeo de Entrevista com Mariana, frente ao Memorial. (Camada: takes de objetos, quadros do Memorial / Fotos antigas de Olhos D'Água) Camada: Fotos antigas de Olhos D'Água.
3.	Em 1955, o anúncio da construção de Brasília trouxe um sopro de esperança e transformação para a região, que até então era Município de Corumbá do Goiás. Olhos d'Água, intimamente ligada ao surgimento da nova capital, começou a ganhar forma em 1957 sob a liderança de Alex Abdallah, que vislumbrou um futuro próspero nas terras férteis do cerrado. A emancipação veio em 1958, desmembrando-se de Corumbá de Goiás, e a primeira eleição em 1960 consolidou Alex Abdallah como Prefeito, transferindo a sede municipal de Olhos D'Água para o jovem e vibrante povoado. Às margens	Música Afetiva	Imagens do Carro na estrada, carro de boi, GO-139 que liga Olhos d'Água a Alexânia, parte asfáltica, pés no asfalto etc.

	da BR-060, Alexânia floresceu rapidamente, dobrando sua população e destacando-se como um núcleo de progresso e esperança, enraizado na resiliência e na visão de seus fundadores, envolto no abraço acolhedor do excelente clima da região. Sendo que 1963 Alexânia se torna município.		
4.	Entrevista com Dona Rosa Lacerda 92 anos, esposa do Lázaro, tem um bar tradicional as margens da BR060, que ‘Pão de Queijo com Carninha’ que é tradicional em Alexânia. FOCO: Com os olhos de Dona Rosa, entender como era Alexânia em seu início, como as pessoas viviam etc. Entender como foi a apropriação histórica do território.		- Fotos de antigas de Alexânia no início.
5.	Alexânia, um município jovem e vibrante, traça sua história com marcos em nome do progresso pregado pelo Estado. Em seu caminhar, três grandes ações moldaram seu destino: a construção da BR-060 na década de 60, que conectou e abriu caminhos entre Goiânia e a nova capital Brasília; a chegada das indústrias nos anos 2000, destacando-se a Schincariol, que trouxe trabalho e prosperidade; e, acima de tudo, a criação do lago Corumbá IV em 2006. Este grande corpo d'água, surgido da	Música Afetiva	

	transmutação do Rio Corumbá, não só embelezou a paisagem, mas também atraiu pessoas de toda a região, impulsionando a ocupação territorial e fomentando a atividade imobiliária. Cada um desses momentos foi um ponto de inflexão, redesenhando a ocupação territorial.		
6.	Entrevista com Cícero (Funcionário Schincariol, hoje Gerente da Heineken)		CAMADA: Fotos antigas do Entrevistado.
7.	Entrevista com Cida do Gelo (Dona de Distribuidora de Bebidas e ex-prefeita)		CAMADA: Fotos Antigas.
8.	Alexânia é grandiosa e se estende por 847,891 km ² , é um território vasto e diversificado. Em seu seio, abriga várias comunidades, entre elas, a charmosa Morada do Sol. Situada nas proximidades do Rio Areias, que deságua no Lago Corumbá IV, quase na fronteira com Santo Antônio do Descoberto, outro município da RIDE, Morada do Sol é uma comunidade tranquila e aconchegante. Em 2006, com a Lei Complementar 892, Morada do Sol deixou de ser apenas uma comunidade rural para ser reconhecida como núcleo urbano, refletindo o crescimento e o discurso progressista de Alexânia. Cada canto deste vasto município conta uma história de		CAMADA: Fotos Antigas/recortes de material coletado

	progresso, resiliência e conexão com a natureza, celebrando a rica tapeçaria da vida que floresce aqui.		
9.	Entrevista com Prof. Valneide – Professora que atuou na Morada do Sol muitos anos, hoje aposentada.		
10.	Entrevista com Ricardo – Contar História como foi ser jovem na comunidade, as oportunidades, dificuldades etc.		